

HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS

nos dois lados do Atlântico, entre o Moderno e o Contemporâneo

Fernando Ripe
Juliana de Mello Moraes
Mauro Dillmann
[Org.]



HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS

nos dois lados do Atlântico, entre o Moderno e o Contemporâneo

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

Pró-Reitora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico:
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Jaqueline Stefani
Karen Mello de Mattos Margutti
Márcio Miranda Alves
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
Escuela Interdisciplinaria de Derechos Fundamentales Praeeminentia Iustitia/Peru

Juan Emmerich
Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
Universidad Nacional del Centro/Argentina

Nathália Cristine Vieceli
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS

nos dois lados do Atlântico, entre o Moderno e o Contemporâneo

**Fernando Ripe
Juliana de Mello Moraes
Mauro Dillmann
[Org.]**



© dos organizadores

1ª edição: 2025

Preparação de texto: Sob responsabilidade dos organizadores

Revisão: Helena Vitória Klein

Editoração: Igor Rodrigues de Almeida

Imagem da capa: *Boys playing on the shore*, do artista Albert Edelfelt (1854-1905)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

H67 História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo [recurso eletrônico] / organizadores Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes, Mauro Dillmann. – Caxias do Sul : Educs, 2025.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

Apresenta bibliografia.

Vários autores.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.18226/9786558074533

ISBN 978-65-5807-453-3

1. Educação - História. 2. Educação - Crianças. 3. Historiografia. I. Ripe, Fernando. II. Moraes, Juliana de Mello. III. Dillmann, Mauro.

CDU 2. ed.: 37(091)

Índice para o catálogo sistemático

1. Educação - História	37(091)
2. Educação - Crianças	37-053.2
3. Historiografia	930

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 –
Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

PREFÁCIO	7
----------	---

Thais Nívea Fonseca

APRESENTAÇÃO	12
--------------	----

Modos de dizer e ver as infâncias nos domínios da historiografia portuguesa e brasileira: entre o Moderno e o Contemporâneo

Fernando Ripe
Juliana de Mello Moraes
Mauro Dillmann

CAPÍTULO 1	24
------------	----

O abandono de crianças em Portugal: da liberdade à criminalização (sécs. XVI-XIX)

Maria Antónia Lopes

CAPÍTULO 2	47
------------	----

Sobre jogos e brincadeiras de meninos: análise comparada entre um texto do jesuíta Alexandre de Gusmão e gravuras de Claudine Bouzonnet-Stella (século XVII)

Fernando Ripe
Mauro Dillmann

CAPÍTULO 3	73
------------	----

As ‘infâncias’ à margem da sociedade portuguesa (séc. XVIII ao XX): os dispositivos assistenciais de proteção e (re) educação

Ernesto Candeias Martins

CAPÍTULO 4	95
------------	----

O cotidiano da criança paraense no Oitocentos através de egodocumentos

Juarez José Tuchinski dos Anjos

CAPÍTULO 5	113
------------	-----

As Casas da Criança: um programa de assistência e educação infantil em Portugal no Estado Novo

Luís Mota
António Gomes Ferreira
Carla Vilhena

Menores pobres, desvalidos e delinquentes no Brasil na transição do Império para a República: um balanço historiográfico

Fabiano Quadros Rückert
José Carlos da Silva Cardozo

No menor, um “Jesus sofredor”: menoridade e engajamento social na Campanha da Fraternidade de 1987

Elisangela da Silva Machieski
Camila Serafim Daminelli

“Infâncias sem poesia”: adolescentes em conflito com a lei sob a visão de operadores do Direito (Florianópolis, Santa Catarina, 1990-2005)

Silvia Maria Fávero Arend

Literatura, Fotografia e História da Infância: os espaços onde se situavam as crianças na Primeira República na cidade de São Paulo

Cláudia Panizzolo
Adilson Ednei Felipe

Representações hegemônicas sobre as crianças e a infância no final do século XIX e início do século XX no Brasil e em Portugal em revistas pedagógicas

Mônica Teresinha Marçal

Relações de Poder, Etnia, e Gênero: *Do outro lado tem segredos, A fada que tinha ideias, Bisa Bia Bisa Bel*

Maria do Rosario da Cunha Peixoto
Olga Brites

Prefácio

Thais Nívea Fonseca

Na apresentação deste livro os organizadores recuperam o repertório de alguns estudos de referência sobre a infância, ligados direta ou indiretamente ao campo da História da Educação. No topo da lista, a obra já considerada clássica de Philippe Ariès, publicada no Brasil como *História social da criança e da família*. Não cabe aqui voltar aos comentários sobre esse livro, mas destacar o avanço observado nos estudos sobre essa temática, na Europa e no Brasil, desde a inovação proposta pelo historiador francês. Correndo o risco da repetição, não há como ignorar o quanto as muitas janelas abertas na historiografia em termos de procedimentos metodológicos, fontes e abordagens, desde meados do século XX, vêm possibilitando aos historiadores dedicados aos diferentes problemas de pesquisa a construção de análises cada vez mais complexas, relacionadas e conectadas. A historiografia da educação, é claro, não ficou indiferente a tais movimentos, e cada vez mais se afasta dos princípios que nortearam sua “fundação”. Do meu ponto de vista, ela está também cada vez mais atrelada, no bom sentido, a campos que não se definem como “da educação”, pelas necessidades próprias de uma investigação cada vez mais complexa, exigente em termos de referências teóricas e de trabalhos com as fontes documentais.

E por que inicio aqui me referindo à historiografia da educação? Por que a história da infância, ou das infâncias, esteve – e por vezes ainda está – atrelada à história da educação ou às temáticas educacionais, especialmente as escolares. Enquanto uma vertente historiográfica seguiu as sugestões de Ariès sobre a inexistência ou opacidade da infância como conceito e como prática durante um largo período da história ocidental, outra colocou sua existência no espaço educacional chamado “formal”, de natureza escolar, como se esses indivíduos não tivessem outra experiência histórica possível. Fernando Ripe, Juliana Moraes e Mauro Dillmann desenvolveram uma análise crítica certa sobre esses aspectos na apresentação deste livro, e não pretendo repeti-los. Além disso, a estrutura da obra indica claramente que nas últimas décadas os caminhos inicialmente abertos aos estudos históricos sobre a infância já se desdobraram em muitos outros, o que foi discutido de forma pertinente pelos organizadores da coletânea.

Penso ser ainda útil pontuar algumas questões de caráter metodológico que me vieram à mente durante a leitura deste livro. Uma delas se refere à temporalidade alargada que ele abrange, considerando a demarcação espacial, digamos, atlântica. Do século XVI ao século XXI, a infância e seus sujeitos se mostram conectados e envolvidos por dinâmicas sociais e culturais amplas e complexas; por intenções moralizadoras e civilizadoras; por processos de exclusão e também de inclusão; por reflexões sobre sua suposta natureza e potencialidades. Embora não seja um objetivo explícito na organização da obra, não deixa de ser tentador estabelecer comparações entre esses “dois lados do Atlântico”, tão conectados histórica e culturalmente desde o século XVI. A tentativa da comparação traduz, de alguma forma, justamente a questão das conexões, do que nos aproxima e nos afasta como partes integrantes que fomos de uma mesma estrutura, no chamado período colonial, e que deixou marcas que não se podem apagar.

Falo, evidentemente, marcada pelo fato de ser uma historiadora comprometida com o estudo das práticas educativas presentes na América portuguesa, especialmente no século XVIII. Embora não seja uma especialista nos estudos sobre a infância, esta se apresenta constantemente no decorrer das pesquisas, gravada na diversidade documental com a qual eu, e muitos outros pesquisadores destes temas, nos deparamos em arquivos brasileiros e portugueses. Toco neste assunto movida pela diversidade documental apresentada nos capítulos que integram este livro. Estejam as crianças inseridas em contextos educacionais – escolares ou não – ou em outras dinâmicas sociais, suas experiências como sujeitos históricos têm sido descortinadas a partir de fontes como as escolares, judiciais e processuais, eclesiásticas, da administração civil, a imprensa em geral, as fontes visuais em geral, a literatura, entre muitas outras.

Essa riqueza documental nos permite refletir sobre os lugares ocupados pelas crianças na sociedade, em diferentes tempos e espaços, mas nota-se sua posição predominantemente passiva, como alvos, ou objetos de ações emanadas de diferentes instâncias, como o Estado, os sistemas de justiça, as organizações religiosas, as instituições educacionais, os intelectuais, entre outros. Como historiadores, lidamos com o dilema do tão falado “apagamento” de determinados sujeitos, em como são fracas as vozes das mulheres e das crianças, por exemplo, e como encontramos dificuldades com as fontes que não lhes dão voz. No entanto, essas vozes estão lá, em algum lugar, e podem ser ouvidas se prestarmos atenção. Ouvindo com cuidado, veremos

que não foram sempre passivas, ainda que de alguma maneira reprimidas ou controladas.

Para auscultar essas vozes abafadas, temos nos valido de práticas historiográficas inspiradas na micro-história que nos ajudam a explorar as complexidades culturais e sociais nas diferentes temporalidades. A análise das inserções sociais e culturais desses sujeitos envolve os métodos dos chamados “jogos de escalas”, na análise da relação entre a “experiência singular e a ação coletiva”, conforme nos ensina Jacques Revel (1998), que permitem as aproximações necessárias com as vidas e os fazeres deles, elementos fundamentais para o entendimento de suas relações com as diferentes instâncias envolvidas no controle dessas parcelas de população. Essas referências teóricas permitem a realização de uma operação de desconstrução e reconstrução dos contextos por meio da análise densa das fontes, na elaboração de múltiplas possibilidades de respostas, caracterizando o exercício de experimentação proposto pela micro-história.

O estudo que considera esses sujeitos pouco visíveis, não pode deixar de dar relevância aos contrastes entre as normas e as práticas sociais, aos movimentos de adaptação, transgressão ou negociação, nos quais esses sujeitos tendem a se mostrar por meio das fontes. Isso significa recolocar o problema do contexto, para além de ser um dado no qual os sujeitos se movimentam, mas que se apresenta como plural e passível de elaboração pelo historiador, conforme os pontos de observação definidos a partir das experiências históricas dos sujeitos investigados.

No estudo das práticas educativas no período colonial no Brasil, temos nos deparado com as evidências das experiências históricas de crianças e jovens, de diferentes “qualidades” e “condições”, conforme os dizeres da época. Suas vozes nos chegam quase sempre de forma indireta, mas nem sempre. Elas estão presentes nos testamentos, nos inventários post mortem, nos processos de tutela, nas despesas das câmaras, nas queixas enviadas ao Conselho Ultramarino sobre diversos assuntos, nos processos inquisitoriais, nas iniciativas assistenciais, nos registros das associações religiosas leigas. Muitas vezes eles nos falam de forma retrospectiva, quando já adultos, mas suas falas nos levam às suas infâncias, às suas origens familiares, sociais, étnicas, aos seus processos de educação e de instrução, desvendando suas relações com seus pais, criadores, senhores, suas pretensões de vida, suas lutas, frustrações, mas também seus sucessos e conquistas.

Acredito que essa aproximação fina com o cotidiano, com as experiências históricas dos indivíduos é o que traz vida para a pesquisa histórica, para além das teorias e dos procedimentos metodológicos, fundamentais, sem dúvida, mas não suficientes. Quando me deparo com um documento, dos primeiros anos do século XIX, no qual um jovem pede para ser matriculado numa escola assistencialista para pobres, e argumenta ter “muita necessidade” de aprender latim, devo me perguntar o *por que!* (FONSECA, 2009). A escolarização não era ainda obrigatória para a população nem era ainda uma obrigação do Estado. Então por que esse jovem insistia? Simples desejo de aprender? Vislumbra ele a chance de entrar para o seminário? Queria ser padre? Alcançar alguma distinção social pelo conhecimento? Obter uma colocação na estrutura administrativa? Ser professor? O que dizer também de um menino, filho de uma mulher forra, identificado num censo eclesiástico do final do século XVIII, que anos depois aparece como professor régio na mesma Vila onde nascera? Como aprendeu a ler? Onde e com quem? De que maneira a educação movimentou sua vida?¹

Pode ser que tenhamos mais perguntas que respostas, mas temos sabido aproveitar o vasto horizonte que se abre diante de nós, em termos de fontes e possibilidades metodológicas, sem dogmatismos e rigidez. O que se demonstra neste livro, primorosamente organizado por Fernando Ripe, Juliana Moraes e Mauro Dillmann, é exatamente isso. Um tema, a infância, e muitos caminhos abertos para o estudo de sua história. Os diferentes momentos históricos abordados, a diversidade e riqueza das fontes mobilizadas, as abordagens que trazem contributos de diferentes campos, indicam não apenas que há muito foram superadas as visões convencionais e até mesmo estereotipadas acerca da história da infância, como também sugerem que ainda há muito o que fazer, se explorarmos com entusiasmo as fontes já conhecidas e ousarmos naquelas que ainda não se mostraram o suficiente, ou sobre as quais ainda temos ressalvas ou desconhecimento.

Belo Horizonte, outono de 2025.

¹ O censo está no Rol dos Confessados da Vila de São José, de 1795.

Referências

FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

APRESENTAÇÃO

Modos de dizer e ver as infâncias nos domínios da historiografia portuguesa e brasileira: entre o Moderno e o Contemporâneo

Fernando Ripe
Juliana de Mello Moraes
Mauro Dillmann

Problematizações constante do campo da História (e) da Educação, nos seus variados interesses de tempos, espaços e sociedades, são os discursos relativos aos modos de cuidar, assistir e educar as crianças. Nesse sentido, a História da Infância tem continuamente se renovado enquanto campo, despertando interesses acadêmicos plurais, que podem ser constatados no crescente número de pesquisas no Brasil e em Portugal. São distintos os perfis dos pesquisadores e pesquisadoras, advindos de diferentes áreas, o que, somados aos variados acessos aos arquivos e acervos documentais, têm gerado resultados diversos e complementares. Sendo assim, a presente coletânea visa à divulgação de pesquisas atuais sobre as crianças em diferentes contextos transatlânticos, focadas em variadas temporalidades entre o Período Moderno e o Contemporâneo. A pluralidade de questões e abordagens sobre as infâncias na historiografia evidencia a riqueza desse objeto e a necessidade de se atentar para o caleidoscópio de realidades desses sujeitos. Não obstante, compreendemos que o reconhecimento e a valorização das crianças na História contribuem para ampliar sua visibilidade nas sociedades atuais.

O título e a orientação desta obra evocam um arranjo complexo de estudos que não se limitam a um modelo único ou homogêneo de sociedade. Trata-se de investigações voltadas a temporalidades pretéritas, nas quais se reconhece, na pluralidade dos sujeitos infantis, diferentes formas de ver e narrar as relações históricas entre sociedades, culturas e uma determinada classe etária. Por isso, “não existe, a bem dizer, uma infância. Existem várias experiências humanas que modelam a criança dentro de limites cronológicos determinados” (LOPES; FARIA FILHO; FERNANDES, 2007, p. 8).

A imagem da capa do livro, a obra *Boys playing on the shore*, do artista Albert Edelfelt (1854-1905), estampada no ano de 1884, é alegoricamente

representativa, na medida em que ilustra um grupo de meninos a brincarem na água com seus pequenos barcos à vela. É, justamente, nessa dimensão simbólica que buscamos identificar diferentes histórias de infâncias distanciadas por contextos ultramarinos que variam desde o Período Moderno ao Contemporâneo, mirando possíveis aproximações e similaridades oriundas de heranças culturais portuguesas, como também afastamentos e disparidades nos modos de ver e dizer sobre os sujeitos infantis de outros tempos, expressando as especificidades do viver em colônia.

Assim, a coletânea *História das Infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o Moderno e Contemporâneo* pretende contribuir para a historiografia da infância, da educação e da assistência no espaço luso-brasileiro a partir de uma ampliada temporalidade investigativa e com a participação de historiadores portugueses e brasileiros que aos seus modos perscrutam os significados simbólicos atribuídos aos infantis.

A partir do sucesso editorial de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicado originalmente em 1960 por Philippe Ariès, a obra se tornou uma referência para as iniciais discussões e pesquisas sobre a infância, inaugurando uma nova perspectiva para as pesquisas sociais e históricas sobre os sujeitos infantis. Publicada pela primeira vez no Brasil em 1978, *História Social da Criança e da Família* despertou a atenção de pesquisadores brasileiros para as possibilidades de abordar a infância como mote de problematização deste ou de outros temas. O enriquecimento do discurso historiográfico de Ariès sobre as mudanças de comportamentos e dos modos de pensar a criança e a família no período moderno ocidental propiciou, na esteira da terceira geração dos *Annales*, abordagens de novos temas e novos modos de expressá-los em História. Tanto que, no Brasil, podemos destacar duas coletâneas organizadas por Mary Del Priore. *História da criança no Brasil* (1992) integrou os temas abandono de crianças, instituições para crianças, trabalho infanto-juvenil, crianças escravas, crianças orfãs, brinquedos e brincadeiras, educação jesuíta, criminalidade infantil e educação de meninas no recorte temporal do século XVI ao XX. No final da década de 1990 a mesma autora produziu um trabalho de maior envergadura, o qual é constantemente tomado como referência no campo da História da Infância, a coletânea *História das crianças no Brasil* (1999). Cabe ainda chamar a atenção para outras duas obras similares, *História Social da Infância no Brasil* (1997), organizado por Marcos Cezar de Freitas, *Os intelectuais na história da infância* (2002), também de Marcos Cezar de Freitas em parceria com Moysés Kuhlmann Jr.

No entanto, em 2007, Mirian Jorge Warde já alertava para a existência de certa homogeneidade conceitual e analítica em relação aos estudos produzidos no país. Essa convergência conceitual é decorrente de vários fatores. O principal talvez seja a supervalorização da obra *História Social da Criança e da Família* devido à sua abordagem que, à época, desafiava a concepção tradicional de que a infância seria uma fase universal e natural da vida humana. Outra crítica da autora refere-se à rejeição do fascínio exercido pelas fontes iconográficas que tendem a privilegiar, no Antigo Regime, o surgimento de um certo sentimento em relação à infância — em detrimento da sua suposta ausência na Baixa Idade Média e no início da Modernidade. Essa crítica, no entanto, não desmerece a contribuição de Philippe Ariès, cujo trabalho, segundo Warde (2007, p. 25), “produziu no Brasil quase que uma única reação: favorável e passiva”. Tal situação ficou evidenciada a partir da constatação de que a “infância no Brasil está circunscrita e sujeita aos discursos institucionais e às práticas, com destaque às familiares, escolares, asilares e às correcionais” (WARDE, 2007, p. 22). A mesma constatação, em Portugal, havia sido feita por António Gomes Ferreira (2000, p. 18) quando afirmou que “com monótona regularidade tem se perfilado a ideia inicialmente defendida por Ariès, de que no passado não existia o conceito de infância”.

Já a historiografia portuguesa em relação à infância se constituiu por meio de uma complexa rede integradora com outras temáticas. Por exemplo, a partir da interpretação do poder institucionalizado, como a mediação entre a família, a escola, a Igreja, as misericórdias, os hospitais, os manicômios, etc.; das relações estabelecidas com a História das Mulheres; do respeito às peculiaridades em relação aos tempos de vida em que se privilegiam os discursos religiosos, médicos, pedagógicos (organizados na ordem dos saberes); das representações científicas, como bem nos explica Justino Magalhães (1997, p. 23):

[...] a partir das crianças portadoras de deficiências desenvolvem-se estudos científicos verdadeiramente renovadores, estudos de natureza teórica e prática que permitirão uma pedagogia centrada em pedocêntrica. São estes estudos de natureza biológica, psicológica e sociológica, desenvolvidos desde os finais do século XIX, que gerarão as representações científicas da infância, seus estádios, dimensões e formas de desenvolvimento.

A política de conservação documental em muito contribui para o desenvolvimento de pesquisas históricas em Portugal, permitindo que se observe a historicidade dos infantis a partir de diferentes temáticas, de práticas e discursos viabilizados por fontes salvaguardadas. O mesmo não ocorreu no Brasil, onde muitos documentos históricos se encontram deteriorados ou em

estado precário de conservação devido à falta de investimento em preservação e digitalização. Entre os fatores que ainda dificultam o acesso a determinadas fontes históricas, destacam-se a desorganização de acervos, sistemas de catalogação pouco eficientes, restrições de acesso e a carência de profissionais especializados na gestão e disponibilização de documentos. Tais limitações fazem com que os pesquisadores, muitas vezes, tenham que produzir “flechas com gravetos”, na expressão de Dominique Julia (2001), em alusão às inesperadas contingências e surpresas dos arquivos.

A disponibilidade de fontes e suas características materiais – uma vez que, em sua maioria, estão impressas, digitalizadas ou microfilmadas –, aliada à relativa facilidade de acesso garantida pelos arquivos portugueses, contribui para explicar a motivação particular de pesquisadores e pesquisadoras de Portugal em desenvolver estudos que ultrapassam os limites da educabilidade infantil restrita às instituições escolarizadas. Por exemplo, no campo da História da Educação, ao menos no Brasil, existem poucos estudos sobre práticas educativas não escolarizadas (GALVÃO; LOPES, 2001), bem como são poucas as que analisam as crianças em temporalidades mais afastadas. É válido ainda lembrar a crítica, elaborada nos finais dos anos 1990 pela historiadora Mary Del Priore, de que a historiografia internacional já vinha acumulando consideráveis informações sobre a criança e o seu passado, enquanto os historiadores brasileiros ainda estavam sendo instigados a procurarem suas próprias respostas às questões básicas sobre a história das infâncias. Distinto da historiografia internacional, o processo de valorização da infância percebido pelos historiadores brasileiros, para Del Priore (2010), estaria primeiramente no fato de a escolarização e a emergência do modelo de vida privada terem chegado ao território colonial com relativo atraso. Somam-se, ainda, outros aspectos impeditivos para que a valorização da infância florescesse, quais sejam o frágil sistema econômico colonial e a tardia industrialização. Outra importante crítica é o baixo interesse da História da Educação no Brasil em estudos e pesquisas sobre o período colonial, motivo pelo qual é possível afirmar que se trata de um período relativamente pouco analisado. Não obstante, Marisa Bittar e Amarildo Ferreira Junior (2006, p. 26) colocaram que o tratamento da educação colonial foi marcado pelo “enfrentamento de um problema teórico-metodológico de grande importância”, cujo tema ainda atrai um número restrito de pesquisadores.

Outra reflexão sobre as produções historiográficas acerca da América portuguesa e a educação no século XVIII foi o balanço historiográfico levado a cabo por Leandro Silva de Paula (2014). De acordo com o historiador, além

do número limitado de trabalhos sobre a educação no século XVIII, há uma inflexão que concentra as análises sobre a atuação dos jesuítas, nas reformas pombalinas e na criação das aulas régias. Nesse sentido, as pesquisas tendem a abordar a educabilidade em torno do Estado e da Igreja, revelando poucos interesses pelas práticas educativas não escolares na sociedade colonial.

Do conjunto de historiadores que tem problematizado a dinâmica da categoria infância, algumas concepções têm sido compartilhadas, dentre as quais podemos destacar: i) em determinados períodos e em específicas sociedades a infância não era compreendida como uma categoria de indivíduos, uma vez que não fazia parte da percepção coletiva de tais grupos; ii) a infância e os modelos discursivos acerca dos seus modos de cuidado fazem parte de uma formação discursiva que foi gradativamente elaborada em longa temporalidade; iii) essa formação discursiva foi orientada a partir das “ideias relativas a filosofias da natureza humana, teorias de educação, economias de capital humano, e da política de direitos humanos”; iv) as necessidades físicas e emocionais das crianças se tornaram objeto de preocupação de disciplinas como a Medicina, a Pedagogia e a Psicologia; v) a criança foi, progressivamente, tornando-se objeto de atenção e cuidado, de tal modo que para preservá-la e moldá-la foram criadas instituições específicas para lhe assegurar a salvaguarda e a educação (RIPE, 2023, p. 32).

No que se refere à produção historiográfica brasileira, a temática da infância parece convergir para dois eixos. O primeiro configura a criança na História, realçando os diferentes espaços e interações sociais que a ela ocupou no universo das brincadeiras e das práticas institucionais de assistência, higiene, saúde e correção. São evidenciados temas como crianças pobres e desvalidas, instituições asilares, casas de misericórdias e roda dos expostos, relações entre crianças escravas e libertas, crianças indígenas, políticas públicas em torno da infância, problemática dos desvios de condutas, marginalidades e infrações, presença da morte entre infantis, entre outros. O segundo vetor de análise dá relevância à relação entre infância e escola, debruçando-se, sobretudo, nas estratégias de ensino, nas práticas pedagógicas, nas instituições escolares, nos intelectuais formadores e nos próprios sujeitos infantis em escolarização.

Há que se destacar que a presente coletânea unindo pesquisadores em torno da temática da infância em perspectiva histórica, pode ser percebida como uma continuidade de outros trabalhos similares, já publicados, que conjugaram pesquisas de historiadores portugueses e brasileiros. Vejamos o caso das obras: *A infância e sua educação*, organizado por Luciano Mendes

de Faria Filho (2004) que reúne uma série de estudos organizados a partir de três temáticas convergentes, quais sejam, os sentidos da infância, as faces da exclusão e os desafios da escolarização da infância; *Para a compreensão histórica da infância* organizada por Alberto Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Rogério Fernandes (2007), que, também articulada a partir de três eixos, discute: i. a pertinência de distintas fontes e arquivos históricos na produção de pesquisas originais sobre os sujeitos infantis; ii. as possíveis relações entre a História da Infância e as Ciências que se ocupam de sua análise; iii. a História da Infância em perspectivas comparadas.

Agradecemos imensamente a colaboração da historiadora Thais Nívea de Lima Fonseca por ter aceitado, gentilmente, escrever o Prefácio. As palavras de Fonseca indicam que a infância constitui um tema que abre diversos caminhos para a pesquisa histórica. A variedade de períodos abordados, a riqueza das fontes e a diversidade de enfoques mostram que as visões tradicionais e estereotipadas já foram superadas. Ainda assim, há muito a ser feito, seja aprofundando fontes conhecidas, seja explorando aquelas ainda pouco acessadas ou negligenciadas. Dando continuidade à *Apresentação* da coletânea, indicamos que os textos reunidos foram organizados unicamente de forma cronológica de acordo com a temporalidade posta pelos autores.

O primeiro texto, *O abandono de crianças em Portugal: da liberdade à criminalização* (sécs. XVI-XIX), é de autoria da historiadora portuguesa Maria Antónia Lopes. Nele a autora aborda a difusão da assistência aos enjeitados em Portugal, sublinhando a importância do Estado nesse movimento. A criação de casas de roda em diferentes partes do reino, em finais do século XVIII, visava a garantir a sobrevivência dos bebês e evitar a infanticídio. Esse sistema foi pioneiro na Europa porque conjugava proliferação de recetáculos com grande uniformidade institucional e financeira (a rendas públicas das câmaras, eventuais rendimentos próprios e, se necessário, taxação da população) e com fiscalização superior de um organismo público central – sistema sem paralelo no mundo de então. Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XIX, a exposição aumentou significativamente, sendo que atingiu em 1867 3,7% dos nascimentos. Assim, o crescimento do número de abandonos naquele período incentivou a supressão das rodas e da liberdade de expor as crianças. A autora conclui que relativamente aos expostos ocorreram dois movimentos distintos em Portugal na segunda metade do século XIX: por um lado, restringiu-se a liberdade de exposição que, mais do que a criança pretendia salvar braços para a nação ou proteger as honras familiares, e por

outro, a assistência oficial alargou-se às crianças com os pais vivos mas sem capacidades econômicas.

Na sequência, os historiadores brasileiros Fernando Ripe e Mauro Dillmann, no capítulo *Sobre jogos e brincadeiras de meninos: análise comparada entre um texto do jesuíta Alexandre de Gusmão e gravuras de Claudine Bouzonnet-Stella (século XVII)*, realizam uma análise comparada entre o tratado *A arte de cuidar os filhos na idade da puerícia* (1685), do padre inaciano Alexandre de Gusmão (1629-1724), especialmente do capítulo *Dos jogos, & brincos dos mininos* e uma parcela da coleção de gravuras, *Os jogos e prazeres da infância* (1657), da artista francesa Claudine Bouzonnet-Stella (1636-1697). Se por um lado os autores identificam e analisam os possíveis efeitos físicos e as atitudes morais que o religioso presumia em relação aos jogos, brincadeiras e divertimentos pueris – uma vez que reconhecia e recomendava alguns, e interditava outros por considerar violentos ou potenciais à sensualidade – revelando diferentes atividades lúdicas dominadas por atitudes e comportamentos sociais, por outro, as identificam no inventário de cenas produzidas pela artista uma potencial similitude para representar simbolicamente as atividades infantis, especialmente aquelas práticas que se transformaram ou caíram em desuso com o passar do tempo. A comparação entre o texto de Gusmão e as gravuras de Bouzoneet-Stella indicam diferentes modos de perceber a cultura dos infantis, especialmente percebidos nos detalhes de uma variedade de jogos e passatempos muito comum entre as crianças do século XVIII europeu.

O terceiro capítulo, *As 'Infâncias' à margem da sociedade portuguesa (séc. XVIII ao XX): os dispositivos assistenciais, de proteção e (re)educação*, é de autoria do historiador português Ernesto Candeias Martins. O autor analisa a(s) 'outra(s) infância(s)', considerando nessa categoria aquelas que estiveram ausentes do desenvolvimento socioeducativo, do crescimento em família ou da escola, sendo considerada(s) como 'anormal' e/ou marginalizada(s). Essa condição exigia dispositivos ou medidas assistenciais, de proteção, de (re)educação e outros apoios que diminuíssem ou eliminassem os possíveis desvios sociais que possuíam. Assim, o autor analisa os dispositivos criados para responder às situações/condições, desvio e conflitos sociais ou de marginalidade, focando a assistência, a proteção jurídico-social (legislação) e as instituições destinadas a essas outras infâncias. A partir da sua análise, constata que toda a proteção jurídico-penal e/ou jurídico-social à infância incluiu a proteção moral, jurídica e socioeducativa, executada por uma terapêutica e profilaxia social, por meio da assistência direta/indireta dada pelas tutorias e

serviços tutelares e educativos, isto é, com início do direito tutelar de menores, que irá permanecer até finais do século XX.

Depois, o historiador brasileiro Juarez José Tuchinski dos Anjos, no texto *O cotidiano da criança paranaense no Oitocentos através de egodocumentos*, investiga o dia-a-dia das crianças do estado do Paraná no período do Oitocentos a partir da análise de egodocumentos (memórias, autobiografias e reminiscências de adultos sobre suas infâncias). Neles, o autor destaca dois elementos que constituiriam o cotidiano da infância dos egoautores paranaenses: a sua participação em festas e celebrações religiosas e as brincadeiras e brinquedos infantis, a fim de compreender como esses fenômenos marcaram suas meninices e produziram vivências que sobreviveram e sobre as quais recordaram na vida adulta ou na velhice. Igualmente, destaca a possibilidade do uso de egodocumentos como fontes para a construção de interpretações históricas sobre a criança do passado, uma vez que a empiria permite revelar vestígios do cotidiano da infância acessando cenários e experiências que não seriam observáveis em outros gêneros documentais.

Na sequência, temos o capítulo *As Casas da Criança: um programa de assistência e educação infantil no Portugal do Estado Novo* dos historiadores portugueses Luís Mota, António Gomes Ferreira e Carla Vilhena. A reflexão parte da compreensão da obra de assistência e educação desenvolvida a partir de um órgão de administração regional e, posteriormente, autárquico – Juntas Geral do Distrito de Coimbra, da Província da Beira Litoral e Distrital de Coimbra – entre os anos de 1927 e 1974, no Portugal do Estado Novo. Para tanto, os autores discutem uma das principais iniciativas, a *Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC)*, enquanto dispositivo socio-sanitário. Igualmente, perscrutam o referido programa considerando os seus destinatários, os objetivos, as especificidades de cada estabelecimento, bem como a proposta pedagógica consubstanciada. Destaca-se que o corpus documental obedeceu ao método crítico e à análise de conteúdo, onde se recorreu à triangulação de fontes para uma leitura mais totalizante, obtendo, assim, uma compreensão complexa da realidade educacional, captando dimensões de inovação educativa e dos seus limites.

O sexto texto, *Menores pobres, desvalidos e delinquentes no Brasil na transição do Império para a República: um balanço historiográfico*, é de autoria dos historiadores brasileiros Fabiano Quadros Rückert e José Carlos da Silva Cardozo. Nele os autores revisitam a bibliografia acadêmica produzida a respeito da menoridade pobre, desvalida e delinquente no Brasil, no período que corresponde ao final do século XIX e início do século XX. Dentro desse

recorte cronológico, exploram a atuação do poder público no atendimento às crianças pobres e desvalidas, concedendo especial atenção para o Juízo de Órfãos e para as instituições asilares que atuavam na assistência e educação. Trata-se, sobretudo, de questões como a criminalização dos menores e a discussão sobre o trabalho infantil identificadas como pouco contempladas pela historiografia brasileira.

O próximo capítulo é de Elisangela da Silva Machieski e Camila Serafim Daminelli, historiadoras brasileiras. Intitulado *No menor, um “Jesus sofredor”: menoridade e engajamento social na Campanha da Fraternidade de 1987*, o texto foca o contexto da redemocratização, a partir dos anos de 1980, no Brasil, e as organizações voltadas para a defesa das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, tal como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), estabelecido em 1985. Esse movimento tinha como objetivo de redefinir os direitos dessa população, desafiando a concepção de “menorismo” que prevalecia na época. Além disso, as autoras abordam o engajamento da Igreja Católica, por meio do Centro Pastoral Popular, especialmente por meio da Campanha da Fraternidade de 1987, que ampliou o debate sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. A partir das fontes documentais da Pastoral do Menor, com destaque para a Cartilha da Campanha da Fraternidade na Diocese de Tubarão, Santa Catarina, as autoras focam no engajamento da Igreja nas questões sociais no período da redemocratização e analisam os depoimentos trazidos pelo livreto. Constatam que, para além da associação com a figura de Cristo no decorrer do texto elaborado pela Diocese de Tubarão, a menoridade remonta no documento a diferentes tipologias: o menor abandonado, o menor trabalhador e o menor delinquente. Esses tipos sociais estavam relacionados ao contexto histórico do discurso analisado, e a uma nomenclatura que veio sendo consolidada paulatinamente desde a promulgação Código de Menores de 1927. Por fim, concluem que a cartilha exprimia expectativas distintas para meninos e meninas em relação ao Ciclo da Marginalização, revelando como a oficialidade católica esteve atenta às questões de gênero, utilizando para tal o recurso de dar voz às crianças e aos adolescentes como forma de valorizar as suas experiências, mas, também, legitimar seu enunciado.

Silvia Maria Fávero Arend, uma referência brasileira na História da Infância e Juventude, nos brinda com o capítulo *“Infâncias sem poesia”: adolescentes em conflito com a lei sob a visão de operadores do Direito (Florianópolis, Santa Catarina, 1990-2005)*. Nele a autora, a partir dos referenciais teóricos da História das Infância e Juventudes e da História do Tempo Presente,

analisa quatro narrativas dos operadores do direito, no intuito de conhecer os discursos proferidos acerca dos adolescentes que praticavam o comércio de drogas em Florianópolis entre 1990 e 2005. Além disso, outras fontes como matérias jornalísticas e a legislação brasileira e internacional amparam a análise. Apesar das prescrições baseadas nos Direitos Humanos presentes na legislação brasileira e internacional, o cenário em relação aos adolescentes em conflito com a lei no país alterou-se muito pouco entre 1990 e 2005, especialmente em relação à medida socioeducativa da internação. As fontes, ou seja, os entrevistados revelaram um perfil dos adolescentes envolvidos com o comércio de drogas, caracterizados como adolescentes do sexo masculino, muitos emigrados e com famílias consideradas desestruturadas. As autoridades consideravam que esses adolescentes não demonstravam ter uma perspectiva de futuro, pois sabiam dos riscos quando ingressavam nessa atividade econômica. A autora conclui que os diferentes operadores do direito descreveram de forma semelhante o perfil dos adolescentes, os quais seriam de famílias migrantes pobres, que não conseguiam se inserir no mercado laboral. A venda de drogas seria uma forma de obter rendimentos que pudessem a subsistência de suas famílias.

Cláudia Panizzolo e Adilson Ednei Felipe apresentam em *Literatura, Fotografia e História da Infância: os espaços onde se situavam as crianças na Primeira República na Cidade de São Paulo* uma análise para identificar as prováveis infâncias presentes na capital paulista no primeiro período republicano, explorando os aportes documentais e tecendo considerações sobre os lugares ocupados pelas crianças na época, principalmente as imigrantes e descendentes de imigrantes. O capítulo apresenta em sua metodologia de pesquisa e análise, a percepção dos estreitos laços entre a mundo infantil e adulto, em que, basicamente, se misturavam, pois as crianças estavam nas fábricas, como operárias, nas ruas, em pequenos trabalhos ou delitos, nas escolas, quer fossem particulares ou públicas, nos bairros privilegiados e nos cortiços, em brincadeiras e folganças. Nessa pesquisa, a literatura se constitui em aporte documental de inegável relevância, capaz de fornecer ou sugerir informações, preenchendo lacunas de documentos disponíveis ou o inverso, sendo complementada por outros conjuntos documentais, uma vez que a literatura, assim como outras produções (oficiais ou não), representam uma interpretação, uma visão do universo social e histórico abordado pelo filtro de um olhar. Igualmente, a fotografia é um documento histórico passível de análise específica, evidenciando suas particularidades relacionadas à conservação e propagação de determinadas imagens e a interpretação dessas

imagens pelos diferentes sujeitos históricos, abarcando desde a tecnologia utilizada até a delicadeza das nuances escolhidas pelo fotógrafo e/ou pelo fotografado. Como conclusões encontramos crianças em todos os espaços, mesmo os que se poderia supor exclusividade de adultos, pois ali estavam as crianças, brincando, sonhando, cometendo delitos, sofrendo, estudando e/ou trabalhando.

O décimo capítulo, *Representações hegemônicas sobre as crianças e a infância no final do século XIX e início do século XX no Brasil e em Portugal em revistas pedagógicas*, de Mônica Teresinha Marçal discute as concepções sobre os infantis a partir de periódicos pedagógicos que circulavam no final do século XIX e durante grande parte do século XX no Brasil e em Portugal, tendo como base a *Revista Escolar*, uma publicação portuguesa, e as revistas *Estudos Educacionais* e *Revista de Educação*, especificamente catarinenses. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa que contempla o estudo bibliográfico e documental. Para tanto, a autora observou a aprovação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de indicar como as crianças foram compreendidas como sujeitos de direitos contrastando com as representações que historicamente circulavam em torno de concepções que envolviam os saberes e os discursos médico e higienista, jurídico e moral, psicológico e pedagógico.

Encerrando a obra, temos o capítulo *Relações de Poder, Etnia, e Gênero: Do outro lado tem segredos, A fada que tinha ideias, Bisa Bia Bisa Bel* de Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Olga Brites. À luz da literatura, as autoras apresentam um ensaio a fim de discutirem como o mundo ficcional, permeado por memórias infantis e pelo olhar lúdico e imaginativo, pode ser repleto de relações de poderes e de marcadores sociais. Assinado sob uma narrativa sensível, o texto incita deleitosamente aos leitores, modos mais compreensíveis para interpretar o universo infantil.

Ao finalizarmos essa apresentação, agradecemos aos autores colaboradores pela gentileza de compartilhar um pouco de suas leituras, estudos, escritas, inquietações e descobertas sobre o universo das infâncias. Convidamos, assim, aos leitores a explorarem os caminhos teóricos e metodológicos operados nos exercícios de historicizar as infâncias e conhecer o passado postos nestas páginas. Vale lembrar que os textos aqui presentes têm por finalidade serem tão somente um contributo à compreensão histórica das infâncias, revelando específicos modos de visualidades e dizibilidades sobre os sujeitos pequenos nos seus variados espaços transatlânticos em tempos que se deslocam do Moderno ao Contemporâneo.

Com carinho, desejamos uma boa leitura.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, A. O Estado da arte em História da Educação Colonial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *Navegando pela História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2006, v. 1, p. 25-43.
- DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.
- FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação* [o que você precisa saber sobre]. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de – Para uma história da educação de infância em Portugal. *Saber (e) Educar*, n. 2, 1997, p. 21-26.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- PAULA, Leandro Silva de. América portuguesa e Educação no século XVIII: um balanço historiográfico. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS. História verdade e ética. 2014, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.
- RIPE, Fernando. *História da Infância: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII*. Caxias do Sul: EDUCS, 2023.
- WARDE, Miriam Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, pp. 21-39, 2007.

CAPÍTULO 1

O abandono de crianças em Portugal: da liberdade à criminalização (sécs. XVI-XIX)

Maria Antónia Lopes

Começemos este texto sobre o abandono de crianças com algumas clarificações que continuam a revelar-se necessárias. Os substantivos *enjeitado* e *exposto*, sinónimos, designam uma criança que foi abandonada e cujos pais são desconhecidos. Até meados do século XVIII, usava-se o vocábulo enjeitado. O termo exposto surgiu nessa época, mas só se vulgarizou no século XIX. Quanto à palavra *roda*, tinha na época três aceções com progressivo alargamento semântico: mecanismo cilíndrico de madeira colocado numa janela para a receção das crianças; edifício onde estava instalado esse mecanismo e onde viviam a mulher que os acolhia (*rodeira*), os expostos enquanto não eram confiados às amas externas e, nas rodas mais movimentadas, também algumas amas internas; finalmente (neste caso, utilizarei a maiúscula), a palavra significava também a instituição de assistência aos expostos, o sistema em si, englobando a sede, a administração e o conjunto de expostos e amas que, espalhadas sobretudo pelos campos, os criavam em suas casas.

Continua também a ser importante esclarecer que as rodas dos expostos não eram nem nunca foram as rodas dos conventos de freiras. As religiosas portuguesas eram contemplativas, sujeitas a clausura obrigatória e não exerciam qualquer atividade de assistência social. As rodas dos conventos e mosteiros femininos serviam para fazer entrar e sair do edifício cartas e pequenos volumes sem que as religiosas vissem o interlocutor nem fossem vistas por este.

Na Monarquia “Absoluta”

A lei portuguesa estabeleceu logo em inícios do século XVI, pelas *Ordenações Manuelinas* (1521), que a criação dos enjeitados competia às autoridades municipais sempre que na área do concelho não existissem hospitais ou albergarias que deles se encarregassem. Os dinheiros gastos com essas crianças saíam das contribuições públicas. As *Ordenações Filipinas* (1603) mantiveram este clausulado. Contudo, algumas misericórdias – instituições civis, autónomas entre si e sob tutela régia – (cf. SÁ e LOPES, 2008),

também se responsabilizaram pelos enjeitados porque haviam incorporado hospitais que tinham esse encargo ainda antes da lei de 1521 o atribuir aos municípios. Estava nessa situação a misericórdia de Lisboa depois de anexar Hospital de Todos os Santos em 1564. E foi essa instituição que mais crianças recebeu em Portugal ao longo dos séculos XVI a XIX. Outras Santas Casas, mesmo que de pequena dimensão e fracos recursos, também se viram nas mesmas circunstâncias. Refira-se a Misericórdia de Torres Vedras por ter agregado a gafaria local, obrigada pelos seus estatutos a criar os enjeitados (VIEIRA, 2023). Contudo, a modalidade mais comum de participação das misericórdias no socorro aos expostos foi apenas a de gestão dos serviços, com os custos pagos pelos tributos públicos, sem que essas confrarias gastassem rendimentos próprios com os enjeitados, que nunca foram obrigação das misericórdias. O seu envolvimento no socorro destas crianças era facultativo e assumido sobretudo pelas instituições de maior dimensão. Na maioria dos mais de 800 concelhos portugueses, os enjeitados continuaram a cargo direto das câmaras. Saliente-se que era só para os expostos (e, teoricamente, para os órfãos pobres) que a lei geral do reino previa o financiamento retirado dos impostos (cf. PINTO, 1820; PINTO, 1828; ROQUE, 1982; LOPES, 1984 e 1993; SÁ, 1995; LOPES, 2000; REIS, 2001; FONTE, 2004; LOPES, 2010). Mas previa-o para eles desde 1521, caso único no mundo ocidental.

Em 1775, o marquês de Pombal, ministro do rei D. José (1750-1777), reformou a assistência prestada aos expostos de Lisboa (a cargo da Misericórdia, como se disse, incluindo o financiamento), mas foi durante o reinado de D. Maria I (1777-1816) que o socorro a estas crianças foi reorganizado a nível nacional por Ordem de 24 de maio de 1783, emanada da Intendência Geral da Polícia², dirigida por Pina Manique. Este diploma, que não contrariava o que se estipulava nas Ordenações, obrigou à abertura de rodas de enjeitados em todas as vilas que as não possuísem. Ou seja, aquelas que ainda não tivessem adotado o modelo, teriam de instalar em casa própria um mecanismo de roda que permitisse o abandono livre e anónimo 24h por dia. Para isso, a casa com a roda deveria estar localizada em sítio pouco movimentado, com lanterna acesa durante a noite e uma mulher responsável por ela, a rodeira, permanentemente aí para acolher as crianças. Proibiam-se as indagações sobre a identidade de quem abandonara os meninos, pretendendo-se com esta atitude facilitar os enjeitamentos para obviar ao mal maior do infanticídio que, supostamente, grassava pelo reino provocando o decréscimo da população, que também se acreditava estar a ocorrer. As razões político-económicas

² Apesar do nome, equiparava-se a uma Secretaria de Estado do governo central.

da medida eram claramente expostas no diploma legal. Interessava que os enjeitados sobrevivessem “por consistirem as riquezas de um Estado na multidão de habitantes”.³

Em Portugal, os expostos nunca foram criados em orfanatos. As casas onde eram depositados funcionavam como placas giratórias, pois logo que possível as crianças eram entregues a amas de leite, em geral camponesas pobres que iam buscá-los para rentabilizar o seu leite após o desmame ou morte dos filhos. Nos pequenos concelhos rurais, de fraquíssimos recursos, a casa da Roda podia ser um humilde edifício com condições equiparadas às habitações camponesas (cf. figura 1).

Figura 1 – Aspeto atual da casa da Roda de Caria (distrito de Castelo Branco)



Nota: o mecanismo da roda encontra-se na janela da parede à esquerda.

Os enjeitados eram criados pelas amas externas nos seus domicílios até aos sete anos, recebendo as criadoras salários pagos pelas câmaras. Em todas as povoações onde a criação dos expostos era gerida pelas misericórdias, a organização assentava também na entrega a amas externas. Pela Ordem de 24 de maio de 1783, os provedores das comarcas passaram a ter por obrigação elaborar e remeter à Intendência Geral da Polícia tabelas anuais das entradas e óbitos dos expostos. O imposto do *cabeção das sisas* foi canalizado para o financiamento das Rodas, sempre que nos concelhos não existissem rendimentos próprios para os enjeitados. Para os expostos da capital foi destinado um terço da lotaria da Misericórdia de Lisboa criada também nesse ano de

³ Foi atualizada a grafia de todas as citações.

1783 e, em 1787, o fortíssimo reforço financeiro constituído por um terça parte dos legados não cumpridos de todo o império português.

Ao alcançarem os sete anos de idade, os enjeitados passavam para a alçada dos juizes dos órfãos, tendo de trabalhar para o seu sustento, como qualquer criança pobre da época. Os juizes deveriam nomear-lhes tutor e acomodá-los como criados a troco de alimentos, vestuário e dormida, passando os meninos e meninas a receber salário a partir dos doze anos. Atingidos os 20 anos de idade, eram livres e emancipados, ao contrário do resto da população de ambos os sexos que atingia a maioridade aos 25 anos. A lei portuguesa protegia ainda os expostos ao considerá-los legalmente filhos legítimos.

O sistema estabelecido em Portugal foi pioneiro no panorama europeu porque conjugava proliferação de recetáculos com grande uniformidade institucional e financeira (a rendas públicas das câmaras, eventuais rendimentos próprios e, se necessário, taxação da população) e com fiscalização superior de um organismo público central – sistema sem paralelo no mundo de então.

Portugal destacava-se também das outras nações católicas pela ausência da tutela e do protagonismo da Igreja na assistência em geral. Na solução encontrada para os expostos a diferença é flagrante. Nos países italianos e na França meridional, zonas onde a utilização das rodas era comum, a criação dos enjeitados cabia a confrarias, autoridades eclesiásticas ou comissões de leigos e clérigos. Em Castela estava sob supervisão da Igreja. Além disso, em Portugal imperava a proliferação das Rodas, disseminadas pelos concelhos. Na mesma época, na península itálica e no reino de Castela, existiam Rodas apenas nas grandes cidades. Alguns anos depois da ordem de Pina Manique, procedeu-se em Castela à regulamentação da assistência aos expostos, aumentando o número de Rodas. Só que as opções foram divergentes quanto às entidades responsáveis por este ramo da assistência: enquanto em Portugal esse papel estava reservado às autoridades civis, em Castela cabia à Igreja, com os párocos a organizar o acolhimento dos expostos sob a supervisão dos bispos.

O abandono de crianças foi um comportamento que cresceu continuamente de meados do século XVIII à década de 1870, o que sucedeu por toda a Europa, mas foi mais acentuado em Portugal. Face à expansão do fenómeno e ao constante subfinanciamento do sistema, os resultados eram catastróficos. Encarregado em 1813 de inspecionar a criação dos expostos por todo o reino, Filipe de Araújo e Castro concluiu que morriam “três quartos da totalidade de crianças expostas” (CASTRO, 1815).

Na Monarquia Constitucional

Manutenção das Rodas de admissão livre

O regime monárquico constitucional e parlamentar foi definitivamente implantado em Portugal em 1834 e, logo dois anos depois, o decreto de 19 de setembro de 1836, pretendendo combater os altíssimos níveis de mortalidade registados entre os expostos, retirou-os às misericórdias que deles se encarregavam, atribuindo esta modalidade assistencial exclusivamente às autoridades administrativas municipais e distritais, salvo no concelho de Lisboa, onde a Misericórdia permaneceu com essa obrigação. Este decreto, que também visou aumentar os meios financeiros do socorro, determinou que as despesas passariam a ser organizadas e geridas por distritos (circunscrições administrativas recém-criadas), pagas por quotas impostas aos concelhos, a cujas câmaras se entregava a administração particular de cada Roda.

Figura 2 – Os distritos portugueses no século XIX



Criado este novo esquema, também ele não foi capaz de colmatar as deficiências da organização anterior nem de melhorar a sorte dos enjeitados. O hábito de expor acentuava-se, a administração pública não conseguia acomodar convenientemente as crianças, os níveis de mortalidade atingiam valores revoltantes, a falta de amas era aflitiva, a má vontade das câmaras a quem eram impostas quotas consideradas frequentemente injustas, por excessivas e/ou díspares relativamente a outras do mesmo distrito, suscitava a inépcia ou a fraude (havia municípios que remetiam secretamente expostos da sua Roda para concelhos vizinhos).

Segundo cálculos governamentais, no ano económico de 1861/62⁴ haviam sido enjeitadas em Portugal 16.429 crianças, no ano seguinte 15.536, a que se acrescentavam os 37.167 expostos existentes com menos de sete anos. Os abandonos correspondiam a um por cada oito nascimentos e a despesa nacional com o sistema ultrapassava os 390 milhões de réis, sendo 70% pagos pelos municípios e 30% pela Misericórdia de Lisboa, distrito onde os expostos atingiram 32% do total (tabela anexa ao decreto de 21.11.1867). Se confrontarmos os 390 milhões de réis gastos com os enjeitados e o Orçamento Geral do Estado (OE) desse ano (*Mappa da despesa...*), concluímos que equivaliam a 2,5%. Mas no OE não eram inseridas as despesas custeadas pelas receitas próprias da Misericórdia lisboeta nem as que estavam a cargo dos concelhos e nestes “a parte mais importante da receita municipal é consumida na sustentação dos expostos”, como afirmava o ministro Martens Ferrão na proposta do decreto de 21.11.1867. De facto, e como meros exemplos, num pequeno concelho rural do distrito da Guarda de meados de Oitocentos, a Câmara Municipal canalizava para os expostos 41 a 48% do total das suas despesas (LOPES, 1984, p. 151) e na mesma época, nos concelhos do distrito de Ponta Delgada (arquipélago dos Açores), os dispêndios com os expostos representavam entre 34% e 96% do rendimento das câmaras municipais” (SILVA, 2012, p. 496-497). Os municípios endividavam-se e não conseguiam investir em melhorias indispensáveis ao bem-estar da população.

Para avaliarmos a dimensão das práticas de abandono em Portugal, diga-se que segundo os números publicados no decreto de 1867, em inícios da década de 1860 abandonavam-se anualmente tantas crianças em Portugal como na França, tendo este país 8,5 vezes mais habitantes. Assim, os expostos seriam 0,4‰ da população francesa, mas 3,7‰ da portuguesa. Quanto a Espanha, as crianças abandonadas representavam em meados do século XIX

⁴ Nesta época a administração pública, tal como a generalidade das instituições, ainda usava os anos económicos (de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte) e não os anos civis.

quase 4% dos nascimentos, taxa elevada (CARASA, 1991), mas, a crer nas cifras do decreto de 1867, muito inferior à portuguesa, que atingia os 12,5% dos nascimentos.

Assim sendo, é bem compreensível que a partir de meados do século XIX, a manutenção do abandono livre tenha sido questionada e proposto o encerramento das rodas, sustentando-se os seus adeptos sobretudo nos gastos inoportáveis, na dissolução de costumes e nos altíssimos níveis de mortalidades dos expostos. Mas havia também apoiantes da manutenção das rodas, que argumentavam com a necessidade de preservar a honra de mulheres honestas que, por um momento de fraqueza, seriam para sempre desonradas, arrastando na lama o nome das famílias e, ainda, com inevitabilidade do infanticídio por parte de mães desesperadas se as rodas fossem abolidas.

No contexto desta polémica (cf. FONTE, 2004, p. 171-175; SILVA, 2012, p. 500-508; SILVA, 2017, p. 178-180), publicou-se o decreto de 21 de novembro de 1867 pelo qual se extinguíram as rodas dos expostos em Portugal. Mas ainda não foi neste ano que a admissão livre foi abolida, pois quatro meses depois o decreto foi revogado. Prevvia-se em 1867 que, em substituição das casas de rodas, fossem abertos hospícios destinados a admitir não só expostos, mas também abandonadas pelos pais ausentes com identidade conhecida e, ainda, filhos de indigentes que com eles coabitavam. O princípio fundamental era o da admissão justificada, isto é, cada caso seria analisado e ponderada a legitimidade do abandono. Este plano de 1867, que procurava reduzir o abandono dos filhos, complementava-se com medidas várias visando atalhar algumas das suas causas. Assim, os novos hospícios seriam dotados com enfermarias de maternidade ficando as parturientes aí assistidas obrigadas a criar os seus filhos, salvo nos casos de absoluta impossibilidade. Instalar-se-iam creches, onde os filhos de gente trabalhadora se pudessem recolher durante o dia. Conceder-se-iam subsídios às mães pobres durante a gravidez e a lactação e, em certos casos, até aos quatro anos de idade dos filhos. Quanto às crianças efetivamente abandonadas e admitidas no hospício, seriam, como sempre, enviadas a criar por amas externas. Nesse mesmo ano de 1867, o primeiro Código Civil português baixou a maioridade legal da população de 25 para 21 anos, continuando a considerar especial o caso dos expostos, que passavam a atingir a maioridade aos 18 anos.

O decreto de 21 de novembro de 1867 que tão profundamente vinha alterar uma *praxis* multissecular foi revogado a 23 de março de 1868, no âmbito de uma revogação geral das reformas administrativas decretadas pelo governo anterior. Mas o diploma não foi completamente inútil. À falta de

lei nacional, as Juntas Gerais de Distrito foram gradualmente modificando o serviço público de assistência à infância, adotando algumas cláusulas da reforma decretada em 1867: encerravam as Rodas concelhias de admissão livre, substituídas por uma única entidade de recolha na capital do distrito, e encetaram medidas de dissuasão e de repressão do abandono. Como medida de dissuasão, destaca-se a concessão de subsídios temporários aos pais indigentes. Na vertente repressiva insere-se a obrigação imposta às mulheres grávidas não casadas e “não recatadas” de declarar oficialmente a gravidez, dar conta do parto e criar os seus filhos. Impôs-se a admissão justificada de cada criança que se pretendia entregar à assistência pública. Nas situações de abandono anónimo, as autoridades administrativas procediam a indagações e, encontrando suspeitos, deveriam entregá-los ao poder judicial que faria seguir os processos.⁵ O procedimento tinha base legal porque o primeiro Código Penal português, que fora promulgado em 1852, criminalizara o abandono de menores de sete anos em local não preparado para os receber. Assim, quando as rodas eram encerradas, todo o abandono passava a ser crime. O mesmo Código iniciava a repressão da exposição livre ao criminalizar também o abandono dos filhos legítimos cujos pais tivessem meios de os sustentar – o que pressupunha a indagação sobre a origem dos expostos depositados nas rodas.

Em resumo: a supressão das rodas e da liberdade de exposição em Portugal não data de 1867, como por vezes se lê. Foi antes um processo gradual, prolongando-se por décadas e concretizado por distritos. As Rodas concelhias foram substituídas por instituições de admissão justificada logo na década de 1860 nos concelhos rurais do distrito de Lisboa e em todo o território dos distritos de Aveiro, Porto, Leiria e Viana do Castelo; em 1870 no município lisboeta; e nos distritos de Coimbra em 1872, de Évora em 1873, de Viseu em 1874, de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada (ambos no arquipélago dos Açores), respetivamente em 1875 e 1880.

Extinção do abandono livre em rodas

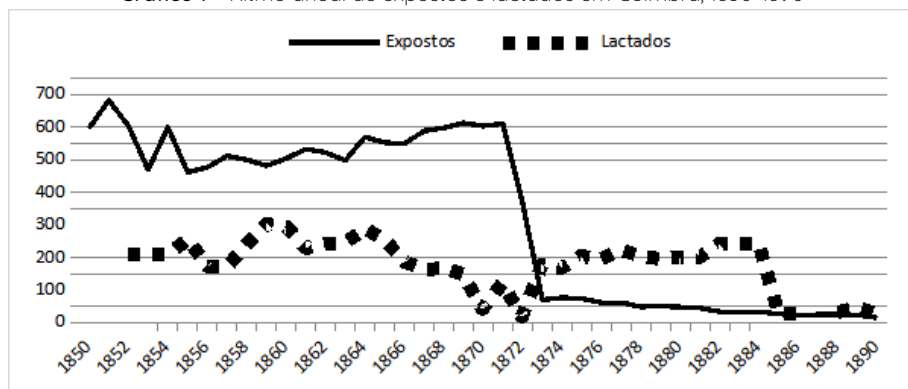
Ninguém tinha memória de não haver rodas de enjeitados e o seu encerramento atemorizava muitos. O que se aconteceria agora? Subida em flecha dos abortos e dos infanticídios? Crescimento da mortalidade infantil? Crianças abandonadas pelos campos?

⁵ Na verdade, o procedimento que se adotou em Coimbra não foi esse. Encontrada a pessoa responsável pelo abandono e identificada a mãe da criança, esta era devolvida à família, salvo se provado não ser de todo possível. Tudo se passava no âmbito das competências das autoridades administrativas, sem processos judiciais.

Na verdade, nada indica que com o encerramento das rodas tivesse aumentado em Portugal a mortalidade infantil, os infanticídios e os abortos conhecidos. O que aconteceu foi a diminuição abrupta e radical do abandono de crianças, como se comprovou já nos distritos estudados. É óbvio que todos sabiam que muitas mães eram demasiado pobres, que era a miséria que as obrigava ao abandono, fossem ou não casadas. Por isso se intensificaram os mecanismos de repressão e socorro já referidos (declarações de gravidez e subsídios de lactação) que visaram, e de facto conseguiram, diminuir o número de exposições.

No Porto, onde a Roda fechou em 1864, o número de expostos baixou bruscamente e os lactados (crianças subsidiadas durante a lactação) ultrapassaram os enjeitados logo em 1866, por muito pouco ainda, mas nitidamente em 1867 (SÁ e CORTES, 1992, p. 185). Em Lisboa foi de imediato, quando a Roda encerrou em 1870 (PAULINO, 2014, p. 190, 198), tal como em Coimbra, onde a Roda foi desativada em 1872. Observemos o que se passou neste distrito entre 1850 e 1890.

Gráfico 1 – Ritmo anual de expostos e lactados em Coimbra, 1850-1890

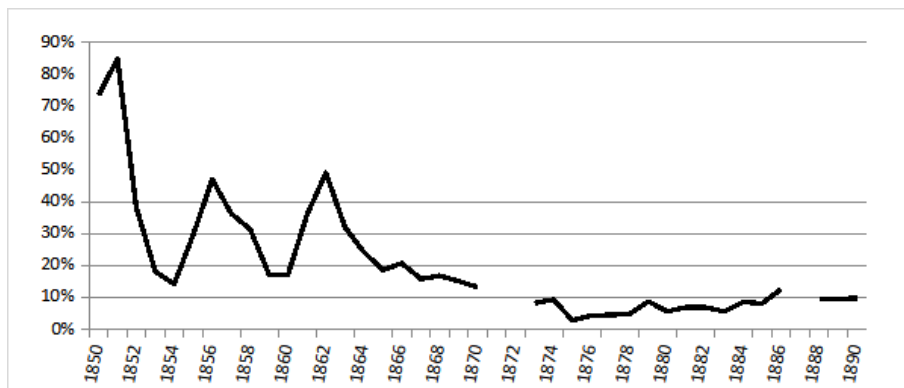


Fontes para os anos 1850-70: ROQUE, 1982, vol.2, Anexos, Quadros 33 e 38 e para os anos 1871-90: Relatórios dos governadores civis e das comissões distritais.

A Roda dos Expostos de Coimbra encerrou a 1 de julho de 1872, sendo substituída pelo chamado Hospício dos Abandonados, que nunca foi um internato, salvo para as crianças doentes. Todas as outras continuaram a ser confiadas a amas externas. Só eram admitidas crianças abandonadas se não fosse possível localizar os pais ou, sendo eles identificados, se comprovassem ser-lhes completamente impossível cuidar dos filhos. De imediato, como noutros distritos, o número de enjeitados caiu aparatosamente. Se no 1º se-

mestre de 1872 entraram na roda 325 expostos, no resto do ano apenas 38 apareceram em todo o distrito.

Gráfico 2 – Taxas de mortalidade das crianças abandonadas em Coimbra, 1850-1890



Fontes: Ver gráfico anterior.

Ainda no tempo da Roda se haviam superado em Coimbra as hecatombes dos primeiros anos da década de 1850, alcançando-se taxas de mortalidade relativamente aceitáveis desde 1867. Mas entre 1850 e 1870 os bons resultados eram os que se situavam abaixo dos 20%, dimensão de morte que o Hospício nunca atingiu, pois as suas taxas oscilaram entre 3% e 13%. No distrito de Portalegre, entre 1880 e 1887, essas percentagens variaram entre 18% e 28% (SILVA, 2017, p. 229-230). Nesses mesmos anos, em Coimbra, situaram-se ente 6% e 13%.

Se olharmos para os números absolutos de expostos falecidos em Coimbra, a diferença é tão notável que não podia deixar de impressionar os contemporâneos: nos 17 anos compreendidos entre 1873-1890, morreram 565 crianças sob a tutela do Hospício (227 sobreviventes da antiga Roda e 338 crianças admitidas depois). Nos 17 anos anteriores à sua abertura (1854-1870), faleceram a cargo da Roda 5.268 expostos (ROQUE, 1982, v.2, quadro 33).⁶

Medidas repressivas e dissuasoras: declarações de gravidez e subsídios de lactação

Já desde inícios do século XVII que as Ordenações Filipinas ordenavam aos quadrilheiros que informassem as justiças das mulheres prenhes de que “se suspeite mal do parto, não dando delle conta” (Liv. I, Tit. 73, § 4).

⁶ No mesmo número de 17 anos, mas em 1803-1819, morreram 4.149 crianças da Roda de Coimbra, além de 1.887 cujo destino é desconhecido (LOPES, 2000, v.1, p. 318).

Repare-se que não se previa a intimação e o cadastro das mulheres grávidas não casadas, mas uma ação fiscalizadora após o parto, havendo suspeita do desaparecimento do recém-nascido. O importante alvará de 18 de outubro de 1806 reiterou essa ordenação, mas a sua formulação, sem que o exprimisse claramente, forçava as autoridades a arrolar essas mulheres antes do término da gravidez:

E para que este piedoso estabelecimento [socorro aos expostos] não venha a ter o mau efeito de ofender os bons costumes, sou servido suscitar a observância da Ordenação do Reino, Livro primeiro, título setenta e três, parágrafo quarto, e determinar que as Justiças efetivamente obriguem as mulheres solteiras que se souber andarem pejadas, a dar conta do parto e a criarem o filho, sendo possível, ou a todo o tempo que souberem dos pais, a pagarem a criação e tomarem conta de seus filhos; no que se haverão as justiças com toda a discrição e segredo para evitarem qualquer má consequência (§ 8).

Que se saiba, esta obrigação foi em geral negligenciada. As invasões francesas, a transferência da capital do império para o Rio de Janeiro, as convulsões políticas, a guerra civil e a instabilidade dos primeiros anos do Liberalismo não permitiram aqui, como em tantos outros aspetos, concretizar reformas e inovações, que tiveram de aguardar pela estabilidade da Regeneração, a partir de 1851. Assim sendo, só na 2ª metade do século XIX as intimações às grávidas se tornaram prática corrente, promovidas e executadas pelas autoridades administrativas distritais e concelhias. Visava-se com esta atividade controladora reduzir despesas, diminuindo o número de expostos, impedir infanticídios e moralizar os comportamentos – por esta ordem, embora nos discursos dos poderes se proclamassem tais objetivos exatamente na sequência inversa.

As declarações compulsivas de gravidez aplicavam-se às mulheres solteiras que se apresentassem com sinais evidentes de prenhez, assim como às viúvas e casadas nas mesmas circunstâncias cujas gravidezes não pudessem ser dos maridos. A lei sublinhava o facto de a gravidez ser pública e as autoridades insistiam no “respeito devido ao melindre e decoro das famílias”, como se adverte em ofício circular do governo civil de Coimbra aos administradores dos concelhos em 1852. Isto é, as mulheres que pertencessem a famílias respeitadas ou possuíssem meios para se esconder, por não terem de trabalhar na rua, escapavam ao controlo. Ora, essas que não eram vistas em público eram as que mais facilmente poderiam matar ou expor os filhos sem que se soubesse. Por isso a intimação a mulheres grávidas – que só visava as “não recatadas”, insisto – era ação repressiva e afrontosa sobre as mais humildes, na verdade um mecanismo de dominação e controlo das suas vidas. Com a

ida da mulher em causa à administração do concelho para assinar o termo de responsabilidade, precedida da receção da intimação, lida por um oficial de diligências perante testemunhas, o assunto dificilmente se mantinha ignorado da vizinhança. Mesmo que se procurasse ser discreto, como esconder tais deslocações e procedimentos em meios pequenos onde tudo se sabia? Depois, essas mulheres eram pressionadas a identificar o pai da criança e obrigadas a apresentar o filho nascido e a criá-lo, salvo em caso de total impossibilidade. Nesta situação, e só nesta, seria admitido na Roda e, depois da sua extinção, no Hospício do Abandonados.

Como seria facilmente previsível, a medida redundou em abusos, perseguições pessoais, vinganças e até promessas de votos em troca de intimação a determinada mulher. Manuel Emídio Garcia (1838-1904), professor universitário e autor da reforma dos cuidados a prestar aos expostos em Coimbra que conduziu à extinção da Roda, denunciava tais práticas nesse projeto de remodelação publicado em 1871:

As intimações são, às vezes, e têm sido, um meio sórdido e vil de provocar denúncias, exercer vinganças e não só têm servido para desafogar ciúmes e fazer represálias, mas também (vergonha eterna!) de arma poderosa em manejos políticos!

Parece incrível, mas é verdade! A mais de um administrador do concelho se tem ido oferecer serviços eleitorais pedindo como única recompensa de tão relevantes serviços a intimação de uma infeliz mulher, recatada e honesta. Um destes factos, não há muito que se verificou em um dos mais populosos concelhos da Beira (GARCIA, 1871, p. 98).

Mesmo sem estes desvios aberrantes, o Prof. Garcia era visceralmente contra as intimações por violarem direitos básicos – indignação que quase ninguém manifestou.

Rejeitamos a investigação como medida preventiva, por ser imoral, injusta e ineficaz; não queremos a indagação de um facto possível, provável até, mas de que a sociedade somente deve conhecer depois de consumado; não queremos a intimação da autoridade, ainda mesmo para aquelas mulheres, que patenteiam os sinais demonstrativos de uma certa ou provável gravidez. A sociedade deve esperar pelo facto do abandono, e não cometer a injustiça e aleivosa temeridade de supor a mãe capaz de abandonar o filho que traz no seio, cuspidos na faces da mulher, pouco importa libertina ou infeliz, a mais atroz injúria, quando ela mais digna se torna de respeito e veneração, ou, pelo menos, de compaixão e dó (GARCIA, 1871, p. 28-29).

Que se faça a indagação, continuava Manuel Emídio Garcia, se for perpetrado o abandono. Mas que se procure também o pai. E verberava, revoltado: “para que há de argumentar-se só com a mulher; ente que a lei exalta e avilta, protege e degrada ao mesmo tempo?”. “Nestes dramas há sempre,

pelo menos, dois atores” (GARCIA, 1871, p. 37). Esta realidade, presente nas vidas de gente humilde urbana e rural, e que tantos enxovalhos e baixeiras terá provocado, também não interessou aos romancistas e contistas da época, desde os românticos que podiam ter explorado o filão da donzela infamada aos realistas e naturalistas de finais de Oitocentos.

Os “subsídios de lactação” também se vulgarizaram na segunda metade do século XIX, promovidos e aplicados pelas autoridades administrativas, embora tivessem precedentes diretos no socorro aos chamados “meninos desamparados”, previstos pela generalidade dos compromissos das misericórdias (LOPES, 2008). Os subsídios eram prestações pagas durante alguns meses no período de amamentação das crianças e destinavam-se a mães solteiras pobres, auxiliando-as numa altura em que precisavam de se alimentar bem e tinham as suas capacidades de trabalho condicionadas. Visavam, acima de tudo, dissuadi-las do abandono. Em certos distritos, mas não em Coimbra, generalizaram-se às famílias pobres, fossem ou não monoparentais.

A historiografia tem prestado pouca atenção aos arrolamentos das mulheres grávidas, mas há algumas exceções. João Lourenço Roque, já em 1982, estudou-as na sua tese de doutoramento sobre o distrito de Coimbra entre 1830 e 1870 (ROQUE, 1982, v. 2, p. 717-720 e Anexos, quadros 38 e 39). Cinco anos depois, Maria Helena Alvim publicou um artigo sobre as intimadas no concelho de Celorico de Basto entre 1872 e 1890 (ALVIM, 1987). Muito mais tarde, nas suas teses de doutoramento, Teodoro Afonso da Fonte, Susana Serpa Silva e Ana Isabel Silva analisaram as intimadas nos distritos de Viana do Castelo, de Ponta Delgada e de Portalegre (FONTE, 2004, p. 241-243; 403-405; SILVA, 2012, p. 529-531 e Anexos, quadros 25-27; SILVA, 2017, p. 270-306, 534-535). Pela minha parte, tenho incentivado os alunos a estudar a temática, de que resultaram alguns trabalhos. Mais ou menos conseguidos, fornecem-nos dados seguros, recolhidos nos próprios livros de termos das intimadas existentes nos arquivos históricos municipais (CUBEIRO, 2010; CARVALHO, 2011; FERREIRA, 2011; MATOS, 2013; PEREIRA, 2014; SOUSA, 2018; MOREIRA, 2020). O mesmo tenho feito em relação ao estudo dos subsídios de lactação (SANTOS, 2003; PEREIRA, 2005; FERNANDES, 2005; CUBEIRO, 2011; MARTINS, 2011; FERREIRA, 2014; SILVA, 2015; LOBO, 2018), mas esta modalidade assistencial tem suscitado mais interesse aos historiadores. Vejam-se os trabalhos de João Lourenço Roque (1982, p. 743-749 e Anexos, quadros 38-29) Isabel dos Guimarães Sá e Nuno Osório Cortes (1992), Teodoro da Fonte (2004, p. 191-197), Susana Serpa Silva (2012, p. 522-528, 531-541

e Anexos, quadros 22-24), Maria de Fátima Reis (2014) e SILVA (2017, p. 306-316, 535-536).

As intimações às grávidas não casadas fizeram-se regularmente no distrito de Coimbra desde 1852. Entre este ano e 1878, as autoridades administrativas obrigaram 12.829 mulheres não casadas a declarar a sua gravidez. Tratava-se, portanto, de uma ação repressiva muito presente nos quotidianos populares e nas vidas familiares e privadas, se bem que esteja agora totalmente caída no esquecimento do público. À exceção do triénio 1870-1872 (cujos números se explicarão adiante), as intimações a mulheres grávidas do distrito de Coimbra situaram-se sempre acima das 400 anuais. Ao longo do período em apreço, foram arroladas em média 475 mulheres por ano, subindo a 491 se retirarmos aquele triénio anómalo.

Em 1877 nasceram no distrito 907 crianças fora do casamento, o que corresponde a uma taxa de ilegitimidade de 10,4%, inferior à média nacional, que se situaria em 1886 e 1887 nos 14,3% e 13,0%, respetivamente (BANDEIRA, 1996, p. 460). Nesse ano de 1877 foram intimadas no distrito de Coimbra 504 mulheres e no anterior 510. Isto é, os administradores dos concelhos localizaram e notificaram mais de metade das grávidas não casadas do espaço que tutelavam. As autoridades eram, portanto, muito interventivas, mas registavam-se fortes variações concelhias.

As fontes aqui exploradas não identificam estas mulheres, não se percebendo, portanto, qual a sua distribuição por estado conjugal, com que tempo de gestação estavam quando foram intimadas, que idade tinham ou qual era a sua ocupação. Pesquisas efetuadas em arquivos municipais do distrito ou de distritos contíguos revelam, como seria de esperar, que a quase totalidade destas mulheres era celibatária. Entre 1852 e 1860 foram intimadas no concelho da Lousã 114 mulheres grávidas, sendo apenas 4,4% viúvas e as restantes solteiras (CARVALHO, 2011, Anexos); anos depois, entre 1877 e 1881, num total de 89 mulheres arroladas no mesmo município, a percentagem de viúvas desce um pouco, para 3,7% (FERREIRA, 2011, p. 10). Já em Anadia, concelho do distrito de Aveiro, só nos três anos de 1875-1877 foram intimadas 189 mulheres. Em grande parte, 127 casos, a situação conjugal não é esclarecida, provavelmente porque eram solteiras. Nos restantes, encontram-se registadas 53 celibatárias, cinco viúvas e quatro casadas. Instadas a declarar o pai do feto, só 8% o fizeram e 98% delas criaram os seus filhos (PEREIRA, 2014, p. 13-14, 16). No concelho de Ansião, no Norte do distrito de Leiria, eram solteiras 95% das 131 mulheres intimadas entre 1871 e 1880 (MOREIRA, 2020, p. 14). Pesquisa efetuada no arquivo

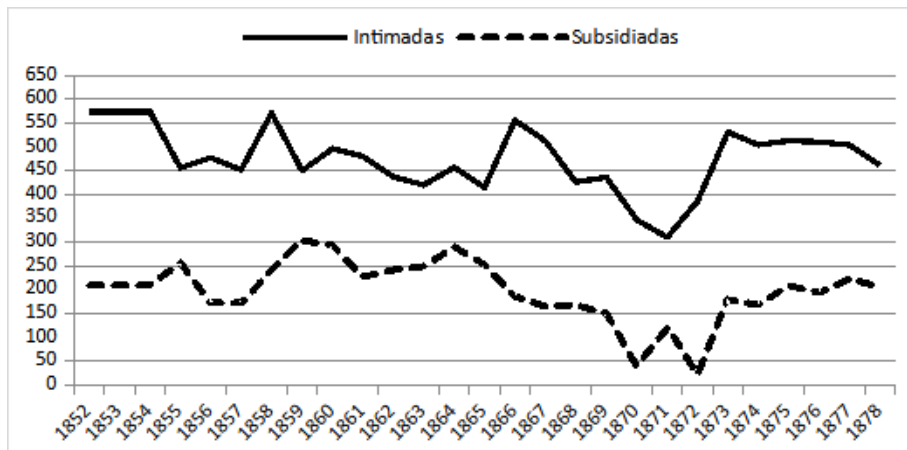
distrital de Leiria revelou que nesse distrito, durante o triénio 1857-1859, se fizeram 206 intimações a mulheres grávidas (MATOS, 2013, p. 22), número bastante baixo, muito inferior ao que se verificava em Coimbra, mesmo tendo em conta que a sua população era inferior e que as taxas de ilegitimidade do distrito de Leiria, a partir dos anos 1886, foram sempre menos expressivas (BANDEIRA, 1996, p. 460). Descendo um pouco mais para Sul, sabemos que no concelho de Torres Novas, distrito de Santarém, entre 15 de julho de 1873 e 7 de fevereiro de 1884 foram intimadas 216 mulheres. As viúvas atingiam os 8% e as casadas os três pontos percentuais (CUBEIRO, 2011, p. 21, 24).

Interessante também é perceber há quanto tempo essas mulheres haviam engravidado quando foram apanhadas na rede de controlo legal. Tanto em Anadia, como em Torres Novas – o que sugere ser procedimento generalizado – eram intimadas desde os três meses de gestação até a poucos dias antes do parto. Se estas últimas ocorrências são facilmente compreensíveis e sugerem que as mulheres tentaram escapar ao arrolamento, as intimações de grávidas com três meses de gestação são à partida inesperadas. Em certos casos foi mero erro de cálculo do tempo de gravidez quando se procedeu à intimação (PEREIRA, 2014, p. 17), mas quando se registaram as datas precisas do depoimento e do parto, não há margem para dúvidas quanto à precocidade da intimação. E assim sucedia em Torres Novas. Considerando os 123 casos em que são fornecidas as duas datas, conclui-se que 43% dessas mulheres tinham gestações de quatro a seis meses, que 37% estavam já no último trimestre da gravidez, mas que 20% haviam engravidado há menos de quatro meses. Por vezes, embora muito raramente, verificava-se que afinal a mulher intimada não se encontrava grávida (CUBEIRO, 2010, p. 10). Que motivos, que se adivinham inconfessáveis, provocaram a intimação, não o sabemos.

Passemos agora ao socorro que estas mulheres podiam esperar, regressando à observação atenta do distrito de Coimbra.

Em 1852 deliberou a Junta Geral de Distrito de Coimbra que no ano económico de 1852/53 fossem contempladas 300 mães solteiras pobres com subsídios de 600 réis mensais. Foi também aprovada a sua distribuição pelos concelhos então existentes, indo de 4 subvenções nos mais pequenos a 38, em Coimbra. O número foi elevado logo no ano seguinte para 400, assim como os montantes, para 800 réis, a ser pagos durante 18 meses. O valor seria acrescido ainda em 1864 para 1.000 réis em 1873 para 1.200. Observando o gráfico seguinte, verifica-se que nunca se atingiram esses números de mães subsidiadas.

Gráfico 3 – Declarações de gravidez e subsídios de lactação no distrito de Coimbra, 1852-1878



Fontes: Ver gráfico anterior.

Salta à vista o paralelismo das duas linhas e percebe-se de imediato que, grosso modo, se concediam ajudas financeiras a perto de metade das intimadas, 42% para ser exata. Sobressai, também, a quebra de 1870-72. Poder-se-ia conjecturar que por qualquer razão nestes anos diminuiu a ação controladora sobre as grávidas não casadas, o que levou à diminuição dos subsídios atribuídos. Mas não foi isso que se passou. Os expostos estavam a aumentar, nomeadamente desde o fecho das Rodas dos distritos contíguos de Aveiro e de Leiria na década de 1860. O distrito não suportava tantas despesas e, face ao défice, a Junta Distrital deixou de orçamentar subsídios de lactação a partir do 2º semestre de 1870. Assim, os subsídios pagos em Coimbra nesse ano, em 1871 e ainda em 1872 eram todos do primeiro semestre de 1870, que estavam em atraso. O socorro das lactações foi cortado durante dois anos e meio.

Foi porque cessaram os subsídios que as autoridades locais passaram a intimar menos, levados por razões humanitárias, como expressamente afirma Jacinto António Perdigão, o governador civil em 1871, que, lamentando não estar autorizado pela Junta Distrital a orçamentar subsídios, escreve este trecho, notável pela sua sensibilidade social:

Comparando o mapa das mulheres solteiras e viúvas, que, por aparecerem grávidas, foram intimadas nos últimos seis meses para criarem seus filhos, com os de igual período anterior à supressão do subsídio, vê-se que houve uma considerável diminuição no número das intimações e arrolamento; e este facto demonstra evidentemente que a fiscalização foi menos rigorosa; não porque da parte deste Governo Civil se não instasse por ela, mas naturalmente porque os seus delegados não puderam ser indiferentes e impassíveis à miséria de mulheres pobríssimas, que vivem do seu mesquinho salário, e que

em tendo o filho ficam, pelo menos durante o período de lactação, sem poderem ganhar pelo trabalho o pão de cada dia, e mãe e filho morrem de miséria. Não se pode esperar exatidão num serviço que põe a consciência do dever em conflito com o sentimento de humanidade (PÉRDIGÃO, 1871, p. 4).

Poderemos afirmar que as subsidiadas eram todas ou na sua grande maioria mulheres não casadas? As decisões da Junta Geral do Distrito de Coimbra assim o previam até ao final do ano de 1884. O paralelismo dos quantitativos de intimações e subsídios também o sugere e os responsáveis referiam-se sempre a solteiras e viúvas, como acabou de se ler na citação acima. O que não significa que não houvesse algumas exceções. Os dados do Relatório referente a 1871 revelam que as casadas a receber subsídios de lactação representavam 4,2%, mas ignoramos se se tratava de casais agraciados pela sua indigência ou mulheres casadas com marido ausente e sem meios para criar os seus filhos adulterinos. A partir de 1 de janeiro de 1885, tinham direito a subsídio os “pais indigentes e impossibilitados de trabalhar, e que não forem malcomportados nem criarem filhos alheios” e, nas mesmas circunstâncias, pais e mães viúvos e mães solteiras (*Regulamento da administração...*, Art. 38º). Por essa razão, de 1885 a 1895, embora as mães casadas continuassem a ser minoritárias, o seu peso cresceu para 21% (FERNANDES, 2005, p. 18), numa época em que os subsídios tinham sido drasticamente diminuídos, como veremos.

O socorro aos expostos durava sete anos. Tinha, forçosamente, de ser muito mais dispendioso do que a concessão de subsídios. Depois da abertura do Hospício nunca os governadores civis deixavam de sublinhar esse facto, apresentando a despesa que se teria alcançado se todos as mulheres intimadas tivessem exposto os filhos e estes sobrevivessem a cargo da Roda. Em 1874 anunciava-se uma poupança de 43.550.400 réis, em 1875 calculava-se a economia de 38.750.400 réis, em 1876 de 36.553.200 réis, em 1877 de 38.265.600 réis, etc. O peso percentual dos socorros às mães solteiras e seu filhos, aumenta, pois, constantemente, no conjunto dos gastos do distrito com a proteção às crianças desvalidas. Mas, a partir de 1885, há uma quebra radical.

O novo regulamento para a atribuição dos subsídios no distrito de Coimbra, que entrou em vigor no início de 1885, era muito mais restritivo porque exigia que os pais fossem indigentes, bem-comportados e impossibilitados de trabalhar (incapacidade que teria de ser atestada pelo médico da câmara). Os autores não viram necessidade de justificar a alteração, mas percebe-se que se abrigavam no escudo da moralidade pública. As três condições

obrigatórias aplicavam-se à mãe, sendo solteira, e ao pai e à mãe se fossem casados. Não bastava que o marido fosse incapaz de trabalhar. A mulher saudável recém-parida, com marido doente e eventualmente outros filhos a cargo além do lactente, teria de prover ao sustento da família, tal como todas as mães solteiras sem doença comprovada. É claro que os subsídios diminuíram de imediato e os cofres do distrito aforravam.

Com a diminuição dos expostos, seria expectável que aumentasse a concessão de subsídios, o que aconteceu em vários distritos e também no de Coimbra até 1884. Mas nesta altura, escorando-se em razões morais, os dirigentes decidiram restringir os apoios às mães solteiras, acreditando, contra quem temia o contrário, que isso não provocaria o aumento dos expostos. E assim foi. Mas porquê? Porque se tinha perdido o hábito de enjeitar os filhos? Por falta de oferta institucional? Por se tornar inútil e perigoso, visto os expostos serem descobertos e/ou por medo da repressão que criminalizara o abandono? O facto é que o número de enjeitados não cresceu. Não havia, pois, que reear poupar nos subsídios.

Afinal, mais do que a compaixão, o dever social ou a solidariedade, o que movia boa parte dos governante era, acima de tudo, a preocupação financeira. Garantida que estava a alteração de comportamento quanto ao abandono dos filhos, as mães solteiras, os casais miseráveis e os seus recém-nascidos foram deixadas à sua sorte.

Concluindo

Conclua-se este estudo com uma panorâmica das despesas anuais realizadas em Portugal com os expostos e outras crianças a cargo da assistência pública.

Tabela 1 – Gastos anuais das Juntas Gerais de Distrito com expostos e desvalidos em 1885 ou 1886

Distritos	Contos*	%	Distritos	Contos*	%
Aveiro	3	1,4	Portalegre	13,8	6,5
Beja	5,9	2,8	Porto	29,4	13,8
Braga	27,6	13,0	Santarém	3	1,4
Bragança	7,7	3,6	Viana do Castelo	9,7	4,6
Castelo Branco	13,9	6,5	Vila Real	6,5	3,1
Coimbra	6,2	2,9	Viseu	10,2	4,8
Évora	10,1	4,8	Açores: Angra do Heroísmo		

Faro	25,2	11,9	Açores: Horta	2	0,9
Guarda	13,3	6,3	Açores: Ponta Delgada	0,5	0,2
Leiria	5,3	2,5	Madeira: Funchal		
Lisboa	19	8,9	Total	212,3	100

* Um conto equivalia a um milhão de réis. Fontes: **Relatório da Comissão Executiva...**, 1887, doc. 19, datado de 16.3.1887.

As juntas gerais dos distritos portugueses gastavam em média onze milhões e duzentos mil réis anuais com assistência a crianças (sem contar os subsídios de lactação). Se retirarmos dois distritos açorianos da Horte e Ponta Delgada, com valores muito inferiores, sobretudo o último, obtém-se a despesa média de 12.300.000 réis/ano.

Coimbra despendia cerca de metade e os resultados não eram maus. São impressionantes os gastos efetuados em distritos como Faro e Portalegre e, em menor grau, Castelo Branco e Guarda, que não se destacavam nem pela dimensão populacional nem pela riqueza dos seus contribuintes. Mas sobressai também o de Braga, onde viviam 6,7% dos portugueses, mas gastava 13% das despesas totais com os expostos e desvalidos. O de Faro, com 4,5% da população nacional, é o que apresenta maior discrepância entre os dois valores. Em sentido inverso, destaca-se Aveiro, seguido de Santarém e de Coimbra. Por fim, ressalta-se que o caso de Lisboa é especial porque os valores constantes na tabela são apenas os gastos a cargo da Junta Geral do Distrito, mas em Lisboa o grosso das despesas corria pela Misericórdia, já então uma instituição pública. Era esse o estabelecimento que mais crianças socorria em Portugal. No ano de 1898/99, a Santa Casa de Lisboa gastou com crianças expostas e desvalidas 54,3 contos, além de 64,4 com subsídios de criação a mães pobres (RIBEIRO, 1902, p. 482-483).

Só em 1888 foi decretado um regulamento nacional que proibiu definitivamente o abandono anónimo, ficando criminalizado em todo o país. Admitiam-se à assistência do Estado menores de 18 anos filhos de pai e mãe incógnitos cuja identificação não fosse possível determinar (expostos), menores de 18 anos filhos de pais conhecidos e desaparecidos sem deixar ninguém velando por eles (abandonados) e menores de 18 anos filhos de pais que por morte, prisão, degredo ou doença não os pudessem alimentar nem tivessem parentes que o fizessem (desvalidos). Previa-se que até aos sete anos seriam criados por amas externas e dos sete aos doze anos passariam a viver em asilos, onde receberiam formação profissional. Depois dos doze anos, ingressavam no mercado de trabalho ou prosseguiram com o ensino. Simultaneamente, a

assistência oficial alargou-se às crianças não órfãs, generalizando-se os subsídios de lactação para famílias pobres, atribuição obrigatória a cargo dos municípios.

Relativamente ao amparo das crianças, verificaram-se, portanto, dois movimentos divergentes em Portugal da segunda metade do século XIX: por um lado, restringe-se a liberdade de exposição que, mais do que a criança pretendia salvar braços para a nação ou proteger honras familiares, e por outro, a assistência oficial alarga-se às crianças com pais vivos mas sem capacidades económicas.

Referências

- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. Notas à margem de um livro de termos de grávidas. *Revista de Ciências Históricas*, v. 2, 1987, p. 293-324.
- BANDEIRA, Mário Leston. *Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- CARASA Soto, Pedro. *Historia de la beneficencia en Castilla y León*. Poder y pobreza en la sociedad castellana. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.
- CARVALHO, Bruna. *Mulheres intimadas do concelho da Lousã que apareceram grávidas, 1852-1860*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2011.
- CASTRO, Filipe de Araújo e. “Projecto sobre a Administração dos Expostos”, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, 49-50, 1815, p. 1-12, 141-181.
- CUBEIRO, Tiago. *Mulheres grávidas intimadas*. Torres Novas (1873-1884), Coimbra, trabalho de seminário de Mestrado, 2010.
- CUBEIRO, Tiago. *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.
- FERNANDES, Susana Morais. *Assistência à infância no distrito de Coimbra*. Subsídios de lactação (1885-1895). Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2005.
- FERREIRA, Maria Inês. *As mulheres intimadas no concelho da Lousã 1877-1881*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2011.
- FERREIRA, Tânia. *A assistência a expostos e lactentes em Aguiar de Sousa (1820-1826)*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2014.
- FONTE, Teodoro Afonso da. *No limiar da honra e da pobreza*. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924). Braga, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho, 2004.
- GARCIA, Manuel Emídio. *Beneficencia publica*. A Roda dos Expostos. Parecer e projecto de reforma, apresentados á Junta Geral do Districto de Coimbra. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1871.
- LOBO, Diana. *Mecanismos de proteção à Infância: as crianças subsidiadas no concelho de Santa Comba Dão (1877-1904)*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2018.

- LOPES, Maria Antónia. Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). *Revista Portuguesa de História*, 21, 1984, p. 119-176.
- LOPES, Maria Antónia. Os pobres e a assistência pública in José Mattoso (dir.). História de Portugal, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 501-506.
- LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. 2 vols., Viseu: Palimage, 2000.
- LOPES, Maria Antónia. O socorro a lactentes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime”. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura (Orgs.). *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 97-110.
- LOPES, Maria Antónia. *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.
- LOPES, Maria Antónia. As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839. *Caderno Espaço Feminino*, v. 26, n. 2, 2013a, p. 290-322.
- LOPES, Maria Antónia. Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX). *Estudos do Século XX*, v. 13, 2013b, p. 257-280.
- LOPES, Maria Antónia. Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890). In: CAPELA, José Viriato Capela *et al.* (Org.). *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016a, p. 173-191.
- LOPES, Maria Antónia. Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ÁLVAREZ, María José Pérez (Orgs.). *Do silêncio à ribalta*. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX). s.l., Lab2PT, 2016b, p. 37-54.
- Mappa da despesa ordinária e extraordinária do Estado para o anno economico de 1862-1863*. Disponível em http://badigital.sgmf.pt/OE-1862/1/OE-1862_PDF/OE-1862_PDF_01-B-R0300/OE-1862_0000_0018-0019_t01-B-R0300.pdf.
- MARTINS, Marta Dias. *Crianças subsidiadas no Concelho de Loulé, 1888 e 1889*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2011.
- MATOS, Leila. *Mulheres grávidas intimadas no distrito de Leiria em 1856-60*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2013.
- MOREIRA, Ana Patrícia Castela. *Intimações a mulheres grávidas do concelho de Ansião, 1871-1880*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2020.
- PAULINO, Joana Catarina Vieira. Os Expostos em números. Uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903). *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, FLUP/Biblioteca Digital, 2014, p. 185-215.
- PERDIGÃO, Jacinto António. *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1871 pelo Conselheiro Governador Civil*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1871.

- PEREIRA, Manuela Margarida. *A pobreza no concelho de Leiria*. Os subsídios concedidos pela Câmara Municipal para a criação de filhos de indigentes (1874-1888). Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2005.
- PEREIRA, Solange. *Mulheres grávidas intimadas em Anadia, 1875-1878*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2014.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia. *Compilação das providencias que a bem da criação e educação dos Expostos ou Enjeitados se tem publicado e achão espalhados em diferentes artigos de legislação pátria...*, Lisboa: Imprensa Regia, 1820.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia. *Exame Critico e Historico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto patria como subsidiária, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos Expostos, ou Enjeitados...* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1828.
- REIS, Maria de Fátima. *Os expostos em Santarém*. A acção social da Misericórdia (1691-1710). Lisboa: Cosmos, 2001.
- REIS, Maria de Fátima. Os atestados de pobreza: (sobre)vivências e exclusão social em Sesimbra nos finais da Monarquia. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de et al. (Org.). *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*. Braga: CITCEM, 2014, p. 247-258.
- Regulamento da administração dos expostos e das creanças abandonadas e desvalidas* [do distrito de Coimbra]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884.
- Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Coimbra para ser apresentado na sessão ordinaria de Abril de 1887*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1887.
- Relatórios dos Governadores Civis e das Comissões Distritais (1871-1891)*. Coimbra: Imprensa da Universidade e Imprensa Independencia.
- RIBEIRO, Victor. *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa (subsídios para a sua história): 1498-1898*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1902.
- ROQUE, João Lourenço. *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX, 1830-1870*. 2 vols., Coimbra, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 1982.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Gulbenkian, 1995.
- SÁ, Isabel dos Guimarães e CORTES, Nuno. Assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*, v. 5, 1992, p. 179-190.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- SANTOS, Marta Sofia dos Santos. *Crianças com lactações subsidiadas. Tomar (1873-1890)*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2003.
- SILVA, Ana Isabel Coelho. *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*. Coimbra, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 2017.

SILVA, Susana Serpa. *Violência, desvio e exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa/ Universidade dos Açores, 2012.

SILVA, Vasco. *Subsídios de lactação no concelho da Sertã (1917-1937)*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2015.

SOUSA, Paulo Ricardo Oliveira. *Mulheres intimadas do concelho de Oliveira do Hospital (1852-1867)*. Coimbra, trabalho de seminário de Licenciatura, 2018.

VIEIRA, Luís Augusto Reis. *A assistência aos enjeitados em Torres Novas entre 1610 e 1710*. Coimbra, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023.

CAPÍTULO 2

Sobre jogos e brincadeiras de meninos: análise comparada entre um texto do jesuíta Alexandre de Gusmão e gravuras de Claudine Bouzonnet-Stella (século XVII)

Fernando Ripe
Mauro Dillmann

Introdução

[...] embora a beleza não seja do jogo enquanto tal, este tem tendência a assumir acentuados elementos de beleza. A vivacidade e a graça estão originalmente ligadas às formas mais primitivas do jogo. É nele que a beleza do corpo humano em movimento atinge o seu apogeu. Em suas formas mais complexas o jogo está saturado de ritmo e de harmonia, que são os mais nobres dons de percepção estética de que o homem dispõe. São muitos, e bem íntimos, os laços que unem o jogo com a beleza (HUIZINGA, 2019, p. 8).

A citação acima, de Johan Huizinga, parece pertinente para o exame das brincadeiras infantis na Europa do século XVII a partir das fontes que nos propomos investigar. Perceber a alegoria visual do jogar e do brincar na infância de tempos e sociedades pretéritas exige atenção à beleza – a da época ou aquela atribuída pelo olhar contemporâneo – que essas cenas do cotidiano pueril podem trazer ao corpo e ao universo social que representam. Seja identificando os rostos risonhos suscitados por uma prática engraçada, seja na sisudez da fisionomia de uma criança causada pela força e severidade que um jogo físico exige, torna-se possível perceber a existência de laços entre a sensibilidade e as expressões corpóreas. A análise se detém na percepção dessa confluência entre sentimentos (de ordem moral) e experiências (de ordem física) que os jogos e as brincadeiras conferiam aos sujeitos infantis, segundo as referências de um religioso português e de uma gravurista francesa. Sem essencializar os significados do brincar infantil e dos seus efeitos físicos e morais, estaremos atentos às subjetividades, interesses e motivações daqueles que produziram os textos e as imagens do universo infantil que analisamos. Também sem isolar os enunciados, atentamos às condições históricas em que foram produzidos. Assim, a imagem (texto ou gravura) do brincar infantil não pode ser tomada como evidência cabal e pronta dos sentidos dos jogos

e brincadeiras, mas como indícios dessas práticas a partir de determinados olhares parciais que os construíram com interesses e motivações específicas.

Inicialmente, podemos considerar que, historicamente, crianças têm demonstrado a necessidade de brincar e de se envolver em atividades lúdicas, que, por conseguinte, podem desempenhar papel fundamental em seu crescimento físico, mental e emocional. Ao longo do tempo as brincadeiras infantis se transformaram, indo além da utilização de materiais encontrados na natureza, como pedras, gravetos e conchas – dos quais as crianças poderiam aprender habilidades básicas, como coordenação motora, equilíbrio e estratégia – para jogos e brincadeiras adequados às culturas e tradições de cada época e sociedade. Com o advento dos jogos de tabuleiro, por exemplo, habilidades cognitivas como estratégia e tomada de decisões passaram a ser intencionalmente estimuladas, favorecendo o desenvolvimento integral (PARLETT, 1999). Em grande medida, esses jogos e brinquedos eram feitos à mão e passados de geração para geração. Ainda na Antiguidade, a criatividade e a imaginação das crianças eram estimuladas por meio de atividades como teatro de bonecos, construção de casinhas de brinquedo e jogos de adivinhação. Desse modo, o fato de os jogos e as brincadeiras serem produtos e produtores culturais de determinadas sociedades em distintas temporalidades, torna-os significativos objetos de pesquisa histórica. Assim, considerando a importância que a temática possui para o campo da História da Infância, propõe-se para este estudo a análise que trace aproximações entre duas fontes produzidas no século XVII, uma textual e outra imagética, ambas de materialidade impressa⁷. Trata-se do exame da obra *A arte de cuidar os filhos na idade da puerícia* (1685), do jesuíta português Alexandre de Gusmão⁸ (1629-1724), especialmente do capítulo *Dos jogos, e brincos dos mininos*, e de um

⁷ As fontes acionadas nesse texto encontram-se nos seguintes arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal, na Bibliotheque Municipale de Lyon e no The British Museum em Londres. Importa mencionar que ambas estão disponibilizadas online, nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.bnportugal.gov.pt/>, <https://www.bm-lyon.fr/> e https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_2AA-a-50-1. Assim sendo, consultamos a versão digital.

⁸ Alexandre de Gusmão (1629–1724), nascido em Lisboa, mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro. Após formação em Filosofia e Teologia, atuou como ministro e ocupou diversos cargos de liderança na Ordem Inaciana, como mestre de humanidades, mestre de noviços, vice-reitor e reitor de colégios jesuítas. É considerado o primeiro pedagogo do Brasil, não apenas por ter escrito obras voltadas à educação de crianças no período colonial, mas também por sua atuação no projeto evangelizador da Companhia de Jesus e pela fundação do Seminário de Belém da Cachoeira, na Bahia. Essa instituição se destacou por oferecer educação a filhos de moradores pobres do sertão, incluindo leitura, escrita, latim e música, contribuindo significativamente para a formação de missionários e sujeitos letrados no Recôncavo Baiano (RIPE, 2022).

conjunto de imagens assinadas pela gravurista francesa Claudine Bouzonnet-Stella⁹ (1636-1697) na obra *Les Jevx et Plaisris de L'enfance* (1657).

Tanto o texto de Gusmão quanto as gravuras de Bouzonnet-Stella são publicações do século XVII. As gravuras, reunidas em impressão na França no ano de 1657 e o livro publicado em Portugal quase trinta anos depois, em 1685. É provável que o padre Gusmão não tenha tomado conhecimento das gravuras de Bouzonnet-Stella. E esse aspecto não se apresenta como um impedimento ou elemento limitador para a análise aqui proposta. Embora sejam materiais distintos, oriundos de contextos diversos e produzidos com finalidades diferentes, trata-se de expressões culturais de um mesmo período que, de uma forma ou de outra, buscavam demonstrar e difundir determinados entendimentos sobre as brincadeiras na e da infância. A partir desta compreensão, estabelecemos um paralelo a fim de identificar essas diferentes compreensões dos jogos, das brincadeiras e dos corpos infantis. Consideradas as devidas diferenças entre os autores desses registros — um religioso português e uma artista francesa, separados no tempo e no espaço —, bem como as circunstâncias de produção e as distintas intencionalidades dos documentos, esta análise se propõe a cruzar essas fontes para evidenciar aproximações e distanciamentos quanto às concepções do universo lúdico infantil e aos efeitos dos jogos e brincadeiras sobre o corpo e as condutas das crianças, a partir de um entendimento de infância próprio do século XVII europeu.

O padre Gusmão quando escreveu sobre as brincadeiras infantis estava intencionalmente instruindo sobre o que e como as crianças deveriam brincar. Sua lógica perpassava a ideia de infância educada a par do humanismo e da moral cristã, de modo que as brincadeiras infantis deveriam assumir contornos morais em sintonia com o permitido pelos dogmas católicos e com a crença na salvação. Já a coleção de gravuras — composta por cenas campestres que retratam um universo pastoril infantil, idílico e harmônico, configurando um exemplo notável do estilo clássico francês de meados do século XVII — possivelmente foi idealizada e concebida a partir de desenhos originais de Jacques Stella (1596–1657), embora sua gravação em metal tenha ficado a cargo de sua sobrinha, Claudine Bouzonnet-Stella. Segundo Mulherron (2013, p. 395, [livre tradução]),

⁹ Claudine Bouzonnet-Stella foi uma gravadora francesa do século XVII. Ela trabalhou principalmente com estampas e ilustrações, produzindo gravuras de qualidade e contribuindo para o desenvolvimento da gravura em seu país. Pouco se sabe sobre sua vida além de sua carreira como gravadora. Algumas de suas obras mais conhecidas incluem retratos e cenas religiosas (MULHERRON, 2013).

Jacques viria a falecer poucos meses antes que a oficina recém-fundada publicasse seu primeiro conjunto de gravuras. É significativo que o editor de toda a obra impressa não fosse Jacques, mas Claudine. Com a morte de Jacques, Claudine, com apenas 21 anos, tornou-se chefe da oficina da família e lhe foi garantido um privilégio especial, que lhe dava o direito exclusivo de publicar os desenhos de seus tios.

O *Les Jeux et Plaisirs de L'enfance* pode livremente ser traduzido como “Os jogos e os prazeres da infância” ou “As alegrias e os prazeres da infância”. Para este texto, selecionamos dez gravuras de um universo total de cinquenta imagens, tendo como principal critério de escolha a aproximação com os enunciados presentes na obra de Gusmão. A análise dessas imagens revela tanto regularidades quanto divergências em relação ao tratado jesuítico, evidenciando modos distintos de compreender os passatempos e as brincadeiras recomendadas para o cotidiano infantil no século XVII.

Ao realizar este exercício investigativo, propomos não apenas a identificação dos documentos em seus respectivos contextos de produção, mas, sobretudo, uma análise comparativa baseada em diferentes elementos, fatores e características, com o objetivo de identificar aproximações e distanciamentos no que se refere aos jogos e brincadeiras infantis. Nesse tipo de análise, serão consideradas distintas perspectivas e pontos de vista, em diálogo com os entendimentos historiográficos sobre os modos de brincar, possibilitando uma compreensão mais ampla das situações, problemas ou cenários abordados. É, então, em outras palavras, o exercício de “[...] cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (BACELLAR, 2006, p. 72). No que se refere à interpretação das imagens, buscaremos identificar e compreender os símbolos e elementos visuais presentes nas ilustrações, relacionando-as com a época, a cultura, as possíveis intenções da artista e do uso editorial na impressão do livro. Isso envolve uma investigação minuciosa das formas, da composição e dos detalhes da imagem, além da consideração sobre o período em que foi criada, sobre a forma em que foi materialmente produzida, difundida e arquivada, sobre as referências culturais presentes no momento de produção e sobre a historicidade da própria fonte.

As gravuras não são reduzidas a documentos visuais que assumem o papel de “prova”, mas são compreendidas a partir da sua natureza e dos significados que assumiram historicamente (MENESES, 2012, p. 243). A historiografia tem reconhecido as imagens como fontes eficazes, mas que, como qualquer outra, carrega seus silêncios e exigem cuidadoso trabalho de decodificação de suas mensagens, a fim de não se extrair conclusões precipitadas, equivocadas

ou anacrônicas (SÁNCHEZ, 2017, p. 21). Na esteira dessa perspectiva de análise, valemo-nos dos entendimentos de Erwin Panofsky (1955), buscando a interpretação de uma imagem a partir do desenvolvimento de sentidos e significados dos símbolos e das alegorias que as representações visuais e sua relação com a dimensão cultural e histórica de cada ícone pode nos oferecer.¹⁰

Assim, organizamos o presente capítulo da seguinte maneira: primeiro, discorre-se sobre como a historiografia tem percebido as práticas e representações dos jogos e das brincadeiras com a finalidade de tensionar essas ações para além da concepção de serem próprias e naturais do universo infantil, mas identificando-as como produto culturalmente constituído; na sequência, opera-se o comparativo das fontes investigadas, demonstrando a existência de uma conexão entre o texto e a imagem na interpretação e difusão de conceitos religiosos e leigos a respeito dos jogos e brincadeiras infantis da época.

Notas da historiografia sobre os jogos e as brincadeiras

Na historiografia relativa às práticas e representações dos jogos e brincadeiras dos infantis algumas produções devem ser ressaltadas. O clássico estudo antropológico, de dimensão filosófica, *Homo ludens*, de Johann Huizinga publicado inicialmente em língua alemã no ano de 1944, confere ao jogo uma realidade originária, intrínseca à natureza humana, que tem raízes profundas em toda a nossa existência. A partir do jogo, surge a cultura, em formas de rituais sagrados, linguagem e poesia. Ele permeia as formas de expressão e competição, inclusive nas artes do pensamento e do discurso, assim como nos tribunais, onde há acusação e defesa controversas. Essa essência do jogo também se estende aos campos do combate. Não obstante, a brincadeira pode ser percebida como introdução da criança na cultura, sua apropriação passaria por transformações histórico-culturais que estão diretamente relacionadas a aspectos socioeconômicos, com os quais as crianças apreendem símbolos culturais. Ademais, os jogos e brincadeiras tiveram, ao longo do tempo, papel indispensável na aprendizagem de tarefas e no desenvolvimento de habilidades sociais. Já os estudos de Elkonin (1998), no campo da psicologia do jogo, identificam essa atividade como uma prática que responde a determinadas demandas da sociedade em que as crianças vivem e da qual se espera que se tornem membros ativos. No entanto, embora sejam os adultos que

¹⁰ Na obra *Significado nas artes visuais* (1955), Panofsky (1892-1968) propõe, passando da iconografia à icologia: primeiro, a descrição e identificação de objetos; segundo, a percepção das fórmulas, convenções, temas e conceitos; terceiro, as significações para além da aparência, “o visível como sintoma do invisível”, o espírito de uma época (MENESES, 2012, p. 245).

introduzem os brinquedos e os jogos — bem como suas formas de uso — no cotidiano infantil, é importante considerar, como aponta Gilles Brougère (1995) em sua obra *Jeu et Éducation*, que jogar e brincar são, acima de tudo, formas de manipulação simbólica. Dessa forma, nem sempre a criança atribuirá ao brinquedo o uso pretendido pelo adulto que o apresentou.

Por outro lado, o filósofo Walter Benjamin (1984), acredita que a ação do brincar infantil significa uma forma de libertar-se dos “horrores” do mundo disponibilizada por meio da reprodução miniaturizada. Nesse sentido, ainda de acordo com autor, as crianças, “rodeadas por um mundo de gigantes”, desenvolvem, enquanto brincam, a espécie de um pequeno mundo próprio, protegido por culturas próprias. Nesse microcosmos, as brincadeiras estão para além dos brinquedos. Não é o brinquedo que determina a brincadeira, mas é a brincadeira que pode vir a determinar o conteúdo representacional do brinquedo, de modo que a criança pode se “transformar” em cavalo, em bandido, em policial (BENJAMIN, 2012, p. 266).

Conforme Manson (2002), os primeiros estudos sobre o papel do brinquedo na vida infantil foram elaborados por gregos e latinos. As brincadeiras e os brinquedos são transmitidos historicamente, contribuindo para que, em diferentes contextos, o brincar auxilie na construção simbólica do mundo pela criança. Mesmo em sociedades primitivas, o ato de brincar permitiu significados profundos e culturalmente situados. De acordo com o autor,

Em grego, todos os vocábulos referentes às atividades lúdicas estão ligados à palavra criança (*país*). O verbo *paízeim*, que se traduz por ‘brincar’, significa literalmente ‘fazer de criança’. [...] Só mais tarde *paignia* passa a designar indiscutivelmente os brinquedos das crianças, mas são raras as ocorrências. [...] Em latim a palavra *ludibrium*, proveniente de *ludus*, jogo, também não está ligado à infância e é utilizado num sentido metafórico. [...] Quanto à palavra *crepundia*, frequentemente traduzida por ‘brinquedos infantis’ parece só ter adquirido sentido depois do século IV, e encontrá-lo-emos frequentemente na pluma dos humanistas renascentista [...] (MANSON, 2002, p. 30).

O papel educativo dos jogos e brinquedos é reconhecido em discursos pedagógicos desde os séculos anteriores. Manson (2002), ao analisar os tratados de educação de Comenius e Locke no século XVII, destaca como os brinquedos passaram a ser considerados ferramentas no processo formativo das crianças. Em *Didática Magna*, Comenius faz poucas menções ao brincar, mas reconhece os brinquedos como recursos importantes para que a criança compreenda o mundo ao seu redor. Já Locke é mais direto, defende que as crianças devem ter brinquedos, mas em quantidade limitada e sob controle dos adultos. Para ele, o jogo é uma atividade natural da infância, mas de pou-

ca utilidade, devendo ser substituído gradualmente por tarefas consideradas produtivas. Ainda assim, reconhece que, ao permitir a manipulação dos mecanismos da alma infantil, os brinquedos podem ser instrumentos úteis ao educador. Apesar de não possuírem virtude educativa intrínseca, deveriam ser usados estrategicamente na formação do espírito. Locke também valoriza os jogos físicos como meios de exercício corporal, além de indicar que o brinquedo pode revelar aptidões e interesses das crianças, inclusive auxiliando na aprendizagem das letras. Assim, brinquedos e jogos passaram a ocupar um espaço crescente na educação dos infantis.

Em um cenário mais próximo as nossas discussões, Jorge Crespo (2007) creditou ter sido somente ao final do Antigo Regime a possibilidade de se conhecer de modo mais profundo a realidade lúdica. Admite, o autor, que o quadro favorável se deu em função de alguns motivos:

[...] cronistas e moralistas interessaram-se pela delimitação e explicação dos jogos sob o ponto de vista moral, de acordo com as preocupações da época; por outro lado, as autoridades policiais, no âmbito do fortalecimento do Estado, intensificaram a repressão das práticas que consideravam mais lesivas da civilização; e, finalmente, os pedagogos, que acompanharam o movimento de defesa das crianças, apresentaram propostas claras de formação dos mais novos através de métodos lúdicos (CRESCO, 2007, p. 13).

Dessa forma, observa-se que a historiografia tem demonstrado que o brincar na infância é uma prática historicamente construída, cujos significados variam conforme o tempo, o contexto social e os discursos pedagógicos. Jogos e brinquedos foram progressivamente incorporados aos projetos educativos, ora como instrumentos formativos, ora como práticas a serem controladas. Ao reconhecer o caráter simbólico e cultural do brincar, compreende-se sua relevância não apenas no desenvolvimento infantil, mas também como expressão de valores sociais e formas de organização da infância.

O jogar e o brincar dos meninos

A obra do padre Gusmão, *Arte de cuidar os filhos na idade da puerícia* (1685), escrita na América portuguesa no final do século XVII, apresenta os fundamentos da “boa educação” e orientações práticas sobre os cuidados que pais e mestres deveriam adotar na criação das crianças. Nesse contexto, é possível compreender, a partir das contribuições de Georges Vigarello (2005), que os jogos e as brincadeiras não eram apenas atividades recreativas, mas práticas produtoras de efeitos sociais e físicos. Seus movimentos, encenações e exercícios refletiam concepções específicas sobre o corpo, a moral e os ideais de formação infantil, estando diretamente associados às normas e expecta-

tivas de conduta vigentes no período. Sob essa perspectiva, identificamos e analisamos os possíveis efeitos físicos e as atitudes morais que Alexandre de Gusmão presumia em relação aos jogos, brincadeiras e divertimentos pueris, uma vez que reconhecia e recomendava alguns, e interditava outros por considerar violentos ou potenciais à sensualidade. Nessa relação, revelam-se diferentes atividades lúdicas dominadas por atitudes e comportamentos sociais. Outra preocupação de Gusmão está relacionada com a distração e vício que os “pays devem livrar os filhos”, “porque o pay, que permite o filho ser taul [viciado em jogos] em minino, que espera venha a ser em mancebo[moço], senam ladram, perjuro, blasfemo, prompto para todo o mal”. Por outro lado, o jogo poderia assumir estatuto de maior dignidade. Gusmão acreditava que “foi sempre boa política recebida de todas as naçoens, permitir-lhes alguns jogos, & brincos pueris, honestos, & proprios daquela idade, com que aliviem o enfado do estudo, & fujão a ociosidade” (GUSMÃO, 1685, p. 372). Tal compreensão, em grande medida, permite afastar a identificação do jogo com o pecado e associá-la com aspectos positivos para a atividade intelectual e para o enriquecimento, ou redução, do ócio.

Na concepção cristã de Gusmão, é na infância que se deve dar início ao processo de ensinamento religioso, de modo que a criança seria educada para compreender que a vida terrena é um possível reflexo da vontade de Deus, tanto que suas atitudes e comportamentos seriam determinantes para a salvação de sua alma. De acordo com a concepção pedagógica dos jesuítas, os “exercícios honestos” eram ordenados pelos seus intuitos moralizadores e educativos, conhecendo-se o uso eficaz que fizeram das representações teatrais, de jogos ou distrações relacionadas com a leitura, a escrita e contagem, e, embora com moderação, a música ou os ofícios manuais. A este respeito, considerando que Gusmão alertou ser próprio dos meninos de pouca idade o gosto por brincar, e apresentando a ociosidade como escola de todos os vícios, preceituou que os infantis bem-criados folgassem a seu tempo, embora a permissão dos pais ou dos mestres fosse uma prévia exigência.

No capítulo que mencionamos, entre os entretenimentos mais honestos, o jesuíta indicou os “jogos pueris formados das letras do alfabeto, para que juntamente se recreassem, & aprendessem as letras do A.B.C.”, o jogo de cavalinho de cana, de pares e de nones, os jogos do pião e corropio, o jogo do aro ou ainda o jogo da pela. Para além destes jogos, outras atividades são indicadoras da boa inclinação dos meninos, como “o fazer Altares, Preseprios, arremedar o Sacerdote, & o Prégador”, tendo por exemplo as ações de meninos santos, como S. Bernardino, Santo Atanásio e S. Francisco de Borja

(GUSMÃO, 1685, p. 367). Nestes últimos, percebe-se o quanto o brincar para Gusmão poderia ser uma prática pedagógica eficiente para incutir nas crianças o exercício da imitação do sacerdócio.

Em contraste com os jogos que favorecessem a aprendizagem, bem como pudessem proporcionar aos infantis o recreio indispensável, Gusmão alertou aos pais e mestres sobre os eminentes perigos advindos de jogos ilícitos. Tratava-se de jogos como “banhos, danças, & outros certos brincos, de que os mininos aprendem máo exemplo, & abrem os olhos para a malícia”. Outros, ainda que fossem brincadeiras nocivas para a vida e os bons costumes, como “jugar pedradas, esgremir, correr a cavallo, & outros semelhantes, em que os mininos aprendem a ser espadachins, impacientes, crueis, & soberbos, & correm grandes riscos, & desventuras”, nesse sentido seria “bom conselho nam permittir aos filhos mininos facas, espadas, escopetas” ou, ainda, o exercício dos jogos defesos, tais como “dados, cartas, & outros”, que “sam proprios de tafularia; porque o pay, que permite o filho ser taful em minino, que espera venha a ser em mancebo, senam ladram, perjuro, blasfemo, prompto para todo o mal” (GUSMÃO, 1685, p. 370).

Em análise iconográfica destas representações, identificamos uma possibilidade para a leitura de uma expressão de um novo interesse pela vida cotidiana dos sujeitos infantis. As ilustrações produzidas por Claudine Bouzonnet-Stella potencializa “a graça bucólica de cenas mitológicas de querubins, representando crianças nuas e colocando-as em ambientes naturais idílicos”.¹¹ O inventário das cenas produzidas por Bouzonnet-Stella pode ser percebido como um importante documento histórico, cuja potencialidade está na representação das atividades infantis, especialmente aquelas que se transformaram ou caíram em desuso nos séculos seguintes. As imagens podem indicar os modos de perceber a cultura dos infantis – ao menos da infância de um segmento social da estratificada sociedade de Antigo Regime, notadamente, os nobres –, descrevendo-a em detalhes a partir de uma variedade de jogos e passatempos muito comum entre as crianças daquela época.

A representação dos jogos e brincadeiras pode indicar “a ação das paixões e de sociabilidades: convergências, tensões, conflitos, exutórios das exaltações locais, ou exibições das distinções, as de uma sociedade categorizada, de práticas socialmente bem confinadas” (VIGARELLO, 2005, p. 303).

¹¹ Conforme *The Games and Pleasures of Childhood* (1657). Disponível em: <https://publicdomainreview.org/collections/the-games-and-pleasures-of-childhood-1657/>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

Como podemos identificar na seguinte imagem que ilustra uma possível comemoração de uma batalha.

Figura 1 – A guerra



Fonte: Arquivo da Bibliotheque Municipale de Lyon.

Certamente, estas brincadeiras e outros passatempos infantis semelhantes são imitações de práticas sociais e culturais de um cotidiano europeu de constantes conflitos bélicos, especialmente quando consideramos que na primeira metade do século XVII a França enfrentou a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), além de conflitos civis. As crianças, então, expressavam suas experiências sociais e as vicissitudes sociais, ao adapta-las aos seus modos de brincar. Por outro lado, as “imitações” não devem ser entendidas como cópias, porque a sensibilidade infantil era criativa na interpretação e na imaginação. Assim, como destacou Benjamin (2012, p. 265) “ninguém é mais sóbrio com relação aos materiais que a criança: um simples fragmento de madeira, uma pinha ou uma pedra reúnem na solidez e na simplicidade de sua matéria toda uma plenitude das figuras mais diversas”.

A imagem1, intitulada “A guerra”, apresenta oito crianças com lanças nas mãos e espadas nas cinturas, provavelmente de madeira. No canto esquerdo uma das crianças carrega uma bandeira ou faixa real e ao lado direito

outra toca um instrumento de percussão, trazendo à cena um tom de humor, diversão e ingenuidade. A legenda aponta para “soldadinhos” que poderiam conquistar o planeta.

Nesse sentido, existe uma divergência entre as propostas de brincadeiras construídas pelo padre Gusmão, que vinham repletas de normativas, entre as quais a ausência de elementos de guerra, como armas e outros elementos que pudessem ferir, e as divulgadas pela gravurista francesa. Por outro lado, a legenda da gravura aponta que os soldadinhos estariam “armados com luz”, reforçando a inocência.

Do mesmo modo, outra ilustração que reforça essa diferença e ressalta as normas do padre Gusmão sobre os limites entre o que era por ele considerado brincadeira saudável e brincadeira perniciosa está na Figura 2, “O jogo da batalha”.

Figura 2 – O jogo da batalha



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

A imagem *La Bataille* com certeza representa um cenário de disputas físicas, evidenciando e potencializando a necessidade de força nos possíveis combates entre imaginários exércitos infantis. A ideia de manter-se firme contra o adversário, dando-lhes golpes mais violentos possíveis. A imagem da robustez física evoca a existência de duelos como uma possível prática lúdica dos infantis seiscentistas. A gravura apresenta incontáveis crianças entre

socos e pontapés e o título reforça o faz de conta com o substantivo “jogo”. Como vimos, o religioso Gusmão interditava esta tipologia de jogos, pois poderiam não apenas alertar as crianças para a malícia, como também correria riscos de comprometer a saúde dos infantis, distinto, assim, de outros pensamentos europeus que divulgavam serem estas as práticas dos exercícios mais eficientes para o vigor do corpo das crianças.

No *Vocabulário* de Bluteau (1712-1728, v. 4, p. 172), no início do século XVIII, o verbete *jogo* assume tanto o caráter recreativo, como educativo, no caso “podem servir de espertar o engenho dos rapazes”. Nestes dois aspectos, o jogo possuía o propósito de ser um “passatempo lícito”. Contudo, era importante que

de honesto entretenimento degenera em conveniência, & cobiça, não há coisa no mundo, que mais impropriamente se possa chamar Jogo, que o jogo. Podese chamar jogo huma ocupação sedentária, em que sem necessidade se arrisca a fazenda, & sem vergonha domina a cobiça? O jogo he ruína de ricas famílias, & tem causado mais estragos, que o amor, & a guerra. He o jogo officio, dos que não tem officio; he invento do Demonio para o homem perder o dinheiro, o tempo, & o decóro (BLUTEAU, 1712-1728, v. 4, p. 174).

As imagens das figuras 3 e 4 apresentam jogos e divertimentos infantis vinculados a determinadas habilidades, como equilíbrio, visão, pontaria, que também estariam no rol dos “prazeres” da infância.

Figura 3 – Jogo de dardos



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

O jogo *Les Dards*, conforme a legenda, alertava para o modo como a criança segura o dardo, desenvolvendo habilidade a fim de se tornar um especialista nesta arte. Na gravura, percebe-se a intenção em demonstrar o movimento do corpo e a valorização da pontaria. Das três crianças representadas por Bouzonnet-Stella, uma está sentada e aponta ao alvo, a ressaltar o acerto do seu próprio dardo. É possível que este fosse um “passatempo lícito”, inclusive aos olhos do padre Gusmão.

A figura 4, *L'Arbaleste* (o jogo da besta), de modo similar ao anterior, as crianças procuram demonstrar a eficiência com diferentes tipos de armas para atingir o alvo preso em uma rocha. Estes jogos e brincadeiras, ainda que nem sempre nocivos à saúde dos infantes, podem indicar a progressiva saída da primeira infância para a entrada em um segundo estágio da vida, porque, como se percebe na imagem, os meninos estariam se afastando de um ambiente fechado ou próximo das moradias, das fachadas de pedra ou dos castelos. Esse afastamento poderia ser permitido às crianças maiores. Não obstante, Ana Oliveira (2007, p. 116) indicou, para o final do período medieval português, se tratar de uma fase do crescimento infantil em que se manifestava o “desejo de transgredir interditos e na procura de uma individualidade”.

Figura 4 – O jogo da besta



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Outra implicação derivada das distrações externas era a problemática de que os campos e as ruas se tornassem um prolongamento da morada dos infantes (OLIVEIRA, 2007). Nestes casos, novos espaços de lazer come-

çavam a ser descobertos pelos infantis, motivados pela busca de aventuras e desbravamentos. Todavia, estes espaços poderiam também estar repletos de perigos e propensos a incidentes, muitas vezes fatais. Por exemplo, na Imagem 5, a qual a gravura apresenta diversos meninos folgarem à ribeira de um rio, sem o olhar cuidadoso e vigilante da tutela de um adulto. Mas essa parece não ser a preocupação direta da gravurista. Ao contrário, representa as crianças nadando em braçadas ágeis no rio, enquanto outras conversam e descansam às margens. Indica também o aspecto da diversão estival, ao ressaltar em primeiro plano a criança que se lança da embarcação levando a mão ao nariz. Tal como anuncia o verso da legenda, o banho combateria o calor dos corpos aquecidos que chegavam àquela água. Por outro lado, essas brincadeiras em grupo, nas águas, também poderiam servir, para as próprias crianças, como mecanismos de descoberta do corpo e dos prazeres, conforme constatou Oliveira (2007, p. 117) em algumas cantigas de cancioneiros galênico-portugueses do fim da Idade Média que acenavam termos de forte erotismo. Vale lembrar que os efeitos sociais ou físicos esperados dos jogos, segundo Vigarello (2005), refletiam uma visão particular do orgânico, sendo assim, tais espaços e brincadeiras se constituíam como possíveis cenários privilegiados para a exploração do jogo da sensualidade.

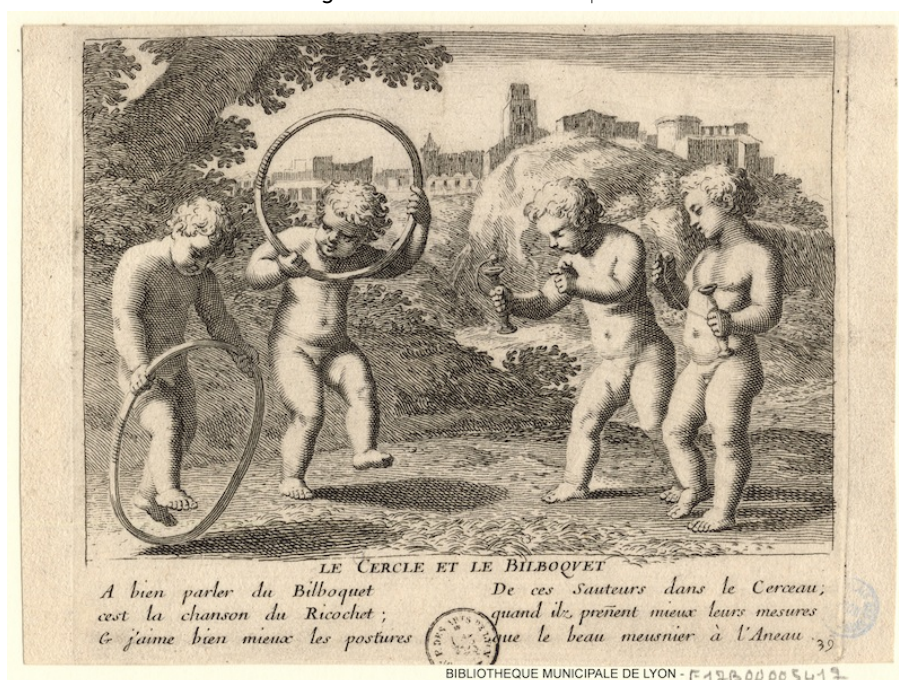
Figura 5 – O banho



Fonte: Bibliothèque Municipale de Lyon.

A Imagem 6 apresenta duas outras brincadeiras, círculo e bilboquê, e dois pares de meninos um pouco distantes da região urbana. Nota-se que a gravurista se empenhou também em ressaltar o movimento dos corpos ao demonstrar treinamento e destreza. A legenda menciona esses “salteadores” e uma das crianças representadas aparece com os dois pés acima do chão, sendo atentamente observada pela outra que segura o círculo. Já a dupla que manuseia o bilboquê assume feições de concentração e estabilização. Possivelmente essas brincadeiras estariam no rol de adequadas para a idade na pena do padre Gusmão, já que não feriam a moral cristã nem induziam riscos à condição física e comportamental.

Figura 6 – O círculo e o bilboquê



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

As brincadeiras infantis compreendiam, como verificado na Imagem 6, atividades lúdicas a envolver a posse e a manipulação de brinquedos. Walter Benjamin, em resenha de *Brinquedos infantis dos velhos tempos*, de Karl Gröber, apontava que, no período moderno, diversos brinquedos (de madeira, de chumbo, de vela) eram produzidos nas manufaturas das cidades e principalmente na indústria artesanal. Difundia-se um “mundo de coisas minúsculas” que “alegrava as crianças” (BENJAMIN, 2012, p. 264). Além

disso, nos espaços rurais de vivência camponesa, infere-se que os passatempos infantis tenham se valido de diversificados objetos e recursos da natureza, como brincar com paus ou atirar pedras, bem como de distintas formas de jogos e brincadeiras, como imitar animais e adultos, saltar e correr, por exemplo. Isso porque “nada é mais próprio da criança que combinar (...) as substâncias mais heterogêneas”, como pedra, madeira, papel (BENJAMIN, 2012, p. 265). As mesmas brincadeiras nobres – círculos e bilboquês – poderiam ser desenvolvidas com outros materiais.

Como vimos, os jogos e as brincadeiras eram, segundo o padre Gusmão, relevantes práticas para que as crianças evitassem o ócio e se mantivessem ocupadas. Esse entendimento do religioso certamente ganhava amplitude, sendo socialmente compartilhado em Portugal do final do século XVII. A brincadeira também poderia ter funcionalidade pedagógica, a ponto de garantir a aprendizagem das primeiras letras. Assim expressou o jesuíta:

Assim o aconselhava Sam Ieronymo ensinando a hum pay, & hũa mãy de família exercicios, em que aviam de ter sempre ocupados seus filhos, que apenas lhe dá tempo para respirarem, assinalando certos jogos pueris formados das letras do alfabeto, para que juntamente se recreassem, & aprendessem as primeiras letras do A. B. C. O mesmo aconselha Aristoteles, falando particularmente do jogo da pella, em que se devem exercitar os de pouca idade (GUSMÃO, 1685, p. 367).

O jogo da Pella, mencionado por Gusmão e compartilhado por outros escritores do seiscentos e setecentos, era uma das brincadeiras mais populares no Reino português. O passatempo figurava como uma espécie de adestramento físico autorizado pelos pedagogos desde a primeira infância (RIPE, 2022).

Raphael Bluteau destacou uma série de jogos e brincadeiras, elencando, por exemplo, como jogos portugueses a “Bola, Choca, Dados, Pela, Oe, Tabolas, Xadrez, Truque, &c.” Denominou, ainda, cerca de vinte e cinco tipos de jogos de carta. E, elencou aqueles que seriam estritamente infantis, quais sejam

Alfinetes, Bom barqueiro (fazse com Musica maritima), Busca tres, he jogo com varios ranchos de dous, em que se busca, ou há tres. Cabra cega, Cantos, Canastras, Chapas, Corneta, Corriola, Didaes, Gallinhas, Golhin, & Bales, Guardinvão, João da Caderneta, La Condessa, Lobo, Martim garavato, Mudos, Officcios, Pedrinha na boca, Penhor, Roda dos altos couces, Sapato, Segredos, Topa, Vaite a elle, &c. (BLUTEAU, 1712-1728, v. 4, p. 174).

Entre os meninos, as atividades mais lúdicas incluíam as práticas ao ar livre que, em alguns casos, poderiam ser mais desportivas ou até mesmo agres-

sivas, tais como as que verificamos nas gravuras da francesa Bouzonnet-Stella. No entanto, estas brincadeiras eram, em muitos casos, guiadas e compartilhadas pelos próprios pais dos infantis. O padre Gusmão (1685, p. 367-368) dizia que “Agesilao Emperador jugava com seu filhinho o jogo do cavalinho de cana, e nam se desprezava aquelle Monarca de correr com o filho na cana para o exercitar”.

O jogo da montaria, como ilustrado na Figura 7, também podia ser uma atividade recreativa compartilhada entre pais e filhos, irmãos e amigos. Uma criança como cavaleiro e outra como cavalo, uma brincadeira que envolvia força física de ambos, cujo objetivo era derrubar o cavaleiro adversário.

Figura 7 – O jogo da montaria



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Gusmão incitava os adultos a participarem do imaginário das brincadeiras infantis. Sobretudo ao indicar que “muitos varoens famosos no mundo contam as historias, que costumavam brincar, & jugar com os mininos. Creio, que nam tanto por se divertirem a sy, como pelos exercitarem a eles” (GUSMÃO, 1685, p. 368). Seja por diversão ou por exercício físico, as brincadeiras eram forte recomendação para ocupar o passatempo das crian-

ças. “Assim que quero dizer, que os brincos, & jogos pueris sam muy proprios, & naturaes aos mininos usados de todas as naçoens, & os devem permitir os pays aos filhos mininos a seus tempos” (GUSMÃO, 1685, p. 370).

Vale frisar a existência de certo silenciamento tanto das gravuras da francesa quanto do texto religioso do português sobre o universo das brincadeiras e jogos para meninas. Essa ausência de enunciados indicando brincadeiras femininas, no século XVII, permite enquadrarmos que as práticas recreativas ao ar livre, os jogos em grupo, o uso de brinquedos diversos poderiam ser atividades próprias dos meninos. Ainda que pouco mencionadas, percebemos em outras representações imagéticas do período que as brincadeiras femininas foram restringidas ao manuseio de utensílios miniaturizados (bules, jarras, panelas, pratos, etc.) e de bonecas. De acordo com Oliveira (2007, p. 120) “para as raparigas, constituíram, decerto, um pretexto para o desenvolvimento de jogos e brincadeiras relativos à aprendizagem das suas futuras vidas de mulheres casas e mães”. O padre Gusmão (1685, p. 368) afirmava ser “tam proprio, & natural dos mininos o brincar, & folgar, que a mesma palavra latina *puer*, que no vulgar quer dizer minino, no Hebraico soa brinco, ou folguedo; he tirar o natural dos rapazes prohibir-lhes o brincar”. Veja-se que o significado de brinco está relacionado com a “acção, ou palavra de quem brinca” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 194). Todavia, tratar-se-ia unicamente de “Brincos de menino”. Nesse sentido, faz crer que as brincadeiras ao ar livre eram uma atividade privilegiadamente masculina.

Além dessas menções a brincadeiras quase exclusivas de meninos, outro aspecto ganha relevância no texto de Gusmão (1685, p. 370): as atividades recreativas tinham como princípio a manutenção da inocência infantil. “He porém muy necessario advertir nam lhe permitam jogos ilícitos, nocivos, ou defesos; porque os que se costumam a estes jogos desde a puericia, nunca podem ter boa creação”. Como vimos, o religioso apontava os jogos ilícitos como aqueles ligados à malícia. Na Imagem 8, a legenda indica tratar-se de uma atividade inocente, ao associar dança e música. Quando comparada ao texto religioso de Gusmão, percebe-se o descompasso ou as diferentes perspectivas sobre o que seriam brincadeiras saudáveis para meninos, já que para o padre as danças poderiam acionar comportamentos desonestos. Na gravura, enquanto uma criança, no segundo plano da imagem, toca flauta à sombra de uma árvore, outras oito dançam – e possivelmente cantam – em roda, de mãos dadas.

Figura 8 – A dança



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Se o padre Gusmão recriminava danças por motivos morais, também alertava para a possibilidade de alguns outros jogos serem nocivos à boa saúde dos infantis. Conceituando que os “jogos nocivos chamo a aquelles, que alguns pays permitem aos filhos, que lhes podem ser nocivos á vida, & bons costumes, como sam jugar pedradas, esgrimir, correr a cavalo, & outros semelhantes” (GUSMÃO, 1685, p. 370-371). Estes jogos ensinariam aos meninos a impaciência e a crueldade, trazendo grandes riscos. Exemplo de jogo nocivo estava o uso de armas, como ilustrado na Figura 9, no qual a gravurista Bouzonnet-Stella apresenta “os pequenos canhões”. A gravura apresenta cinco crianças brincando com o que hoje chamamos “fogos de artifício”, ao simular pequenos canhões que funcionavam a partir do fogo. A legenda questiona por quais armas ou artes seria melhor abrir as portas das pequenas cidades, indicando também a chave, que aparece no canto inferior esquerdo da gravura.

Figura 9 – Os pequenos canhões



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

A fim de combater os jogos ilícitos e os nocivos, o padre Gusmão se valia da estratégia de incitação ao medo nos seus potenciais leitores. Observa-se o seguinte excerto que exemplifica um desastroso caso envolvendo uma inocente brincadeira infantil:

E destes sucessos acontecem muitos; como de certo minino Phelippe filho de Reys refere hum Autor, que brincava atirando com setas para as Estrellas, & hũa lhe cahio em hum olho, & lho vasou. Por isso he bom conselho nam permitir aos filhos mininos facam espadas, escopetas, & outros instrumentos semelhantes porque nam brinquem de tal sorte com eles, que suceda passar do brincar ao brigar; em fim que he verdadeiro adagio, que brincos de mãos sempre vem a dar na cabeça (GUSMÃO, 1685, p. 371-372).

O perigo de acidentes ou de ferimentos a partir de brigas, estavam entre os alertas de Gusmão. Segundo António Ferreira (2011, p. 73), “a alimentação do medo integrava-se no quadro mental da época não só porque se admitia a existência da intervenção demoníaca sob formas diversas, mas também porque explicava as adversidades pessoais ou coletivas como castigos da Divindade”. O combate aos jogos interditados por Gusmão, sob argumentos de riscos à saúde ou à vida das crianças, podia apresentar-se carregado

de culpabilização dos pais menos atentos ou mais negligentes na tutela de seus filhos. Como exemplo de enunciação dessa culpa, Gusmão conferiu a seguinte passagem em que apresenta a morte de um menino de sete anos ao brincar com uma lança:

Bem lastimoso foi o sucesso, que refere Baronio de Frederico filho dos Reys de Sicilia, Martinho, & Maria. Estava este sendo de sete annos folgando com os demais mininos às lanças à vista dos pays. Ferio hũa de tal sorte, que logo cahio morto á vista dos Reys seus pays, que tiveram do successo tal desgosto, que a mãy a Rainha Maria morréo de pena em breves dias (GUSMÃO, 1685, p. 371).

Brinquedo com armas poderia eliminar a vida de uma criança, sendo mais “lastimoso” às vistas dos permissivos pais. Outra tipologia de jogos interditados por Gusmão (1685, p. 372) eram, como o religioso denominava, práticas defesas, as quais se tratavam de “jogos, de que os pays devem livrar os filhos”, como dados, cartas e outros de inclinação viciosa, podendo inclinar as crianças ao latrocínio e à blasfêmia.

Figura 10 – Os dados



Fonte: Bibliothèque Municipale de Lyon.

A representação de meninos jogando dados na Imagem 10 pode indicar o quanto as atividades entendidas pelo padre Gusmão como viciosas tendiam a serem práticas muito comuns no universo das brincadeiras infantis, ao menos segundo a gravura da francesa Bouzonnet-Stella. Na gravura, sete crianças concentradas jogam dados no chão e na legenda é mencionada a “sorte” alterada, o embaralhar dos dados e o dinheiro perdido. Ainda sobre o pecado do vício dos jogos, o padre Gusmão exemplificou, por meio do amedrontamento advindo da figura demoníaca, o infortúnio de uma família diante de um filho de doze anos viciado blasfemador.

[...] ouve hum homem muito rico, o qual tinha hum filho de muito poucos annos, que creava nam sô sem castigo, mas com todo o vicio, a que era capaz aquella pouca idade, porque nam sómente o nam reprehendia, quando errava, mas lhe ensinava péssimos, & depravados costumes. Desta sorte crescéo até os doze annos cada vez peor; hum dos vícios, a que o pay o costumou, foi o jogo, succedêo pois, qye estando hum dia jugando com seu pay, nam lhe caindo a sorte como desejava, rompêo na seguinte blasfêmia: Se aquelle Ieronymo, que prohibe o jogo, pôde algũa coisa, façao, que eu quer elle queira, quer nam queira, nam me hey de levantar daqui sem ganhar. Cousa horrenda! Dizendo isto foi o miseravel minino arrebatado de hum Demonio em fôrma de hum medonho, & terrível: para onde fosse, se nam sabe atêgora: Eu Creyo, que para os infernos. Atêqui Sam Cyrillo (GUSMÃO, 1685, p. 373).

Para Gusmão (1685, p. 373), os jogos que os pais deveriam permitir aos filhos seriam os mais honestos e adequados “daquela idade, como sam o jogo do aro, da pella, do peam, & outros”. Eram passatempos “fôra de toda suspeita”. O religioso ainda acreditava que uma das chaves para o bom brincar estaria no acompanhamento das ritualísticas cristãs por parte das crianças, as quais inspirariam brincadeiras dignas ou seriam, elas próprias, um excelente e honesto passatempo, como a dedicação à imitação dos sacerdotes. Todavia, os jogos e brincos, na percepção do religioso, somente poderiam ser autorizados quando os pais assim o determinassem, e, nunca quando o menino fizesse ao seu desejo. Nesse sentido, pode-se perceber que o texto de Gusmão confere aos jogos e brincadeiras uma dimensão que necessariamente passaria pela hierarquia da vigilância, uma vez que sua tutela pretendia organizar o tempo e o espaço de forma controlada pelos adultos. A supervisão e a licença dos pais ou mestres para o brincar eram requisitos importantes:

Por remate advirto, que ainda que he justo permitir aos filhos estes jogos, nam he conveniente darlhes tal liberdade, que eles sem licença dos pays todas as vezes, & a todo o tempo que quiserem, o façam se nam que há de ser a seus tempos, & com beneplacito dos pays, ou dos mestres, a cujo cargo estam, porque assim se criem com rendimento, & sujeição (GUSMÃO, 1685, p. 375).

Assim, a maior distinção entre o representado pelas imagens de Bouzonnet-Stella e as prédicas de Gusmão é que o brincar não era compreendido como uma expressão livre e autônoma da criança, mas como uma prática regulada, inserida no projeto moral e educativo cristão. Enquanto a gravurista ilustra um possível sentido de liberdade e independência, o padre reivindica a racionalidade da autorização para os jogos acompanhada de uma lógica disciplinadora, que subordinava os desejos infantis à autoridade dos adultos. Dessa forma, os passatempos permitidos eram selecionados não apenas por sua natureza lúdica, mas por seu potencial formativo, moralizador e alinhado às normas religiosas e sociais da época.

Considerações finais

Tanto as gravuras de Bouzonnet-Stella quanto o texto do padre Gusmão construíram representações específicas sobre o brincar na segunda metade do século XVII. Enquanto as imagens da artista francesa se apoiam em referências sociais ligadas à experiência da nobreza europeia, o texto do religioso jesuíta fundamenta-se nas prerrogativas da formação moral e espiritual católica. O brincar infantil, contudo, está presente em ambas as produções, pois documentam e evidenciam aspectos do universo das infâncias no período, muitos dos quais eram difundidos e compartilhados em diferentes regiões da Europa. A circulação dessas gravuras e do manual jesuítico, ambos dedicados a práticas lúdicas, oferece pistas sobre as situações de jogo vivenciadas pelas crianças, os significados atribuídos a essas atividades por seus autores e a diversidade de formas de diversão, sobretudo entre os meninos. Publicados em livros, esses materiais alcançaram determinados públicos leitores, foram difundidos em seu tempo e, mais tarde, preservados em arquivos e bibliotecas.

Os entendimentos do ser e agir das crianças em situações de brincadeiras, dos efeitos dessas práticas no corpo e nos comportamentos não podem ser dissociadas das circunstâncias históricas de produção desses documentos, das condições de enunciação. Essas conjunturas condicionam os elementos documentados que nos chegam. Assim, longe de isolar os enunciados ou imagens dos jogos e brincadeiras, estivemos atentos às condições de produção.

Claudine Bouzonnet-Stella (1636–1697) foi uma artista e gravadora francesa, pertencente a uma família de notáveis artistas vinculados ao classicismo francês. Sobrinha e discípula do pintor Jacques Stella (1596–1657), Claudine foi uma das poucas mulheres gravadoras de sua época. A série de gravuras *Les Jeux et Plaisirs de l'Enfance*, publicada em 1657, representa crianças em cenas de brincadeiras, jogos e passatempos infantis em ambientes

idealizados, frequentemente ao ar livre. As imagens oferecem uma representação visual rara do universo lúdico infantil no século XVII, período em que a infância ainda começava a ser tematizada com maior especificidade no campo da cultura e da educação. As gravuras não apenas documentam práticas recreativas, mas também refletem valores sociais, morais e pedagógicos da elite francesa da época, sugerindo uma concepção de infância marcada pela civilidade, pela ordem e pela formação de virtudes.

O texto do padre Alexandre de Gusmão, produzido quase trinta anos depois, inseria a compreensão da infância a partir da lógica moral-religiosa católica que representava. Entre um e outro, certamente pautavam-se outros entendimentos sobre as experiências do brincar infantil, seja na França, seja em Portugal ou mesmo na América portuguesa. No entanto, não é possível desconsiderar que a aproximação dessas fontes evidencia determinadas compreensões sobre as brincadeiras infantis do século XVII.

Importa ressaltar que ambas as fontes tiveram condições de preservação privilegiadas, sendo as gravuras não apenas difundidas em livro, como também, hoje, disponibilizadas no *British Museum* e na *Bibliothèque Municipale* de Lyon. Em todas as gravuras de Bouzonnet-Stella, as crianças representadas apresentam os mesmos traços físicos e fisionômicos: estatura corporal, tipo de cabelo, formato do corpo, semblante, forma da cabeça, tonalidade da pele. Eram feições homogêneas. São imagens da infância nunca femininas, talvez pelo julgamento de que os jogos representados não fossem brincadeiras para meninas. São apenas meninos, sem atributos masculinos ressaltados. Meninos inocentes e bem nutridos. Também não se evidenciam grupos distintos, antes traços comuns que em alguma medida tornavam-se ícones de crianças de determinados estratos sociais. As imagens traçam talvez alguma proximidade aos modelos renascentistas de pinturas de anjos ou do menino Jesus. A gravurista intentava destacar certa unidade na infância representada ao brincar. Assim, aquelas brincadeiras construíam-se como próprias de determinados grupos, os nobres. No entanto, é possível aventar que tais brincadeiras podiam ser compartilhadas por camponeses e pequeno burgueses, tanto aquelas que não exigiam nada além do corpo – como o nadar no rio – quanto aquelas que requeriam a presença do brinquedo em si, os quais poderiam ser confeccionados por diferentes materiais, como o bilboquê.

Enquanto as gravuras da francesa Bouzonnet-Stella ressaltavam a liberdade do corpo e a experimentação de modos livres de brincar, os quais, em alguma medida, se relacionavam ao mundo adulto, as referências do padre Gusmão estavam, por suposto, vinculadas aos requisitos teológico-morais

do catolicismo jesuítico. Dessa forma, o padre apontava para a importância de jogos de caráter pedagógico que podiam ser praticados individualmente, como pares de nomes, pião, corrupção, jogo de aros ou em grupos como cavaliinho de cana e o jogo da pela. Se as gravuras imprimiam ênfase às experiências físicas, o texto religioso reforçava a construção de sentimentos como a fé e de qualidades morais como a honestidade. Se essas fontes nos permitem conhecer jogos e brincadeiras infantis da segunda metade do século XVII (ou como seus produtores as concebiam), é preciso considerar que foram documentos produzidos para diferentes públicos, ao menos, inicialmente. Gravuras para leituras e apreciações de famílias nobres francesas e texto para instrução religiosa de famílias católicas portuguesas. Documentos produzidos com distintas finalidades que, na aproximação feita pela pesquisa histórica atual, revelam compreensões do brincar infantil de um passado europeu ocidental capaz de informar ao tempo presente o quando o universo infantil mudou, ou não, nos últimos trezentos e cinquenta anos.

Referências

- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. I. Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 2, 4.
- BOUZONNET-STELLA, Claudine. *Les Jeux et Plaisirs de l'Enfance*. [S.l.]: [s.n.], 1657. Conjunto de gravuras em metal. Disponível em: BN, Inventaire du fonds français du 17^e siècle, t. 2, p. 87, 48-99, n. 20; Le Blanc, t. 3.
- BROUGÈRE, G. *Brinquedo e Cultura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CRESPO, Jorge. As práticas e as representações do jogo no Antigo Regime. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 13-18.
- ELKONNIN, D. *Psicologia do Jogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Séculos XVI-XVIII. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 56-76.
- GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MANSON, Michel. *História do brinquedo e dos jogos. Brincar através dos tempos*. Lisboa: Teorema, 2002.

MENESES, Ulpiano. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 243-261. MULHERRON, Jamie. Claudine Bouzonnet, Jacques Stella, and the Pastorales. *Print Quarterly*, v. 30, n. 2, 2013, p. 123–135.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Teorema, 2007.

PARLETT, David. *The Oxford history of board games*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

RIPE, Fernando. *História da Infância: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII*. Caxias do Sul: EDUCS, 2022.

SÁNCHEZ, Carlos Alberto Gonzáles. *El espíritu de la imagen: arte y religión en el mundo hispánico de la Contrarreforma*. Madrid: Cátedra, 2017.

VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 303-400.

CAPÍTULO 3

As ‘infâncias’ à margem da sociedade portuguesa (séc. XVIII ao XX): os dispositivos assistenciais de proteção e (re)educação

Ernesto Candeias Martins

Abordaremos historiograficamente, no período do séc. XVIII ao séc. XX, as crianças portuguesas excluídas ou à margem da normalização imposta pela sociedade do seu tempo, manifestando a privação dum ambiente familiar adequado ou falta de família, falta de necessidades básicas, do conforto afetivo-emocional dos cuidados sociofamiliares no seu crescimento e, por isso encontravam-se estigmatizadas socialmente, com comportamentos ‘anormais’ ou em situação de conflito e/ou desvio social, sendo frequente caírem na vadiagem, marginalidade e delinquência e, conseqüentemente detidas e nas malhas da justiça. A estas crianças que não tiveram uma infância normalizada, quer educativa/ escolar e familiar, quer cultural e social designamo-las por ‘outras crianças’, ou seja, são todas aquelas crianças diferenciadas das ditas normais, atravessadas por fortes assimetrias advindas da realidade social e familiar em que viviam em cada época e, assim tinham uma ‘outra infância’ marcada por contextos e condições de pobreza/miséria e trabalho precoce, situações e conflitos sociais e educativos, que as situavam ‘em perigo moral’ ou ‘em risco’ (ALMEIDA, 2009). Todas estas infâncias não tiveram uma realidade homogénea, escasseando as respostas sociais e educativas e de proteção adequadas de (re)converter as suas anormalidades em sujeitos normais, inseridos na sociedade (MARCÍLIO, 2006). Assim, analisaremos a (s) ‘outra(s) infância(s)’, as que não tiveram um processo desenvolvimento socioeducativo e crescimento normalizado na família, escola e sociedade e, por isso, era considerada como ‘anormal’ e/ou marginalizada com a necessidade de dispositivos ou medidas assistenciais, de proteção, de (re)educação e outros apoios que minimizassem ou eliminassem esses desvios sociais que apresentavam.

A emergência destas infâncias acentuou-se no país, tendo o seu período fulgente nos finais do séc. XIX e princípios do XX, surgindo então reformas sociais e dispositivos jurídico-penal/jurídico-social, assistenciais, médico-pedagógicos, educativos institucionais, a maioria deles fora da normalização

do sistema educativo e da política imposta pela sociedade do seu tempo (MARTINS, 2014). As investigações sobre este tipo de infâncias, ditas abandonadas, vadias, desamparadas, desvalidas, marginalizadas, indisciplinadas, delinquentes ou infratoras não são muito abundantes em Portugal, no âmbito da História Social da Infância e/ou História da Educação social, apesar de se terem intensificado nas últimas décadas muitos estudos académicos e pesquisas documentais (RÓLDAN, 2010).

Consideramos a categoria de ‘infância’ não como um fenómeno natural, já que este período de vida do ser humano é entendido e explicado por diferentes áreas científicas com vários enfoques, perspectivas e teorias, que simultaneamente implica dispositivos, discursos e práticas que foram surgindo ou reproduzidos por diversas instituições ou organizações (estado, igreja, família, academia, meios de comunicação, etc.) que promoveram práticas na vida das crianças, na sua relação entre si e com os adultos. A infância não é dada, porque a sua ideia se (re)constrói de forma dinâmica, podendo manter-se no tempo e espaço histórico e cristalizar-se. Nesse processo de representação e construção social relaciona-se com os processos históricos, políticos, sociais, culturais e educativos (FERREIRA, 2000). Desde a modernidade que várias ciências se preocuparam pelo estudo científico da criança, pelas diversas fases de infância e adolescência, debruçando-se em particular pela infância ‘anormal’ (física, intelectual, social e escolar). Por isso, conceptualização da criança/infância surge na modernidade e nessa construção, de índole socio-histórica, destacamos os estudos de Ph. Ariès, com o processo de moralização da sociedade em relação à infância, os estudos de L. DeMause na consideração dos adultos para com a criança, de H. Cunningham com a explicação da conceptualização da infância e do trato a ter com a criança, e muitos outros.

Nesta clarificação de conceções do significado de ‘criança/infância’ portuguesa,¹² serve de referência o nosso estudo de análise aos dicionários e discursos socioeducativos, pedagógicos e jurídico-sociais, entre os séculos XIX e XX, onde historiograficamente distinguimos a criança como sujeito sócio histórico e cultural e a infância como a fase de vida do ser humano

¹² Convém distinguir logo de início que diferenciamos o estudo sobre história da infância e da história da criança. Realizar estudos socio-históricos e educativos da infância significa estudar a história da relação da sociedade (social), da cultura, dos adultos (mentalidades) com os sujeitos concretos neste período de vida (infância). Já a história da criança remete-nos para o estudo da relação das crianças com os adultos, com as outras crianças, mas também com a cultura, a educação e sociedade em que se desenvolvem. A nossa intenção será as ‘outras’ infâncias na base dos dispositivos que se criaram para colmatar ou dar resposta às situações, condições sociais e de conflito em que se em que se encontravam no tempo histórico de análise.

correspondente aos períodos de desenvolvimento (influências dos discursos provenientes de várias ciências preocupadas no seu estudo científico) (MARTINS, 2021). Heywood (2004, p. 22) considera nesta distinção que a infância é como uma “abstração que se refere à determinada etapa de vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças”. Concebemos a ideia de haver concepções de infância(s) inseridas no tempo histórico, em que criança/infância se correlacionam com os de sociedade e cultura – educação (ALMEIDA, 2009) A compreensão das concepções e conceptualização da criança/infância remete-nos para o significado representado da forma de perceber ou conhecer a criança/infância em cada época e sociedade (MARTINS, 2021). Assim, as designações e os conceitos como infância ‘desvalida’, abandonada, marginalizada, inadaptada, delinquente ou infratora surgiram num determinado contexto socio-histórico e estavam relacionados com os processos de reforma social, debates políticos, educativos, socioeconómicos e culturais (TOMÁS; TREVISAN; FERNANDES; CARVALHO, 2021).

Situamos, pois o nosso estudo no marco das ‘outras infâncias’, aquelas que não tiveram uma normalização educativa/escolar, familiar e social e que estavam à margem da sociedade do seu tempo por falta de medidas e reformas sociais e, assim estavam em perigo moral ou em risco de ser errante, vadia, marginal, infringir delitos ou delinquir. Analisaremos os dispositivos que se foram criando para dar respostas às situações/condições, desvio e conflitos sociais ou de marginalidade. Utilizaremos o termo ‘dispositivo’ para referir-nos ao: âmbito da legislação de proteção (jurídico-penal/jurídico-social, assistencial ou política social, direito tutelar de menores, jurisdição de menores, detenção policial); âmbito assistencial e médico-pedagógico (medidas de assistência social, influência do higienismo, eugenismo, ciências médicas, puericultura, pediatria, etc.); âmbito (re)educativo ou pedagógico (pedagogia correcional, preventiva, terapêutica e de reeducação) e respetivos modelos de tratamento ou de intervenção (médico-pedagógico, psicopedagógico, etc.); âmbito institucional (tipologia de instituições de internamento, como as rodas de expostos e hospícios, recolhimentos, orfanatos, asilos para infância desvalida, casas de detenção e correção, escolas de reforma, colónias agrícolas correcionais, refúgios anexos às tutorias centrais de infância, reformatórios, casas pias, mitra, institutos de reeducação e de educação, etc.); âmbito das proposições filosófico-educativas, (psico)pedagógicas, médicas e jurídicas sobre a criança/infância e adolescência (concepções, representações sociais, construção identitária), surgidas a partir da modernidade.

De facto, os dispositivos implicavam um processo de subjetivação na criança ou no menor (termo do foro jurídico referente há menoridade), como produto duma complexidade de articulação de saberes, valores específicos e normas num determinado momento histórico. Entre todos esses dispositivos apenas analisaremos o assistencial, o de proteção jurídico-social (legislação) e o institucional para essas outras infâncias, núcleo do presente estudo.

Dispositivo assistencial à infância

A partir do séc. XVI as Ordenações Manuelinas e Filipinas estabelecem medidas de proteção aos ‘enjeitados’ sob a responsabilidade dos municípios, que originou a construção de acolhimentos onde não havia hospitais ou albergarias. Deste modo gera-se gradualmente uma nova consciencialização e preocupação em organizar respostas sociais e assistenciais adequadas às situações das crianças e das famílias mais desprotegidas, publicando-se os diplomas de 31/janeiro/1775 e de 5/junho/1800 e providências dos municípios na criação, educação e destino crianças ‘expostas’, articulando a presença do Estado com ação da Igreja.

Na verdade, a conjuntura política, económica e social e os respetivos ‘flagelos sociais’ na população (índices elevados de pobreza e miséria, mortalidade infantil, de analfabetismo, desemprego, condições inumanas habitacionais, falta de seguro laboral, etc.) que atingiam a população portuguesa, na transição do séc. XIX ao XX revelavam a necessidade de adotar ‘novas’ políticas sociais e assistenciais em estreita convergência com os ideais liberais, burgueses, maçónicos, progressistas republicanos e a solidariedade cristã (FONSECA, 1930). Uma das questões foi a legitimidades das ‘Rodas’ a meados de Oitocentos, devido ao estado calamitoso na assistência aos ‘expostos’, o que obrigou o estado a promover reformas sociais e alterações jurídico-institucionais para prevenir as exposições, sem aumentar os infanticídios e mortalidade infantil, nem provocar desequilíbrios orçamentais, definindo providências necessárias para melhorar os serviços. O debate destes e outros problemas (sociais, assistenciais) relativos às crianças se caberia ou não ao Estado intervir nessa resolução, reorganizando serviços ou criando dispositivos.

De facto, desde finais do séc. XVIII e ao longo de Oitocentos brota uma corrente de iniciativas filantrópicas e beneméritas privadas que pretenderam acolher, proteger, amparar, assistir e educar as crianças, especialmente as desvalidas, através do modelo asilar de internamento para os dois sexos, acompanhado por estudos científicos de várias ciências, especialmente as ciências

médicas (psiquiatria sobre os ‘anormais’, medicina social, higienismo, pediatria, puericultura), (psico)pedagógicas (pedologia/paidologia, pedagogia experimental) e ciências jurídicas (direito, antropologia criminal, sociologia jurídica, congressos penitenciários, etc.), que optam pelo internamento e pelo tratamento de intervenção social, médico-pedagógico e psicopedagógico, como resposta a problema social da ‘outra infância’ (ROCHA; FERREIRA, 1994; MARTINS, 2014).

Essas mudanças no séc. XIX e a continuidade de outras medidas anteriores permitem ampliar a rede de proteção e amparo à infância desvalida, abandonada/desamparada, vadia e marginalizada e delinquente, consubstanciando-se na criação de instituições asilares, hospícios de casas de correção, comissões de beneficência paroquial, entre outras. O país neste centúrio era assolado por elevada taxa de natalidade e mortalidade infantil, explicável pelos costumes insuficientemente higiénicos da população, dando-se a proliferação doenças (SÁ, 1992). Além disso, a opressiva ordem económico-social levou a alto índice de abandono, mendicidade (esta foi proibida) e marginalidade de crianças/jovens, associado a políticas sociais e de assistência pública, destinadas à proteção das crianças/adolescentes, norteadas por medidas higienistas e de profilaxia social, realizada por médicos (sanitaristas, eugenistas e escolares). Tal situação despoletou dispositivos repressivos, em especial para a infância infratora, errante e delinquente, mantendo-se ao mesmo tempo a presença caritativa religiosa e filantrópica de várias instituições (asilos de infância desvalida, asilo-escola). Neste sentido a legislação tornou-se permissiva/protetora quanto `internação em instituições de assistência educativa, hospícios e recolhimentos hospitalários, como medida de correção.

As ideias higienistas e eugenistas e os setores da sociedade exigiram do Estado medidas profiláticas de controlo da infância dita ‘anormal’, a começar pelas detetadas nas escolas (atrasados, retardados, idiotas) aplicando-lhes exames antropométricos, testes, exames em consultórios médicos e ambulatórios, em institutos de criminologia ou de reeducação mental e pedagógica (LOPES, 2010). A deteção pelas autoridades policiais e civis e a passagem da criança pela escola passou a ser momentos deteção de aspetos físicos, intelectuais, psíquicos, psicopedagógicas e de comportamento desviante, fazendo surgir classificações e gradações de anormalidades, cada vez mais apuradas encorajando várias ciências nessa despistagem e diagnóstico de sintomas anómalos (FERREIRA, 1997).

De facto, os serviços de assistência à criança (abandonada, vadia, mendiga, órfã, indigente) cabiam à Direcção-Geral de Assistência.¹³ Esta passou a ser a única e legítima tutora de todos os menores a seu cargo ou internados nos seus estabelecimentos assistenciais e de educação (Decreto n.º 20285, de 7/09/1931).

Paralelamente com a concentração das famílias nos grandes centros urbanos, a crescente urbanização, pôs a descoberto condutas e situações/ condições das famílias mais vulneráveis, trabalhadoras e/ou em exclusão e, por consequência delinquentes, infratores, vadios e marginais, onde se destacavam os menores, que faziam que as autoridades incentivassem a proteção da ordem familiar e social, a qual era considerada necessária ao futuro da nação (SÁ, 1992; LOPES, 2002). A partir de então expande-se dispositivos e instrumentos de intervenção para controlar sujeitos desviantes e em conflito social, em especial para as crianças em risco. Ora adoção dessas medidas, suportadas por legislação implicou práticas higienistas, repressivas, privilegiando a institucionalização de menores como tática de contenção e atendimento, em prol da coesão/segurança social da sociedade.

Efetivamente, a proteção induzia a disponibilidade para assistir/abrigar e abrigar/acolher essa infância e, assim, este ato de proteger e de ação preventiva irá produzir um leque de normativos e dispositivos, que se intensificam a partir do séc. XX, especialmente a partir da legislação que inicia o direito tutelar de menores (ABREU; CARVALHO; RAMOS, 2010). É neste quadro de configuração de política social que se alteram as concepções sobre criança/infância, ganhando centralidade a assistência e a proteção a par da resolução do problema social que representava essa ‘outra (s) infância(s)’,

¹³ Pelo Decreto de 25 de maio de 1911 reorganiza-se os serviços de assistência no País, fixando a obrigatoriedade de o Estado assistir os mais necessitados e crianças, definindo várias modalidades assistenciais. Cria-se a Provedoria Central da Assistência Pública de Lisboa e a Inspeção-geral dos Serviços de Assistência Pública para a capital e a Direcção Geral de Assistência que desempenhava a função de: inspeção dos serviços técnico-administrativos (articulação dos serviços assistenciais e estabelecimentos especiais); classificação dos estabelecimentos em asilos para a 1.ª e 2.ª infância, escolas-asilo, estabelecimentos para ‘anormais e os das misericórdias; a curadoria dos indigentes com o ‘Refúgio’ em anexo (internato destinado a albergar provisoriamente crianças vadias, indigentes e desamparadas e, onde Aurélio da Costa Ferreira este de Diretor, em 1921, constituindo na época o único estabelecimento com todos os serviços de assistência na capital) e as Casas de Trabalho (BELEZA dos SANTOS, 1926; TOMÉ, 2012). Aquele diploma constituiu uma grande obra social de proteção à infância e à família, com princípios educativos, assistenciais e médicos e higiénico-sanitários. Outros diplomas regulamentaram esses serviços como o Decreto n.º 6863, de 30/08/1920 da assistência infantil e colocação e adoção de crianças, a remodelação dos serviços da Misericórdia de Lisboa (Decreto n.º 8219, de 29/06/1922) como instituto oficial de assistência pública, a criação da Comissão Central de Assistência de Lisboa (Decreto n.º 13763, de 27/05/1927), a criação das Casas do Povo com os lactários, dispensários, creches e asilos para as crianças (Decreto n.º 23051, de 23/11/1933), veda-se o exercício a certas atividades laborais às mulheres e menores (Decreto n.º 24402, de 24/08/1934), etc. (MARTINS, 2014).

a em perigo moral ou em risco e delinquente (REIS, 1940). Esta infância flutuante, errante e irreverente cometia no contacto permanente com a rua e ambientes promíscuos e em grupo atos ilícitos (agressões, furtos, roubos, etc.), considerados criminosos e/ou delinquentes.

Dispositivo legislativo e as respostas jurídico-sociais de proteção

Os vestígios das medidas de proteção aos órfãos e infância abandonada surgem reguladas nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas até à publicação dos códigos penais do século XIX,¹⁴ onde a criança é punida no âmbito do delito cometido (pena). Todos os problemas sociais e de proteção à infância até finais do século XX se sintetizam nas seguintes atividades: serviços de assistência, na perspetiva humanitária cristã e socio-caritativa (misericórdias e entidades beneméritas) e do influxo do movimento higienista e ciências médicas e, posteriormente, assistência social do Estado (legislação de 1911, 1935) com a Direção Geral de Assistência; a instrução escolar (escolarização), desde a criação do sistema educativo (criação do Ministério da Instrução e Cultos, em 1871), mas mantendo uma considerável rede de colégios e instituições privadas religiosas, com destaque para os jesuítas; e serviços de justiça (tribunais penais e a partir da LPI-Lei de Proteção à Infância de 27/05/1911 (Tutorias Centrais de infância) e restante legislação complementar de 1919 e 1925 e, depois a OTM (Organização Tutelar de Menores de 1962 alterada em 1977 e finalmente a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09) e Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/99, de 14/09). Este sistema de proteção de crianças suportada por legislação respetiva define a orientação filosófica, higienista, médico-pedagógica e jurídica na organização/funcionamento do sistema, que foi influenciado por contextos sociais, económicos, políticos e culturais da época, especialmente após a implantação da República (1910-26), a Declaração de Genebra dos direitos da criança, revista com na Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) e depois da Convenção sobre Direitos da Criança, em 1989

¹⁴ Enquanto o Código Penal de 1852 menciona penas correccionais punitivas e educativas para menores, o de 1861 indica o tratamento correccional nos estabelecimentos de correção e reclusão (medidas de pedagogia correccional). Posteriormente o Código de 1886 refere-à noção moral e jurídica discernimento ou 'responsabilidade dependente' para as crianças entre 7 e 14 anos, etc. (DEUSDADO, 1890). Assim, os menores cumpriam as suas penas nas prisões, em péssimas condições higiénicas e em promiscuidade com os criminosos adultos, com medidas educativas repressivas e intimidativas, sem instrução e trabalho, até à criação da Casa de Detenção e Correção de Lisboa (1871), a qual teve reorganização na sua estrutura em 1903 de acordo com as novas ideias e com a intervenção do capelão e subdiretor Pe. A. Oliveira (MARTINS, 2014).

(CASTRO; FERREIRA; CAPUCHA, 2023). Todos esses serviços serviam a mesma finalidade: a defesa, coesão e segurança social. Estes organismos apresentavam vários inconvenientes na aplicação prática da legislação e na implementação dos dispositivos ou medidas de tratamento médico-pedagógico e correccional (TOMÉ, 2012).

Historicamente os princípios da prevenção e da correção educativa dos menores no séc. XX aparecem com a ação das comissões de Lisboa e Porto em janeiro de 1911, que culminou com a promulgação da – LPI, dando início ao direito tutelar de menores com uma índole preventiva, tutelar e protecionista com finalidade assistencial e educativa à infância, com individualização das decisões judiciais e reforma dos órgãos jurisdicionais de menores, a implementação do modelo médico-pedagógico na reeducação e tratamento terapêutico institucional, etc. A LPI, imbuída na crença da educação e disciplina, como fatores de reeducação e ressocialização dos menores, constitui um documento das preocupações do regime republicano com a proteção e da importância das crianças, retirando-as de ambientes viciados. Aquela lei de 1911 consagra criação de um conjunto de dispositivos:

- Tutorias da Infância (mais tarde tribunais de menores) de Lisboa, Porto e Coimbra com os seus ‘Refúgios’ (lugares observação temporal médico-pedagógica e social) e as comarcas, compostas por um juiz adjunto, com formação médica (delegado de saúde), um professor e delegado do Ministério Público que lhe competia a proteção das crianças detidas e tomar medidas com vista à sua reeducação e salvaguardando os direitos das famílias.
- Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças (depois Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância) era um organismo de espírito associativo e cooperativo, semioficial, de utilidade pública e com individualidade jurídica, que reunia todas instituições, patronatos (ação social e subsídios aos Ex internados) e associações de beneficência, constituindo-se como um sistema de higiene moral e social na colaboração entre os serviços tutelares, as tutorias e os institutos de assistência e educação da Direcção-Geral de Assistência,¹⁵ de tal modo

¹⁵ Vários diplomas posteriores ao Decreto n.º 10767, de 15/05/1925, estabeleceram as competências, as atribuições e a organização da Federação, tais como os Decretos n.º 15162, de 5/03/1928, n.º 22708, de 20/06/1933, n.º 30615, de 25/07/1940, n.º 38386, de 8/08/1951, etc. A Federação passou a promover serviços de instrução, de saúde, de apoio ao trabalho infantil, educação militar e agrícola, inspeção aos espetáculos, subsídios, internamento gratuito de crianças pobres, órfãs ou vadias em estabelecimentos assistenciais, etc. Os diretores dos Refúgios das Tutorias eram delegados da Federação Nacional (Lisboa, Porto, Coimbra).

que representava o País na *Association Internationale de la Protection de l'Enfance* (Bruxelas), ocupando uma das vice-presidências permanente; Organização Legal do Depósito de Menores. A Federação reunia várias instituições públicas e privadas, de propaganda, de educação e do patronato constituindo uma verdadeira rede socioeducativa, de higiene moral e assistência à infância, promovendo.

- As Casas de Detenção e Correção passaram a designar-se Escolas de Reforma.
- Classificação dos menores detidos até aos 16 anos de idade de ambos sexos tipificados:¹⁶ ‘em perigo moral’, desamparados, delinquentes, indisciplinados e anormais (intelectuais). As crianças ‘em perigo moral’ (art.º 26.º, 28.º, 39.º e 41.º da LPI) integravam as abandonadas, as pobres ou maltratadas, podendo esta designação depender de certas circunstâncias, como à falta de domicílio ou residência certa, o abandono (físico, moral), o desprezo ou maus-tratos dos pais ou tutores, à falta destes (orfandade) ou de parentes até ao grau em que eram obrigados a prestar educação e alimentos, empregos em profissões proibidas ou desumanas, à condenação dos pais por crimes, etc. Os ‘menores desamparados’ (ociosos, vadios, mendigos ou libertinos) dependiam de várias circunstâncias previstas, cujas causas se resumiam a três aspetos: à manifestação de tendências imorais ou criminosas (pré-delinquência); a algumas situações mencionadas para os ‘em perigo moral’; e na relutância à instrução (inadaptação escolar), pela educação na família e ao trabalho (indisciplinados). Os julgados por ‘indisciplinados’ dependiam do requerimento dos pais ou tutores, integrando os menores refratários ao trabalho e aos processos normais de educação na família e na escola. Em relação aos considerados ‘delinquentes’ (art.º 62 da LPI), eram os julgados autores de uma contravenção (roubo, furto), encobridores ou cúmplices de um crime punido por lei. A cada grupo desta classificação correspondiam condições e medidas diferentes jurídico-sociais e educativas. Os menores ‘em perigo moral’ constituíam o grupo mais

¹⁶ A LPI classificava os delinquentes em desamparados (ociosos, vadios, mendigos, libertinos), indisciplinados ou incorrigíveis e ‘em perigo moral’ (abandonados física e moralmente pelas famílias, pobres e maltratados), e que estabelecia três princípios fundamentais, a prevenção, a tutela e a individualização (decisões e medidas) na área da proteção à infância. À luz daquele diploma os menores recolhidos integravam a categoria de ‘em perigo moral’ (abandonados órfãos pertencentes a famílias pobres, vadios ou desvalidos) e ‘desamparados’. Porém, a LPI foi modificada pelos Decretos n.º 5611 de 10/05 e n.º 6117, de 20/09 de 1919 e, depois pelo Decreto n.º 10767, de 15/05/1925, que acentua a ideia do cientificismo sobre a criança delinquente.

numeroso, conferindo-se às tutorias um vasto campo de ação preventiva e reeducativa.

Podemos inferir que aquela etiologia na LPI não era perfeita para o efeito de se definir a competência das tutorias. Os desamparados ou eram menores nas circunstâncias de ‘em perigo moral’ que requeriam medidas preventivas de simples educação e assistência moral e económica, ou eram ‘indisciplinados’ que apresentavam tendências imorais, criminosas que exigiam medidas terapêuticas nos reformatórios e colónias correcionais, como os delinquentes. Durante a 1.^a República (1910-26) a categoria dos ‘desamparados’ representou, apenas, a transigência com antiquados conceitos sobre criminalidade. Encarava-se o delito, quando havia que olhar pelo ‘delinquente’, pelo menor. Não se perdia de vista o crime, como entidade abstrata, quando havia que apreciar o estado e as causas de delinquência.

Em 1919 (art.º 7.º do Decreto n.º 5.620, de 10 de maio) os Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores tomam um novo rumo, criando a Inspeção Geral dos Serviços de Proteção a Menores, órgão orientador e fiscalizador, e a Inspeção de Assistência a Menores Desamparados e Delinquentes (primeiro inspetor-geral foi o P.e Oliveira), como um instrumento de ação social das tutorias e na colocação em liberdade vigiada dos menores detidos. Devido ao aumento de internados criaram-se os reformatórios e/ou escolas industriais de reforma, como a de São Fiel e escolas agrícolas de reforma, como a de Izêda, para menores de difícil correção. Aqueles serviços tutelares, mesmo com pouco pessoal (incluindo o voluntariado), desempenharam um papel importante nas investigações jurisdicionais e sociológicas (observações, inquéritos, etc.) necessárias à elaboração do processo de instrução do menor e ao diagnóstico médico-pedagógico ou psicopedagógico nos ‘refúgios’. As suas funções destinavam-se a analisar a vizinhança moral junto das escolas, o de vigiar e censurar os filmes (moralidade infantil), ajudar as associações industriais que tivessem creches ou jardins-infantis para os filhos dos operários, divulgar medidas para o amparo moral dos menores, preparar funcionários para estes serviços no Instituto Médico-Pedagógico Aurélio da Costa-Ferreira (a formação profissional e pedagógica para o ‘serviço social’ ou ‘trabalho social’), etc.

O verdadeiro carácter tutelar da jurisdição de menores, para aplicação de medidas terapêuticas e processos de regeneração moral daquelas crianças, não estava muito bem expresso. Pela sua confusão e sobreposição com outras categorias à hora de adotar as medidas de tratamento, a categoria dos ‘desam-

parados' viria a ser abolida com o Decreto n.º 10767, de 15/05/1925. Este diploma simplifica toda a legislação avulsa anterior e irá classificar os estabelecimentos de menores em 'Refúgios' (semi-internatos para observação, exame e diagnóstico antropológico, médico e pedagógico dos menores detidos nas tutorias centrais, estudo das tendências profissionais e dos antecedentes sociais e familiares), em reformatórios e em colónias correcionais (previstas no Decreto n.º 5611, de 10/05/1919). Acentuou-se a ideia do cientificismo no estudo da criança delincente (esta era então considerada uma 'doente'), numa tentativa de averiguação das causas (exógenas e endógenas das tendências e infrações cometidas), a importância dos aspetos médico-pedagógicos, psicológicos e sociológicos na etiologia do comportamento da criança, a reorganização e estrutura dos serviços jurisdicionais e tutelares de menores, etc.

Enfim, muitas medidas legislativas foram aparecendo em matéria de profilaxia da criminalidade infantil e juvenil (lei da vadiagem de 1912, lei da imprensa de 1926, lei dos crimes contra a saúde pública de 1931, a reforma prisional de 1936, etc.), a tentativa de criação de um 'Código de Infância' (diploma de 1919, Decreto n.º 31844, de 8/01/1942), a criação da Prisão-Escola de Leiria, em 1934, para menores entre os 16 aos 18 ou 21 anos, a implementação de medidas assistenciais, a criação de 'refúgios' femininos, etc.

Efetivamente, toda a proteção jurídico-penal e/ou jurídico-social à infância abrangia a proteção moral, jurídica e socioeducativa, efetuada por uma terapêutica e profilaxia social, através da assistência direta/indireta dada pelas tutorias e serviços tutelares e educativos, isto é, com início do direito tutelar de menores, que irá permanecer até finais do séc. XX. Eram estes serviços que exerciam essa proteção aos menores de 16 anos, socorrendo-os com medidas socioeducativas, não punitivas, preservando-os ou defendendo-os contra quem os contaminasse, os maltratasse ou não lhes desse atenção, incluindo a própria família (aplicação da inibição do poder paternal). Ao nível legal, pela força de muitos diplomas, as crianças consideradas abandonadas, desamparadas, 'em perigo moral', indisciplinadas, delinquentes ou inadaptadas passaram a ser 'pupilos da Nação' (OLIVEIRA, 1929).

A coincidência do aumento desses índices nas primeiras décadas do séc. XX, devia-se, por um lado, ao desenvolvimento gradual dos serviços jurisdicionais e tutelares de menores que se foram instalando pouco a pouco até uma plenitude de jurisdição das tutorias e, por outro lado o aumento de casos à medida que as tutorias intensificavam a sua atividade, quer pelo trabalho dos magistrados, patronato, autoridades administrativas e policiais, curado-

res de menores e ‘delegados de vigilância’, quer pelo conhecimento e interesse daquelas instituições por parte do público e colaboradores voluntários. A ação das tutorias restringia-se, especialmente aos ‘menores delinquentes’, objetivamente considerados, pela jurisdição correccional e pelo direito tutelar de menores. Pouco a pouco acentuou-se o carácter preventivo e ação socio-pedagógica e médico-pedagógico, alargando-se a outros campos (psicologia). Paralelamente modificou-se o conceito de ‘delinquência’, para um sentido subjetivo, mais amplo, abrangendo os pré-delinquentes (vadios, ociosos, libertinos, com tendências viciosas, etc.), e substituindo o termo delinquente por ‘inadaptado’ (FERREIRA, 1997). Contudo, continuava a família e a escola a estarem no centro da problemática sobre criminalidade e delinquência infantojuvenil, devido às incapacidades destas duas estruturas de socialização (DUARTE-FONSECA, 2005).

A partir de 1926, O Estado Novo cria uma política de segurança social baseado no modelo corporativista, em que o sistema de proteção segue a matriz assistencialista, apesar das alterações e, por isso a OTM de 1962 reflete a natureza ditatorial e repressiva do Estado, acentuando-se as preocupações com os menores delinquentes, mendicidade, vadiagem, prostituição ou libertinagem e indisciplinados (maltratados ou abandonados). Trata-se da mesma forma os maus-tratos ou abandono (vistas como pré-delinquentes) e as delinquentes ou infratoras e, daí a necessidade de reeducação social e medidas punitivas e disciplinadoras. Assim a evolução dos serviços públicos de proteção e prevenção à infância, os menores delinquentes foram talvez a grande preocupação, mas as medidas e os estudos sobre as situações de desvio social exigiam atacar o mal pela raiz (intervenções efetivas), passando para segundo plano os sintomas que no início prenderam a atenção dos reformadores sociais. Até os próprios dispositivos de apoio à família e à criança/infância desde os finais da Monarquia ao Estado Novo inclusive apresentavam certa crise, exigindo-se providências excecionais sob o controle de uma jurisdição especializada que evitasse abusos e a ofensa aos direitos fundamentais da criança e família (MARTINS, 1997). Era necessária uma maior colaboração entre as instituições de assistência, de beneficência e de educação com as tutorias/tribunais de menores e os respetivos serviços tutelares de menores.

Perante a multiplicidade de problemas sociais, o domínio assistencial mereceu sempre uma atenção especial, salvaguardando as crianças/jovens em situação ‘em perigo moral’ ou em risco, sendo de esperar uma efetiva correspondência com a ação governativa no benefício das crianças. Embora o fenómeno da exposição das crianças constituísse um problema do passado,

pouco a pouco foi-se desvanecendo no séc. XX, surgindo outros problemas relacionados com a infância/juventude o que obrigou a novas respostas jurídicas e institucionais de proteção à infância desvalida, abandonada, desamparada e delinquente. Ora o resultado das reformas sociais, iniciadas no séc. XIX e intensificadas no XX implicaram uma abundante legislação (decretos) que definiram, sob influência da pedagogia correcional, sociologia social e criminal, do higienismo e eugenismo. No caso assistencial destacamos o socorro e apoio às mães (e filhos ilegítimos), às famílias pobres e vulneráveis (excluídas e estigmatizadas), o direito dos filhos perflháveis (espúrios), programas de intervenção médico-pedagógica aos menores, criação de dispositivos assistenciais e a reorganização da assistência pública (consagrada no art.º 29 da Constituição de 1911).

Mais tarde, na década de 40, o Estado Novo cria a Organização Nacional de Defesa da Família, remodelam-se e centralizam-se os serviços de assistência, concede-se o abono de família às famílias mais necessitadas, benefícios materno-infantis e à infância em geral, cria-se o Instituto Maternal para a infância, cujas funções vão desde os serviços médico-assistenciais, puericultura e pediatria, de profilaxia social e combate a determinadas doenças, despistagem das causas de degenerescência, e constitui-se, ainda, o Instituto de Assistência aos Menores, como entidade organizadora dos processos dos menores com ‘domicílio de socorro’, fora da área de Lisboa, já que na capital essa função cabia à Casa Pia de Lisboa.

Após o 25 de Abril de 1974 houve algumas alterações com a revisão da OTM em 1978 (Dec.-Lei 314/78, de 27/10) e a criação dos COAS (Centros de Observação e Ação Social como estabelecimentos tutelares dependentes do Ministério da Justiça) com um diretor psicólogo e curador de menores e representante do Ministério Assuntos Sociais) e outra revisão em 1991 criando Comissões de Proteção de Menores (Dec.-Lei 189/91, 17/05).

Em 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança, a qual defende que toda a criança deve beneficiar de todas as condições que lhe permitam desenvolver integralmente as suas capacidades, a nível físico, psíquico, espiritual, moral e social, em condições de liberdade e dignidade. Em 1995 é extinta a Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores que dá lugar ao Instituto de Reinserção Social. Em 1999 verifica-se a última grande Reforma do Direito de Menores, com a redação do diploma legal de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, diferenciando assim as vítimas que ficaram sob a alçada do Ministério da Segurança Social dos jovens delinquentes com comportamentos qualificados pela lei como crime, estes sob a

alçada do Ministério da Justiça, com o diploma legal da Lei Tutelar Educativa (GERSÃO, 2000). Assim, e tendo em conta a crescente preocupação com a situação da infância e num quadro de uma conjuntura sociopolítica, o ano de 1999 foi profícuo. A nova reforma do direito de menores em Portugal, foi legitimada com a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro que veio regulamentar uma nova abordagem à proteção e promoção da situação da criança e jovem em perigo, a par de uma outra, a Lei Tutelar Educativa (LTE) – Lei n.º 166/99 de 14 de setembro. Este diploma regula a intervenção do Estado nas situações de jovens, entre os 12 e os 16 anos, que pratiquem atos qualificados de crime. A LPCJP (Lei de Proteção de Crianças/Jovens em Perigo) regula a intervenção social do Estado e da sociedade nas situações das crianças/jovens em perigo, carenciados de proteção, salvaguardando a intervenção judicial para os casos em que não há consentimento dos pais ou representante legal, ou para decidir sobre a regulação do exercício de direitos parentais. Ressaltamos o facto de as crianças/jovens infratores poderem também ser crianças/jovens em perigo, na base duma articulação na aplicação dos dois diplomas legais (Lei n.º 166/99 e Lei n.º 147/99). É, ainda, de referir a implementação de políticas sociais ativas, dando grande prioridade à educação com a implementação dos TEIP-Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Programa contra a Exploração do Trabalho Infantil e projeto ‘Escolhas’.

Dispositivo institucional de acolhimento ou internamento de menores

A institucionalização das crianças/adolescentes, em estabelecimentos específicos determinava um processo de cristalização de procedimentos, atitudes, valores e/ou conhecimentos, associado a um conjunto de normas de comportamento do internato, estabelecido em regulamento próprio, que orientavam toda a atividade do interno. Se efetuarmos uma análise das instituições que surgiram em Portugal, a partir do séc. XVIII, como espaços/locais de residência e/ou encerramento, com perspetivas distintas (assistência, educação, correção e trabalho) que se complementam entre si, mas que nos ajudam a compreender melhor a sua tipologia, as características e estratégias de operacionalização deste fenómeno da institucionalização. Se recorremos, nesta explicação, por exemplo a E. Goffman e M. Foucault, o internado vivia o seu quotidiano nesse espaço institucional, sob uma autoridade de governação, com suporte em estatutos, segregado e privado do contacto com o exterior, e enquadrando-se nas normas de controlo no cumprimento dos objetivos oficiais da instituição (MARTINS, 2014). Qualquer que fosse a institucio-

nalização, ela impunha rotinas, servia de instrumento de materialização e exercício de relações de poder (conceção histórico-genealógica de Foucault), o que implicava uma normalização de padrões institucionais, numa submissão a um regime disciplinar, que normalmente mostrava-se alheio a qualquer privacidade. Ou seja, a institucionalização, enquanto processo constituído de práticas/rotinas e dispositivos de poder (governança, normalização), frutos de um determinado contexto socio-histórico para atender às necessidades da infância em cada época. Independentemente do tipo de instituição, gerava-se um processo de afastamento (separação) do internado do seu contexto pessoal, familiar ou social, mas reproduzia fragilidades surgidas da não reprodução de relações naturais, livres e não conduzidas, instrumentalizando-o na necessidade de ser e criando dispositivos de poder. Deste modo, as instituições de internamento de menores reproduziam e induziam disciplina, normas e princípios instituídos pelo ‘poder’ (governança) e regulado por estatutos, com base em ideologia caritativa e religiosa, filantrópica ou pelo Estado (tutor no impedimento da família). O internado era privado do contacto com o exterior pelo processo de clausura.

Em seguida, analisamos a evolução do dispositivo de institucionalização, desde o séc. XVIII a finais séc. XX, no acolhimento, internamento e institucionalização de menores.

As crianças expostas nas ‘Rodas’ e os hospícios

Os filhos ilegítimos ou não aceites familiarmente e os de famílias pobres ou os órfãos estavam destinados ao abandono e desamparo (moral, material) e, por isso, as rodas acolhiam e cuidavam desses bebés, evitando que fossem abandonados nas ruas. Este serviço de proteção social e assistencial, com estrutura de índole religiosa e caritativa, não só para a infância desvalida (pobre, abandonada, desamparada, órfã, vagabunda, mendiga, vadia) ou para expostos, fez criar a partir do séc. XV várias instituições específicas (colégios, recolhimentos, orfanatos, seminários, escolas de aprendizes artífices, hospícios, asilos, creches, etc.). No séc. XVIII a assistência à infância seguia as determinações do Estado e da Igreja, para aquela infância, fazendo surgir o sistema de ‘*Rodas de Expostos*’ realizado em misericórdias, em especial pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e Porto, as quais também atendiam pobres, abandonados, mendigos, idosos, presos, etc.). O hábito de abandono crianças acentuou-se em Oitocentos, com um número insuficiente de amas e com índices elevados de mortalidade. Assim, em 1867 as ‘Rodas’ são substituídas pelos ‘Hospícios’, onde admissão e permanência da criança era

analisada individualmente, sendo admitidos ‘expostos’, abandonadas e desvalidas, ficando até aos 7 anos a cargo de amas, dos 7 aos 12 anos internadas em escolas-asilos onde recebiam formação profissional e, posteriormente, eram encaminhadas para vários destinos profissionais ou ensino (FERNANDES; LOPES; FILHO, 2006). Apesar dos hospícios terem nova regulamentação como modelo assistencial não há uma rutura completa com modelo anterior, já que o enraizamento social continuava a designá-los como ‘Rodas’.

Após um período de indefinições e ambiguidades legislativas, a Direção Geral de Administração Política e Civil do Ministério dos Negócios do Reino regula os serviços a cargo das Juntas Gerais de Distrito com um Regulamento (diploma de 5/01/1888) para serviços expostos e menores desvalidos ou abandonados (D.G. nº 15, de 19/01/1888). Posteriormente extingue-se aquelas Juntas Gerais (decreto de 06/08/1892) e transfere-se para os municípios as respetivas atribuições, criando-se as Comissões Distritais de apoio.

Os asilos para infância desvalida

Enquanto as Rodas dos ‘expostos’ deram lugar aos hospícios (subsídios lactação), os asilos substituíram os obsoletos recolhimentos e orfanatos, com várias valências, entre elas a proteção, tendo como objetivos e âmbito destinados à infância pobre, vadia, abandonada e desvalida, com uma tipologia arquitetónica específica, que proliferaram nas principais cidades e vilas do país (asilos distritais de infância desvalida) (RIBEIRO, 1871-1892). Em 1834, apoiada pela aristocracia e burguesia, surge a Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida (estatutos a partir de 1852), no âmbito dum movimento filantrópico, benfeitor e ação socioeducativa, para assegurar a assistência, a educação/instrução e formação de um ofício do internado, sob a influência da iniciativa francesa de fundação de diversas instituições dedicadas à pedagogia infantil. O modelo asilar seguia ideias de regeneração moral e social, destacando-se o papel da educação pelo trabalho no progresso e desenvolvimento do país, tendo uma atuação abrangente ao nível distrital do país (dependência do governo civil e municípios). A primeira Casa de Asilo em Lisboa, designou-se por Escola de Ensaio estendendo-se a outros locais da capital, assim como a do Porto, Coimbra, Leiria e Funchal. A ação destas instituições era de acolher ou internar a infância de ambos os sexos até aos 7 anos, altura em que deviam ingressar nas escolas primárias públicas, contudo permaneciam até à maioridade. A maior parte desses asilos funcionavam em regime de internato, dispondo alguns de planos de estudos, com disciplinas de formação profissional (contabilidade, dactilografia, culinária,

costura, bordados, rendas), permitindo a permanência das alunas até aos 18 anos, como por exemplo, o Asilo D. Pedro V de Lisboa. Neles se ministrava a educação moral e religiosa e atividades educativas. A educação doméstica no caso feminino ocupava maior destaque formativo incidindo em várias áreas (puericultura, higiene, ensino, corte e costura, culinária, civilidade, economia doméstica, etc.), com a finalidade de preparar as futuras donas de casa, mães de família, empregadas de serviço doméstico, ou seja, proporcionar-lhes uma aprendizagem de tarefas e profissões, consideradas socialmente adequadas à mulher (CASTRO; FERREIRA; CAPUCHA, 2023; REIS, 1940). Assim, o modelo asilar pretendeu fazer face às lacunas sociais e assistenciais à infância desprotegida ou desvalida, comprometendo-se em sustentá-la e educá-la, tendo sido até séc. XX um complemento a essa infância e ação das famílias, evitando outras formas de exclusão e desvio social como a delinquência (LOPES, 1959). A forma de proteção assistencial e educativa à infância contou, entre os séc. XIX e XX, com as Rodas, depois os Hospícios e os Asilos de Infância Desvalida, sendo estes últimos os antecedentes dos atuais Lares Residenciais de Acolhimento a Crianças e Jovens em Risco (ABREU; CARVALHO; RAMOS, 2010; FERNANDES; LOPES; FILHO, 2006).

Casa Pia de Lisboa, Casas de Correção e Escolas de Reforma para infância

A primeira instituição de acolhimento para a infância vadia, marginal, indisciplinada ou delinquente foi a Real Casa Pia de Lisboa, criada pelo Intendente Pina Manique, em 1780 (até às invasões francesas), constituindo-se, depois, num ‘laboratório’ sociopedagógico, experimentando inovações e medidas educativas, incluindo a dependência de outras instituições (colégios, institutos) destinados à educação especial (surdos-mudos, cegos), sendo espaços de uma educação de características modernas. Esta instituição surge num ambiente de renovação cultural, pedagógica e assistencial, proveniente do movimento reformista (início no Marquês de Pombal e seguida por D. Maria I) associado à criação de academias de ciências, bibliotecas e outras instituições (CARVALHO, 1986), assim como de lugares de ‘mestres de meninas’ (1790) para ensinar o abc de ler e escrever.

De facto, o órfão, vadio e o marginal (pré)delinquente, preocupações dos anos oitocentistas, deixaram de vaguear pelas ruas tendo a ação da Casa Pia de Lisboa, com o seu caráter diferenciador pedagógico abrangendo a educação, formação pelo trabalho (oficinas) e a moralidade, no âmbito de um novo regime interessado em homogeneizar essa infância diferente

(‘anormal’), de lhe suscitar um tipo de ordem racional que a valorizasse para a sociedade e para a vida. Esta intenção do poder político (liberal burguês) da época fez igualmente transferir para a escola o processo de socialização educativa de forma à efetivação das categorias modernas de pessoa e cidadão (LOPES, 1959). A Real Casa Pia de Lisboa, na sua multivalência de instituições à infância, assim como posteriormente outras instituições no séc. XX, constituiu um dispositivo de escola precursora da modernidade pedagógica, que insistiu na educação em vez da repressão e correção, associando a ideia sociopedagógica ou de representação social de vadio ‘criminoso’ ou em ‘desvio social’ na intervenção socioeducativa de reparação, regeneração (moral), reabilitação (social) e correção (comportamental e axiológica) (BANDEIRA, 2009; MARTINS, 1997).

Em relação às ‘casas de correção’, que eram entendidas por diversas formas ao longo do séc. XIX, quer ao nível legislativo como ao nível penitenciário, não deixavam de estar relacionadas com cárceres/prisões, para correção. O Estado monárquico cria: a Casa de Detenção e Correção de Lisboa (1871 a 1911) de rapazes, com um regulamente mais pedagógico em 1901; a Casa de Correção de Lisboa para o sexo feminino (1903 a 1911); Casa de Detenção e Correção do Porto (1902-1911); Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando/Elvas (1880-1911), entrando a funcionar em 1895, para menores incorrigíveis (trabalho agrícola/industrial e instrução), seguindo o enfoque correcional e criminologia positiva até à promulgação da Lei de Proteção à Infância (1911) que muda a designação casas de correção para ‘Escolas de Reforma’ (Lisboa e Porto).

Os reformatórios (1919-62) e os institutos de reeducação (1962-77) e Institutos de Educação (1978-)

A legislação de 1919 altera as Escolas de Reforma para a designação de Reformatórios (masculinos de Caxias/Lisboa, São Fiel/Castelo Branco, Vila do Conde e o da Guarda em 1926); feminino os Reformatório de Lisboa) e as colónias agrícolas para Colónia Correccional de Vila Fernando (masculina) e Colónia Correccional da Izêda/Bragança (feminina). Mais tarde, surge o estabelecimento de Viseu do ‘Bom Pastor’, em 1928 para raparigas. Os reformatórios e as colónias correcionais destinavam-se aos menores refratários e rebeldes que fossem condenados por delitos cometidos, para serem reeducáveis na base de um rudimentar programa de formação na base da instrução, aprendizagem de um ofício. Estes estabelecimentos tutelados pelo Estado, em 1962 com a O.T.M. passaram a designar-se institutos de reeducação.

Com o diploma de 1977 estes institutos passam a designar-se de educação (BANDEIRA, 2009; LOPES, 2002).

Os ‘Refúgios’ de observação e tratamento médico-pedagógico e social anexos às Tutorias Centrais da Infância (Lisboa, Porto e Coimbra) auxiliavam nas decisões e medidas jurídicas a tomar, com uma ação meritória, apesar do seu funcionamento ficar aquém do pretendido, segundo a imprensa na época, pois havia falta de recursos. No início do Estado Novo passou a haver um ligeiro aumento, principalmente nos ‘menores em perigo moral’, confirmando a extensão das funções tutelares da Tutoria/Tribunal de Menores a um número mais elevado de crianças e jovens abandonados, impedindo que entrassem no caminho da marginalidade e criminalidade. Em 1962 os Refúgios passam a designar-se COAS, com a aplicação de novos métodos psicopedagógicos na intervenção com os menores internados.

Estabelecimentos para infância anormal (educação especial)

As crianças ‘anormais sensoriais’ tiveram apoios da Corte, no séc. XIX, permitindo a instalação de um instituto organizado pelo sueco Pedro Aron Borge do seu irmão, com aulas diárias, trabalhos oficinais para ambos os sexos. Seguiu-se na direção desse estabelecimento José Crispim da Cunha, Augusto de Castro, José Maria Pereira, entre outros. Mais tarde, Jacob Rodrigues Pereira cria a Escola Normal de Marvila, para anormais sensoriais, tal como o Pe. José Aguilar no Porto e Guimarães, fundando um Instituto Municipal de Surdos-Mudos (1887-1905) e um Asilo Municipal. Em 1893, inaugura-se no Porto o Instituto de Surdos-Mudos por José Rodrigues Araújo (depois passou para Misericórdia do Porto), aplicando o método de ensino da articulação e mimica (método misto). Posteriormente, com as crianças ‘mudas’ usam-se o método oral puro, nesses estabelecimentos e asilos. Em relação às crianças cegas, mencionamos os métodos no Asilo Escola nos Açores (1889) por A. Feliciano Castilho, o Asilo de Celas em Coimbra (1892), etc. Para as crianças ditas ‘*anormais*’, de todo o país, cria-se: em 1915, Instituto Aurélio da Costa Ferreira, dirigido por Victor Fontes, como escola de reeducação para esses menores; em 1925, o Instituto Médico-Pedagógico Florinhas da Rua, dirigido pela Condessa de Rivas para tratamento especializado a raparigas ‘anormais’ (físicas e psíquicas); a Colónia de S. Bernardino, em Peniche, na dependência da Casa Pia de Lisboa; o Instituto Reeducação Mental e Pedagógico (1929-1931), em Lisboa, fundado por A. Faria de Vasconcelos; o Instituto Adolfo Coelho e Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa; Instituto Navarro de Paiva criado em 1930, mas só abre em 1938; o

Centro de Observação de Lisboa, a partir de 1956, com serviços e tratamento médico-psicológico aos menores delinquentes, inadaptados com deficiências ou irregularidades mentais; Instituto do Arco ou Centro de Reeducação de Viseu (1967); etc.

Em relação às crianças anormais (mentais psíquicas) criou-se o Hospital Conde de Ferreira no Porto, sob ação Pe. Marinho e, em Lisboa, Colégio de Surdos-Mudos de Benfica por Anicet Fuzillier (seção especial para crianças atrasadas), o Asilo de Mendicidade em Lisboa (serviço médico às internadas), criação a partir de 1929 de classes especiais no ensino elementar, junto das classes ordinárias (método de integração Em relação aos menores alienados eram remetidos a hospitais e asilos psiquiátricos ou especiais. No que respeita à implementação dos asilos psiquiátricos (para alienados) em Portugal, o principal interesse para a construção desses hospitais foi o influxo de ideias liberais e do espírito iluminista que se fazia sentir nos países europeu, tendo sido criado o Hospital – Rilhafoles (1848) e de Conde Ferreira, no Porto (1883). Os psiquiatras, os médicos e investigadores portugueses percorriam os asilos europeus, realizando pesquisas, de índole nosográfica e anatomopatológicas, relacionando-as com o ensino universitário. Havia um atraso na ciência portuguesa, em relação à europeia, desde o advento da revolução científica. Médicos, como Joaquim Bizarro e Bernardino A. Gomes, contactaram nomes sonantes da psiquiatria da época. Discutia-se na época divergências científicas em relação à doença mental, que produziram a divisão, após Freud, entre psiquiatras ‘*organicistas*’ e ‘*mentalistas*’, principalmente na Alemanha, por influência do movimento romântico.

Referências

ABREU, C.; CARVALHO, I.; RAMOS, V. *Proteção, delinquência e Justiça de Menores – Um Manual Prático para juristas... e não só...* Lisboa: Ed. Sílabo, 2010.

ALMEIDA, Ana N. *Para uma sociologia da infância*. Jogos de olhares, pistas para a investigação. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, 2009.

ARAÚJO, M.; FERREIRA, M. (Orgs.). *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Publicações do ICS, 2008.

ARIÈS, Ph. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água, 1988

BANDEIRA, Filomena. *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: Os internatos na justiça de menores (1871-1978)*. Lisboa: DGRS e IHRU, 2009.

BASTOS, Susana P. *O Estado Novo e os seus vadios*. Contribuição para o Estudo das Entidades Marginais e da sua Repressão. Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1997.

BELEZA dos SANTOS, J. *Regime Jurídico dos menores delinquentes em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1926.

- CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: F.C.G., 1986.
- CASTRO, J.; FERREIRA, J. M.L.; CAPUCHA, L. Uma análise histórica do sistema de proteção de crianças portuguesas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 102, 2023, p. 59-78.
- DEUSDADO, M.A. Ferreira. *Ideias sobre educação correccional*. Lisboa: Editores Guillard Aillaud, 1890.
- DUARTE-FONSECA, A.C. *Internamento de menores delinquentes*. A Lei portuguesa e os seus modelos: Um Século de tensão entre proteção e repressão, educação e punição. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.
- FERNANDES, Rogério. Orientações pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida (1834-1840). *Cadernos de Pesquisa*, n. 109, 2000, p. 89-114.
- FERNANDES, Rogério; LOPES, A.; FILHO, L. M. de Farias (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Lisboa: Campo de Letras, 2006.
- FERREIRA, A. Gomes. *Gerar, criar, educar*. A criança no Portugal do antigo regime. Coimbra: Quarteto, 2000.
- FERREIRA, Pedro M. Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, Vol. XXXII (143-144), n. 4-5, 1997, p. 913-924.
- FONSECA, J. A. Ferreira. *Estudos Médico-Sociais sobre proteção a menores anormais e delinquentes*. Lisboa: Typ. Reformatório Central de Lisboa 'Padre António d'Oliveira, 1930.
- GERSÃO, E. As novas leis de proteção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa – uma reforma adequada aos dias de hoje. Instituto de Reinserção Social, *Revista Infância e Juventude*, n. 2, 2000, p. 9-48.
- HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. São Paulo: Artmed, 2004.
- LOPES, J. G. O Problema do internamento e tratamento dos delinquentes anormais. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, n. 5 (julho), 1959, p. 13-19.
- LOPES, M^a Antónia. Crianças e jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 2, 2002, p. 155-184.
- LOPES, M^a Antónia. *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*: Guia de estudo e investigação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- MARCÍLIO, M^a Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 3^a ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2006.
- MARTINS, E.C. Proteção e reeducação dos menores abandonados, marginados e delinquentes em Portugal. *Revista Veritas* (Porto Alegre), v. 42, n. 2 (junho), 1997, p. 349-364.
- MARTINS, Ernesto C. *Infância marginalizada e delinquente na 1.^a República (1910-1926)*. De perdidos a protegidos....e educados. Lisboa: Palimage/Terra Ocre, 2014.
- MARTINS, Ernesto C. Criança-Infância portuguesa nos dicionários e discursos socioeducativos e jurídicos (séc. XIX-XX). *Revista Educação em Questão* (Natal), v. 59, n. 60, abr./jun., 2021, pp. 1-23.

OLIVEIRA, Augusto de. *Proteção moral e jurídica à infância*. Lisboa: Typ. Do Reformatório Central de Lisboa ‘Padre António d’Oliveira’, 1929.

REIS, M. Simões dos. *A vadiagem e a mendicância em Portugal*. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1940.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal, nos sucessivos reinados da monarquia*. (17 Vols.). Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1871-1892.

ROCHA, Cristina & FERREIRA, Manuela. Alguns contributos para a compreensão da construção médico-social da infância em Portugal (1820-1950). *Revista Educação, Sociedade & Cultura* (Separata), n. 2, 1994, p. 59-90.

RÓLDAN, Nuñez (ed.). *La infancia en España y Portugal*. Siglos XVI-XIX. Madrid: Sílex, 2010.

SÁ, I. G. Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. *Penélope: Fazer e desfazer história*, n. 8, 1992, p. 76-89.

TOMÁS, C.; TREVISAN, G.; FERNANDES, N.; CARVALHO, M^a J. Leote de. *Conceitos-chave em Sociologia da Infância*. Perspetivas globais. Braga: Edição da Universidade do Minho Editora – I.C.S, 2021.

TOMÉ, M^a Rosa F. Clemente de Moraes. *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*. Tese de Doutoramento em História – História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

CAPÍTULO 4

O cotidiano da criança paranaense no Oitocentos através de egodocumentos¹⁷

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Introdução

No Brasil, a história da infância tem sido escrita, sobretudo, como narrativa das práticas adultas voltadas para a criança, seja pelo viés da história da assistência à infância (RIZZINI *et al.*, 1995; MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 2010) ou da história da educação/escolarização (MONARCHA, 2001; FARIA FILHO, 2004; SOUZA, 2010). Essas histórias são sem dúvida importantes, pois revelam a atenção, o cuidado, a proteção e a socialização de que as crianças têm sido (ou não) sujeitos no cenário brasileiro ao longo do tempo, particularmente nos dois últimos séculos. Mas não são as únicas histórias a serem contadas. Pouco espaço tem sido dado ao que Gilberto Freyre, na década de 1920, definia como

[...] uma história como supenho ninguém ter escrito com relação à país algum: a história do menino – da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios – brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje. (...) É um grande assunto. E creio que só por meio de uma história desse tipo – história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica – será possível chegar a uma ideia sobre a personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem (FREYRE, 2006, p. 102).

O próprio Gilberto Freyre, como sustenta Amurabi Oliveira (2015), de forma diluída em várias de suas obras, escreveu algumas das mais instigantes páginas nesse sentido, seja no famoso e controverso *Casa Grande & Senzala*, seja no inspirador e menos comentado *Ordem & Progresso* assim como no trabalho que entremeia os anteriores, *Sobrados & Mocambos*. Sua contribuição é tão sensível que, no juízo de Peter Burke (2002), o faz merecer figurar entre os precursores da história da infância entre nós.

¹⁷ Alguns dos argumentos deste capítulo foram originalmente apresentados na palestra virtual “Egodocumentos como fontes para a história da infância do Paraná Oitocentista”, ocorrida em 19 de novembro de 2021, por iniciativa do GT de História da Infância e da Juventude da Seção Regional da ANPUH do Paraná. Agradeço aos participantes pelas questões formuladas na ocasião, que busquei incorporar nesta versão definitiva do trabalho. As limitações que permanecem são de minha responsabilidade.

Procurando contribuir com a historiografia por meio dessa “história do menino”, isto é, dos fenômenos próprios do tempo da infância conforme vivenciados pelos pequenos do passado, este capítulo tem por objetivo investigar o cotidiano da criança paranaense no Oitocentos, através de egodocumentos.

Por egodocumentos refiro-me, aqui, com António Viñao, “...àqueles textos nos quais o sujeito fala ou se refere a si mesmo, nos quais o eu encontra refúgio e se converte em elemento de referência” (VIÑAO, 2000, p. 11, *tradução livre*). Trata-se de um conjunto de escritos memorialísticos, autobiográficos e reminiscências levantados por mim ao longo da última década,¹⁸ nos quais seus autores, por meio de uma retórica – a retórica da infância (BECCHI, 1994) – rememoram as crianças que um dia foram e algumas das experiências que configuraram essa primeira etapa de suas vidas. Se, logicamente, não podemos neles ouvir a voz “pura” das crianças – se é que tal pureza pode ser encontrada em alguma evidência com a qual trabalha o historiador, seja da criança, seja do adulto – podemos vislumbrar vestígios das relações que, na meninice, estabeleceram com seus pares, as *culturas da infância* (CORSARO, 2007), produtoras de sentidos e significados que perpassaram essa fase da vida destes adultos, que decidiram transformar suas vivências em histórias das quais são os protagonistas. A “verdade” que se pode obter nesse tipo de fonte é aquela demarcada por Ângela Castro Gomes em relação às escritas de si, outro aporte conceitual pelo qual podemos nos referir aos egodocumentos:

[...] está descartada, a priori, qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos) pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer “o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja realmente produtivo (GOMES, 2004, p. 15).

¹⁸ O material foi sendo arrolado no desenvolvimento de três projetos de pesquisa: “Pais e Filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família” (2011-2015); “Coisas que em crianças viram, reminiscências que em adultos contam: a institucionalização da escola primária na Província do Paraná através de egodocumentos (1853-1889) (2015-2017)” e “Das memórias à escrita da História: levantamento de fontes memorialísticas para a pesquisa sobre a história da escola primária no Paraná Oitocentista” (2015-2018).

Procuraremos, assim, leitor e eu, nos egodocumentos que iremos examinar, exumar, dentre outros fenômenos possíveis, dois elementos que constituíram o cotidiano da infância dos egoautores paranaenses: a sua participação em festas e celebrações religiosas e as brincadeiras e brinquedos infantis, na busca por compreender como esses fenômenos marcaram suas meninices e produziram vivências que sobreviveram e sobre as quais recordaram na vida adulta ou na velhice. Recordação que, ainda que de modo impreciso e enviesado, nos franqueia acesso, parafraseando Peter Laslett (1975) a um “mundo que nós perdemos”, ou seja, o mundo de uma infância pretérita, que talvez ainda guarde algumas semelhanças com a das crianças dos nossos dias, mas carregue também consigo determinadas diferenças, que nos permitem olhar para ela ora com familiaridade ora com estranhamento, mas, sem dúvida, como objeto de conhecimento histórico.

As crianças e a participação nas celebrações e festividades religiosas

Um tipo de acontecimento – ou, para citar Paul Veyne (2009), de corte operado pelo historiador na realidade, para apreendê-la e compreendê-la – que emerge com frequência nos egodocumentos paranaenses é o das celebrações e festividades religiosas que marcaram a infância dos egoautores. A historiografia, em trabalhos hoje clássicos, já teve oportunidade de problematizar a presença da criança nessas e noutras festividades (cf. DEL PRIORE, 1994; SCHUELLER; DELGADO e MÜLLER, 2007, dentre outros). Tratando do período colonial, onde está a origem de muitos dos festejos e celebrações ainda existentes no Paraná Oitocentista, escreveu Mary Del Priore que “parte marcante do conjunto da festa é a presença de crianças. A infância é espectadora dos festejos, mas neles também entra como protagonista” (DEL PRIORE, 1994, p. 73). É justamente desse papel ora de espectadora, ora de participante, que o testemunho dos egodocumentos é revelador, na medida em que permite, através de reminiscências, vislumbrar como as crianças viam ou atuavam na realização de determinadas celebrações e festividades.

Alcebiades Plaisant,¹⁹ rememorando a litorânea Paranaguá em que viveu a infância, na década de 1870, escreveu para o jornal *O Dia*, em 7 de março de 1936:

¹⁹ Nasceu em Paranaguá em 15 de abril de 1865. Filho mais velho do Comendador Carlos Augusto César Plaisant e Braselisa Branco Plaisant. Passou a infância em Paranaguá e no Rio de Janeiro. Tentou matrícula na Faculdade de Direito de São Paulo, sem ter vindo a cursá-la. Seguiu carreira militar, chegando a Major. Casou-se com Eugênia Guimarães, neta do Visconde de Nacar. Foi co-

No tempo em que eu fui garoto insubordinado, morava no prédio sobrado, onde nasci, em frente à Igreja Matriz. Ainda é visível na grade de ferro da sacada, as iniciais do nome de meu avô. Na minha infância, tinha prazer em repicar os sinos da matriz, chamando os fiéis à missa; acendia velas no altar de N. Sra. minha madrinha de Batismo, que até hoje espero pela sua proteção. Esse serviço fazia com o consentimento do mestre Ignácio, sacristão perpétuo (PLAISANT, 1936, p. 3).

Nos quadros da memória de Alcebiades, sua infância foi geograficamente delimitada por dois espaços: a sua casa, onde nasceu e a igreja matriz (atualmente Catedral de Paranaguá), onde ia participar das celebrações. Com o consentimento de mestre Ignácio, sacristão – figura que como veremos comparece em outras memórias sobre o mesmo lugar e é um exemplo de relação intergeracional travada pelas crianças da época – desempenhava, ao menos, dois papéis: o de tocar o sino, instrumento por meio do qual a Igreja chama os fiéis para os atos religiosos ou, em momentos fúnebres, anuncia os falecimentos; e o de acender as velas do altar dedicado à Nossa Senhora, que frisa, era sua madrinha de Batismo (um costume comum antes do Concílio Vaticano II na religiosidade popular). Ao recordar, muitas décadas depois, a sua infância, não pode deixar de citar essa sua atividade infantil, de modo que podemos supor tê-lo marcado e ainda fazer apelo à sua identidade mesmo na vida adulta.

Outro menino parnanguara, Lúcio Pereira,²⁰ em 1872, também desempenhou tarefas semelhantes às de Alcebiades, na Matriz de Paranaguá e relatou, por volta de 1896, algumas das sensações que essa participação lhe despertava:

Nossa imaginação, ou melhor, nossa memória, nos está exibindo neste momento um quadro do novíssimo gênero fotográfico.

É este:

Nós, de 12 anos, roupa de brim debruada com cadarço branco e com botões de jaspe; engomados; sapatos de couro amarelo; bolsos cheios de bananas; meia pataca em cobre a tilintar no bolso das calças, a correremos como uma flecha pela rua Direita de Paranaguá, em direção à Matriz, num domingo de festa.

Ah! Como galgávamos ligeiros, suados e ansiosos, as escadas da torre, em busca do sineiro.

laborador em diversos jornais paranaenses e membro do Centro de Letras do Paraná (PARANÁ, 19--). Não consegui obter informações sobre a data de seu falecimento.

²⁰ De acordo Rosevics (2009) Lúcio Leocádio Pereira veio ao mundo em Paranaguá em 1860 e faleceu em 1933. “Nascido em Paranaguá, mudou-se para Curitiba onde viveu e desenvolveu sua veia literária, através de obras como seu livro *Folhetins* de 1896. Como escritor seguiu a linha espiritualista dos simbolistas, apesar de estar entre escritores do período romântico. Foi fundador da Revista Espírita, ainda no século XIX” (ROSEVICS, 2009, p. 64). Tornou-se, ainda, membro do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

Nós quase sempre assistíamos às cerimônias religiosas do lado de fora da igreja, ou de dentro da torre, grudados à corda dos sinos, à espera do sinal de – Santos – e do final da cerimônia.

Quanta disputa, quanta permuta de socos não havia por causa daquelas cordas, por meio das quais fazíamos vibrar os bronzes da matriz!

Cada qual queria ser o primeiro a tocá-los, repica-los, neste fantástico prazer que Victor Hugo personificou em Quasimodo.

E os sinos feriam os ares; as ondas sonoras, umas sobre as outras, despejavam-se naquele ambiente festivo com tal impetuosidade e constância, que quase sempre Mestre Ignácio... Bom tempo aquele em que era sacristão (PEREIRA, 1896, p. 94-95).

A reminiscência de Lúcio Pereira – tal qual uma fotografia – começa evocando um aspecto da cultura material: as roupas que usava para ir à missa. Num contexto em que muitas crianças, em se tratando de escola, deixavam de frequentá-la por falta do que vestir (ANJOS e SOUZA, 2013; ANJOS e SOUZA, 2015) e tal pobreza poderia se manifestar em outros aspectos da vida infantil, a recordação de que usava “roupa de brim debruada com cadarço branco e com botões de jaspe; engomados; sapatos de couro amarelo” parece nos sugerir ter sido ele uma criança, senão de classe abastada, ao menos remediada e que podia garantir vestimentas adequadas para seus filhos. O tilintar da meia pataca – moeda de aproximadamente 160 réis – dividindo espaço com bananas no bolso revela que nosso menino não era sem recursos nem famélico. Assim, devidamente munido, dirigia-se correndo à Matriz para participar de um domingo de festa.

Lá, a atuação de Lúcio e outros meninos tinha seu ponto alto na disputa que travavam entre si para ver quem tocaria a corda que faria vibrar o sino da igreja do Rosário. Quase sempre, segundo ele, a missa era assistida de fora ou da própria torre: o que interessava aos pequenos não eram os palavrórios e incensos dos padres, mas o momento de sua ação como puxadores da corda do sino. O que faziam sob o olhar do sacristão, Mestre Ignácio. Para os meninos, a levarmos em conta o egodocumento em tela, tocar o sino era a sua festa pessoal dentro da festa dos adultos. Mas era também um ato importante – realizado por crianças – para que o evento fosse encerrado com a melodia solene e jubilosa que ecoava dos sinos tangidos pelas mãos infantis.

Subindo a serra rumo à Curitiba de fins da década de 1890 ou talvez princípios da 1900, encontramos a menina Odaléa Macedo Caron,²¹ que gostava, na infância, de participar das procissões promovidas pela paróquia que frequentava:

²¹ Nasceu em 1893, filha da tradicional família Macedo. Foi uma senhora da sociedade curitibana. Ignora-se a sua data de falecimento, embora se saiba, em pesquisa realizada em periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que até 1986 ainda vivia e era ativa socialmente.

Após a missa, a igreja cheia de crianças, suas mães e os padrinhos, o padre reunia todos para batizá-los. A cachorrada presente, brigando, latindo e nós apreciando. Papai no pátio da igreja esperando. Que remédio, era a única diversão. À tarde, procissão. Eram três andores, o menor era o do menino Jesus. Somente esse é que eu podia carregar. Os outros eram muito pesados e somente os homens e senhoras carregavam. Eu fazia questão absoluta de carregar o andor (CARON, 1982, p. 12).

Aqui, estamos num momento específico da experiência católica no Paraná: é o auge do movimento ultramontano, iniciativa reformista que visava romanizar o catolicismo popular, dentre outras coisas, pelo reforço aos sacramentos e difusão de novas devoções.²² É a esse contexto que se referem as memórias de infância de Odaléa Caron.

Ao falar de si e do seu interesse por carregar o andor do menino Jesus – “somente esse é que eu podia carregar” já que os outros “eram muito pesados e somente os homens e senhoras carregavam”, ela nos sugere que, nessa festividade, havia uma parte destinada aos adultos na procissão e outra às crianças (de fato, um andor, para ser levado em procissão, necessita de ao menos quatro pessoas, da mesma estatura. Se Odaléa o levava era porque coadjuvada por outras meninas e meninos). Mas não era qualquer andor que ela sustentava, mas o que trazia a imagem do menino Jesus, representação sagrada da infância, que foi vivida, também, pelo filho de Deus. Segundo Jacques Gélis – remetendo-se ao contexto das reformas tridentinas na Europa que seriam, séculos depois, reavivadas pelos ultramontanos no Brasil –, “utilizando o suporte textual e iconográfico que a tipografia oferecia, a Igreja difundiu dois modelos: o da criança mística e o da Criança-Cristo (GÉLIS, 1991, p. 325). Sobre esse segundo modelo, afirma que

Ao longo do século XVII desenvolve-se na França toda uma corrente de devoção à infância de Cristo: o Cardeal de Bérulle e depois o Carmelo e o Oratório contribuem para conferir amplitude popular ao movimento. Manuais de devoção ressaltam os traços humanos do “Deus Menino”, cuja inocência e cuja doçura tanto comovem os fiéis reunidos ao redor do presépio. Em *Le saint Enfant-Jésus* [O Santo Menino Jesus, 1665], Pierre Thureau, um padre de Órleans, diz que na escola de Châteaueviex, um burgo “desolado” da diocese, pode-se ver “um grande Menino Jesus de talho-doce, envolto em suas faixas, estendendo as mãos a todos os que querem ser simples e pequenos como ele e principalmente às crianças”. Numa sociedade em que, durante três séculos, uma pastoral do medo sensibiliza para os perigos da carne, do corpo-sede do pecado, a imagem dessas crianças exemplares vem reforçar novas formas de devoção interior (GÉLIS, 1991, p. 325-326).

²² Sobre o início do movimento ultramontano no Paraná ver Anjos (2014).

É pouco provável que Odaléa soubesse de todos esses significados em torno da devoção ao Menino Jesus em que estava sendo inserida na infância, mas o fato de muitas décadas depois, já no fim da vida, ainda se lembrar desse rito que era seu deleite na meninice, sugere-nos a eficácia com que esses valores e sensibilidades que o novo catolicismo queria inculcar foram devidamente assimilados pelos sujeitos aos quais se voltavam, dentre eles, a criança. Crianças que deviam aprender, desde cedo e de forma despretensiosa, a imitar o Divino Menino e suas virtudes

Retrocedendo à década de 1880, ainda em Curitiba, nos deparamos com outra festividade, na qual a centralidade da criança era evidenciada. Mas, esta, uma comemoração típica da religiosidade luso-brasileira, contra a qual a piedade ultramontana iria se voltar nas décadas seguintes. Vejamos o que recordou sobre isso Mário Tourinho:²³

[A festa do Espírito Santo] exclusivamente religiosa, iniciava-se com um bando precatório, angariando esmolas, embora tivesse o auxílio de um casal rico, sorteado no ano anterior, denominado “Festeiros”, escolhido na urna, com nomes de famílias abastadas.

Integrando o bando – o “Imperador” – representado por um menino ricamente vestido, trazendo coroa à cabeça e cetro na mão. Indumentária de seda ou de veludo; por isso o Imperador era escolhido nas famílias abastadas. A festeira do dia era a porta-bandeira, em cuja haste, na parte superior era terminada por uma pomba de prata, que era dada a beijar a todo mundo (TOURINHO, 1982, n. p.).

A festa do Divino era realizada em diversas partes do Brasil, sendo, geralmente, promovida por Irmandades religiosas, agremiações laicas que reuniam fiéis e que gozavam de grande prestígio e poder nos tempos coloniais e imperiais, como demonstrado no hoje clássico estudo de Caio César Boschi (1986). Em Curitiba, segundo o mesmo Mário Tourinho, havia três: a de São Benedito, Nossa Senhora da Luz e Senhor Bom Jesus (TOURINHO, 1982). Não sabemos qual delas organizava a festa do Espírito Santo, mas o essencial do ritual nos é dado conhecer na reminiscência da meninice do ego-autor: o bando precatório; o casal de festeiros; a porta bandeira com a pomba oferecida ao beijo coletivo e, naquilo que mais nos interessa, o Imperador, “representado por um menino ricamente vestido, trazendo coroa à cabeça e cetro na mão”.

²³ Nasceu em Antonina, em 12 de setembro de 1871. Filho do engenheiro militar Francisco Antônio Monteiro Tourinho e Maria Leocádia da Costa Alves. Fez as primeiras letras em Antonina e Curitiba. Seguiu carreira militar, chegando a General. Foi interventor do Paraná entre 1930 e 1931. Faleceu em Curitiba a 25 de outubro de 1964 (CASA CIVIL DO PARANÁ, 2023).

No Rio de Janeiro oitocentista, estudado por Martha Abreu (1996) tal papel devia ser ocupado por “um menino menor de 12 anos, sendo que seu pai ou tutor contribuiria com a joia que desejasse” (ABREU, 1996, p. 37). Na Curitiba provincial, Tourinho afirma que era um papel vistoso, mas caro, “por isso o Imperador era escolhido nas famílias abastadas”. Era um ritual, em ambos os contextos, que valorizava a encenação de uma corte régia, na qual o menino Imperador “ao menos simbolicamente, expressava o poder e a autoridade monárquica, legitimando a proteção aos pobres e alegria geral” (ABREU, 1996, p. 38). Era, talvez, a festa que mais dava destaque à figura infantil dentre todas as do catolicismo luso-brasileiro, sempre repleto de crianças vestidas de anjos ou anjinhos defuntos em seus caixões infantis (ANJOS, 2016). E dessa centralidade recordou-se Mário Tourinho na maturidade, testemunhando mais uma forma de participação da criança nas festas e celebrações religiosas do Paraná Oitocentista.

Não deixe de ser interessante, para encerrar esta seção, uma breve comparação entre os relatos de Mário Tourinho e Odaléa Macedo: no dele, o menino Imperador era o centro das atenções (uma criança de carne e osso, com pais conhecidos e classe social reconhecida); no dela, a centralidade era dos santos – dentre os quais o Menino Jesus – que os pequenos eram motivados a carregar em seus braços infantis. Um sutil deslocamento, mas que expressa bem para onde iam as novas sensibilidades religiosas em torno da infância e da condição pueril, sem abrir mão, contudo, da participação das crianças nos assuntos da religião.

As brincadeiras e os brinquedos infantis

Brinquedos e brincadeiras infantis são um tema clássico na história da infância, mas ainda pouco visitados na historiografia brasileira (MAUAD, 1999, merece ser sempre citada) sendo mais recorrente seu estudo por parte de pesquisadores da educação infantil (KISHIMOTO, 2008, por exemplo). Convém, por isso, fazermos uma demarcação conceitual antes de prosseguirmos.

Sobre a diferença entre brincadeiras e brinquedos, esclarece-nos o historiador chileno Jorge Rojas Flores:

A nível conceitual, é necessário distinguir entre a brincadeira e o artefato denominado brinquedo. Na primeira, parecem atuar certas capacidades do ser humano para desenvolver atitudes e comportamentos que se orientam para a diversão, o lazer e o entretenimento, em um espaço imaginário ou fictício distinto do que impõe a vida “corrente” (...) O brinquedo, ao contrário,

é um artefato confeccionado, artesanal ou industrialmente, com a intenção de ser usado para brincar, ainda que nem todas as brincadeiras o requeiram (FLORES, 2010, p. 20, *tradução livre*).

Assim, podemos dizer que as brincadeiras, nas quais operam imaginação e o faz de conta, devem ser situadas no campo das *culturas infantis*, aquele “conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares” (CORSARO, 2009, p. 32); ao passo que os brinquedos integrariam o rol dos elementos do que poderíamos designar como uma *cultura material da infância*, ou seja, são objetos, em sua maior parte,²⁴ pensados para a interação e utilização da criança com finalidades lúdicas.

Ainda sobre os brinquedos, Rojas Flores considera que sua definição exclui “um sem fim de objetos que atuam em determinadas circunstâncias como brinquedos, sem haver sido concebidos como tais” (FLORES, 2010, p. 20, *tradução livre*) como moedas, botões, pedaços de madeira, etc. Nesse ponto, há que se ampliar a classificação desse historiador, na medida em que não se pode desconsiderar a agência infantil na produção de bricolagens – ou artes de fazer como diria Michel de Certeau (1999) – com o que está a sua disposição, podendo, perfeitamente, transformar quaisquer objetos em brinquedos, mediadores de ludicidade e prazer, aspectos centrais do fenômeno a que denominamos brincar. Será, assim, esse tipo de brincadeiras e brinquedos de que falamos até aqui que buscaremos examinar nos egodocumentos paranaenses.

Sobre as brincadeiras e divertimentos dos meninos curitibanos das classes altas – da qual a testemunha que vamos interrogar fazia parte – em fins da década de 1870, rememorou em um texto publicado no começo do século XX, Ermelino de Leão:²⁵

Os maiores prazeres que nos eram dados fruir, além dos folguedos que se vão tradicionalmente transmitindo às crianças de amanhã – a amarelinha, os papagaios, a cabra cega e poucos mais – Curitiba nos proporcionava a recreação de dois esportes: a rinha e as corridas e de algumas funções de acrobacia com que o velho Pery, de tempos em tempos, quebrava a monotonia de nossa vida aldeã. Entre os meus colegas havia ardorosos *sportmen* das rinhas e das cor-

²⁴ Rojas Flores (2010) alerta que há brinquedos pensados para adultos.

²⁵ Nasceu em Curitiba em 14 de janeiro de 1871. Filho do desembargador Agostinho Ermelino de Leão e Maria Bárbara Correia de Leão. Em Curitiba, estudou inicialmente em casa e depois em escolas particulares. Passou parte da infância na Bahia, acompanhando o pai em atividade política. Formado em Direito no Largo São Francisco. Casou-se com Deocleciana Augusta da Rocha Leão em 1893. Membro da burguesia do mate paranaense, teve também carreira política e jurídica. Foi diretor do Arquivo Público Paranaense e do Museu Paranaense. Faleceu em Curitiba em 27 de fevereiro de 1932 (PARANA, 19--; VARGAS *et al.*, 2011).

ridas. No recreio, muitas vezes, se ajustavam brigas e páreos disputados, aos domingos ou dias festivos, com grande assistência e gáudio de todos nós. O hipódromo para tais corridas era o Alto de S. Francisco, atrás da capela, onde havia grande terreno baldio, mais ou menos apropriado para estes exercícios de equitação. As paradas não eram violentas: quando atingiam a importância de 1\$000 ou 2\$000 tornavam-se objeto de gerais comentários (LEÃO, 1910, p. 153-154).

Ermelino de Leão entretece em suas lembranças divertimentos dos adultos assistidos por crianças – as rinhas, corridas e acrobacias de circo – àqueles praticados por ele e seus colegas, mas inspirados no que faziam os adultos e adaptados à sua condição pueril. Isso não diminui a agência infantil, mas, pelo contrário, confirma o que já asseverava Walter Benjamin:

Pois se a criança não é nenhum Robson Crusoe, assim também as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e segregada, mas são um mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo (BENJAMIN, 2009, p. 94).

A brincadeira imitando a dos adultos era combinada nos recreios escolares e realizada aos domingos ou dias festivos, no Alto do São Francisco (ainda hoje existente no centro da capital paranaense). Se eles usavam galos (para as rinhas) e cavalos de verdade (ele fala em exercícios de equitação) ou se estes eram imaginados e acordados pelos meninos, não sabemos. Mas o resultado da brincadeira era objeto de apostas que iam de 1\$000 a 2\$000, causando espanto aos bolsos infantis. Além dessa brincadeira combinada, Ermelino afirma que ele e seus colegas também conheciam algumas que são praticadas ainda hoje por nossas crianças – talvez com variações de regras –: a amarelinha, a cabra-cega e os papagaios, mostrando, ao historiador, a notável estabilidade que permeia as culturas infantis, quando observadas em perspectiva histórica.

Outro menino que recordou suas brincadeiras, numa autobiografia publicada na década de 1930, foi Ewaldo Krüger,²⁶ então morador de uma serraria na localidade atualmente denominada Borda do Campo, em São José dos Pinhais e, por aquela época, chamada Florestal. Conta ele:

Ainda tenho vivas saudades das férias escolares, passadas em Florestal, em companhia de meus amigos, Faustino, Hypolito e Hilário, filhos dos fazendeiros Emygdio e França Alves de Araújo; fazíamos caçadas na região serrana e frequentemente seguíamos rastros de tigres para lhes dar caça, mas nunca os nossos esforços nesse sentido foram coroados do aspirado êxito, o que nos de-

²⁶ Nasceu em Morretes em 28 de setembro de 1869. Aos seis anos de idade passou a viver na Florestal. Estudou na escola local, pública e posteriormente em colégio particular de Curitiba. Engenheiro e funcionário da Estrada de Ferro. Não foi possível apurar a data de seu falecimento.

cepcionava muito, visto que assim nos escapava uma excelente oportunidade de provarmos ao Sargento Caetano que também éramos capazes de praticar valentes proezas.

Naquela época ainda não conhecíamos o “foot-ball”, então em voga em todo mundo, mas praticamos o sport à nossa moda, como: montaria de pelo; natação, corridas a pé, alcitação (uma espécie de luta romana), etc... (...) Os sports por nós praticados, se bem que um tanto violentos e arriscados, não deixavam de oferecer um lado essencialmente útil, pois nos enrijeciam o ânimo para enfrentarmos a luta pela vida, cujas asperezas, já nessa idade, experimentávamos em parte (KRÜGER, 1937, p. 12-13).

As brincadeiras de Ewaldo Krüger e seus colegas, como a dos meninos de Curitiba que vimos há pouco, são perpassadas por relações de gênero, ou melhor, por um certo tipo de masculinidade, construída na relação entre pares. Na falta de conhecimento dos esportes modernos – como o futebol – exercitavam seus corpos ao mesmo tempo em que se divertiam por meio de “montaria a pelo; natação; corridas a pé, alcitação”. Eram brincadeiras que exigiam energia e vigor, por meio das quais queriam provar aos adultos – como o tal Sargento Caetano – “que também éramos capazes de praticar valentes proezas”.

Vivendo num meio rural em que o contato com a natureza e os trabalhos no campo marcavam a vida de todos – adultos e crianças – não é de estranhar que tenha sido em práticas como as descritas acima que Ewaldo e companheiros tenham baseado suas brincadeiras naquele contexto, afinal, “assim como o mundo da percepção infantil está impregnado em toda parte pelos vestígios da geração mais velha, com os quais as crianças se defrontam, assim também ocorre com seus jogos” (BENJAMIN, 2009, p. 96).

Ainda sobre suas brincadeiras, Ewaldo Krüger relata:

Na época das frutas, uma de nossas distrações prediletas consistia em montar em pé sobre cavalos desarreados e fazê-los correr a galope sobre pessegueiros da fazenda do velho Custódio Alves, a fim de disputarmos um prêmio por nós estabelecido, prêmio este que se reduzia a um molho de rapaduras ou a uma lata de goiabada e que era oferecido àquele dos concorrentes que, sem cair do cavalo, colhesse a maior quantidade de pêssegos e, por último, demonstrasse de um salto, ficando de pé (KRÜGER, 1937, p. 13).

De novo, o gosto pela disputa e aventura (não sem certo perigo) marcava a brincadeira dos meninos: correr em cavalos sem arreios, emulando o ganhador com um prêmio previamente combinado. Servindo-se de elementos de seu meio – o cavalo, as frutas, a fazenda do Velho Custódio Alves – produziam maneiras para se divertir e ocupar o tempo livre, criando um mundo apartado daquele dos adultos, mas, de novo, nele inspirado.

Além das brincadeiras, alguns egodocumentos também mencionam brinquedos utilizados pelas crianças paranaenses para seus divertimentos, tanto os concebidos com essa finalidade como os criados através de sua imaginação infantil. Sobre os primeiros, temos, no fragmento de um poema de Leôncio Correia,²⁷ rememorando sua infância na Paranaguá da década de 1870, as seguintes informações:

Empinava o meu papagaio
E fazia dormir meu pião
Ia à costeira no petiço baio,
E na praia, que o mar com raiva arranha,
Jogava a coroanha
Com outros gurus, um alarido folgazão
(CORREIA, 1954, p. 113).

Em poucas linhas, Leôncio Correia rememora brinquedos e brincadeiras de sua infância. Atenhamo-nos, aqui, aos brinquedos, que são o tópico que nos interessa. Ele refere-se ao papagaio e ao pião.

Segundo o dicionarista setecentista Antonio Moraes da Silva – cuja obra teve larga fortuna no Oitocentos – papagaio pode ser definido como um conjunto de “Folhas de papel, ou lenço, estendidas sobre uma cruz de canas, e cortadas em figura oval, com um rabo na parte fina, que se soltam ao ar e lá se sustem por brinco dos rapazes” (MORAES DA SILVA, 1789, p. 392). Já o pião seria uma “peça cônica de pau, arredondada na parte oposta ao ferrão, na qual tem uma cabeça; enleia-se lhe uma fieira, e soltando-o depois dança, ou gira sobre o ferrão.” (MORAES DA SILVA, 1789, p. 448).

Como podemos verificar, tais brinquedos mencionados por Correia, são os mesmos que conhecemos ainda hoje por esses nomes. O que seu relato revela é a permanência não só de algumas brincadeiras no caldo das culturas infantis, mas, também, de brinquedos. Brinquedos que, se nos dias atuais, não são utilizados por todas crianças, são, ao menos, conhecidos e manipulados por algumas. São uma espécie de herança material infantil que atravessa gerações e que marcou a infância do poeta paranaense, que a eternizou em versos, rememorando-a no contexto da Paranaguá de outrora.

²⁷ Nasceu em Paranaguá a 1º de setembro de 1865. Era filho do capitão João Ferreira Correia e Carolina Pereira Correia. Cursou o ensino primário em Paranaguá e depois deu continuidade aos estudos secundários no Rio de Janeiro e no Paraná. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Casou-se em 3 de dezembro de 1897. Literato, poeta e jornalista. Passou os últimos 50 anos de vida no Rio de Janeiro, onde exerceu funções públicas como a de diretor do Colégio Pedro II (então Ginásio Nacional), diretor da instrução pública do Rio de Janeiro, diretor da Imprensa Nacional e do Diário Oficial. Membro e fundador da cadeira número 9 da Academia Paranaense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1950, tendo seus restos mortais trasladados posteriormente para Paranaguá (PARANÁ, 19--; VARGAS *et al.*, 2011).

Temos, até aqui, abordado, sobretudo, brincadeiras e brinquedos de meninos. Essa é uma característica dos egodocumentos paranaenses localizados: são, majoritariamente, escritos por homens, testemunhando, portanto, uma infância no masculino. Mas temos o relato de Odaléa Caron, ao qual já recorremos anteriormente, para acessar parcela do que foi o mundo das meninas que viviam no Paraná Oitocentista. Sobre os brinquedos delas, narrando uma passagem de sua vida de fins do século XIX, a egoautora recordou sua boneca preferida e uma brincadeira feita com ela:

Uma vez eu tinha uma bonequinha chamada Cecília, foi quebrada. Achei que ela morreu, precisava tratar do enterro. Fui falar com o sr. Jácomo, feitor do Engenho, para fazer um túmulo para Cecília. Depois de muito insistir, ele acabou fazendo. Era uma espécie de forno, abaulado em cima e em baixo reto, e de madeira. Era de folha de zinco a parte de cima, havia uma portinha. Convidei as crianças da vizinhança, com as camélias cor de rosa fizemos as coroas. Cada criança com uma coroa, assim formamos o cortejo e a bonequinha foi enterrada no canto do jardim onde eu tinha posto o túmulo. Todas as noites eu recolhida o túmulo, tinha receio que chovesse. Bem cedo levava para o Jardim (CARON, 1982, p. 13).

O brinquedo quebrado – uma boneca provavelmente com partes feitas de louça, como era comum naquela época – não perdeu sua finalidade lúdica. Se não era mais possível brincar de mamãe e filhinha ou de casinha, era possível brincar de velório, utilizando a “defunta” boneca. Mas, para a brincadeira ocorrer, Odaléa precisou da ajuda de outras pessoas: um adulto, “feitor do Engenho”, que fez o túmulo de madeira para a boneca Cecília e as “crianças da vizinhança”, que acorreram para participar da brincadeira, conferindo-lhe maior seriedade e veracidade. Mas era uma brincadeira: a boneca não foi enterrada sete palmos abaixo da terra, mas antes, colocada no túmulo de madeira, que todas as noites era recolhido com receio da chuva e devolvido ao jardim na manhã seguinte. Ou seja, mesmo depois de “morta” a boneca continuou sendo enlevo para Odaléa.

De onde ela pode ter tirado a ideia de enterrar a boneca quebrada? Possivelmente, da sua experiência familiar. Com efeito, ela relata que viu duas pessoas do seu círculo falecerem na sua infância: sua avó e seu irmãozinho Eurico. Quando a primeira partiu desta vida, Odaléa tinha 3 anos e lembra-se vagamente “todos choravam e eu achei que vovó dormia” (CARON, 1982, p. 8). Quando o irmão morreu, em 13 de março de 1899 – ela tinha, então, seis anos – recorda que entrou “no quarto onde ele estava e notei que todos choravam. Ele estava com um lenço amarrado no rostinho” (CARON, 1982, p. 10). Ficaram-lhe gravados na memória, também, os detalhes do velório: “Passaram-se as horas. (...) Vestiram-no de São Miguel, tinha uma bandeiri-

nha na mão (...). Depois chegaram as coroas de biscoito com anjinhos (...) Na hora do enterro, quando fecharam o caixãozinho, eu chorei e pedia que não levassem o meu irmãozinho” (CARON, 1982, p. 10). A seu modo, a menina vivenciara a morte – aquilo a que Norbert Elias (2001) qualificou como problema dos vivos – mas soube tirar dela elementos que transformou em brincadeira quando sua boneca, danificada, corria o risco de não mais servir de brinquedo. Diante desse relato, podemos concordar com Walter Benjamin, quando escreveu que “não há dúvida que brincar significa sempre libertação. Rodeadas por um mundo de gigantes, as crianças criam para si, brincando, o pequeno mundo próprio” (BENJAMIN, 2004, p. 85), um mundo no qual a menina Odaléa não precisava sofrer com o fim de seu brinquedo, mas podia reinventá-lo e recriá-lo, ao gosto de sua imaginação infantil.

Para encerrar, há um interessante testemunho sobre brinquedos criados através da imaginação infantil. Trata-se do relato de Rodrigo Octávio²⁸ – um dos mais famosos memorialistas brasileiros e membro da Academia Brasileira de Letras –, que, embora não fosse paranaense, viveu ali parte de sua infância, quando, entre 1878-1879, seu pai, homônimo, exerceu a função de Presidente da Província. Segundo ele, moravam em uma chácara na qual havia um lago. E ali era seu lugar predileto para os folguedos infantis:

O pequeno lago, abrindo para um lado para uma campina inculta e deserta, beirando, por outro lado, o bosque sombrio, cujas árvores se refletiam no espelho calmo, que o vento encrespava, era o meu lugar de predileção. Era ali que, da casa, me mandavam chamar quando a minha ausência se tornava sensível; e realmente ali, entregue a mim mesmo, encontrava ocupação para o meu tempo. Quando não estava tomando banho e nadando, o que fazia várias vezes no dia, ou não me deixava ficar embevecido, numa inação que já era o despertar do meu sentimento contemplativo, estava entretido com ardilosos trabalhos de hidráulica e engenharia.

Fazia canais, por onde a água se encaminhava para formar pequenos lagos que eu adornava de pedras e plantas; construía represas que elevavam o nível das águas, as quais, por meio de calhas feitas com tábuas de caixa de charuto, se despenhavam, fazendo girar minúsculas rodas de engenho ou funcionar, no seu movimento compassado, pequenos monjolos, feitos a canivete, de troncos verdes de árvore (OCTÁVIO, 1934, p. 51).

Num tom idílico e um tanto romântico, Rodrigo Octávio descreve seu lugar predileto na Chácara nos arredores de Curitiba, onde morava com seus pais. Em meio a essa recordação, emerge a agência infantil, transformando restos de caixas de charuto, troncos de árvores, pedras e plantas em um

²⁸ Nasceu em Campinas, em 1866. Passou parte da infância em Campinas, Rio de Janeiro e Paraná. Era filho do presidente da Província, homônimo. Foi advogado, professor, magistrado, contista, cronista, poeta e memorialista. Faleceu em 28 de fevereiro de 1944. Foi membro da academia Brasileira de Letras (ABL, 2023).

brinquedo hidráulico, que o fazia imitar as artes da engenharia oitocentista. Seu relato é significativo porque tende-se a considerar que a produção de brinquedos com objetos seja algo próprio de crianças pobres ou sem recursos,²⁹ o que não era seu caso. Aqui, flagramos algo mais revelador: a criança produzindo os recursos materiais para sua brincadeira, por meio da imaginação e bricolagem, transformando em brinquedos elementos manufaturados – como a caixa de charutos – e da natureza, dispondo-os e reelaborando-os com finalidades lúdicas. Seus “ardilosos trabalhos de hidráulica e engenharia” nada mais eram que um mundo de faz-de-conta, do qual ele era o senhor, através do brinquedo e brincadeira por ele mesmo inventados.

Para um encerramento

No decorrer deste capítulo, perseguimos o objetivo de investigar o cotidiano da criança paranaense no Oitocentos, através de egodocumentos.

Pudemos confirmar a pertinência do uso de egodocumentos como fontes para a construção de interpretações históricas sobre a criança do passado. Em tal empiria revela-se, com riqueza, vestígios do cotidiano da infância dos autores dos egodocumentos, nos permitindo acessar cenários e experiências que não seriam observáveis em outros gêneros documentais. Sobretudo, nos colocam em contato com o que pode ter sobrevivido da ótica infantil na memória dos adultos, mesmo que de modo indireto e, por vezes, reelaborado.

Sobre os fenômenos da infância que pudemos investigar a partir dos egodocumentos, foi possível observar, nas festas religiosas, os modos e maneiras como as crianças participavam destes eventos, ora como expectadoras, ora como protagonistas. Em ambos os casos, porém, fica evidente que sua presença ajudava a compor os sentidos sociais das festas e, em algumas delas, adquiriam centralidade. Notou-se, também, que algumas mudanças nas sensibilidades religiosas implicaram em deslocamentos de sentidos sobre as formas de participação infantil nos festejos promovidos pela Igreja Católica no período.

Quanto às brincadeiras e brinquedos infantis, pudemos apreender vestígios das culturas da infância envolvidas nessas práticas lúdicas. Nesse sentido, os egodocumentos fornecem pequenas descrições antropológicas do que se brincava e do como se brincava no Paraná Oitocentista, ao menos, entre algumas categorias de crianças (meninos, sobretudo) e determinada classe social (classes médias daquela sociedade). Ora inspirando-se no mundo dos

²⁹ Veja-se, por exemplo, o menino pobre e seu rato, evocados num dos poemas em prosa do poeta oitocentista Charles Baudelaire, analisados em Anjos (2013).

adultos, interpretando-o e relendo-o à luz do horizonte de vivências infantis, ora inovando nos sentidos por meio da imaginação, brincar foi algo comum no cotidiano, ao menos, das crianças cujos egodocumentos produzidos na vida adulta puderam ser examinados.

Em estudos futuros, seria importante ampliar a base empírica, mas, também, o alcance geográfico dos egodocumentos, para que nos aprofundemos cada vez mais na história sonhada por Gilberto Freyre do menino brasileiro. Estas páginas sobre os meninos e meninas paranaenses são, nesse sentido, um convite para estudos sobre outras regiões ou mesmo, para uma história nacional da infância no Oitocentos a partir de egodocumentos.

Referências

ABL. *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em 12 jun. 2023.

ABREU, Martha Campos. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900* (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A imprensa periódica e a construção da infância na Província do Paraná (1854-1889). *Projeto História*. São Paulo, n. 55, p. 246-284, jan. – abr. 2016.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Infância e modernidade no século XIX: o olhar de Charles Baudelaire. *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória, v. 30, p. 289-314, 2013.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O ultramontanismo na Província do Paraná. In: PIORRI, Ângelo et al. (Orgs.). *A história do Paraná revisitada*. Maringá: EDUEM, 2014, p. 35-64.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gizele de. A criança, os ingênuos e o ensino obrigatório no Paraná. In: VIDAL, Diana et al. (Orgs.). *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2013, p. 189-208.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gizele de. Rememorando a escola e seus objetos: cultura material escolar e memórias de infância (Paraná 1870-1900). Congresso Brasileiro de História da Educação, 8. *Anais...* Curitiba: PUCPR, 2015, p. 1-15.

BECCHI, Egle. Retórica de Infância. *Perspectiva*. Florianópolis, n. 22, p. 63-95, ago./dez. 1994.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. O pai do homem: Gilberto Freyre e a história da infância. In: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: edição crítica. Madri; São Paulo: ALLCA XX, 2002, p. 786-796.

- CARON, Odaléa Macedo. *Recordações de família*. Curitiba: Casa Romário Martins, 1982.
- CASA CIVIL DO PARANÁ. *Casa Civil do Paraná*. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em 12 jun. 2023.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CORREIA, Leôncio. Minha Terra. In: *Meu Paraná*. Curitiba: Edição do Estado do Paraná, 1954.
- CORSARO, William. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais da vida das crianças. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (orgs.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representação* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FLORES, Jorge Rojas. História del juguete en Chile. In: MARQUEZ, Juan Antonio Santis (Org.). *Juguetes: 100 años de fabricación chilena*. Santiago: Ocho Libros, 2010, p. 20-73.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e outros tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. São Paulo: Global, 2006.
- GÊLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-329.
- GOMES, Ângela Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela Castro (Org.) *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p.7-25.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- KRÜGER, Ewaldo. *Vencendo rampas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- LASLETT, Peter. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Presença, 1975.
- LEÃO, Ermelino. *A Escola*. Curitiba, p. 153-161, jan. – mar. 1910.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças da elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 137-177.
- MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MORAES DA SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa...* Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- OCTÁVIO, Rodrigo. *Coração aberto*. Livro de saudades. São Paulo: Civilização Brasileira, 1934.

- OLIVEIRA, Amurabi. A meninice no pensamento de Gilberto Freyre. *Política e Trabalho*. N. 43, p. 203-218, jul./dez. 2015.
- PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense*. Curitiba: Sem editora, 19—.
- PEREIRA, Lúcio Leocádio. *Folhetins – Contos Paranaenses*. Curitiba: Impressora Paranaense, 1896.
- PLAISANT, Alcebiades. Paranaaguá de ontem e de hoje. *O Dia*. Curitiba, 03 mar. 1936.
- RIZZINI, Irma *et al.* *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.
- ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de; DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. A participação das crianças nas festividades brasileiras. *Educação em Questão*. Natal, v. 29, n. 15, p. 121-148, mai. – ago. 2007.
- SOUZA, Gizele de. (Org.). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010.
- TOURINHO, Mário Alves. Excertos históricos colhidos em “Lembrando o Passado”. In: IHGPR. *Historiadores do Paraná*. Curitiba: Banestado, 1982, p. 535-566.
- VARGAS, Túlio *et al.* *Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 2011.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 2009.
- VIÑAO, Antonio. A modo de prologo, refugios del yo, refugios de otros. In: MIGNOT, Ana Cristina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs.). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 9-15.

CAPÍTULO 5

As Casas da Criança: um programa de assistência e educação infantil em Portugal no Estado Novo

Luís Mota
António Gomes Ferreira
Carla Vilhena

A construção da Modernidade. A “questão social” e a proteção materno-infantil

A emergência da modernidade, carreando transformações no domínio económico, social, cultural, político e tecnológico, propiciou condições para a afirmação de uma preocupação com as populações e com a problemática social da infância, assistindo-se à intensificação de propostas e ações dirigidas às crianças (KUHLMANN JR. & FERNANDES, 2004). O cumprimento do programa de modernidade, no plano internacional, consubstanciou o aprofundamento da higienização pública e privada do corpo, singular e social, fruto da conjugação de poderes políticos, sociais e de saberes-poderes, mormente do reforço do saber-poder médico e da afirmação de diferentes disciplinas médicas, particularmente, a higiene que se propunha resolver múltiplos problemas sanitários (PEREIRA & PITA, 2005).

Portugal, confrontado com um quadro de depauperada situação física, material, moral, educacional e cultural das classes laboriosas (VAQUINHAS, 2011) que, como ilustra a imprensa da época (VAQUINHAS, 1992), ameaçava a ordem moral e os bons costumes da sociedade burguesa de finais do século XIX e da 1ª metade do século XX, procurou acompanhar a evolução internacional. A criança, como o futuro (da pátria/nação) de Portugal e, sobretudo, as mães, foram os especiais destinatários das campanhas profiláticas de saúde pública, respaldadas na ciência e em saberes técnicos especializados, visando reconfigurar as práticas sociais (VAQUINHAS, 2011).

A “questão social” e a proteção materno-infantil marcaram presença no debate público em Portugal durante o desenvolvimento do Estado-nação, atravessando os regimes monárquico-constitucional, liberal republicano e o Estado Novo e, sem prejuízo das diferenças de abordagem e perspectiva, a re-

alidade é que, apesar da retórica, chegados às décadas de trinta e quarenta do século passado, as políticas e as respostas eram pouco mais que inexistentes (PIMENTEL, 2000).

Coincidentemente, o novo quadro constitucional que corporiza o Estado Novo, datado do 1º lustro dos anos trinta do século passado, transporta uma nova perspetiva sobre a educação da infância. A exaltação simbólica do papel tradicional da mulher – mãe, esposa, dona de casa e educadora – compagina-se com a idealização da maternidade para atribuir a responsabilidade da educação das crianças à família, muito especialmente, à mulher. Complementarmente, é instituída a Obra das Mães pela Educação Nacional para “estimular a acção educativa da família e assegurar a cooperação entre esta e a escola” (PORTUGAL, 1936, p. 981). A quase inexistência de uma rede de educação infantil pré-escolar e a quebra na sua frequência (GRÁCIO, 1995) vai resultar na extinção do ensino oficial infantil (PORTUGAL, 1937). A preocupação assistencial sobrepunha-se à função educativa.

É no quadro da administração regional – Juntas Gerais do Distrito, de 1836 a 1936 – até 1933, e autárquica depois – Juntas Provinciais, a partir de 1937, e Juntas Distritais, desde 1959 –, que encontramos a procura de respostas para a “questão social”. As Juntas Provinciais, desde 1937, possuíam atribuições de fomento e coordenação económica, de cultura e de assistência, cabendo-lhes no âmbito desta última atribuição, a construção e manutenção, com orçamento próprio ou em parceria com o Estado e, mais tarde, abrindo a possibilidade de participação da iniciativa privada, de hospitais, dispensários centrais, preventórios e sanatórios. Desde 1940 que a legislação especificava o estudo e submissão às instâncias superiores de planos de assistência social adequados às circunstâncias e necessidades da província, atribuindo, ainda, a incumbência de subsidiar a realização dos planos aprovados ou o alargamento a outras modalidades de atividade assistencial (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

O órgão regional e autárquico, em Coimbra e na Província da Beira Litoral – incluía os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria – conheceu um só presidente entre 1927 e 1974, Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa, natural de Castanheira de Pera, nascido no seio de uma família burguesa, representativa de uma certa elite económica, cultural, política e religiosa. Catedrático de medicina da Universidade de Coimbra, exerceu diferentes cargos nos planos político – e.g., presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1922-1926), procurador à Câmara Corporativa (1961-1965; 1965-1969) – e económico,

com intensa atividade empresarial integrando conselhos de administração de grandes empresas – e.g., Fábrica de Porcelanas Vista Alegre.

Na presidência do órgão autárquico da administração pública – Junta Geral do Distrito de Coimbra, Junta da Província da Beira Litoral, Junta Distrital de Coimbra – vai liderar e consubstanciar um conjunto de projetos no âmbito da saúde e assistência pública marcados pelas preocupações de higiene social no sentido de responder a uma realidade que, em meados do século passado, caracterizava, retrospectivamente, nestes termos:

En raison de la lourde mortalité infantile, de l'insuffisance notoire de l'éducation de la femme du point de vue sanitaire, surgit la décision d'affronter ce complexe et important problème. A cette fin, on l'étudia méticuleusement, on analysa les statistiques, on examina sur la carte les régions où le taux de mortalité infantile était le plus élevé, on en rechercha les causes et, fermement résolu à les éliminer, on organisa l'Oeuvre de Protection de la Femme Enceinte et de la Défense de l'Enfant, laquelle, en raison de son activité, ne tarda pas à collaborer aussi dans notre champagne «Pour les Tuberculeux, Contre la Tuberculose» (ROSA, 1956a, p. 65).

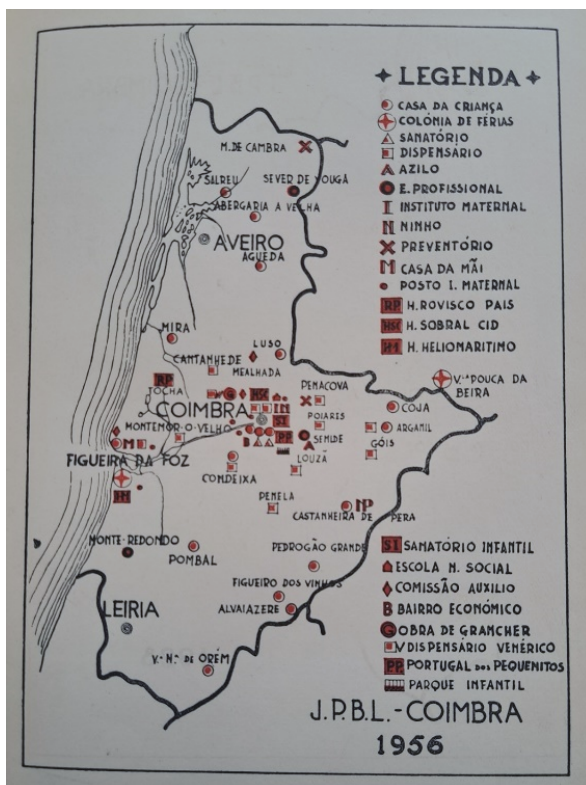
A Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC): um dispositivo socio-sanitário

É neste contexto de mortalidade – e.g., doenças como a tuberculose – e de elevada taxa de mortalidade infantil – 20 mil mortos por ano até à idade de um ano (ROSA, 1956a) – que, entre 1928 e 1931, se moldou o núcleo da obra assistencial da Junta da Província da Beira Litoral (SOUZA, 1999), nomeadamente, a Obra Antituberculosa e a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) (1930). Consolida-se a ideia do compromisso do corpo social com a saúde de cada um dos seus membros, sem prejuízo de cada um ser responsável por ser e estar saudável (BASHFORD, 2004), impendendo sobre o organismo social as tarefas de despiste, prevenção, profilaxia e proteção face à doença e aos *flagelos sociais* (ROSA, 1935), que articulava dever público e iniciativa privada, competindo ao Estado o papel de regulador (ROSA, 1970). Empreendimento que implicava uma ação de instrução e educação higiénica, a começar pelas crianças a quem se podia criar hábitos estruturais e inconscientes que respeitassem os princípios da boa higiene, mas igualmente das progenitoras, como sublinhava Bissaya Barreto. Cometimentos que deviam ser, de acordo com o presidente da Junta da Província da Beira Litoral, entregues às mulheres, dado tratar-se de funções que já desempenhavam no quadro das organizações médico-sociais – criar e educar crianças ou dedicarem-se às obras sociais (ROSA, 1935).

No âmbito das Juntas – Geral do Distrito de Coimbra, da Província da Beira Litoral e Distrital de Coimbra – a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança consubstanciou um programa de assistência infantil que constituía um dispositivo socio-sanitário (SILVA, 2013) em que os diferentes estabelecimentos funcionavam como peças articuladas que sustentavam uma trajetória de vida das crianças até “poderem ser entregues à Sociedade, armados e equipados com uma boa saúde e uma útil profissão, para vencerem na vida” (ROSA, 1970, p. 298), podendo, em caso de necessidade, regressar ao quadro do dispositivo no ocaso da vida.

A Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), a par da Obra Antituberculosa de Coimbra, constituía uma resposta estruturada ao problema da fome e da doença, numa luta contra a mortalidade e morbilidade infantil, articulando um conjunto de estabelecimentos que representavam apenas uma parte daqueles outros que a(s) Junta(s) criaram e geriram, como se pode observar na figura 1.

Figura 1 – Estabelecimentos da Junta da Província da Beira Litoral em 1956



Fonte: ROSA, 1956a, p. 13.

Como explica o presidente da(s) Junta(s) tratava-se de defender e proteger a criança, especialmente a que nasceu em meio contaminado, dos perigos que a ameaçavam, o alimentar, o infeccioso e o alimentar e perante a desconfiança face à educação higiénica do meio familiar, como decorre das palavras, em cima, de Bissaya Barreto, a solução seria retirá-la após o seu nascimento. Nesta perspetiva, a partir do Dispensário da OPGDC, foi criada uma maternidade, destinada a parturientes tuberculosas com o propósito de realizar a profilaxia pós-natal, e, simultaneamente, o Ninho dos Pequenitos, que recebia crianças até aos três anos de idade ou, em alternativa, a obra de Grancher, com a entrega das crianças a famílias de acolhimento:

Les enfants confiés à la garde, aux soins et à l'éducation de familles physiquement et moralement saines, étaient maintenus sous la surveillance affectueuse et compétente des médecins locaux, qui les soignent en cas de maladie et qui veillent surtout sur la manière dont ils sont élevés et soignés par leur parents adoptifs (ROSA, 1956a, p. 67).

Uma prática conhecida em Portugal, ainda que mobilizada com outros objetivos e intenções, que resultou, de acordo com o Presidente da(s) Junta(s), em razão disso mesmo (ROSA, 1956a).

A necessidade do combate à mortalidade infantil e o reconhecimento da insuficiência da resposta existente – e.g., dispensários na periferia de Coimbra e o Dispensário Geral na cidade – levou a Junta da Província da Beira Litoral a criar as Casas da Criança, que funcionariam com os regimes de internamento e semi-internamento, estabelecimentos que através de uma proposta pedagógica diferente se propunha amar, nutrir e ensinar as crianças até aos 7 primeiros anos de vida, acreditando que a plasticidade do espírito prepara a criança para a vida e o desenvolvimento da sua personalidade. Atente-se nas palavras de Fernando Bissaya Barreto:

Un foyer accueillant, où l'enfant puisse vivre dans une ambiance caractérisée par les tendresses d'une mère, par la bonté d'un père, par la douceur et l'indulgence de la gouvernante (Érasme); sans aucune répression, en pleine liberté, l'enfant jouit du libre développement de ses facultés naturelles. Sans livres, sans cahiers, sans punitions, sans travail de mémoire, l'enfant apprend à observer, à examiner. Il commence à s'intéresser aux choses qui l'entourent, à se rendre compte, à raisonner, à prendre de l'initiative – et voilà que bientôt son caractère commence à se former. Ainsi placé depuis le commencement de sa vie en contact avec le monde réel, par l'observation personnelle et par l'étude directe des faits, l'enfant s'arme et s'outille contre la dureté et les surprises que lui réserve l'avenir (ROSA, 1956a, p. 74).

A proposta pedagógica das Casas da Criança constitui o cerne do nosso estudo, pelo que voltaremos a esta questão. Após os três anos de idade, no Ninho dos Pequenitos, ou os sete anos, nas Casas da Criança, as crianças não podiam permanecer nas respetivas instituições. Se se acreditava que o meio permanecia infetado ou as crianças corriam o risco de contágio tornava-se necessário encontrar instituições que as acolhessem. Tal facto levou a Junta da Província da Beira Litoral a criar uma resposta, os preventórios – arma da profilaxia contra a doença (ROSA, 1956a) –, tendo sido criado um em Penacova, que se destinava ao internamento de crianças sem tuberculose pulmonar, e outro em Macieira de Cambra – “Ar Alto” – para crianças com primoinfeção. A propósito do Preventório de Penacova escreveu o presidente da Junta da Província da Beira Litoral (JPBL) evidenciando o sucesso da medida:

C'est une des raisons qui déterminèrent la foundation du Préventorium de Penacova, le premier préventorium institué au Portugal, situé dans un paysage merveilleux, en un climat magnifique, en pleine campagne et doué de conditions d'aménagement, d'hygiène, d'alimentation et de salubrité telles que l'on put register ce fait absolument miraculeux: malgré que tous les internés du préventorium soient des enfants de parents tuberculeux, en plus de vingt ans pas un seul d'eux est mort! (ROSA, 1956a, p. 68).

Todavia, a estratégia da JPBL, deve sublinhar-se, visava outras dimensões de um processo de socialização, dado que, tal como explicita Fernando Bissaya Barreto, o objetivo era levar as crianças a amar a terra e a fixarem-se longe do ambiente urbano, processo esse que prosseguiria após os 11 anos de idade.

Para enquadrar as crianças entre os 11 e os 18 anos de idade, a JPBL criou escolas de educação e trabalho, as raparigas eram transferidas para as Casas de Educação e Trabalho D^a. Helena Quadros, em Sever do Vouga, e D^a. Maria Patrocínio Costa, em Monte Redondo, enquanto os rapazes eram encaminhados para a Escola Profissional de Agricultura de Semide ou para os Asilos de Aveiro e Leiria. As Casas de Educação e Trabalho constituíam uma oportunidade para a aprendizagem de uma profissão e para se prepararem para a vida, através de uma existência num ambiente saudável fora do meio urbano, clinicamente acompanhado e vigiado, uma alimentação sã e substantiva, a par de uma educação nas suas diferentes vertentes – e.g., higiénica, física – como explicita Fernando Bissaya Barreto atestando a validade da estratégia da OPGDC:

Vivant au grand air, au soleil, avec une nourriture saine et substantielle, s'habituant à l'hygiène et à la propreté, se développant sous la surveillance médi-

cale, pratiquant les sports, éloignés du milieu Urbain, de la maison malsaine, de la conteugieuse vie en commun avec leur parents pendant de longues années, ces enfants sont mis en mesure d'annuler l'influence nuisible, l'action affaiblissant qui pourrait leur être transmise par leur parents tuberculeux. Cela est d'ailleurs démontré par le fait qu'il y a aujourd'hui dans les maisons d'assistance de l'Administration Provinciale un grand nombre d'employés (cordonniers, électriciens, menuisiers, typographes, jardiniers, cuisiniers, etc.) qui ont parcouru les différents établissements de L'Oeuvre de Protection à la Femme Enceinte et de Défense de l'Enfant et qui constituent, par leur robustesse physique et leur préparation professionnelle, la meilleure garantie et la preuve la plus irréfutable de l'efficacité de cette oeuvre (ROSA, 1956a, p. 70).

Percurso que ficava concluído quando as crianças, agora jovens adultos “puderem ser entregues à Sociedade, armados e equipados com uma boa saúde e uma útil profissão, para vencerem na vida” (ROSA, 1970, p. 298) ou como expressava o presidente da JPBL década e meia antes, “nous prenons l'enfant du ventre de le mère et nous ne le lâcherons que lorsqu'il sera devenu fort, robuste, sain, éduqué, instruit, et pleinement capable à devenir un bom citoyen du point de vue physique, professionnel et moral – un être utile à la famille et à la Nation!” (ROSA, 1956a, p. 71). Trajetórias de vida que se podem comprovar compulsando as peças arquivísticas existentes. Na realidade, para além disso, muitos dos trabalhadores e das trabalhadoras dos diferentes estabelecimentos da OPGDC, em particular, e dos geridos e criados pela JPBL, em geral, foram recrutados entre as crianças que experimentaram este percurso de vida (MARTINS & TOMÉ, 2013).

O dispositivo só ficava completo quando as crianças, tendo realizado o seu percurso na OPGDC e caso não tivessem constituído família ou se vivessem com dificuldades económicas, encontrassem, no final do seu ciclo de vida, um local de acolhimento. Para o efeito foi criado o Asilo de Velhos de Semide que lhes proporcionaria o acesso a um fim de vida tranquilo e sereno (ROSA, 1956a).

Deve salientar-se, como decorre da observação da figura 1, que as ações e os estabelecimentos geridos pela Junta da Província da Beira Litoral e a sua sucedânea, não se limitaram à Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança, abrangendo, nomeadamente, a Obra Antituberculosa – em cuja luta também interveio a OPGDC –, já acima referida, o combate às doenças venéreas ou à lepra, tendo sempre presente a preocupação com as crianças. Referenciemos os dispensários no combate à tuberculose ou às doenças venéreas, os hospitais sanatórios, para mulheres, localizado em Celas (Coimbra), onde seria instalado um sanatório infantil, em 1960, e que estaria na origem

do Hospital Pediátrico de Coimbra (1970), e para homens, o Hospital Colónia Portuguesa do Brasil, localizado na zona de Covões (Coimbra). Neste âmbito, saliente-se o Hospital-Colónia Rovisco Pais, localizado na Tocha (Cantanhede), criado para o tratamento, a profilaxia e o estudo da lepra, ou doença de Hansen, no quadro de um modelo de internamento compulsivo (CRUZ, 2009). Possuía a particularidade de se encontrarem nas suas instalações uma creche (figura 2) e uma Casa de Educação e Trabalho, para acolher os filhos sãos de pais leprosos, visando evitar o contágio direto e o anátema, filho de leproso, dado que “tout le monde l'éloigne et s'éloigne, tout le monde le repousse et par tous il est persécuté; personne ne veut avoir affaire avec lui et même de l'école on le renvoie!” (ROSA, 1956b, p. 33). Todavia, de igual modo, se procurava concretizar uma assistência integral “donc médicale, alimentaire, éducative et morale. Tout y est fait afin que ces enfants sortent de là, le caractère bien formé et capables de vaincre le dur combat de la vie” (ROSA, 1956b, p. 30).

Figura 2 – Vista da creche e seu entorno no Hospital Rovisco Pais (Tocha, Cantanhede)



Fonte: Rosa (1956b).

De outra natureza, merecem destaque a Colónia Balnear Dr. Oliveira Salazar (figura 3), na Gala (Figueira da Foz) que recebia crianças dos 5 aos 14 anos de idade, e a Colónia Ar e Sol, de meia altitude, em Vila Pouca da Beira e que acolhia crianças entre os 5 e os 12 anos.

Figura 3 – Edifício da Colónia Balnear Dr. Oliveira Salazar



Fonte: Rosa (1956a).

Evidencie-se, ainda, o Portugal dos Pequenitos, em Santa Clara (Coimbra), um parque temático em miniatura, consistindo num espaço lúdico, pedagógico e turístico, ainda hoje em funcionamento. De referenciar, finalmente, as preocupações, na década de sessenta, com as crianças portadoras de deficiência, criando-se, em Coimbra, o Instituto de Surdos-Mudos, em Bencanta, e o Instituto de Cegos e Amblíopes, no Loreto.

O presidente da(s) Junta(s) previu que a sua ação e do organismo autárquico a que presidia estaria dependente de “pessoal técnico convenientemente preparado” (ROSA, 1970, p. 364) pelo que fundaria a Escola Normal Social (ENS), em 1937. A oferta educativa da ENS, em 1940, disponibilizava os cursos de enfermeira puericultora visitadora da infância e de higiene social, de assistente social ou educadora ou reeducadora e assistente escolar e de vigilante de internato e monitora de ensino familiar e doméstico. No início do lustro seguinte, conferia os diplomas de assistente social, puericultora, educadora familiar, jardineira de crianças, assistente escolar e auxiliar médico-social (MARTINS, 2010). A formação de enfermeiras puericultoras visitadoras de infância (EPVI), constituiu um exclusivo, entre 1937 e 1956, da ENS. Como sublinhava Bissaya Barreto, eram as enfermeiras puericultoras visitadoras de infância que dirigiam “as Casas da Criança, onde, à custa do conhecimento da fisiologia e da moderna psicologia infantil, se cultiva o

Corpo e se modela a Alma de muitos portugueses de amanhã” (ROSA, 1970, p. 364), destacando, a propósito da ENS:

On peut se faire une idée de cette Ecole, de son organization et de son fonctionnement, en rapelant que dans le diplôme qui lui fut adressé par l’O. N. U. il est dit que l’Ecole Normale Sociale de Coimbra doit être considérée comme l’Ecole-modèle du service social, à copier ou à imiter dans les autres pays (ROSA, 1956a, p. 29).

As Casas da Criança: dos destinatários à especificidade de cada estabelecimento

A criação do programa das Casas da Criança, no âmbito da Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), procura, como já foi destacado, tornar mais efetiva e eficiente a resposta à situação das crianças. As condições materiais e simbólicas da sociedade portuguesa marcavam uma existência difícil, muito especialmente, dos operários e trabalhadores do campo, quer nas zonas rurais ou nas urbanas. O magro salário do pai, determinava a necessidade de a mãe trabalhar para fazer face às despesas do agregado familiar, o que conduzia a que as crianças ficassem entregues a si próprias (MARQUES, 1951). As transformações ocorridas no agregado familiar, menos numeroso e com maiores diferença de idades, enfraquecera os laços de camaradagem o que, de acordo com Bissaya Barreto (ROSA, 1970), agravava a situação de desamparo das crianças. As alterações ocorridas no quotidiano sobrepesavam a situação, o crescente bulício, nomeadamente de trânsito, tornava “perigoso deixar brincar crianças na rua ou mesmo nos largos públicos” (ROSA, 1970, p. 207). Perante tal cenário, o presidente da JPBL objetiva, tomando a questão colocada por um colaborador, “quantos desastres se podem evitar, quantos benefícios poderiam receber as crianças dessas idades se se pudessem recolher, vestir, alimentar e educar convenientemente durante as horas de trabalho dos pais?” (ROSA, 1970, p. 192). A criação das Casas da Criança visa, precisamente, cuidar e educar dessas crianças e resolver o problema do seu abandono no período pré-escolar.

Com *naturalidade* se depreende que os destinatários da iniciativa, isto é, os meninos e as meninas em idade pré-escolar admitidos nas Casas da Criança, provinham das classes populares. Na realidade, as crianças que frequentavam estes estabelecimentos eram, genericamente, filhos e filhas de trabalhadores rurais, oficinais ou operários com um quotidiano de dificuldades. Não obstante, esta caracterização genérica tem de ser compaginada com situações diversificadas, especialmente atendendo ao regime de semi-inter-

nato, nomeadamente do ponto de vista socioeconómico e/ou cultural das famílias e, consequentemente, nos objetivos com que procuram a instituição. Diferenças essas que podem personificar alguma heterogeneidade, corporizando realidades diferentes no âmbito do programa, bem como ocorrências variadas na mesma instituição (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

Os objetivos das Casas da Criança passavam, prioritariamente, por resolver os problemas do abandono, sem perder de vista o proteger e vigiar a sua saúde, atender às suas necessidades e educá-las logo a partir da 1ª infância. A supressão do abandono compagina-se com a intervenção de pessoal especializado, cientificamente preparado – e.g. medicina, psicologia, pedagogia – para cuidar e educar a criança. Pretende-se preparar a criança para ser homem amanhã transmitindo normas e regras para uma boa saúde e criar hábitos de higiene, cuidando da parte física e mental.

Confere-se um papel central à educação alicerçada numa conceção de criança e de infância. Fase da vida tomada como o momento em que o organismo se encontra em pleno desenvolvimento e formação, período de maior desenvolvimento físico e mental – o sistema nervoso central, bem como a audição e a visão, crescem significativamente (ROSA, 1970) –, a criança é considerada um ser que, pela sua curiosidade, recetividade e sensibilidade, é de uma “plasticidade extrema” (ROSA, 1970, p. 210). Constitui, em razão disso, terreno fértil para o enraizamento, acelerado e profundo, de hábitos técnicos – e.g., alimentação, vestuário, asseio –, para promover o desenvolvimento mental – período que coincide com “o mais rápido desenvolvimento da sua capacidade de entendimento e compreensão” (ROSA, 1970, p. 206) –, e para acompanhar as experiências (iniciais) de sentimentos e emoções – e.g., prazer, medo, ciúme, agressividade –, conscientes de que “é à custa destas reacções emocionais, forças mentais, da sua atitude social e orientação que resulta a formação da sua personalidade” (ROSA, 1970, p. 206). Conceções que tornam evidente a perceção da educação pré-escolar como essencial para a vida das crianças (CAPELO, 1951).

Todavia, os propósitos não se esgotam na educação da criança. As crianças são consideradas, por inconsciência ou descuido dos progenitores, “vítimas da falta de educação dos pais” (ROSA, 1970, p. 161). A intervenção de saberes-poder – e.g., a medicina – e de técnicos especializados, que acompanham a construção da Modernidade, determina a necessidade de se ser educado para o exercício da função de mãe (ou pai) (VILHENA, 2010; MOTA, VILHENA, & FERREIRA, 2018).

A orientação e educação das mães está nas origens da ação da(s) Junta(s), visível, desde logo, na designação da Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) que, necessariamente, inclui a mãe. Uma preocupação que emerge, igualmente, nas valências das Casas da Criança, prevendo-se a existência de um consultório de pediatria e de uma sala de espera, no pressuposto de se realizar uma ação em termos de profilaxia e educação das mães. Ação que terá variado o seu modo de funcionamento, ao longo de três décadas, no mesmo estabelecimento e entre Casas da Criança. Na década de sessenta, do século passado, na Casa da Criança Rainha Santa Isabel, em Coimbra, o serviço era assegurado pelo Instituto Maternal, funcionava duas vezes por semana, segunda e quarta-feira, e as consultas ficavam a cargo de uma equipa constituída por um médico, uma assistente social e uma enfermeira (FREIRE, 1965).

A necessidade *imperiosa* de se educar e ensinar as mães a serem boas mães manifesta-se, ainda, na ação da puericultora a quem, estando em contacto com a família, competia *passar* às mães noções de puericultura – e.g., noções fundamentais de higiene pré-natal, higiene infantil –, bem como orientá-las na busca de ajudas e apoios para a criação dos filhos – e.g., obras de assistência. Uma ação que tinha, em última instância, o objetivo de despertar nas mães uma “consciência maternal” transformando a sua educação em “factor de maior valor e da maior segurança para a protecção da infância” (ROSA, 1970, p. 150). A educação das mães era olhada, ainda, pelo seu potencial, sendo a mãe encarada como veículo de disseminação de conhecimento e de práticas de higiene junto da comunidade (SILVA, s. d.).

Deve evidenciar-se que a heterogeneidade de público e dos seus objetivos ao escolherem frequentar uma Casa da Criança, de acordo com o que se enunciou, e a natureza compósita, e de raiz local, do orçamento de cada Casa – 2% sobre as coletas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional por Junta, subsídios para projetos inscritos no orçamento de Estado e financiamento de organizações públicas e privadas (e.g., câmaras municipais) – remetem-nos para a compreensão das diferenças existentes entre as Casas da Criança. Do tipo de edifício, de raiz ou adaptação (ROSA, 1970), à sua localização, a par das origens, propósitos ou motivações, dos seus destinatários (e.g., idade cronológica, origens socioeconómicas e/ou culturais), as Casas da Criança enquanto instituições de educação pré-escolar conservavam, necessariamente, um significativo grau de diferenciação que configura marca de cultura própria já que, se eram veículos de transmissão de cultura, nem por isso deixavam de ser produtoras de culturas.

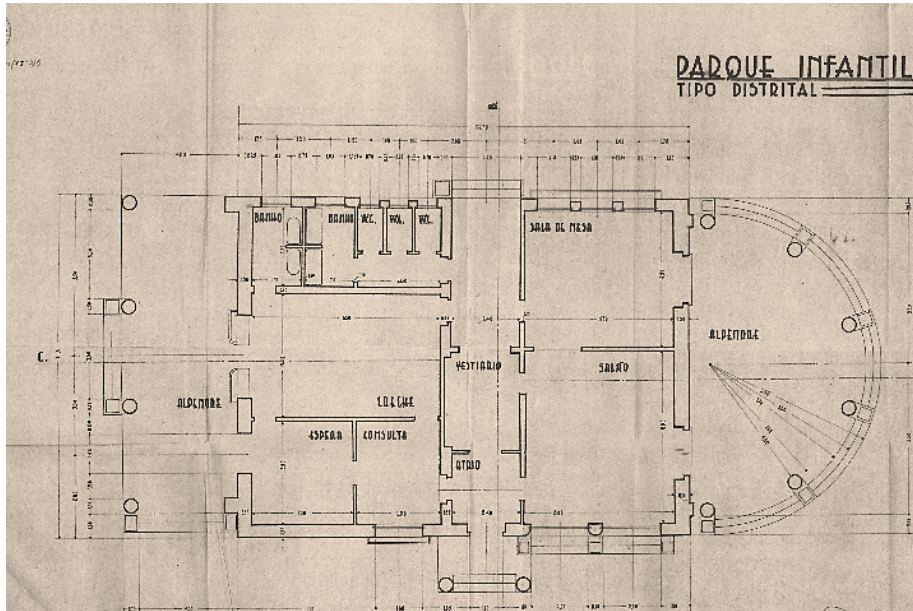
Especificidades que, nomeadamente em razão de questões orçamentais, se consubstanciam em relatos de excesso de trabalho e da necessidade de reforço da equipa, em 1943-1944, na Casa da Criança Rainha D. Leonor, em Castanheira de Pera (PIMENTA, 1944), ou duas décadas depois, em 1964-1965, na Casa da Criança Rainha Santa Isabel – Santa Clara, em Coimbra, em que se refere o elevado número de crianças e a falta de pessoal, servindo de justificação para a adoção de comportamentos contrários à psicologia e à proposta pedagógica das Casas da Criança (OLIVEIRA, 1965).

As Casas da Criança constituíam, à semelhança do que temos sustentado para outras instituições educativas (MOTA & FERREIRA, 2016), como que realidade(s) dentro de outra(s) realidade(s), concitadas, à escala nacional (e internacional), a uma norma política e a uma estrutura educativa, atualizando-se na relação dialética entre a liberdade e autonomia dos seus atores, na fidelidade aos seus objetivos, e a norma e a estrutura, configurando um espaço de emergência de *infidelidades normativas* e de construções identitárias (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

A proposta pedagógica das Casas da Criança

A resposta, às necessidades e preocupações com a assistência e educação das crianças, denuncia racionalidade, rigor e sistematicidade evidenciada na cobertura territorial da obra assistencial da Junta da Província da Beira Litoral (JPBL) (figura 1), na rede de Casas da Criança, projetada para o nível concelhio e, numa segunda fase, à escala de freguesia (ROSA, 1970), bem como na criação de um projeto tipo para aqueles estabelecimentos (figura 4). Opções que indiciam ponderação com um processo que se desejava descentralizado, mas com uma oferta assistencial e educativa que se queria homogénea e, simultaneamente, estandardizada, no sentido de preservar a filosofia de funcionamento. De tal sorte, que as alterações à planta tipo, em razão de necessidades específicas dos municípios – e.g., terreno, espaço –, se encontravam previstas (SILVA, 2013). Na ausência de edifícios de raiz, as Casas da Criança eram instaladas em edifícios adquiridos e/ou adaptados para o efeito.

Figura 4 – Planta Tipo, Parque Infantil



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

Da observação da planta tipo, para além da sala de espera e do consultório já analisados, constata-se a existência de um espaço para acolher as crianças dos 0 aos 3 anos – a creche – e uma sala para as atividades das crianças dos 3 aos 7 anos, o jardim de infância, servidas por uma sala para refeições e as instalações sanitárias. De topo, nas fachadas longitudinais, dois alpendres, um, de formato retangular, funcionando como extensão da creche, onde eram colocados os berços quando o tempo o permitia, do lado oposto, um semicircular, em ligação com o jardim de infância, permitindo o acesso das crianças aos espaços ao ar livre (figura 5), evidenciando a importância que se conferia às vivências e ao contacto com a natureza (FERREIRA & MOTA, 2018).

Figura 5 – Casa da Criança D. Joaquina Barreto Rosa (Arganil)



Fonte: Centro Documentação Fundação Bissaya Barreto.

Higiene, alimentação e educação marcavam o ritmo de vida nas Casas da Criança. A higiene e a alimentação ocorriam de acordo com regras e horários contribuindo para conformar o dia-a-dia nas instituições e estabelecendo um ambiente de disciplina, facilitando a intervenção da puericultora e, simultaneamente, contribuía para o desenvolvimento, paulatino, do autocontrolo por parte das crianças. Compreende-se, por isso, que as práticas educativas se organizem de acordo com uma rotina, elemento central dos programas educativos.

As crianças, em regime de externato ou semi-internato, eram deixadas pelos pais quando se deslocavam para o local de trabalho, sendo recebidas pela puericultora que tem, como primeira tarefa, observá-las e proceder ao despiste de doenças. Cuida da higiene, lava, eventualmente dá banho, e veste com roupa da casa, designação cujo significado variava com o estabelecimento, podendo significar um simples bibe que era colocado à criança sobre a roupa que trazia de casa ou significar uma muda de roupa completa, com ou sem roupa interior. Vestuário que, em qualquer circunstância, no final do dia, as crianças despiam, voltando a vestir aquela outra que tinham trazido de casa, antes de serem entregues aos pais (DUARTE, 1966; FREIRE, 1965; OLIVEIRA, 1965; RENDEIRO, 1965). Posteriormente, os mais novos eram colocados na creche, sob uma observação permanente, precavendo qualquer alteração do estado de saúde que pudesse implicar contactar a mãe (ROSA, 1970).

Na sequência dos primeiros cuidados de higiene, a ação das cuidadoras centrava-se na alimentação, compreendido como respaldo do desenvolvimento da criança. As crianças realizavam, ao longo do dia, três refeições, o pequeno-almoço, almoço e uma merenda. Refeições que, amiúde, no seu conjunto, tinham componentes alimentares como o pão, o leite, os legumes, a carne, o peixe, a fruta e os açúcares (ROSA, 1970; DUARTE, 1966), sem prejuízo das variações que pudessem existir em resultado das condições materiais existentes nas diferentes Casas da Criança. Refira-se, ainda, que os alimentos eram prescritos e regulados por uma dietista (ROSA, 1956a).

Os discursos, no plano pedagógico, engajam-se pela educação nova, enfatizando a necessidade de uma educação definida como construtiva, para cumprir o desígnio de qualquer educação, fabricar homens preparados para o mundo em que vivem. Evocam-se conceitos da Psicologia e da Sociologia e a autoridade de autores do “Movimento da Educação Nova” – e.g., Adolphe Ferrière ou Maria Montessori – para denunciar e recusar a pedagogia tradicional, dos livros e da memória, acentuando que as Casas da Criança deveriam ser um espaço acolhedor onde se nutriam, amavam e ensinavam as crianças durante os primeiros sete anos de vida:

Un foyer accueillant, où l'enfant puisse vivre dans une ambiance caractérisée par les tendresses d'une mère, par la bonté d'un père, par la douceur et l'indulgence de la gouvernante (Érasme); sans aucune répression, en pleine liberté, l'enfant jouit du libre développement de ses facultés naturelles. Sans livres, sans cahiers, sans punitions, sans travail de mémoire, l'enfant apprend à observer, à examiner. Il commence à s'intéresser aux choses qui l'entourent, à se rendre compte, à raisonner, à prendre de l'initiative – et voilà que bientôt son caractère commence à se former (ROSA, 1956a, p. 74).

Reclamava-se uma educação integral, sempre em contraponto à pedagogia dita tradicional, que fabricasse indivíduos completos, integrais e adaptados ou capazes de se adaptarem social, física, intelectual e moralmente à realidade, enfim, às suas condições de existência. A educação integral visava, afinal, o cultivo do corpo, da inteligência, da moral e do caráter. Para tanto, a criança deveria usufruir de liberdade e o adulto deveria respeitar as tendências fisiológicas da criança, em linha, com a proposta pedagógica de Maria Montessori (ROSA, 1970). E ilustra-se convocando a metáfora da planta:

Nous pourrions dire que la Maison de l'Enfant n'est qu'un jardin dans lequel on cultive intégralement et amoureusement la plante humaine – le corps, l'intelligence, le caractère et même la dextérité manuelle, dans des travaux de découpage, de coloration, de modelage et autres. Et combien de manifestations, combien de vocations de découvrir-t-on pas en cette phase de la vie des enfants! (ROSA, 1956a, p. 80).

Deve ter-se presente que, em Portugal, à semelhança do que ocorreu um pouco por todo o mundo ocidental, sem prejuízo da existência de diferenças, muito em razão das especificidades dos processos históricos, a partir da segunda década do século passado, vai ganhar preponderância a pedagogia de Maria Montessori. Uma das principais razões para tal advinha de se estar num tempo em que se pretendia organizar a educação das crianças a partir de princípios cientificamente estabelecidos, surgindo as propostas de Montessori mais afins do cientismo da época (FERREIRA, MOTA & VILHENA, 2019).

Nesta perspetiva todo o momento e a ação são considerados educativos e espera-se que a criança escolha as tarefas que mais lhe agradam e as cumpra, que leve até ao fim aquilo a que se propôs. Estimular a curiosidade e a imitação contribui para desenvolver a autoeducação na criança (ROSA, 1970). O papel da puericultora será o de observar, guiar, ajudar e aconselhar:

[...] a puericultora está presente para responder às suas perguntas, para guiá-la, aconselhá-la, ajudá-la sem tomar nunca o seu lugar; está ao seu dispor igualmente para ouvir confidências, que leva a sério, tratando a criança como um ser dotado de razão, com personalidade própria, que ela respeita e procura compreender (ROSA, 1970, p. 241).

No modelo pedagógico de Maria Montessori, a questão do meio ambiente educativo – materiais e exercícios pedagógicos – é central (FERREIRA, MOTA & VILHENA, 2019), pelo que não admira que, nas Casas da Criança, o princípio de liberdade da criança conforme o espaço e a sua organização. A adequação às características socioculturais das crianças (SILVA, 2013) e as opções de carácter pedagógico estruturam o edifício, o espaço envolvente, a organização e o mobiliário das salas. Nesse sentido, mesas, secretárias e armários baixos, compartimentos, cabides e lavatórios, louça sanitária, tudo está ao alcance da criança, sendo ela, por isso, “responsável pela ordem de todas as coisas, cada objeto tendo um lugar determinado” (ROSA, 1970, p. 241).

As salas possuíam uma dimensão considerada adequada e o equipamento, no caso da valência de jardim de infância, deveria permitir e estimular a execução livre de tarefas. Neste entendimento, as salas surgem equipadas com mesas individuais, de dois lugares e uma mesa-redonda central, facilitando a aprendizagem do trabalho em conjunto e coletivo e/ou colaborativo. As paredes pintadas a cores suaves e decoradas com ilustrações ou reproduções de obras de arte, remetem para um ambiente alegre, bonito, considerado significativo para embasar o desenvolvimento da criança (ROSA, 1970).

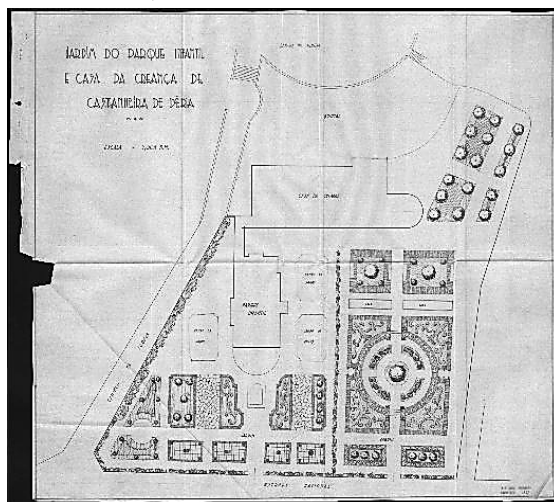
Um quadro de ardósia, habitualmente sustentado num tripé, servia para as crianças desenharem. A rotina diária para além do desenho, traduzia-se por diferentes atividades como cantar, dançar ou executar trabalhos manuais, sem perder de vista que o objetivo é educar e não instruir, estando atenta a puericultura à problemática da fadiga da memória – em linha com os contributos pedagógicos de Pestalozzi, Froebel e Montessori –, através do exercício dos sentidos e com recurso à associação das ideias, cuidando da sua educação intelectual (ROSA, 1970). Como destaca Fernando Bissaya Barreto:

Nous avons en effet bien plus d'intérêt à former l'esprit de l'enfant qu'à le meubler; pour cette raison le but fondamental de nos Maisons de l'Enfant consiste – pendant le période pré-scolaire – à développer l'esprit d'initiative de l'enfant, sa confiance en soi-même, sa notion de responsabilité et de solidarité.

[...] nous voulons et devons former une jeunesse forte, libre, pleine de la joie de vivre, douée d'un développement physique et psychique bien équilibré, ayant le culte de la responsabilité et sachant dominer ses nerfs (ROSA, 1956, p. 78).

A preocupação com as dimensões física e intelectual implicava que as crianças fossem habituadas a gostar da vida livre e ao ar livre, do sol e da natureza. O edifício (figura 4), pela sua estrutura e disposição, facultava esta ligação a uma vida ao ar livre com a sala a fluir para o espaço exterior através de um alpendre semicircular (figura 5). A sala promovia a passagem das crianças aos jardins e, simultaneamente, oferecia um espaço protegido da chuva, facultando o acesso ao ar livre, puro e saudável.

Figura 6 – Jardim do Parque Infantil e Casa da Criança de Castanheira de Pera



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

A rotina promovia atividades ao ar livre e o contacto permanente com a natureza para uma vida salutar e vigorosa. Coerentemente, existiam jardins, como espaço enquadrador e, sempre que possível, construíram-se campos de jogos, pensados na sua adequação à atividade física e brincadeiras de crianças do jardim de infância. Nestes espaços as crianças exercitavam-se fisicamente e brincavam, atividades consideradas fontes de conhecimento e disciplina e convenientes para o desenvolvimento do sistema nervoso (ROSA, 1970). Atribuía-se importância à vida ao ar livre e à liberdade concedida à criança, em tempo e espaço, para brincar e jogar, atendendo a que as crianças aprendem brincando. Reconhecia-se um valor educativo aos jogos e às atividades físicas:

C'est que, à la Maisons de l'Enfant, on s'occupe avec intérêt et tendresse de la culture physique des enfants, on éveille leurs énergies, on découvre des vocations et tout cela se fait en jouant...

Les enfants jouent en apprenant, et apprennent en jouant...

Leur activité se développera autant que possible au grand air, au soleil, en pleine Nature: gymnastique, chant choral, natation, courses, etc. – Tout cela sont des moyens de culture physique dont on se sert ici (ROSA, 1956a, p. 79-80).

A brincadeira promovia o convívio com as outras crianças constituindo uma outra dimensão educativa fundamental. O entendimento ia no sentido de se considerar que as crianças se construíam e cresciam umas com as outras, única forma de se virem a assumir como adultos responsáveis e preparados para a vida social, desenvolvendo um autodomínio e uma autodisciplina dispensando condicionantes externos, simultaneamente com um espírito de solidariedade (FERREIRA & MOTA, 2018).

Figura 7 – Jardim do Parque Infantil e da Casa da Criança de Castanheira de Pera



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

O jardim (figura 7), com “valência simbólico-funcional” (SILVA, 2013), geometricamente ordenado, indiciava rigor, ordem, cuidado e constituía uma dimensão essencial do projeto educativo das Casas da Criança. Um espaço que facultava à criança a possibilidade de contactar com um ambiente atraente, permitindo-lhe, no seu dia-a-dia, conviver e familiarizar-se com o belo, contribuindo para o desenvolvimento do seu bom gosto. Apelava-se, assim, ao instinto da criança que, esperava-se, sentindo-se atraída pelo bem, geraria um amor à beleza que, pela ação educativa, seria incorporado na sua personalidade (ROSA, 1970).

Outrossim, os jardins, a par da criação e cuidado de pequenos animais, serviam para o estudo das ciências naturais (ROSA, 1970). Competia à puericultora estimular a imaginação e a curiosidade das crianças, incentivando o desenvolvimento do seu espírito de observação e investigação, como forma de a criança tomar consciência dos fenómenos que a rodeavam. As suas lições deveriam centrar-se em objetos concretos – espécies vegetais ou animais – que servissem de base ao desenvolvimento intelectual da criança, tendo sempre como ponto de partida o que ela já conhece e o que vê, partindo sempre do concreto e do conhecido para o abstrato e o desconhecido (ROSA, 1956a). Em linha com as *lições de coisas*, pugnava-se por um ensino prático e concreto, de acordo com o que se considerava serem as características da psicologia infantil.

Notas finais

O estudo direccionou-se para uma iniciativa de assistência e educação da infância, no quadro da administração regional e autárquica – Junta Geral do Distrito de Coimbra, Junta da Província da Beira Litoral, Junta Distrital de Coimbra –, no Portugal do Estado Novo, constituindo uma obra social centrada em Coimbra e no seu distrito ou na província da Beira Litoral, que englobava os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, de acordo com cada momento histórico. Em contexto de afirmação e construção da Modernidade, evidencia-se o novo olhar sobre a criança, a par das renovadas preocupações com o gerar, criar e educar, que se encontra, de igual modo, na génese da atenção prestada à educação das mães. Uma proposta que se filia no higienismo e na busca de disseminação dos hábitos de higiene e de boa saúde, respaldadas em práticas legitimadas pela ciência.

No conjunto dos múltiplos projetos de saúde e assistência pública sustentados pela(s) Junta(s) focou-se a atenção na Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), percebida como dispositivo socio-sanitário,

representando uma disciplinarização e controlo sobre a vida das famílias e das crianças, tendo-se procurado explicitar uma compreensão da trajetória das crianças nas instituições da OPGDC, ao longo da sua vida até atingirem a idade adulta. Um percurso que, apesar de tudo, facultou a apropriação de conhecimentos e a interiorização de práticas que permitiram às crianças ganharem maior poder sobre as suas vidas e encontrarem-se mais bem preparadas para enfrentar a vida. De resto, como se assinalou, o dispositivo socio-sanitário, no inverno da vida daqueles que o tinham frequentado, em caso de necessidade, reenquadrava-os.

No contexto da OPGDC a análise centrou-se no programa das Casas da Criança, muito particularmente, nas infraestruturas, nos seus destinatários, nos objetivos e na proposta pedagógica. Merece consideração o modelo de financiamento encontrado, compaginando verbas consagradas no orçamento de Estado com aquelas obtidas através de financiamento de organizações públicas e privadas, bem como recorrendo ao filantropismo, denotando a capacidade de envolver a comunidade, em geral, e as elites, em particular, no desenvolvimento do programa das Casas da Criança.

O programa não pode deixar, em certo sentido, de nos surpreender, num país em que o primeiro programa sistemático de construção de escolas remonta, apenas, a 1941, as Casas da Criança consubstanciaram edifícios, construídos de raiz ou adaptados, *esplendorosos* e com espaços adjacentes cuidadosamente tratados, contruídos com rigor e ordem, norteados pelos contributos da novel ciência e integrados com um conjunto de princípios pedagógicos, a par da preocupação para conferir um caráter sistemático ao processo de edificação – primeiro em cada concelho, depois as freguesias – e tendo como destinatários a “criança pobre e desprotegida”.

Evidenciam-se, precisamente, os destinatários, seja pela faixa etária em que são enquadrados – idades de frequência da creche e do jardim de infância –, ou pelas origens sociais – e.g., os deserdados –, tendo como contraponto um país em que o Estado abandonou a oferta de educação pré-escolar e onde as condições materiais de existência colocavam ainda num horizonte, mais ou menos longínquo, preocupações de generalização educativa.

A proposta pedagógica do programa das Casas da Criança que se inseria no quadro da educação nova, mobiliza contributos de Froebel e, muito especialmente, de Maria Montessori, num tempo em que progressivamente o modelo montessoriano se ia tornando prevacente na formação social portuguesa. Os relatórios compulsados evocam dificuldades e contradições,

em diferentes momentos e instituições, entre a enunciação do programa e as práticas educativas correspondentes. Tópico que convoca para dois pontos, o primeiro, a compreensão de que cada Casa da Criança é uma instituição específica, diferenciada das demais, com atores, adultos e crianças, contextos e circunstâncias distintos, exigindo uma apreciação *per si*. A realidade mostra-nos, efetivamente, que nem sempre, dependendo da época e da região, terá sido possível uma ação tão estruturada e claramente focada nos objetivos, marcando, com clareza, a distância entre as ideias e a vontade dos atores e a dura realidade das condições materiais e simbólicas de existência.

Referências

- BASHFORD, A. *Imperial Hygiene. A Critical History of Colonialism, Nationalism and Public Health*. New York: Palgrave MacMillan, 2004, XVI, 264 p.
- CAPELO, T. C. P. *Relatório de atividade geral*. Relatório. (relatório de atividade geral da Escola Normal Social, 1950-1951). ENS, Coimbra, 1951.
- CRUZ, A. O Hospital-Colónia Rovisco Pais: a última leprosaria portuguesa e os universos contingentes da experiência e da memória. *História, Ciências, Saúde*, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2009, p. 407-431.
- DUARTE, M. A. J. C. *Relatório de estágio e de visitas de estudo*. Relatório (relatório de estágio e de visitas de estudo de curso da Escola Normal Social, 1965-1966). ENS, Coimbra, 1966.
- FERREIRA, A. G. & MOTA, L. «Cada Casa da Criança que se abre, corresponde a uma enfermaria que se fecha». Gerar, Criar e Educar no Portugal do Estado Novo. *Sarmiento. Revista Galega Portuguesa de Historia da Educación*, v. 22, 2018, p. 133-152.
- FERREIRA, A. G., MOTA, L. & PINTO, R. “Façamos felizes as crianças da nossa terra”: As Casas da Criança, um programa (inovador) entre a assistência e a educação. In: J. PINTASSILGO & L. A. M. ALVES (Coord.). *Roteiros da Inovação Pedagógica*. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019, capítulo 9, p. 305-337.
- FERREIRA, A. G., MOTA, L. & VILHENA, C. Discursos sobre a emergência da educação da infância formal em Portugal (1880-1950). *Revista de História da Educação* (Online), v. 23, 2019, 33 p.
- FERREIRA, A. G., MOTA, L. & VILHENA, C. Modelos curriculares para a educação de infância. In: A. G. FERREIRA & L. MOTA (Coord.). *Caminhos da educação de infância em Portugal*. Políticas e perspetivas contemporâneas. Santo Tirso: De Facto Editores, 2019, capítulo 3, p. 103-158.
- FREIRE, M. A. O. A. *Relatório de visitas de estudo*. Relatório. (relatório de visitas de estudo de curso da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.
- GRÁCIO, R. *Obra Completa – Da Educação*. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, 697 p.
- MARQUES, M. H. *Relatório de actividade geral*. Relatório. (relatório de curso da Escola Normal Social, 1950-1951). ENS, Coimbra, 1951.

MARTINS, A. & TOMÉ, M. R. Bissaya Barreto e a política assistencial da Junta da Província da Beira Litoral. In: J. P. PAIVA & P. V. NASCIMENTO (Coord.). Bissaya Barreto (1886-1974). *Percorrer uma vida e uma obra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra/Fundação Bissaya Barreto, 2013, capítulo 7, p. 45-85.

MOTA, L. & FERREIRA, A. G. Uma instituição de formação de professores do ensino primário em Coimbra (1942-1974). *Educação e Realidade*, v. 41, número especial, p. 1397-1418, 2016.

MOTA, L., VILHENA, C. I. & FERREIRA, A. G. O semanário “Educação Nacional”: inovação e educação da infância em Portugal (1927-1976). In: J. M. HÉRNANDEZ DÍAZ (Dir.). *La Prensa Pedagógica de los profesores*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, capítulo 16, p. 249-261.

OLIVEIRA, M. D. B. (1964-1965). *Relatório de visitas de estudo*. Relatório. (relatório de visitas de estudo, da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.

PEREIRA, A. L., & PITA, J. R. Público e Privado. História Ecológico-Institucional do Corpo. O caso português (1900-1950). Apresentação sumária de um projecto aprovado. *Estudos do Século XX*, n. 5, p. 439-453, 2005.

PIMENTA, L. R. *Relatório de estágio*. Relatório. (relatório de estágio da Escola Normal Social, 1943-1944). ENS, Coimbra, 1944.

PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, v. XXXIV, n. 151-152, p. 477-508, 2000.

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 26893, de 15 de agosto de 1936. Aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.). *Diário de Governo*. Lisboa, 15 ag. 1936. I Série, 1936, p. 981-984. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/26893-358684>. Acesso em: 20 ag. 2023.

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. Promulga várias disposições acerca de escolas e postos de ensino primário. *Diário do Governo*. Lisboa, 9 out. 1937. I Série, 1937, p. 1071-1073. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/28081-433874>. Acesso em: 20 ag. 2023.

PORTUGAL. Despacho do Ministro da Saúde e Assistência de 17 de novembro de 1958. Aprovação dos estatutos da instituição particular de assistência denominada «Fundação Bissaya Barreto». *Diário de Governo*. Lisboa, 26 nov. 1958. III Série, 1958, p. 2603. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/3s/1958/11/1958d277s000.pdf>. Acesso em: 15 ag. 2023.

RENDEIRO, M. C. O. *Relatório de visitas de estudo*. Relatório (relatório de visitas de estudo do curso da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.

ROSA, F. B. B. Medicina Social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal. In: *I Congresso da União Nacional*. Volume II. Lisboa: União Nacional, 1935, p. 136-142.

ROSA, F. B. B. *Subsídios para a História II*. Notes sur quelques établissements d'assistance de la Province de Beira Litoral. Coimbra: Junta da Província da Beira Litoral, 1956a, 213 p.

ROSA, F. B. B. *Subsídios para a História III*. Hôpital Rovisco Pais et oeuvres d'assistance social aux familles des lepreux. Coimbra: Junta da Província da Beira Litoral, 1956b, 68 p.

ROSA, F. B. B. *Uma Obra Social realizada em Coimbra*. Volume I. Coimbra: Coimbra Editora, 1970, 387 p.

SILVA, M. A. *A protecção à infância através das «Casas da Criança» e a ação benéfica destas sobre o meio popular*. S. d. Trabalho (trabalho elaborado no 2º ano do curso da Escola Normal Social). ENS, Coimbra.

SILVA, R. J. *Arquitectura hospitalar e assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 508 p. Tese (Doutorado na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História da Arquitectura). DARq/FCTUC, Coimbra, 2013.

SOUSA, J. P. *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, 288 p.

VAQUINHAS, I. A família, essa «pátria em miniatura». In: J. Mattoso (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal*. A Época Contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, capítulo 4, p. 118-151.

VAQUINHAS, I. O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX/Princípios do século XX). *Revista de História das Ideias*, n. 14, p. 365-388, 1992.

VILHENA, C. I. *A educação para a maternidade nas revistas de educação familiar no último meio século*. 500 p. Tese (Doutorado na área científica de Ciências da Educação, especialidade Educação e Desenvolvimento). FCSH/UNL, Lisboa, 2010.

CAPÍTULO 6

Menores pobres, desvalidos e delinquentes no Brasil na transição do Império para a República: um balanço historiográfico³⁰

Fabiano Quadros Rückert
José Carlos da Silva Cardozo

Introdução

A prática do ofício historiográfico exige do praticante um contato prévio com a epistemologia da História, um interesse pela relação do ser humano com o tempo e uma disposição para refletir sobre os fatores que influenciam na interpretação do passado. Acrescente-se a isto, a necessidade de o praticante incorporar no seu trabalho problemas e demandas da sociedade contemporânea, construindo o que Rüsen chama de consciência histórica (RÜSEN, 2001).

Espera-se do historiador, dentre outras coisas, competência para usar procedimentos metodológicos na seleção e análise de fontes documentais; capacidade de extrair e interpretar informações relevantes num determinado corpus documental; habilidade para perceber e investigar os “sinais indiciários” dispersos na documentação; entendimento de que o passado comporta múltiplas temporalidades e a ciência de que o seu trabalho influencia, de forma direta ou indireta, no grau de aceitabilidade de um determinado conhecimento histórico. Espera-se também que o historiador apresente uma abertura para a interdisciplinaridade e que se posicione de forma crítica sobre o seu nicho profissional e sobre os múltiplos usos da História.

Fácil é perceber que as expectativas da sociedade em relação ao ofício historiográfico apresentam complexidade, sobretudo quando consideramos a incompletude da História e a necessidade de novas pesquisas para revisar, discutir e ampliar o conhecimento histórico existente. Por ser incompleta, a História precisar ser constantemente rescrita e reinterpretada; e, pelo mesmo motivo, o saber histórico existente necessita ser periodicamente sintetizado.

³⁰ O presente capítulo é uma versão traduzida para o português do texto originalmente publicado: RÜCKERT, F. Q.; CARDOSO, J. C. S. Poor, underprivileged and delinquent minors in Brazil during the transition from Empire to Republic: a historiographical balance. *Confluenze* (Bologna), v. 15, p. 530-551, 2023.

Cientes da incompletude da História, apresentamos, neste artigo, uma revisão bibliográfica sobre o campo de estudos da menoridade pobre e desvalida no Brasil, no contexto de transição do Império para a República.

Para evitar equívocos, consideramos pertinente ressaltar o sentido estratégico do conceito campo para os objetivos do texto. Como demonstrou Bourdieu, no âmbito da Ciência, o campo é um constructo social dentro do qual, determinados atores [sujeitos, corporações profissionais ou instituições] estabelecem regras de conduta, definem prioridades e negociam posições de hierarquia. Na concepção deste autor, as experiências de cooperação e/ou conflito estabelecidas entre os sujeitos envolvidos interferem na dinâmica do campo, e, conseqüentemente, influenciam nos saberes produzidos (BOURDIEU, 1989; 2004).

No caso específico do presente artigo, os sujeitos envolvidos no campo são pesquisadores da área de Ciências Humanas que participaram da construção de saberes sobre a menoridade pobre e desvalida no Brasil, por meio de pesquisas que abordam o período final do Império e as primeiras décadas da República.

Na bibliografia especializada, é possível identificar um conjunto de obras pioneiras [individuais ou coletivas] que exerceram influência na proposição dos temas e problemas recorrentes. Dentre as obras pioneiras publicadas na década de 1990, destacamos Jurema Gertze (1990), Henrique Luiz Pereira Oliveira (1990), Cláudia Fonseca (1995), Marcos Cezar de Freitas (1997), Irene Rizzini (1997), Maria Luiza Marcílio (1998) e Irma Rizzini (2000). No conjunto, as publicações contemplam, a partir de múltiplas perspectivas, temas como o abandono de menores; a legislação orfanológica brasileira; o atendimento prestado pelas instituições filantrópicas aos enjeitados e órfãos pobres; o trabalho do Juízo de Órfãos no uso do procedimento tutelar; o perfil dos tutores e dos tutelados. De forma transversal, práticas de exploração do trabalho infantil; a criminalização de sujeitos que não possuíam e as relações entre a menoridade/educação e trabalho perpassam as obras supramencionadas.

Diante da diversidade e da complexidade dos temas que formam o campo de estudos da infância pobre e desvalida no Brasil, abdicamos da ideia de um exercício de revisão bibliográfica capaz de contemplar todas as variáveis do campo e concentramos nossa atenção em quatro tópicos específicos. São eles: (1) os processos de tutela de menores [órfãos, pobres e ingênuos] tramitados no Juízo de Órfãos no Império; (2) o problema da criminalização dos

menores; (3) a atuação das instituições asilares no atendimento dos menores pobres e desvalidos na Primeira República; e (4) o trabalho do Juízo de Órfãos na Primeira República. Os tópicos supramencionados serão abordados na sequência do texto.

O Juízo de Órfãos e a questão da tutela nos decênios finais do Império

No Brasil Imperial, uma parte importante das questões referentes à infância pobre foi tratada pelo Juízo de Órfãos – instituição que possui uma longa temporalidade. Segundo Cardozo (2013, p. 29), as origens do Juízo de Órfãos remontam às Ordenações Manuelinas do século XVI. O cargo de Juiz de Órfãos foi instituído na colônia em 1731. Inicialmente, a instituição atendia aos menores da elite e se ocupava de questões como a herança dos órfãos, a tutela e suas relações com os demais familiares.

No decorrer do Império, a promulgação da Lei do Ventre Livre provocou uma mudança no perfil dos processos tramitados no Juízo de Órfãos, uma vez que coube a esta instituição, deliberar sobre a tutela dos ingênuos – os filhos de escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871. Além de fixar as condições para que os ingênuos fossem libertos, a Lei do Ventre Livre tratava de outros aspectos das relações entre cativos, proprietários de escravos e alforriados, dentre os quais, destacamos: previa a possibilidade do proprietário entregar o ingênuo com 8 anos de idade aos cuidados do governo imperial [recebendo uma indenização de 600\$000], ou “utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos (Art. 1º); permitia que o escravo constituísse “pecúlio” e usá-lo para comprar a alforria ou prover uma assistência para sua família, em caso de falecimento (Art. 4º); determinava que cada Província criasse um fundo com recursos que deveria ser usado anualmente para a emancipação dos cativos (Art. 3º); e proibia a separação de cônjuges e a separação de menores de 12 anos dos pais em casos de “alienação em transmissão de escravos” (Art. 4º, § 7).

Existem divergências entre os historiadores a respeito da eficácia da Lei do Ventre Livre. José Murilo de Carvalho afirma que ela “não produziu nenhum efeito prático” porque os fundos provinciais de emancipação receberam poucos recursos e porque poucos ingênuos foram entregues aos cuidados do governo (CARVALHO, 1996, p. 293). Sidney Chalhoub aborda o assunto a partir de outra perspectiva e afirma que ela significou “o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos tinham adquirido pelo costume a aceitação de alguns objetivos de luta dos negros” (CHALHOUB, 1990,

p. 27). Arethusa Helena Zero interpretou a Lei do Ventre Livre como uma estratégia de “transição gradual do trabalho escravo para o livre” que possibilitou “a exploração da mão-de-obra de menores de forma gratuita e ilegal” (ZERO, 2004, p. 4). Martha Abreu e Alessandra Martinez, por sua vez, consideram-na como “um dos motores principais para a progressiva eleição da criança como um problema social” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 24).

Sem diminuir a importância de assuntos como o fundo de emancipação dos cativos, a permissão para o uso do pecúlio na compra da alforria ou a proibição da separação da família cativa em casos “de alienação em transmissão de escravos”, consideramos pertinente concentrar nossa atenção nos aspectos da Lei do Ventre Livre que impactaram, de forma direta, ou indireta, no trabalho exercido pelo Juízo de Órfãos. Em primeiro lugar, ressaltamos que no Artigo 2º, § 3º, a lei atribui aos Juízes de Órfãos a competência para indicar os responsáveis pela “educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.” Neste ponto específico, percebe-se uma preocupação do governo imperial com o destino dos ingênuos que eventualmente fossem cedidos ou “abandonados” pelos senhores de escravos. Prevendo que isto aconteceria, os legisladores reservaram ao governo a prerrogativa de entregar os menores para associações “por ele autorizadas”, e, ao mesmo tempo, acionaram o instrumento jurídico da tutela que estava sob competência do Juízo de Órfãos.³¹

A tutela orfanológica, na sua definição mais simples, era um ato judicial por meio do qual o Juiz de Órfãos reconhecia a responsabilidade de um adulto (o tutor) sobre um menor de idade. O tutor deveria comprovar a sua idoneidade e possuir condições financeiras e físicas para prover o sustento e a educação do menor. Existiam três tipos de tutores: testamentários, legítimos ou dativos. Segundo Urruzola (2014, p. 21): “Os tutores testamentários eram aqueles nomeados por testamento; os legítimos eram os nomeados na falta ou por incapacidade dos testamentários e os dativos eram nomeados pelo Juiz, diante da falta ou incapacidade de uns e outros.”

A efetivação da tutela implicava na assinatura do Termo de Tutela. Este documento poderia ser assinado com ou sem contrato de soldada, sendo isto definido pela idade do menor tutelado e pela existência (ou inexistência) de vínculos familiares entre as partes. Uma vez previsto no Termo, o valor da soldada [determinado pelo Juiz de Órfãos] deveria ser entregue aos cofres públicos e poderia ser usada pelo governo para concessão de empréstimos (CARDOZO; MOREIRA, 2016, p. 163).

³¹ Convém lembrarmos que o Juízo de Órfãos já atuava no atendimento das crianças órfãs e ejetadas.

De acordo com a legislação imperial, o compromisso do tutor com a soldada era obrigatório a partir dos 14 anos de idade do tutelado. Para os tutelados com idade entre 07 e 14 anos, a exigência do contrato de soldada ficava a critério do Juiz de Órfãos. Na opinião de Gislane Campos Azevedo, a ausência da obrigatoriedade da soldada para a faixa etária entre 07 e 14 anos, e o recorrente uso da mão de obra infantil, sobretudo em atividades domésticas, contribuiu para que a tutela se tornasse uma forma de legalizar o trabalho compulsório infantil. Segundo a autora:

Gradativamente, a tutela – mecanismo de encontrar família para órfãos – e o contrato de soldada – relação de trabalho envolvendo crianças pobres e abandonadas – passaram a fazer parte de um mesmo universo e eram adotados quase sempre com um único objetivo: o de tirar crianças da rua a fim de serem educadas por meio do trabalho (AZEVEDO, 1996, p. 25).

Ao analisar fontes documentais do Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro, Alan Wruck Garcia Rangel constatou que a soldada funcionava como “um tipo de pecúlio” que permanecia retido em um “cofre público” até a maioridade ou emancipação do indivíduo, “momento em que ele se torna habilitado para solicitar o levantamento.” (RANGEL, 2020, p. 62). Com o consentimento do Juiz de Órfãos, a soldada também poderia ser usada para pagar despesas médicas do menor ou para cobrir despesas com o seu funeral.

Considerando a existência do dispositivo da soldada, e sem perder de vista que a menoridade é uma condição temporária, é incorreto pensar que o tutor poderia explorar a mão de obra de um tutelado, com 14 anos completos ou mais, sem oferecer uma contrapartida financeira. Neste sentido, concordamos com Rangel (2020, p. 54) quando ele afirma que soldada foi um tipo de

remuneração disponibilizada ao órfão, em contrapartida ao serviço prestado, ao lado de outros encargos próprios ao instituto da tutela, tais como alimentar, vestir, fornecer medicamentos em caso de doença, além da exigência de bem tratá-lo. É, portanto, um contrato de locação de serviços *sui generis* mediado pelo poder judiciário pelo fato dos contratados serem órfãos e menores de idade.

De fato, o regime da soldada, atrelado ao instrumento jurídico da tutela orfanológica, efetivou-se como um tipo específico de “locação” do serviço do menor tutelado – uma locação que era economicamente interessante para os tutores, embora também beneficiasse o tutelado na ocasião da sua maioridade ou emancipação.

As pesquisas realizadas por historiadores, em diferentes localidades do Brasil, demonstram que as solicitudes de tutela de órfãos, de enjeitados e de

ingênuos, em muitos casos, envolviam os interesses econômicos dos tutores. Estas pesquisas, apesar de distintas nos procedimentos de análise, nas escalas espaciais e nas amostragens, possuem em comum o uso de documentos produzidos pelo Juízo de Órfãos e compartilham de um interesse pela compreensão das relações entre a menoridade, a Justiça e o mundo do trabalho. Neste sentido, entendemos que elas são partes constituintes do campo de estudos sobre a infância pobre.

A relação entre a menoridade e o trabalho está presente na pesquisa de Luciano de Araújo Pinheiro que trata das discussões sobre a infância pobre no Rio de Janeiro, no período entre 1879 e 1899. A autora consultou documentos do Juízo de Órfãos e relatórios dos Chefes de Polícia da Corte, dos Ministros da Justiça e dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro (PINHEIRO, 2003). Os documentos indicaram a coexistência de múltiplos discursos a respeito da infância pobre e do tipo de educação que os menores deveriam receber. Na opinião da autora, com a qual concordamos, “a Lei do Ventre Livre foi uma espécie de mola propulsora que fez com que os dirigentes imperiais prestassem maior atenção” ao problema das crianças pobres nas ruas da Corte (PINHEIRO, 2003, p. 45).

Cabe ressaltar que a preocupação com circulação das crianças pobres nas ruas da Corte, assim como a preocupação com o aumento no número de ejetados, não foram produtos da Lei do Ventre Livre. Elas existiam antes de 1871. E, como demonstrou Conrad (1978, p. 71), os críticos da respectiva lei acusaram o governo imperial de estar criando uma situação que resultaria no abandono de milhares de crianças.

Os dados apresentados por Lima e Venâncio (1988) indicam que na capital do Império, a Lei do Ventre Livre, de fato, provocou um aumento no número de crianças negras e pardas abandonadas. Com base nos documentos da Santa Casa do Rio de Janeiro, os autores constataram que: “De 1864 a 1881, o número de crianças entregues à Santa Casa praticamente dobrou, no caso dos pardos (de mais ou menos 130 para 260 por ano), e triplicou no caso dos negros (de mais ou menos 30 para 90 por ano)” (LIMA; VENÂNCIO, 1988, p. 28).

O rápido crescimento no número de enjeitados na Corte, apontado por Lima e Venâncio, apesar de ser impressionante, não pode ser descontextualizado de outros fatores que impactaram, de forma negativa, nas condições de vida da população do Rio de Janeiro. O aumento no custo de vida, as constantes epidemias, a competição pelo trabalho remunerado entre imigrantes e

os negros ou pardos livres e o acentuado crescimento demográfico que estava em curso na capital do Império, agravaram as condições de sobrevivência da população pobre. Para este segmento social, o abandono de recém-nascidos na roda dos expostos da Santa Casa, era uma forma de evitar uma infância de privações.

A preocupação com os enjeitados e com as crianças pobres nas ruas, observada no Rio de Janeiro nos decênios finais do Império, também existiu na cidade do Recife. De acordo com Gabriel Navarro de Barros, na capital de Pernambuco, a promulgação da Lei Áurea provocou nos setores da elite, o temor do descontrole social – um temor registrado na imprensa da época. Pesquisando nos documentos do Juízo de Órfãos e na imprensa de Pernambuco, no período entre o 13 de maio de 1888, e o final do ano 1892, o autor constatou que o regime da tutela, apesar de ser controlado pelos magistrados, envolvia outras esferas do poder público, como a polícia, a Casa dos Expostos e a imprensa que se posicionava a respeito da presença das crianças nas ruas e discutia conduta de tutores e tutelados (BARROS, 2014). Em Pernambuco, a transformação dos ingênuos em menores de idade libertos, decorrente da Lei Áurea, gerou temores que foram registrados pela imprensa e pela documentação do Juízo de Órfãos (BARROS, 2014, p. 165-166).

Os “temores” sobre o futuro dos ingênuos transformados em menores livres pela Lei Áurea, registrados na imprensa de Pernambuco (BARROS, 2014), nos documentos de autoridades da Corte (PINHIEIRO, 2003), sob certo aspecto, podem ser considerados manifestações locais de uma questão mais ampla e mais complexa: a questão do destino dos ingênuos no contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Neste sentido, as pesquisas realizadas por Hugo do Rosario Modesto (2018), Matheus Henrique Obristi Castilho (2018) e Arethusa Helena Zero (2004) em documentos do Juízo de Órfãos oferecem importantes contribuições para a compreensão das relações entre a minoridade, a Justiça e o uso dos menores de idade como mão de obra.

Analisando a documentação do Juízo de Órfãos na cidade de Belém, Modesto (2018) localizou 53 processos de tutela de ingênuos tramitados no período entre 1871 e 1889. Nestes, constam 75 menores, sendo 47 meninas e 28 meninos. A faixa etária destes sujeitos se concentrava nos estratos entre 08 e 12 anos (34,66%), e entre 12 e 21 anos (20%).³² Os dados levantados

³² O número total de menores (75) é maior do que número de processos de tutelas consultados (53) porque em determinados processos, mais de um menor era mencionado. O autor também informa em seu texto que não foi possível identificar a idade de 14 do conjunto total de menores (MODESTO, 2018).

pelo autor indicam que em Belém havia uma preferência pela tutela de meninas. No quesito faixa etária, os números coincidem com a idade na qual os menores estavam aptos para serem inseridos no mercado de trabalho. Do total 53 processos de tutela de ingênuos localizados pelo autor, 27 foram tramitados no ano de 1888 e 26 datam de 1889 (MODESTO, 2018, p. 38). A concentração de processos no biênio 1888-1889 é um indicativo de que o instrumento da tutela foi acionado com maior recorrência no ano da Lei Áurea e no primeiro ano do pós-abolição. No subconjunto dos 52 processos tramitados no biênio 1888/1889, constam casos de ex-senhores que solicitaram tutela de menores ingênuos nascidos no período anterior à abolição, e, no sentido inverso, constam casos de mães [libertas pela Lei Áurea] que acionaram a Justiça para retirar os filhos do controle dos seus ex-senhores (MODESTO, 2018).

Em diferentes localidades do Brasil, no pós-abolição, o Juízo de Órfãos foi acionado por mães libertas que buscavam garantir o direito da guarda familiar de crianças que se encontravam sob a tutela dos ex-senhores. E a mesma instituição foi acionada por ex-senhores que solicitavam a concessão da tutela para menores nascido depois de 1871.

Walter Fraga Filho (2006), em estudo centrado na documentação do Juízo de Órfãos da Bahia, identificou situações de uso da tutela como recurso para os ex-senhores garantirem a permanência dos menores em suas propriedades. O autor afirma que no pós-abolição, a elite agrária do Recôncavo Baiano realizou um duplo movimento para controlar o fluxo dos libertos: de um lado, encaminhou à Justiça solicitações de tutela dos ingênuos libertos pela Lei Áurea – visando manter vínculos com os pais [ex-escravos] e os filhos; e, do outro, pressionou o governo para aprovar leis de repressão ao crime da vadiagem (FRAGA FILHO, 2006).

Patrícia Urruzola (2014) investigou processos de tutela tramitados no Rio de Janeiro, no decênio entre 1880 e 1890. A autora constatou que era comum nas solicitudes de tutela encaminhadas pelos ex-senhores, a depreciação da mãe, considerada pobre e incapaz de garantir o sustento e a educação do filho. Ao depreciar a mãe, o solicitante reforçava um discurso que atacava a dignidade das libertas e ampliava as possibilidades de receber a tutela de um determinado menor. Ao tratar da lógica agressiva do discurso sobre as libertas no pós-abolição, Maria Aparecida Papali afirma que

ser considerada incapaz de “educar e tratar de seus filhos” conferia às mulheres libertas, forras ou pobres livres uma miséria moral muito maior que sua pobreza material. Mais ainda, tais enunciados (e não eram poucos) ao

julgar a presumível pobreza e “incapacidade” das mulheres pobres, deixavam implícito, como contraponto, a riqueza material e moral que os candidatos a tutores dos seus filhos julgavam deter (PAPALI, 2003, p. 157).

Para além do interesse dos ex-senhores no uso da mão de obra dos menores nascidos entre a data da promulgação da Lei do Ventre Livre e a promulgação da Lei Áurea, os processos de tutela do pós-abolição também registram o interesse das mães libertas em preservar os vínculos familiares retirando os filhos do convívio com os ex-senhores. Em determinados casos, as mães libertas solicitavam a restituição da guarda familiar e apresentavam provas de que estavam aptas para o sustento e a educação do filho, em outros, as mães reconheciam a sua pobreza e solicitavam que o Juiz de Órfãos concedesse a tutela para um familiar [um padrinho ou um tio], alegando que estes estavam em condições econômicas mais favoráveis (URRUZOLA, 2014 p. 125).

Castilho (2018) investigou as Ações de Tutela no município paulista de Pindamonhangaba, no período entre 1888 e 1892. Ele constatou que a abolição provocou um crescimento nos pedidos de tutela e apontou dois fatores que influenciaram neste crescimento: de um lado, pesou o interesse dos antigos proprietários de escravos em manter sob seu controle os menores de idade transformados em ingênuos pela Lei do Ventre Livre; do outro lado, estava o interesse das mães que acionaram a justiça para contestar tutelas concedidas arbitrariamente e para reivindicar o direito da guarda materna. Segundo Castilho (2018, p. 37): “A criança pobre e descendente da senzala era o perfil procurado pelos tutores no pós-abolição em Pindamonhangaba. Os ingênuos foram os mais solicitados pelos tutores. A tutela majoritariamente se deu sobre os filhos de ex-escravas”.³³

Zero pesquisou a situação da infância tutelada na cidade de Rio Claro, entre os anos de 1871 e 1888. Sem descuidar das limitações e imprecisões nas fontes documentais, a autora elaborou o perfil dos tutores e dos tutelados. A maior parte dos 140 menores envolvidos nos processos consultados eram do sexo masculino (61%) e se enquadravam na faixa etária entre 9 e 12 anos (21%). Os números indicam que havia uma preferência dos solicitantes da tutela, e, ao mesmo tempo, uma preferência por menores que pela faixa etária poderiam ser inseridos mais facilmente no mercado de trabalho (ZERO, 2004, p. 81). No que concerne ao perfil dos tutores, apenas 18% (43

³³ Cabe ressaltar que as ações judiciais movidas pelas mães de ingênuos, localizadas por Castilho na documentação referente à Pindamonhangaba, possuem um valor diferenciado porque ressaltam o protagonismo das mulheres negras no pós-abolição.

indivíduos) possuíam a ocupação profissional especificada nos processos.³⁴ Sob certo aspecto, o dado é surpreendente, porque a condição financeira do solicitante era um fator importante para o Juiz decidir sobre a concessão da tutela. No entanto, devemos considerar o fato de que muitos solicitantes eram fazendeiros [proprietários de terras] e, nos termos técnicos da época, ser proprietário não se configurava como ocupação profissional.

Dentre as muitas informações apresentadas por Zero a respeito dos processos de tutela em Rio Claro, chama atenção a baixa participação das mulheres no grupo tutores.

As mulheres, excetuando-se as mães e as avós, eram excluídas da tutela imposta ou dada pelo juiz, pois acreditava-se que as mesmas não possuíam capacidade necessária para um ato de tamanha importância. As situações analisadas nos processos envolvendo a sociedade rioclarense nos mostram a pequena e dificultosa participação de tutoras, sendo um percentual ínfimo de 16%, em contrapartida aos 84% de tutores do sexo masculino. Muitas mães que buscaram na justiça reaver os seus filhos não conseguiram principalmente por serem consideradas inaptas para executarem a função de tutoras (ZERO, 2004, p. 191).

O predomínio de homens como tutores é um indicativo de que o funcionamento do sistema da tutela de menores estava sujeito aos imperativos morais da época. E, apesar de ocorrerem mudanças importantes na composição da sociedade brasileira, nos decênios finais do Império, o tratamento diferenciado para homens e mulheres – com privilégios e status superior para o primeiro grupo – sofreu poucas alterações.

A Primeira República e o problema da criminalização dos menores

Conforme demonstramos anteriormente, nos decênios finais do Império cresceu a preocupação das autoridades públicas os menores pobres e desvalidos. Com a Proclamação da República e a adoção do federalismo, na Constituição de 1891, o destino deste segmento social passou a ser regido pelas leis republicanas. Contudo, apesar das mudanças jurídicas e institucionais implantadas nos primeiros anos da República, a situação dos menores pobres e desvalidos continuou marcada por uma ambiguidade herdada do período imperial: de um lado, havia um esforço do poder público para assegurar, por meio do Juízo de Órfãos e do instrumento da tutela, condições de sustento

³⁴ Deste conjunto de 43 tutores, segundo Zero (2004, p. 85), “os fazendeiros representam o maior índice de tutores envolvidos nos processos, 34.89%, seguidos pelos comerciantes, 20.93%, e funcionários públicos, 11.63%. Encontramos ainda um pequeno número de advogados, 6.98%, coronel 2.32%, além dos que não tiveram profissão declarada 23.25%.”

e educação para este segmento social; e do outro, havia um aparato policial usado para intensificar a criminalização dos menores pobres e desvalidos.

De acordo com Rizzini (2011), desde a sua implantação, o regime republicano assumiu uma postura repressiva no tratamento dos menores pobres. No Distrito Federal, a Lei 947/1892, usou a categoria “menores viciosos” ao especificar os que deveriam ser encaminhados para colônias correccionais. Naquele contexto, a distinção entre os menores pobres e desvalidos e os menores delinquentes estava em processo de construção; e, a partir de 1900, estas categorias passam a coexistir com a figura jurídica do “menor abandonado” (RIZZINI; RIZZINI, 2002).

A classificação dos menores em subgrupos envolveu juristas, médicos, educadores e autoridades políticas e os seus resultados excediam a simples nomenclatura na medida em que influenciavam no tratamento que os grupos recebiam do poder público. Para os menores desvalidos e abandonados o Estado ofereceu um tratamento mais educativo e assistencial; e para os menores delinquentes ele ofereceu a prisão. Neste aspecto, concordamos com Lima (2015, p. 20) quando a autora afirma que: “As crianças pobres e abandonadas foram alvos privilegiados da ação estatal caracterizada pelo entendimento do trabalho como fator de regeneração social e como medida eficaz de proteção da infância”. No entanto, consideramos pertinente registrar que a linha divisória entre menores pobres/desvalidos/abandonados e menores delinquentes era imprecisa, e, conseqüentemente, todos estes subgrupos estavam sujeitos ao autoritarismo estatal e poderiam ser criminalizados.

A criminalização dos menores refletiu um posicionamento jurídico que se tornou recorrente na Primeira República. O resultado deste posicionamento foi a crescente “intervenção do Estado na vida privada (dos pobres), sobrepondo-se à autoridade paterna, quando se trata do internamento de menores.” (RIZZINI, 2011, p. 228).

Na sua acepção mais ampla, a criminalização dos menores não pode ser dissociada do comportamento autoritário adotado pelo aparelho estatal republicano na sua interação com as classes populares. O autoritarismo se manifestou de diversas formas e uma das mais agressivas foi o crime de vadiagem. Tipificada no Art. 399 do Código Penal de 1890, a vadiagem foi amplamente usada para controlar a circulação dos pobres. Segundo Rückert (2019, p. 325)

[...] todos os que não possuíssem ocupação profissional legalizada e não comprovassem residência fixa, poderiam ser detidos e punidos sob a acusação de

prática da vadiagem. Entre a detenção e a punição, havia pouca margem para o sujeito defender-se da acusação que lhe era imputada.

No caso dos menores pobres e desvalidos detidos sob a acusação de vadiagem, quando não acusados de outros crimes, o destino deles poderia ser a detenção temporária na Delegacia de Polícia ou o encaminhamento para uma instituição correcional. Em ambos os casos, a detenção criava uma situação difícil para os familiares e poderia ser usada como justificativa para a supressão do pátrio poder (PEREIRA, 2020).

No Rio de Janeiro, cidade sede do Distrito Federal o problema dos menores pobres e desvalidos ganhou maior projeção e foi amplamente discutido na imprensa e no Congresso Nacional. Nesta cidade, a União Federal promoveu diversas ações visando modernizar o atendimento aos menores pobres e desvalidos. Rizzini (2011, p. 143) afirma que, no Distrito Federal:

A primeira medida de organização da assistência à infância surgiu com a Lei Orçamentária Federal n. 4.242 de 5/1/1921, que criou o “serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente”. A implementação desse “serviço” consistiu na fundação de duas novas instituições para menores, na ampliação da Escola 15 de Novembro e na nomeação de um “Juiz de direito privativo de menores”. A lei determinou a criação de um abrigo para o recolhimento provisório de menores de ambos os sexos e uma casa de preservação para menores do sexo feminino.

Na citação supramencionada é possível observar duas iniciativas, datadas de 1921, por meio das quais a União Federal pretendia ampliar sua capacidade de controle sobre os menores de idade. São elas: (1) a ampliação no número de instituições correccionais voltadas para este segmento social; e (2) a designação de um juiz para cuidar dos processos envolvendo menores de idade na capital nacional. Dois anos depois, o Decreto Presidencial n. 16.272 de 20 de dezembro de 1923, aprovou o Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes. Em 1927, depois de um longo trâmite no Congresso Nacional, foi aprovado o Código de Menores,³⁵ sancionado pelo Presidente Washington Luís. Com estas ações, a União Federal colocou em curso uma política de atendimento aos menores que, apesar de aplicada no Distrito Federal, pretendia ser referência para todas as unidades federais.

A década de 1920 foi um período marcado pela preocupação dos juristas, das autoridades políticas e da imprensa com o problema dos menores “delinquentes”. Naquele contexto, as ideias defendidas pelo jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos a respeito da necessidade de leis

³⁵ O Código de Menores corresponde ao Decreto 17.943-A de 12 outubro de 1927.

específicas para os menores de idade, assim como a sua opinião sobre criminalidade infantil, provocaram reações ambíguas na sociedade da época: de um lado, posicionaram-se adeptos da mudança jurídica proposta por Mello Matos e simpatizantes da sua intervenção mais efetiva do Estado no controle da criminalidade e do trabalho infantil; do outro, os críticos de uma legislação direcionada para menores classificados como “pobres” e “desviantes” (PINHEIRO, 2014).

O conteúdo do Código de Menores foi detalhadamente analisado por Sônia Camara, na obra *Sob a Guarda da República* (CAMARA, 2010). Na sua análise, a autora pontuou a abrangência do Código na tipificação do “menor” abandonado (Art. 26), abordou aspectos referentes ao trabalho exercido por menores, destacou as subdivisões etárias fixadas na lei e tratou dos procedimentos de privação da liberdade dos menores comprovadamente delinquentes. Na opinião de Camara (2010, p. 266), o Código de Menores se constituiu como “um instrumento importante na configuração de medidas protetoras da infância, especialmente da primeira idade, [...]”. No entanto, ao ser uma intervenção do Estado na ordem social, ele “não se realizou como tentativa de universalização de direitos, mas sim como esforço de se consolidar o controle e o disciplinamento das camadas pobres sem, no entanto, modificar as condições de vida e abandono a que estavam expostas as crianças.” (CAMARA, 2010, p. 267)

Instituições asilares e o atendimento de menores pobres e desvalidos na Primeira República

O mesmo regime republicano que nas primeiras décadas de existência usou o crime de “vadiagem” para retirar os menores das ruas e que enviou muitos deles para Casas de Correção ou para Escolas de Aprendizes de Marinheiros, também ampliou a sua atuação no atendimento aos órfãos pobres por meio da criação de instituições asilares voltadas especificamente para este segmento social. Neste aspecto, importa ressaltar que o trabalho realizado pelas instituições religiosas no atendimento aos órfãos pobres, não foi alvo do laicismo republicano. Pelo contrário, em muitos casos, os orfanatos mantidos por ordens religiosas receberam subvenções do poder público.

Nas últimas décadas, os historiadores produziram importantes pesquisas sobre as instituições asilares que atendiam crianças pobres e desvalidas no Brasil da Primeira República. Dentre estas pesquisas, destacamos a tese de Marina Tucunduva B. Porto Vieira (2006); a dissertação de João Valério Scremin (2009), e a dissertação de Miriam Fernandes Muramoto (2016).

Vieira (2006) investigou as práticas assistenciais e educativas promovidas pelo Asilo de Órfãos de Santos no período entre 1899 e 1914. Esta instituição asilar atendia meninos e meninas e foi criada pela Associação Protetora da Infância Desvalida.³⁶ A partir da consulta nos Livros de Matrículas; Atas de Reuniões, Estatutos, Relatórios e Regimentos, a autora analisou a organização do asilo, os procedimentos administrativos, o perfil das crianças atendidas e o trabalho educativo realizado pela instituição. Vieira constatou o Asilo de Órfãos de Santos transitou de um modelo assistencial predominantemente caritativo para um modelo que incorporou fundamentos científicos. Nesta transição, as Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria – responsáveis pela administração do asilo – receberam a colaboração de cidadãos voluntários (professores, músicos, médicos, artesãos) que ensinavam ofícios para os internatos³⁷ e incutiam princípios médicos-higienistas no cotidiano da instituição.

Na mesma época em que o Asilo dos Órfãos de Santos iniciava o seu trabalho no atendimento da infância pobre e desvalida, na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, a ordem religiosa das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria participava da criação do Asilo de Nossa Mãe, uma instituição fundada em 1896 e voltada para o atendimento das meninas desvalidas. A história da instituição e o trabalho assistencial e educativo que ela realizou constituem-se nos temas centrais da pesquisa realizada por Scremin (2009). Partindo de dados sobre o ensino escolar em Piracicaba e analisando documentos produzidos pelo Asilo e pela imprensa local, o autor abordou as diferentes propostas de assistência às crianças pobres existentes no Brasil da Primeira República. Um dos aspectos interessantes desta pesquisa é a constatação de que a municipalidade de Piracicaba se demonstrou resistente em cooperar com o Asilo de Nossa Mãe e indeferiu diversos pedidos de concessão de ajuda encaminhados pelos religiosos que administravam a instituição.³⁸ A resistência da Câmara em cooperar e a postura crítica da imprensa em relação ao trabalho assistencial, feito pelos missionários católicos em Piracicaba, são partes de uma trama mais complexa: uma trama de embate entre a educação confessional católica e a educação laica e cientificista defendida pelos republi-

³⁶ A Associação Protetora da Infância Desvalida reuniu membros da elite paulista interessados na promoção da filantropia.

³⁷ Constava no Estatuto do Asilo de Órfãos de Santos a intenção de assegurar para os internatos a oportunidade do aprendizado de um ofício. Para atingir este objetivo, em 1908 a Associação Protetora da Infância Desvalida criou o Instituto Dona Escolástica Rosa para atender os meninos do Asilo (VIERIA, 2006, p. 121-122).

³⁸ Segundo Scremin (2009, p. 67), foi somente em 1913 que a Câmara Municipal de Piracicaba iniciou a concessão de um auxílio financeiro para o Asilo de Nossa Mãe.

canos. No que diz respeito às práticas cotidianas, Scremin afirma que o Asilo de Nossa Mãe era uma instituição conservadora que adotava procedimentos rígidos para incutir nas meninas do internato os valores considerados relevantes pela Igreja Católica. Nas palavras do autor: “A instituição era disciplinar, vigilante, nos seus modos de organização, nas tarefas realizadas pelas alunas, como também nos métodos disciplinares estabelecidos para guiar as atitudes das meninas.” (SCREMIN, 2009, p. 119)

Durante a Primeira República, as ordens religiosas exerceram um papel importante no atendimento das crianças pobres e desvalidas. O trabalho realizado pelas ordens religiosas, apesar de vinculado à Igreja Católica, envolvia redes de caridade e filantropia por meio das quais a sociedade participava do cuidado e da educação dos internatos. Muramoto (2016), ao tratar da história de um asilo que existiu em São Paulo, no bairro da Mooca, no período entre 1903 e 1923, investigou as relações estabelecidas entre a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência – responsáveis pelo orfanato – e a comunidade. Segundo Muramoto, o orfanato dependia de donativos, subvenções e esmolas para atender as meninas pobres acolhidas pelas Irmãs.

As pesquisas de Muramoto (2016), Scremin (2009) e Vieira (2006) são três exemplos do trabalho realizado pelos historiadores que abordam as instituições asilares voltadas para o atendimento de menores pobres e desvalidos na Primeira República. Certamente existiram muitas outras instituições similares que não ainda não foram pesquisadas. Neste sentido, é pertinente registrarmos a necessidade de novas pesquisas sobre este tema.

O trabalho do Juízo de Órfãos na Primeira República: aspectos gerais

A atuação do Juízo de Órfãos, no contexto da República apresentou algumas particularidades em relação ao trabalho desenvolvido pela instituição no Império. Uma das particularidades foi provocada pela abolição da escravidão e pela extinção da figura dos ingênuos. A partir da promulgação da Lei Áurea, os vínculos entre os filhos de mães cativas que nasceram depois da Lei do Ventre Livre e os ex-senhores perderam validade. A nova conjuntura produziu um fenômeno jurídico interessante: o surgimento de conflitos entre mães ou familiares de crianças que reivindicavam a supressão de tutelas concedidas antes da abolição e ex-senhores que discordavam da supressão. Descrito desta forma, o assunto parece simples. No entanto, ele era complexo e demandou atenção especial dos magistrados que atuavam no Juízo de Órfãos.

Outra particularidade foi a criação de uma justiça orfanológica vinculada aos governos estaduais. Neste caso, a mudança foi consequência do federalismo adotado pela Constituição Federal de 1891. Respaldados pelo federalismo, os Estados produziram legislações específicas e ampliaram sua atuação no atendimento dos menores pobres e desvalidos. Parte deste atendimento coube aos magistrados do Juízo de Órfão, outra parte coube ao aparato policial que foi usado para controlar o comportamento da sociedade brasileira.

A postura repressiva do governo federal no tratamento dos menores pobres e desvalidos apresentou versões similares nos governos estaduais. Contudo, dentro de um sistema federalista e num país com acentuadas disparidades demográficas, seria incorreto padronizar o fenômeno, desconsiderando o peso das particularidades regionais. Neste sentido, o bom senso historiográfico recomenda um olhar atento para as especificidades das unidades federais que formavam o Brasil na Primeira República. E considerando a bibliografia estudada, percebe-se que os historiadores estão empenhados em explorar as particularidades regionais.

A dissertação de Kátia Regina Lopes Costa (2013) é um interessante exemplo de uma pesquisa de âmbito regional bem desenvolvida e centrada nos menores pobres e desvalidos. A autora investigou a documentação do Judiciário de Aracajú e a partir de processos tramitados na capital do Sergipe, no período entre 1891 e 1927, compôs um perfil dos menores delinquentes sergipanos. Num conjunto de 122 menores identificados na documentação, 110 eram meninos; 55,74% eram analfabetos e a 103 apresentavam faixa entre 16 e 20 anos (COSTA, 2013, p. 110-112). Dos dados coletados pela autora, o que mais surpreende é que a maior parte dos menores delinquentes julgados em Aracajú declarou possuir uma ocupação remunerada. Em apenas 8 casos consta registrado “sem meio de vida/sem ocupação”. (COSTA, 2013, p. 120) As ocupações informadas, geralmente eram de baixa remuneração. Contudo, elas refutam o discurso produzido pela imprensa que considerava a criminalidade como recusa ao trabalho.

Alba Barbosa Pessoa investigou o papel da imprensa de Manaus na propagação de ideias que associavam a falta de trabalho à vadiagem e reforçavam a necessidade do ensino de ofícios para crianças pobres. A autora constatou que a imprensa usava expressões pejorativas para tratar das crianças pobres e tratava de forma mais respeitosa as crianças de outras classes sociais (PESSOA, 2010, p. 14). Buscando informações sobre os tipos de ofícios exercidos pelas crianças pobres e sobre as condições de trabalho que enfrentavam,

Pessoa também consultou documentos do Juízo de Órfãos e documentos do Instituto Affonso Penna e do Instituto Benjamin Constant. As conclusões de Pessoa a respeito da relação entre o poder judiciário e trabalho infantil na Manaus da *Belle Époque* indicam que os magistrados do Juízo de Órfãos contribuíram para exploração o trabalho infantil. A respeito deste assunto, a autora afirma que “alguns membros do Juízo percebiam que a atuação da instituição estava a contribuir para essa exploração e se ressentiam por causa dessa situação, sendo que muitas vezes voltavam atrás em suas decisões anulando tutelas indevidas.” (PESSOA, 2010, p. 170)

A atuação do Juízo de Órfãos no atendimento da infância pobre na Belém da Primeira República foi objeto da pesquisa de Rezende (2012). A autora concentrou sua atenção nas justificações para concessão de tutelas emitidas pelo respectivo órgão, no período entre 1897 e 1923. O conjunto de documentos consultados por Rezende nos permite conhecer os argumentos acionados pelos que solicitavam a tutela, e, ao mesmo tempo, nos permite identificar fatores que motivavam a supressão do pátrio poder e o encaminhamento do menor para outra família. Geralmente, a pobreza da família biológica foi o fator determinante, mas em determinados processos, os detentores do pátrio poder (que nem sempre eram os pais biológicos) foram acusados pelos solicitantes da tutela de apresentar comportamentos considerados imorais para os padrões da época. Na concepção dos membros do Judiciário, a combinação entre pobreza e imoralidade, quando devidamente comprovadas, justificava a supressão do pátrio poder. E, no sentido inverso, a idoneidade do solicitante e as suas condições econômicas para prover a educação do menor, justificavam a concessão da tutela. Neste sentido, concordamos com a autora quando ela afirma que para manter o direito do pátrio poder, uma família, mesmo sendo pobre, deveria ser “capaz de seguir os parâmetros da moralidade estabelecida e caso se mostrasse incapaz de educar e vigiar seus filhos poderia ver cassado seu direito à paternidade (REZENDE, 2012, p. 137).”

O trabalho realizado pelo Juízo de Órfãos em Manaus apresentava similaridades com o trabalho desenvolvido pela mesma instituição no Rio Grande do Sul da Primeira República. Com base na dissertação de Cardozo (2013), sabemos que o Juízo de Órfãos sul rio-grandense se ocupou de diversos assuntos relacionados à infância pobre. Pesquisando um corpus documental de 823 processos de tutela julgados no período entre 1900 e 1927, na comarca de Porto Alegre, o autor explorou variáveis como o perfil dos tutores e tutelados, os textos jurídicos que orientavam o trabalho dos Juízes, os procedimentos

adotados pelos magistrados e demais funcionários do judiciário, e destacou casos de conflito pela tutela de menores envolvendo famílias em condições socioeconômicas distintas. Cardozo constatou que esta instituição procurou agir em conformidade com a lei, e, ao mesmo tempo, posicionou-se como defensora de um modelo burguês de família. Neste modelo, lar era concebido como um reduto moral, o homem deveria prover o sustento da casa, à mulher caberia o papel de se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos e as crianças deveriam frequentar a escola, permanecendo longe das ruas e espaços públicos (D'INCAO, 1989; PESAVENTO, 1994)

O uso do modelo burguês de família como referência para a atuação dos magistrados do Juízo de Órfãos, no Brasil da Primeira República, não é um assunto de pouca importância. Como pontuamos, em outro momento do texto, a pobreza de uma determinada família poderia comprometer a manutenção da guarda dos filhos, sobretudo quando estes circulavam pelas ruas das cidades e se envolviam em atividades ilícitas. E a situação se agravava quando a família pobre não contava com a figura paterna e o sustento da prole dependia da mãe – o que sabemos, era algo recorrente.³⁹

Considerações Finais

O exercício de revisão bibliográfica realizado neste artigo contemplou três processos históricos que coexistiam no Brasil, na transição do século XIX para o XX. O primeiro diz respeito às mudanças e continuidades no trabalho realizado pelo Juízo de Órfãos. A instituição foi responsável pelo uso do instrumento da tutela e, por meio dele, se ocupou do cuidado com órfãos e crianças pobres e desvalidas, tendo também se ocupado da tutela dos ingênuos, no período em que vigorou a Lei do Ventre Livre. Para além da diversidade do público atendido, os estudos consultados indicam que os procedimentos e decisões proferidas pelo Juízo de Órfãos, apesar de respaldados pela legislação da época, foram permeados de conflitos de interesses entre os atores sociais que reivindicavam a tutela; e, em determinados casos, registram situações que poderiam ser tipificadas como uma “legalização” da exploração dos menores de idade.

Enquanto o Juízo de Órfãos se adaptava ao federalismo implantado pelo regime republicano e se ocupava cada vez mais da tutela de menores pobres

³⁹ Quando falamos da família pobre na Primeira República, convém lembrarmos que existiam diferenças entre o modelo familiar idealizado pelas elites e a realidade vivida pela maior parte das famílias populares. As pesquisas de Fonseca (1995) e Arendt (2001), ambas envolvendo famílias populares de Porto Alegre, ressaltam que as diferenças se manifestavam em práticas como a sexualidade, o casamento, a divisão de tarefas entre os cônjuges e a educação dos filhos, dentre outras.

e desvalidas, o poder público ampliava gradualmente as práticas de controle sobre os pobres e produzia o que José do Amaral Lapa chamou de “institucionalização” do auxílio aos desvalidos (LAPA, 2008). Dentre estas práticas, os estudos consultados destacam a criação de asilos públicos e a concessão de recursos públicos para instituições mantidas por ordens religiosas. A bibliografia especializada apresenta diversos estudos sobre os orfanatos, destaca a importância das ordens religiosas na assistência e educação dos menores pobres e desvalidos e, ao mesmo tempo, evidencia a inexistência de uma política nacional voltada para este segmento social. Isto nos permite inferir que a “institucionalização” do auxílio aos menores pobres e desvalidos operou-se no âmbito das municipalidades e dos governos estaduais. Acreditamos que este é um tema que demanda maior atenção dos historiadores, sobretudo porque existe a necessidade de estudos históricos comparativos – estudos que permitam identificar similaridades e disparidades entre experiências municipais e/ou estaduais.

O terceiro processo foi o crescente uso do aparato policial para controle das classes populares, dentre as quais se enquadravam os menores que viviam nas ruas. Quando dirigido aos menores de idade, este aparato policial resultava em prisões, julgamentos e punições que frequentemente desconsideravam o efeito da pobreza e da violência no comportamento dos menores. Culpados por atitudes tipificadas como criminosas e criticados por segmentos sociais que consideravam a pobreza uma falta de virtude, muitos dos chamados “menores delinquentes” foram privados da liberdade e cumpriram sentenças em instituições incompatíveis para sua faixa etária. O tratamento dado aos “menores delinquentes”, apesar de reprovado por importantes juristas e autoridades políticas da época, manteve-se praticamente inalterado ao longo da Primeira República. Convém lembrar que foi somente a partir da Promulgação do Código de Menores, em 1927, que a União Federal comprometeu-se com a construção de penitenciárias voltadas especificamente para menores de idade. Contudo, o impacto do Código de Menores para promoção de um atendimento penitenciário diferenciado é um tema que excede os objetivos deste texto.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

AZEVEDO, Gislane Campos. A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil. *História social*, n° 3, p. 11-36, 1996.

- ABREU, Martha; MARTINEZ, Alessandra. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás/Ed. Universitária, 1997.
- BARROS, Gabriel Navarro de. Órfãos pobres, desvalidos, “ingênuos ou menores?”: infâncias “perigosas” e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco (1888-1892). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11638>
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CARDOZO, José C. da Silva; MOREIRA, Paulo R. Staudt. A importância de ser juiz de órfãos (Porto Alegre, século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n° 151, p. 161-198, 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/66769>
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relumé Dumará, 1996.
- CASTILHO, Matheus Henrique Obristi. *Liberdade vigiada: tutelas e órfãos em Pindamonhangaba/SP (1888-1892)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2018. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21808>
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Katia Regina Lopes. *Disciplinar, Regenerar e Punir: Os Caminhos do Menor Delinquente Sergipano (1891-1927)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013. Disponível em <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/DISS%20-%20menores%20delinquentes%20em%20Sergipe.pdf>
- D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. São Paulo: Unicamp, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- LIMA, Solyane Silveira. *Recrutá-los Jovens: A formação de aprendizes de marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.
- LIMA, Lana L. da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Órfãos da Lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1971. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.15, p.24-33, jun., 1988. Disponível em https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12159/Os_orfaos_da_lei_o_abandono_de_crianças.pdf?sequence=1&isAllowed=y

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MODESTO, Victor Hugo do Rosario. “Não há ingênuos e sim órfãos”: menores filhos de libertas no limiar da abolição em Belém do Grão-Pará. *História Unicap*, v. 5, n. 9, jan./jun. de 2018. Disponível em file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Dialnet-NaoHaIngenuosESimOrfaos-7832383.pdf

MURAMOTO, Miriam Fernandes. *Assistência e educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_af097207bcd32fa76a6e5d3c1bd496f5

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho. 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3732>

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2003_PINHEIRO_Luciana_de_Araujo-S.pdf

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *O magistrado paternal: o Juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933)*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17808>

RANGEL, Alan Wruck Garcia. Soldada e tutela de órfãos nas últimas décadas do século XIX. Legislação e prática judiciária. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. vol. 7, nº 1, abr 2020, p. 50-70. Disponível em <https://reedrevista.org/reed/article/view/359>

REZENDE, Ivana Otto. *Os órfãos da Cidade do Látex (1897-1923)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2012. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3966>

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas para infância pobre no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/Amais, 1997.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

RIZZINI, Irma. *Crianças desvalidas: indígenas e negras da Colônia, do Império e da República*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/Finep, 2000.

RIZZINI, Irma. *História da assistência à infância no Brasil*. Análise da sua construção. Rio de Janeiro: EDUSU/CESP-USU, 1993.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org). *A arte de governar crianças*. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 225-286.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização do Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva (Orgs.). *Histórias da Pobreza no Brasil*. Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p. 317-346.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCREMIN, João Valerio. *Pobre coração de Maria* = assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

URRUZOLA, Patrícia. *Faces da liberdade tutelada*: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12030/Patricia%20Urruzola.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *Asilo de órfãos de Santos*: assistência à infância desvalida 1889-1914. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos, Santos, 2006. Disponível em <https://tede.unisantos.br/handle/tede/228>

ZERO, Arethusa Helena. *O preço da liberdade*: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888). 2004. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas.

CAPÍTULO 7

No menor, um “Jesus sofredor”: menoridade e engajamento social na Campanha da Fraternidade de 1987

Elisangela da Silva Machieski
Camila Serafim Daminelli

Introdução

Os anos 1980, período da redemocratização brasileira, foram marcados pela efervescência de movimentos sociais, no despertar de novos sujeitos como personagens da cena política do país. Estes sujeitos e organizações levantaram diferentes pautas relacionadas aos direitos políticos, civis e sociais. No bojo de uma intensa agenda de renovação do ideário nacional, movimentos em defesa das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade emergiram como expressão do desejo de construir novos marcos de direitos para esta população. Neste sentido, destaque para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), fundado em 1985, que agregou em seus quadros educadores/as, assistentes sociais, comunidades eclesiais e militantes de diversas áreas, além dos meninos e meninas em situação de rua. O movimento buscava construir o ideário dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando sua pluralidade e enfrentando o menorismo que imperava no tratamento das infâncias vulnerabilizadas no Brasil.

Diferente de outros discursos que circularam naquele momento histórico, concebendo crianças e adolescentes como objeto de proteção social, de controle, disciplinamento ou, ato contínuo, como objeto de repressão social, o MNMMR defendia a ideia de que as crianças e os adolescentes eram sujeitos de direitos específicos, prioritários, em função da sua fase peculiar de desenvolvimento. Na coalizão entre este movimento e outras frentes de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes surgiu o Fórum Permanente das Entidades não Governamentais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, atuante na Assembleia Nacional Constituinte e cujos esforços resultou no artigo 227 da Constituição Federal, considerado a base da vindoura teoria da proteção integral.

Este texto aborda o engajamento da Igreja Católica que, por meio do Centro Pastoral Popular, estruturou pequenos núcleos para sensibilizar a sociedade brasileira acerca de questões que afligiam populações vulnerabilizadas, cujas vozes se faziam ouvir no cenário da redemocratização a partir de diferentes agentes. Nos dedicaremos à especificidade da atuação pastoral em prol das infâncias que consistiu em alcançar, nos rincões brasileiros, públicos não atingidos por outras fontes de discurso, sobretudo a partir da Campanha da Fraternidade de 1987, que levou a discussão “do menor” para as comunidades e para o lar das famílias católicas. As fontes documentais mobilizadas, inquiridas a partir do instrumento teórico da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1997), são documentos da oficialidade da Pastoral do Menor,⁴⁰ com ênfase na Cartilha concebida para o trabalho da Campanha da Fraternidade na Diocese de Tubarão, Santa Catarina.

O que se entende por Análise de Conteúdo, na esteira de Laurence Bardin, abrange um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a diferentes tipos de discursos e os seus continentes. Para a autora, “o fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas é uma hermenêutica controlada, baseada na indução: a inferência” (BARDIN, 1997, p. 9). O tratamento analítico dos documentos que sustentam a nossa interpretação, como sugere a autora, se pauta pelo seguinte itinerário: pré-análise (organização do programa e sistematização das ideias iniciais); a exploração do material (operações de codificação e inferências interpretativas); o tratamento dos resultados (correspondência entre o nível empírico e o teórico, trabalho com as variáveis); e a interpretação (compreensão do processo em ato).

Estas coordenadas metodológicas orientam uma postura crítica que nega uma leitura simples do real e aceita, no seu lugar, o caráter provisório de hipóteses, conceitos e planos experimentais de investigação. Para alcançar o desejo de rigor metodológico, aliado à necessidade de apreender significados

⁴⁰ O termo menor é uma construção do discurso jurídico, tendo como baliza fatores de ordem social, econômica, moral e não apenas o quesito idade (inferior a 18 anos). Assim, o menor tornou-se sinônimo de criança abandonada e/ou delinquente que, excluída do cenário escolar, perambulava pelas ruas, em oposição à noção de infância moralizada pela família. Enquanto pesquisadoras do campo das infâncias e das juventudes, opomo-nos à utilização do conceito, dada a sua trajetória de marginalização das infâncias pobres. No entanto, no âmbito deste estudo o conceito será empregado, já que o próprio agente de enunciação busca definir o público alvo de suas ações em função de seu estado de vulnerabilidade social, como afirma o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta: “A Pastoral do Menor está inserida dentro das Pastorais Sociais e é um serviço da Igreja Católica voltado para as diferentes situações sociais enfrentadas pelas nossas crianças e adolescentes que, na pastoral, permaneceram com o nome de ‘menores’”. Disponível em: <https://www.pastoraldomenor.com.br/apresentacao/a-palavra-do-arcebispo/>. Acesso em: out. 2023.

que expressem as linhas de força de determinado desenvolvimento histórico discursivo, instrui a autora:

Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não detínhamos a compreensão (BARDIN, 1997, p. 29).

A partir das fontes de discurso da oficialidade católica, propomos, num primeiro momento, uma interpretação acerca do engajamento da Igreja nas questões sociais no período da redemocratização. Mobilizando seu capital simbólico no campo da assistência e da caridade, para desta forma, atingir amplos setores sociais, a Igreja desenvolveu um discurso próprio, no qual o menor figura como um “Jesus sofredor”, analisado num segundo momento da narrativa. Martirizado em razão da insensibilidade social, o menor é alçado à metáfora do próprio Cristo: quem acolhe o menor, a mim acolhe – dizia a Campanha da Fraternidade de 1987. O texto finaliza com uma análise dos depoimentos trazidos pelo livreto desenvolvido pela Diocese de Tubarão sobre a referida Campanha da Fraternidade, onde é possível apreender elementos do sul catarinense, fundamentais para refletir sobre a minoridade em perspectiva regional.

A Igreja Católica, a Teologia da Libertação e a Campanha da Fraternidade de 1987

A oficialidade da Igreja Católica foi de fundamental importância no debate público sobre as infâncias e as juventudes no cenário da redemocratização. Como apontou o sociólogo Eder Sader (1988), entre as décadas de 1970 e 1980 “novos personagens entraram em cena”. A própria Igreja se entendia enquanto um agente novo. Outrora aliada à ditadura, no entorno do golpe que instituiu o regime de exceção, com a perseguição dos seus quadros a Igreja promoveu um paulatino afastamento do governo (WOHNRATH, 2017). O primeiro sintoma deste afastamento se expressa na preocupação com as relações estabelecidas entre a Igreja e os movimentos sociais. O segundo elemento está associado ao que Sader identificou como a crise da Igreja Católica, ou das suas matrizes discursivas, que resultou em uma significativa perda de influência junto aos seus fiéis.

Na confluência desses dois fatores, “na medida em que a Igreja é reconhecida como instituição de Deus na Terra e na medida em que assumia

os reclamos populares enquanto exigência evangélica, ela abriu um espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona” (SADER, 1988, p. 161). Nesse sentido, vemos uma parte da Igreja Católica, associada à Teologia da Libertação, ou seja, a um catolicismo militante e libertário, abrir espaço para os movimentos sociais e disposto a ser partícipe de suas contendas.

Em linhas gerais, a Teologia da Libertação é uma corrente teológica nascida na América Latina que entendia como missão da Igreja a atuação preferencial para com os pobres (GUTIERREZ, 1971). Essa nova concepção de Igreja pautou-se pela interpretação do Concílio Vaticano II pela oficialidade católica latino-americana, bem como, pelas deliberações da segunda e da terceira edição da Conferência do Episcopado Latino-Americano: Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979). De acordo com Carvalho (2005) a Igreja de opção pelos pobres refere-se à concepção de “Igreja Povo de Deus”, terceira e mais recente concepção adotada pela Igreja desde a colonização das Américas, cuja característica se inscreve na colaboração do laicato com a hierarquia e na abertura da Ação Católica para o aspecto social. Em um contexto de desigualdades socioeconômicas acentuadas e marcado pelo cerceamento das liberdades, era preciso olhar para o povo e para seu cotidiano. Permeada por lutas, a realidade do continente impelia a uma mudança social profunda, ideário cuja difusão era compreendida como missão apostólica (DUSSEL, 1981).

No Brasil, uma ala da Igreja, influenciada pela Teologia da Libertação, pautava suas ações na promoção da libertação do “povo de Deus” das injustas condições econômicas, políticas, étnicas e sociais às quais estava submetido. Com uma pauta comum e uma realidade a transformar, as comunidades leigas católicas e os movimentos sociais passaram a interagir para enfrentar os desafios do Brasil em ditadura. Destaca-se, portanto, a adesão de diversificados grupos à militância social dentro do ambiente institucional católico, como foi o caso da Pastoral do Menor e de tantas outras pastorais sociais. Diante desse panorama, os/as menores passaram a ser interpretados como agentes da sua libertação, e não como alvos de projetos assistenciais e policialescos. Perseguidos pelas forças de segurança, institucionalizados em entidades corrompidas, submetidos à cultura da sobrevivência, pois desassistidos dos direitos básicos, o menor diferia da criança e do adolescente, sendo esboçado em definição própria por um feixe de carências intitulada “situação irregular”. Para Edson Passetti,

A marginalidade social entendida como fruto da desqualificação da mão de obra migrante, famílias desestruturadas, choque de padrões culturais, deterioração dos valores, tudo isso cria a situação irregular. [...] Nem toda criança ou jovem é menor. Menor é aquele que em decorrência da marginalidade social se encontra, de acordo com o Código de Menores, em situação irregular. Esta engendra condições para que ele cometa infrações, condutas anti-sociais que no seu conjunto revelam uma prática delinquencial (PASSETTI, 1985, p. 37).

A Campanha da Fraternidade é um movimento conduzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cúpula superior do catolicismo nacional e responsável por gerir as políticas internas da instituição. A CNBB conforma um grupo bastante plural, sendo, por isso, importante compreender que as mudanças na composição de suas lideranças refletem de maneira direta nas pautas e na adesão do programa estabelecido durante o período histórico em análise (WOHNATH, 2017). Isso corroborou para que a temática do menor tenha sido incorporada à campanha nacional de 1987, pois entre este ano e 1995 a CNBB esteve sob a presidência de Dom Luciano Mendes de Almeida, aderente da teologia da libertação.

Na conjuntura do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, marcada pela emergência de inúmeros movimentos sociais, a Igreja Católica incorporou temas com ares questionadores à Campanha da Fraternidade, tais como: família, 1977; trabalho e justiça, 1978; migração, 1980; saúde, 1981; educação, 1982; violência, 1983; vida, 1984; fome, 1985; e terra, 1986 (CF, 1987a). A seleção dessas temáticas indicia a preocupação dos líderes religiosos no engajamento católico em relação às questões sociais, por meio da reflexão sobre os temas que se converteram em interesse da Igreja (WOHNATH, 2017).

A Campanha da Fraternidade de 1987 mobilizou o tema “A Fraternidade e o Menor”, intitulando-se “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Dentre os objetivos da campanha estava refletir sobre o tratamento social das crianças e dos adolescentes “empobrecidos, abandonados e marginalizados” (CF, 1987a, p. 5). O material da referida campanha visou problematizar a maneira como a sociedade olhava para as crianças e para os adolescentes em situação de vulnerabilidade, querendo desconstruir o estigma em torno do menor. Conforme propalava, não era aceitável que o problema do menor fosse considerado uma questão no âmbito da segurança pública, com respostas repressivas. O menor deveria deixar de ser visto como ameaça à tranquilidade social, e ser tratado como sujeito de direitos. A referida Campanha da Fraternidade que tematizou o menor destacou o ideário da tríade ver-julgar-agir, uma nova fundamentação da Igreja Católica que, pautada nas Pastorais

e nas Comunidades Eclesiais de Base, consistia em observar criticamente os problemas do cotidiano e, por fim, agir na promoção das mudanças necessárias ao bem-estar individual e coletivo (BORAN, 1981).

Ao mobilizar o capital simbólico da Igreja nas questões sociais, a Campanha da Fraternidade de 1987 promoveu a temática do menor a públicos amplos. Embora o tema não se apresentasse novo no período, havia uma parcela populacional alheia ao noticiário e aos movimentos de produção de subjetividades noutras frentes, que se viram então tocados pela Campanha que adentrou as suas paróquias, comunidades e grupos familiares. Dentre os vários subsídios criados para a Campanha da Fraternidade de 1987⁴¹, analisamos como fonte documental o livro de encontro com as famílias; um livreto de 52 páginas elaborado pela Diocese de Tubarão, cidade localizada no sul do Estado de Santa Catarina.⁴²

Passamos, a seguir, a descrever a referida fonte documental. O livreto foi dividido em cinco partes principais: as orações iniciais, a via-sacra, as orações finais, os cânticos e as propostas de ações concretas. O itinerário sugeria cinco encontros para a sensibilização da temática do menor. Em cada um deveria haver a leitura da via-sacra, a ser repetida em todos os encontros, acompanhada de uma oração inicial e final, diferentes para cada dia. Os cânticos estavam previstos para ocorrer ao longo da celebração. Sugeria-se que o hino da libertação dos menores fosse vocalização em todos os encontros.

A segunda página do livreto trazia recomendações práticas: a preparação dos animadores da paróquia, dicas para providenciar o material de cada encontro com antecedência, orientações para os diálogos após as estações da via-sacra. Na página seguinte há uma apresentação do Bispo Diocesano, espaço onde ele propunha um olhar atento para o/a menor em sua diocese, em sua comunidade: “será que todos os menores têm escola? Têm amor em casa ou nem casa têm? Haverá menores trabalhando em trabalhos de gente grande? Têm menores nas ruas? Estão aprendendo ou se obrigando a tomar mais caminhos?” (CF, 1987b, p. 3).

⁴¹ Os subsídios são: texto-base, manual, material litúrgico, missa da CF-87, vigília eucarística, celebração da misericórdia, via-sacra CF-87, encontro com jovens, cartaz, cartão postal, spot para rádio e para tv, encontro com crianças, encontro com famílias, envelopes da CF-87.

⁴² A cidade de Tubarão está situada no sul do Estado de Santa Catarina, a cerca de 138 km da capital do Estado, Florianópolis, e a cerca de 66 km de Criciúma, a maior cidade do extremo sul catarinense. Caracteriza-se como cidade de médio porte, contando aproximadamente 105 mil habitantes segundo o Censo demográfico de 2019. A Diocese de Tubarão foi fundada no ano de 1954, uma das mais antigas do Estado, atrás apenas das Dioceses de Florianópolis (1908), Lages e Joinville (1927). Disponível em: <https://tubarao.sc.gov.br/memorias-de-tubarao-68-anos-de-historia-de-diocese-de-tubarao/>. Acesso em: out. 2023.

Estes questionamentos conduziram homens e mulheres, por meio da Campanha da Fraternidade, à via-sacra do menor, tendo a realidade das crianças e dos adolescentes brasileiros como ponto crucial de discussão e problematização. Cada uma das dioceses, possuía autonomia para elaborar seu próprio material. Em função disto, o livreto em questão aborda a realidade específica do seu lugar de edição, embora dialogue com problemas evidenciados em várias partes do país.

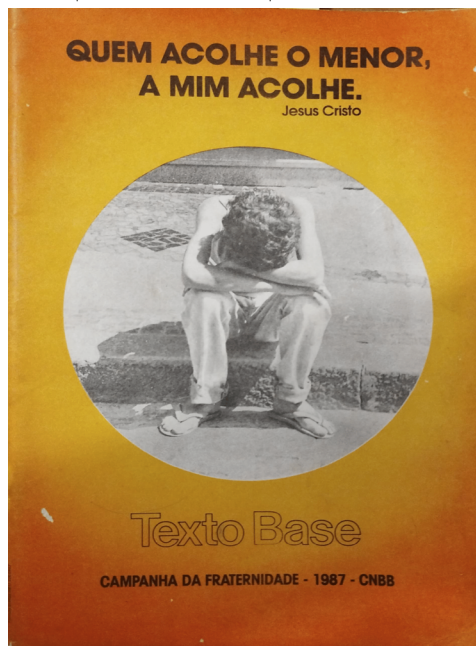
A via-sacra da menoridade e o Ciclo da Marginalização

A figura 1 infere sobre quais/quem eram as crianças e os adolescentes dos quais falava essa campanha, ou seja, os “menores”. Ao longo do século XX, as famílias e as crianças pobres foram alvo de um intenso processo de normalização. As crianças pobres que circulavam nas ruas converteram-se em um problema, cuja resposta, de parte do Estado, expressou-se na instauração do Código de Menores, em 1927. Foi nesse movimento em busca de uma definição de infância “fora da norma”, que permitisse capturar este sujeito outro, que o termo foi sendo construído. Emprestado, melhor dizendo, do arcabouço jurídico, para ganhar forma na materialidade da vida social. Como infere Sérgio Ferro (2017), o menor emerge como discurso subjetivo para o qual um instrumental jurídico e extrajurídico será desenvolvido, a fim de operacionalizar esta categoria em suas especificidades. Existia, portanto, o menor, e existia a criança, posto que a baliza não correspondia ao critério etário, mas a fatores de ordem social, econômica e moral.

A distinção construída paulatinamente por instituições, normativas e outros instrumentos de disciplinamento, entre crianças e menores, foi acirrada pelo segundo Código de Menores, sancionado em 1979. Esta legislação, de caráter reformista, suprimiu a área socioassistencial das infâncias amparadas por lei, as quais passaram a estar vinculadas aos serviços de Assistência Social. O Código se incumbia da Situação Irregular, instrumental jurídico que expressava diferentes etapas do conflito com a lei penal, desde o abandono da criança e do adolescente em situação contrária aos bons costumes, mendicante por exemplo, até os meninos e meninas que supostamente tivessem cometido atos antissociais e infracionais (DAMINELLI, 2023). Na realidade prática, mediada pela atuação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor na gestão dessas infâncias “irregulares”, o Código veio para balizar a compreensão de que as crianças e os adolescentes percorriam um “ciclo”, trilhavam um caminho de marginalização social que iniciava na carência de

recursos e cuidados e culminava na sua vinculação com a criminalidade e o conflito com a lei.

Figura 1 – Capa Texto Base, Campanha Fraternidade de 1987.

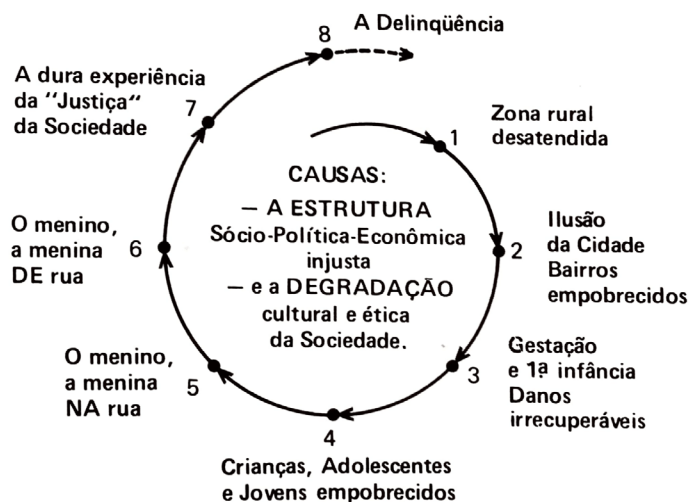


Fonte: Acervo particular das autoras.

Nas explicações de carácter sociológico, no contexto da década de 1980, a pressuposição deste então chamado Ciclo da Marginalização foi bastante difundida. A Igreja Católica, tal como a Funabem, sustentava a existência deste ciclo vicioso, propagado como uma trajetória passível de interrupção somente caso a criança tivesse a oportunidade de gozar de condicionamentos positivos, que lhe abrisse possibilidades de redenção. Amparo, carinho, proteção, cuidados. Gestos que os discursos da Igreja entoavam buscando sensibilizar seu público no sentido de que o menino solitário, malnutrido, como o que estampou a capa do Livro Base da Campanha da Fraternidade, podia ser redimido do vir a ser delinquente. Se, para os meninos, o horizonte de expectativas era o da criminalidade, para as meninas o ciclo se encerrava na prostituição,⁴³ no sentido do ponto final, o mais extremo da sua marginalização.

⁴³ A partir da década de 1990 – mais especificamente, em 1993, quando ocorreu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infantojuvenil – eclodiram ricas discussões sobre o assunto que resultaram, dentre outras coisas, na substituição da expressão prostituição infantil para exploração sexual infantojuvenil.

Figura 2 – Ciclo da Marginalização, Livro Base Campanha da Fraternidade de 1987.



Fonte: Acervo particular das autoras.

O gráfico em formato de espiral (Figura 2) é utilizado como um indicativo de progresso, não esgotando todas as possibilidades de vivência pelas crianças e pelos adolescentes. Nesse sentido, a representação disponibilizada no texto base da Campanha da Fraternidade apresenta a versão mais significativa. O Ciclo da Marginalização não isolava as crianças. Ao contrário, a criança – juntamente com sua família – fora apresentada como parte de um estado de injustiça social, fruto de um contexto de rápidas transformações, como, por exemplo, a industrialização e a urbanização do país, associada a um intenso êxodo rural. Essa explicação, de tipo linear, contempla os dois primeiros estágios do Ciclo da Marginalização, uma zona rural desassistida resulta em processo de migração forçada e consequentemente na busca por uma vida melhor na zona urbana; depois, a alta demanda migratória converte-se em espaços urbanos sem capacidade de infraestrutura e traz como consequência a marginalização das famílias e de suas crianças.

A falta de postos de trabalho e de direitos básicos como moradia, alimentação, saúde, e água potável gerava danos irreparáveis na primeira infância, realidade que, naquele contexto, resultou em um grande índice de mortalidade infantil ainda na primeira infância (estágio 3). Os meninos e meninas sobreviventes continuavam imersos em um contexto de miséria, alcançando os estágios 4, 5 e 6. A pobreza e a ânsia de suprir suas necessidades

mais básicas fazia com que os adultos se ausentassem do ambiente doméstico durante longas jornadas de trabalho. A ausência de creches ou rede de apoio associado, a não frequência escolar, eram fatores determinantes para que as crianças maiores cuidassem das menores, ou de crianças que passavam uma parte do dia ou longos períodos pelas ruas. Os estágios 5 e 6 podem ser atribuídos a uma série de fatores: a violência por parte dos adultos, a busca pela sobrevivência por meio de pequenos furtos, a ausência de um lar seguro, o sentimento de proteção em relação aos amigos encontrados naquele ambiente, dentre outros.

Por fim, o estágio 7 vincula as experiências dos meninos e meninas com as instituições de acolhimento e responsáveis pela implementação de medidas protetivas ou de intervenção, no âmbito da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM. As passagens das crianças e dos adolescentes por esses espaços foram, em sua maioria, marcadas por procedimentos arbitrários, carregados de violência e estigma. A delinquência, último estágio do Ciclo da Marginalização, é resultado de um quadro complexo, intenso e multicausal de desamparo legal e afetivo. Alcançar esse estágio significa que diferentes esferas sociais falharam na proteção dessas crianças e adolescentes, permitindo que a engrenagem do Ciclo da Marginalização continuasse a girar.

O Ciclo da Marginalização não figurou nominalmente no livreto da Campanha da Fraternidade elaborado pela Diocese de Tubarão. No entanto, ao apresentar a realidade dos/as menores que viviam na região, o documento retrata o ciclo de maneira indireta, em associação com a via-sacra. A relação entre o menor e Jesus Cristo aproximava as diversas mazelas sociais as quais as crianças e os adolescentes estavam expostos em sua realidade, ao que viveu Jesus, em seu respectivo contexto histórico. Assim, cada estação da via-sacra foi adaptada para a problemática do menor.⁴⁴

No documento, uma analogia associou as quedas sofridas por Jesus Cristo, no caminho do calvário, com os estágios do Ciclo da Marginalização dos considerados menores. Assim como Jesus, o menor em seu próprio cal-

⁴⁴ I Estação: Na criança, Jesus é condenado à morte, antes do nascimento; II Estação: No menor Jesus recebe a cruz; III Estação: A criança pequena cai pela primeira vez, grita e suplica amor; VI Estação: O menor encontra sua mãe: na rua; V Estação: O irmão ajuda-o a carregar a cruz. VI Estação: Pessoas de boa vontade reconhecem Jesus no rosto do menor; VII Estação: O menor, agora, adolescente, cai pela segunda vez. Grita mais forte. Suplica amor. VIII Estação: O menor faz sua denúncia profética; IX Estação: O menor, agora jovem, cai pela terceira vez. Mata ou morre. X Estação: No jovem, Jesus é despojado das vestes da esperança; XI Estação: No menor, Jesus é pregado na cruz; XII Estação: No jovem Jesus dá um grande grito e morre; XIII Estação: A mãe rua recebe em seus braços o corpo do menor sofrido; XIV Estação: Os preconceitos dos grandes sepultam o menor; XV Estação: O menor não é problema, o menor é solução. As pessoas de boa vontade ressuscitam Jesus no menor.

vário caiu por três vezes. Na terceira estação, ainda criança, teve sua primeira queda, quando já cansado e com fome, cometeu o primeiro furto. Quando adolescente, na sétima estação, caiu novamente. Já crescido, foi marcado pelo estigma da menoridade e chamado de pivete, trombadinha e ladrão. A terceira e última queda, retratada na nona estação, ocorreu na juventude, quando o estigma vinha somado à experiência institucional e um novo retorno às ruas, agora enquanto marginal: “mata ou morre” (CF, 1987b, p. 27).

Sugerido como o novo Cristo, o menor carregava a sua própria cruz que, por sua vez, apresenta-se vazia. “[...] porém, há [também] um Cristo que aos nossos olhos, muitas vezes, pode parecer invisível. Contudo, ele está presente em todos os lugares. Muitas vezes até preferimos não reconhecê-lo” (CF, 1987b, p. 5). A associação entre Jesus Cristo e o menor é uma constante no decorrer do livreto, sendo que a própria imagem de capa contemplou essa associação, ao trazer a figura do corpo franzino da criança que, desolada, está assentada sobre a cruz.

Figura 3 – Capa do Livreto da Campanha da Fraternidade de 1987, Diocese de Tubarão/SC.



Fonte: Acervo particular das autoras.

Para além da associação com a figura de Cristo no decorrer do texto elaborado pela Diocese de Tubarão, a menoridade remonta no documento a diferentes tipologias: o menor abandonado, o menor trabalhador e o menor delinquente. Esses tipos sociais estavam relacionados ao contexto histórico do discurso analisado, e a uma nomenclatura que veio sendo consolidada paulatinamente desde a promulgação Código de Menores de 1927. A cruz estava nos ombros do menor abandonado, filho da prostituta, filho da mãe solteira; e, também, nos ombros do menor trabalhador que pescava com o pai, que catava lixo, que colhia fumo, que colhia carvão, que engraxava sapatos, que trabalhava em olarias e que vendia frutas e picolé nas sinaleiras e nas ruas das cidades do sul de Santa Catarina (CF, 1987b, p. 7). A cruz também esteve nos ombros do menor delinquente, que já anda armado, que assalta, “que não quer morrer, que não quer ser preso e... aperta o gatilho” (CF, 1987b, p. 26).

Menoridade, participação e marcadores sociais no âmbito da região sul-catarinense

A via-sacra do menor, analisada anteriormente, aborda a menoridade de forma genérica. Uma trajetória ordinária que, por sua vez, trazia implicado um perfil de gênero: o menor é masculino. Neste sentido, o documento produzido pela Diocese de Tubarão como cartilha de trabalho para a Campanha da Fraternidade de 1987 aponta elementos para uma análise a partir das lentes de gênero. Pensar as relações de gênero na dinâmica social permite observar que a construção de masculinidades e feminilidades ocorre em meio a processos atravessados por símbolos, discursos, práticas e representações nas quais as identificações vão se (re)articulando, inscrevendo-se nos sujeitos, que ocupam a partir delas, diferentes imaginários. No discurso do documento, as meninas não são abordadas em relação ao ato infracional, por exemplo, como demonstra o perfil do menor infrator no livreto, anteriormente reproduzido, que é masculino. As meninas, por sua vez, aparecem vinculadas à atividade da “prostituição”. Compreendemos, portanto, que estes eram os desfechos do Ciclo da Marginalização, delineados para um e para outro gênero.

Ao relacionarmos os sujeitos identificados como menores com os diferentes marcadores sociais, tomamos como norte a perspectiva interseccional, que nos permite identificar a construção de um estereótipo que se opõe ao ideário de infância universal. Pensar os menores e o lugar que eles ocupam em termos de gênero, classe, etnia, religião – dentre outros – nos permitem uma maior compreensão de como as suas experiências se estrutu-

raram (HIRATA, 2014). Ser menor, antes da adolescência, está associado ao marcador social de classe, sendo raras as associações ao gênero das crianças, inclusive, na maior parte do texto do livreto não encontramos flexões entre o masculino e feminino, sendo utilizadas as expressões “menor” e “crianças” em um contexto amplo, para abranger a totalidade da população infantojuvenil “desamparada”.

Mobilizando o conceito de gênero em consonância com o marcador etário, pois em determinados momentos foram empregadas as flexões para cada um dos gêneros, fato associado ao adolecer, percebemos que a partir de determinada faixa etária diferentes estereótipos foram construídos em relação ao menor e à menor. Embora o material da campanha afirmasse que a rua acolhia os meninos e as meninas da mesma maneira, é possível encontrar elementos que apontam para situações distintas, como descreve um fragmento: “O menino crescido é chamado de ladrão, pivete, trombadinha. A menina é chamada à toa” (CF, 1987b, p. 22).

A definição de Joan Scott em relação ao conceito de gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e como uma forma de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 86) nos parece importante para estabelecer os significados atribuídos às diferenças percebidas na realidade de meninos e meninas. O documento expressa esta diferenciação quando aponta como horizonte de expectativa, para a menina “à toa”, a descoberta do corpo sexualizado:

visado pela polícia e excluídos pela comunidade, abrem-se caminhos para o vício e a prostituição. A sociedade explora o adolescente, fazendo-o presa fácil por roubar e comercializar drogas. O corpo da menina moça é contratado como objeto de prazer (CF, 1987b, p. 22).

O pequeno livro produzido pela Diocese de Tubarão é um documento de relevo para apreender como as especificidades locais foram abordadas pela Campanha da Fraternidade, em diálogo com a proposta de sensibilização nacional. Neste sentido, o discurso mobiliza fragmentos que remontam a depoimentos supostamente coletados entre crianças e adolescentes da região sul do estado de Santa Catarina. A exposição dos depoimentos consistiu na reprodução de uma frase, geralmente em destaque, utilizando para isso o recurso do negrito e entre aspas. Ao final de cada “relato”, entre parênteses, reproduziu-se a letra inicial do nome da criança ou do adolescente, sua idade e a cidade onde vivia, sugerindo tratar-se de relatos não fictícios.

Cabe ressaltar que não há, em todo o livreto, qualquer menção de como os referidos depoimentos foram coletados, se foram pensados e produzidos

de maneira estratégica para a confecção do material, ou se faziam parte de um conjunto de depoimentos produzidos com outras finalidades. Qualquer que seja a sua origem, as “falas” foram utilizadas para dar direito à voz para as crianças e para os adolescentes. Seleccionamos alguns destes fragmentos, os quais analisamos a seguir.

O primeiro fragmento aborda a questão da mendicância e da violência física. “Minha mãe está me batendo porque fui pedir esmola e não trouxe bastante dinheiro para casa” (CF, 1987b, p. 16). Esse é o relato de uma criança então com dez anos, residente na cidade de Araranguá. Por meio dele é impossível definir a sua identidade em termos de gênero ou etnia, posto que tal prática era realizada tanto por meninos, quanto por meninas. No que se refere ao Ciclo da Marginalização, a criança estaria no primeiro estágio, quando a família, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obrigava os pequenos a esmolar. A violência física dos pais e responsáveis os impelia às ruas, onde estariam submetidos a outras relações de poder e sociabilidades.

A realidade da criança do campo também foi abordada pelos depoimentos, embora não de maneira explícita. O relato que expressava esta questão dizia o seguinte: “Eu acho que criança deve brincar mais e trabalhar menos” (CF, 1987b, p. 17). Como no fragmento anterior, não é possível identificar o gênero do sujeito, mas somos informados de que contava com 13 anos e morava no município de Treze de Maio. Este dado nos remete ao referido trabalho no âmbito rural, pois a cidade de Treze de Maio possuía naquele momento uma economia eminentemente agrícola. Isto nos leva a considerar, provavelmente, que esse/a adolescente e a sua família possuíam renda pautada na agricultura e, nesses casos, a mão de obra era familiar, o que significa que as crianças do grupo trabalhavam nas lavouras com a parentela.

As duas últimas frases seleccionadas abordam as etapas finais do Ciclo da Marginalização, entrecruzadas pelo perfil de gênero: no caso dos meninos, os atos infracionais; no caso das meninas, a prostituição. A primeira, proferida supostamente por um adolescente de 15 anos detido na Penitenciária Santa Augusta, na cidade de Criciúma, afirmava:

Morava com a minha avó. Só nós dois. Eu sempre roubei ferro para ajudá-la, por isso já fui preso três vezes. Quando sair daqui quero arrumar um serviço. Aqui é muito triste. Hoje eu chorei. Quero pedir para os católicos que venham visitar a gente. Quero que saibam que é muito triste ficar aqui, num dia de domingo, por exemplo, preso e sem receber uma visitinha (CF, 1987b, p. 26).

O garoto destacava a tristeza de estar preso e sem receber visitas. Na situação em que se encontrava, chorava. Seu depoimento remonta ao perfil socioeconômico da família, pois afirmou que para ajudar a avó no orçamento doméstico precisava praticar pequenos furtos. Como resultado dessas empreitadas já havia sido detido três vezes, sendo em todas elas encaminhado para o presídio da cidade; um local de detenção para o público adulto. Essa prática, embora em desacordo com a legislação menorista em voga, foi comum durante a década de 1980. As mídias impressas periódicas da cidade de Criciúma e região noticiaram repetidamente que adolescentes “pegos” em flagrante em prática de infração penal eram encaminhados ao referido presídio (MACHIESKI, 2013).

Em relação à prostituição, ao corpo e à sexualidade das meninas/adolescentes, aparecem no discurso da campanha as violências físicas. O livro aborda essa temática a partir do relato de uma jovem de 18 anos: “O desgraçado do homem tinha 42 anos e eu 14. Foi ele que fez eu cair na vida” (CF, 1987b, p. 23). A jovem, que então residia na cidade de Laguna, tinha 14 anos quando foi abusada sexualmente pela primeira vez. Segundo seu depoimento, a violência fez com que ela ingressasse na atividade da prostituição.

Em linhas gerais, cumpre observar ainda que o livreto visava apresentar os caminhos da libertação do menor, estabelecendo metas e ações que o trabalho pastoral poderia executar em seu favor. O rompimento com o ciclo de marginalização, segundo o discurso, não deveria ocorrer apenas em relação ao menor, mas englobar seu contexto e a família em que vivia. Somente assim poderia se romper o ciclo de marginalização. Várias foram as ações concretas apresentadas como possibilidades para equacionar o problema social do qual os menores eram resultado: através de ações da Pastoral do Menor, da Pastoral da Criança, dos educadores de rua, da instalação de cozinhas e creches comunitárias, para citar alguns exemplos. A breve conclusão do livro, em duas páginas, afirmava: era preciso trabalhar com o menor enquanto consequência de questões sociais das quais ele é fruto.

Conforme previa o itinerário da Campanha da Fraternidade, após o encerramento dos encontros em família uma última reunião deveria ser organizada, desta vez em âmbito paroquial. Esta reunião fora prevista para que a Igreja refletisse sobre ações concretas para a libertação do menor. No livro foram apresentadas nove proposições-base para estas ações, a saber: organizar a Pastoral do Menor; criar a Pastoral da Criança; organizar comunitariamente as famílias pobres; incentivar associações de menores trabalhadores; realizar ações junto aos sindicatos; acompanhar de maneira direta a Constituição;

realizar um júri simulado; criar um centro de educação comunitário; criar a catequese em contextos especiais. Cada paróquia poderia, com base nestas sugestões, organizar uma articulação própria em prol da libertação do menor, e colocá-la em prática.

Considerações finais

O movimento de redemocratização brasileira mobilizou diferentes setores da sociedade civil organizada, empenhados, dentre outros projetos, na elaboração de um novo ideário de direitos para a população infantojuvenil do país. No que se refere à Igreja Católica, a instituição se fez presente nas subcomissões da Assembleia Constituinte, por exemplo, mas atuou fortemente também em outros movimentos. Como buscamos demonstrar, a Campanha da Fraternidade de 1987 consistiu em espaço privilegiado para a produção de subjetividades em torno do menor. Seu itinerário nas comunidades católicas tinha como objetivo sensibilizar agentes para a ação concreta de promoção das infâncias e juventudes vulnerabilizadas, pequenos sofrendores martirizados em suas vias-sacras particulares, tal como Jesus Cristo em seu tempo.

Como resultado desses esforços, na letra da lei da nova Constituição eliminou-se a distinção entre “crianças” e “menores”, adotando-se a Doutrina da Proteção Integral. Esta Doutrina, que embasa igualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), concretizou uma nova identidade política, lograda por uma profusão de vozes e agentes que haviam se distinguido pela militância em favor das crianças e dos adolescentes. A célebre redação do Art. 227 da Constituição Federal é fruto deste processo, sendo que a mesma redação é observada no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Ao longo desta narrativa abordamos o ideário do Ciclo da Marginalização como enunciado que permitiu evidenciar o diálogo da Igreja Católica com outras fontes de discurso no período. A metáfora da via-sacra do menor mobilizou o imaginário do catolicismo, bem como seu capital simbólico nas temáticas sociais, para trazer à reflexão a vulnerabilidade social das infâncias a grupos e comunidades católicas muito mais amplas do que aquelas alinhadas com o reformismo social.

Na região sul de Santa Catarina, de onde surgiram grandes expoentes do catolicismo nacional, o material proposto pela Diocese de Tubarão traz à tona o diálogo entre a expressão mais comum da minoridade – o conflito com a lei – e a especificidade local – os meninos e meninas que trabalhavam na colheita do fumo ou na escolha do carvão. A diferença no horizonte de expectativa de meninos e meninas em relação ao Ciclo da Marginalização demonstra como a oficialidade católica esteve atenta às questões de gênero, utilizando para tal um recurso que então despontava: dar voz às crianças e aos adolescentes como forma de valorizar as suas experiências, mas também, legitimar seu enunciado.

A amplitude do projeto societário proposto pelas Campanhas da Fraternidade, sobretudo aquelas que foram pensadas como espaço de crítica social e política, entre as décadas de 1970 e 1980, encontra-se ainda timidamente mapeada pela historiografia nacional. Esperamos que este texto possa servir de convite à reflexão sobre as formas adquiridas pelo discurso do catolicismo oficial para, do interior de sua práxis histórica, movimentar ações e programas que tensionam mudanças na realidade social.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BORAN, Jorge. *O senso crítico e o método Ver, Julgar e Agir para pequenos grupos de base*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CAMPANHA DA FRATERNIDADE. *Texto-base*. CNBB, Brasília: Editora Sig, 1987a.
- CAMPANHA DA FRATERNIDADE. *Quem acolhe o menor, a mim acolhe*. CNBB, Diocese de Tubarão: Gráfica Dehon, 1987b.
- CARVALHAL, Juliana Pinto. A influência da Igreja Católica na formação dos Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos (1970-1985). In: *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a38.pdf>. Acesso em: out. 2023
- DAMINELLI, Camila Serafim. História de um sujeito genérico abstrato: o menor e a minoridade no Brasil no contexto do Código de Menores de 1979. In: AREND, Silvia Maria Fávero; MIRANDA, Humberto da Silva (Orgs.). *Os Tempos da Justiça: História, Infâncias e Direitos Humanos na América Latina*. Criciúma/SC: Ediunesc, 2023, p. 47-63.
- DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: Uma década de sangue e esperança*. Vol. 2. São Paulo: Loyola, 1982.
- FERRO, Sérgio Pessoa. A metáfora da minoridade no Direito tem cor? *Revista de Direito*, Viçosa, v. 9, n. 1, p. 217-249, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/252703892017090108>. Acesso em: out. 2023.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la liberación: perspectivas*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: out. 2023.

MACHIESKI, Elisângela da Silva. Infância, relações de gênero e o Ciclo da Marginalização na Campanha da Fraternidade de 1987. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, 30 de julho a 04 de agosto de 2017, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450098_ARQUIVO_Machieski.Ociclodamarginalizacao.FG.pdf. Acesso em: out. 2023.

MACHIESKI, Elisângela da Silva. *Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/784/elisangela_da_silva_machieski.pdf. Acesso em: out. 2023.

PASSETTI, Edson. *O que é o menor*. Editora Brasiliense, 1985.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 70-99, jul./dez. 1990.

WOHNATH, Vinicius Parolin. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. *Pro-Posições*, v. 28, n. 3, 2017, p. 242-270.

CAPÍTULO 8

“Infâncias sem poesia”: adolescentes em conflito com a lei sob a visão de operadores do Direito (Florianópolis, Santa Catarina, 1990-2005)

Silvia Maria Fávero Arend

Introdução

“Menores armados”, este era o título de uma matéria jornalística veiculada no canto da trigésima quinta página do jornal *Diário Catarinense*, em edição do dia 15 de abril de 1986. Dois adolescentes do sexo masculino, que haviam completado 14 anos, tinham cometido um assalto à mão armada. Em uma das delegacias da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, uma das questões da matéria jornalística era relativa à obtenção de armas por menores de idade. Similar a esta notícia, encontraram-se muitas outras que, quase semanalmente, ocupavam os espaços daquele que era um dos principais periódicos do estado. Estas ações, de natureza infracional, cometidas por adolescentes do sexo masculino, começavam a gerar preocupações em muitos dos habitantes da sociedade florianopolitana da época. Seis meses depois, no dia 3 de outubro, o mesmo jornal estampou uma reportagem com o seguinte título: “Menor: a sociedade precisa mudar”. Importante, contudo, é verificar a que “menor” os referidos textos faziam menção.

As crianças e adolescentes pobres no Brasil passaram a ser considerados um problema social no início do século XX. Neste período, tivemos, na sociedade brasileira, a emergência da noção de infância, atrelada à introdução da norma familiar burguesa. Este ideário, que foi gestado entre as elites e as camadas médias urbanas europeias, pautava-se na “imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada, merecedora do desvelo absoluto dos pais” (COSTA, 2004). Para a população infantojuvenil, até certa idade, eram interditas as práticas sexuais e determinadas atividades laborais, cabendo-lhes a obrigação de frequentar as instituições escolares. Segundo Jurandir Freire Costa, as práticas e os valores que compõem a norma familiar burguesa possuem um caráter instrumental quanto à gestão da população: garantir que a criança se torne um adulto saudável (COSTA, 2004). Nesta perspectiva, a

criança e o/a adolescente necessitam ser cuidados pelos pais ou responsáveis para que atinjam o pleno desenvolvimento físico, mental e emocional.

Os gestores do Estado brasileiro formularam legislações e políticas públicas para crianças e adolescentes tendo em vista este ideário. Em 1927, foi criado o primeiro Código de Menores brasileiro,⁴⁵ posteriormente substituído pelo Código de Menores de 1979.⁴⁶ O jornal *Diário Catarinense* pautava suas notícias a partir de noções jurídicas presentes nesta última legislação, edificada a partir da doutrina jurídica da Situação Irregular. O “menor” que a “sociedade precisa(va) mudar” era o/a adolescente em conflito com a lei. Este não se “enquadrava” nas noções de infância que a sociedade e o Estado brasileiro preconizavam; por isto, necessitava de assistência e vigilância. Em 1990, tivemos uma mudança na legislação brasileira com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).⁴⁷ Com a instituição desta legislação, pelo menos em tese, toda crianças e adolescente do país se tornara sujeito de direitos. Esta última legislação foi criada a partir do ideário dos Direitos Humanos e da doutrina jurídica da proteção integral.

Nos anos de 1980, nas metrópoles e centros urbanos de médio porte brasileiros, o comércio de drogas, considerado ilegal, adquiriu vulto. Um número expressivo de adolescentes do sexo masculino ingressou, paulatinamente, no processo de comercialização dessas mercadorias, o que passou a ser uma questão social, para além das implicações criminais. Neste capítulo, através de entrevistas realizadas com operadores do direito que atuavam na área da infância e da juventude na comarca da Capital, além de notícias publicadas no jornal *Diário Catarinense*, buscou-se traçar um perfil dessa população infantojuvenil que trabalhava na referida atividade comercial ilegal entre 1990 e 2005. É importante observar que uma parcela significativa destas pessoas ingressou no sistema de Justiça como adolescente em conflito com a Lei e cumpriu medidas socioeducativas no período em estudo (FEFFERMANN, 2006).⁴⁸

Muitos foram os percalços enfrentados no processo de obtenção das fontes documentais que subsidiaram a escrita desta narrativa, pautada nos referenciais teóricos da História das Infância e Juventudes e da História do Tempo Presente. A intenção inicial era coletar dados em prontuários dos

⁴⁵ BRASIL. Decreto n.º 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

⁴⁶ BRASIL. Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979.

⁴⁷ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

⁴⁸ Neste capítulo optou-se por utilizar o termo “adolescente em conflito com a lei”. Esta terminologia foi inserida no contexto sociojurídico nacional a partir do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

adolescentes do sexo masculino que haviam ingressado no programa social Liberdade Assistida, coordenado pela prefeitura municipal de Florianópolis e, posteriormente, entrevistá-los. Pretendia-se cotejar os dados obtidos nas mencionadas fontes escritas com os coletados nas entrevistas. Todavia, em função de os prontuários correrem em segredo de justiça, não foi possível tal acesso. As tentativas de realizar as entrevistas com os adolescentes em conflito com a Lei também não foram adiante na época. Todos os que frequentavam o programa social se negaram a dar entrevistas à equipe de pesquisadores da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Mais tarde, compreendeu-se o porquê deste silêncio dos adolescentes. Segundo um dos nossos entrevistados, quem fala sobre os meandros do “negócio” corre sérios riscos de perder a vida. O melhor, então, era ficar de “boca fechada”.

Buscou-se, então, entrevistar pessoas que trabalharam no comércio de drogas na cidade, mas que não haviam frequentado o programa social Liberdade Assistida. Realizou-se contato com os idealizadores do Projeto Social Aroeira, que administrava uma casa-lar situada no bairro do Campeche, onde adolescentes estavam abrigados. Novamente, não se obteve êxito. Mudou-se, então, de estratégia. Por meio de pessoas conhecidas, agendaram-se entrevistas com adolescentes do sexo masculino que tinham labutado no comércio de drogas. Todas as entrevistas foram desmarcadas na “última hora”. Considera-se este “silêncio” dos adolescentes uma forma de discurso. Neste caso, conforme afirma Michel Foucault, na sociedade ocidental, o “silêncio” é um discurso pautado em um procedimento de exclusão e/ou interdição: “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2002).

Resolveu-se, em função dessas dificuldades, voltar a buscar por fontes documentais escritas. Localizaram-se, na Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente, os boletins de ocorrência (BO). Após uma análise, constatou-se que só traziam dados quantitativos. Optou-se, daí, por entrevistar *operadores do direito* que trabalhavam na área da infância e juventude na cidade de Florianópolis. Em 2008, foram entrevistados, a partir de um roteiro pré-estabelecido, os seguintes profissionais: a delegada geral da 6ª Delegacia de Polícia de Florianópolis (Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente); a coordenadora geral do programa social Liberdade Assistida de Florianópolis; o juiz de direito da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital e uma das promotoras de justiça da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital. A partir das quatro narrativas dos *operadores do direito*, pretendeu-

-se conhecer os discursos proferidos acerca dos adolescentes que realizavam comércio de drogas. Pelo discurso, os indivíduos internalizam as normas colocadas pela sociedade e produzem a si mesmos num esforço para se conformar a essas normas, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos apoderar-nos”(FOUCAULT, 2002). Matérias jornalísticas e a legislação brasileira e internacional também forma utilizadas como fontes na construção da presente narrativa.

Sobre os adolescentes em conflito com a lei na doutrina e nas práticas jurídicas

O assistente social Osvaldo Agustín Marcón (2008) afirma que desde o final da década de 1990 coexistem duas “posições dominantes” em nível internacional em relação à administração da Justiça aos adolescentes em conflito com a lei. Uma das “posições”, que está alicerçada em debates realizados desde o início do século XX, é tributária da Justiça Redistributiva juvenil. Essa perspectiva doutrinária, formulada sobretudo por juristas dos Estados Unidos da América (Movimento dos Reformadores), foi adotada pelo Brasil no Código de Menores de 1927⁴⁹, no Código de Menores de 1979⁵⁰ e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.⁵¹ Ou seja, os considerados menores de idade deveriam ser responsabilizados pelo eventual cometimento de atos tomados como ilícitos, sendo punidos através de sanções. Todavia, nessa perspectiva, a população infantojuvenil não deveria cumprir as sanções do confinamento em instituições destinadas para adultos, tal como ocorria com frequência no Brasil até a década de 1990. Seria necessária a criação de instituições que abrigassem somente os/as considerados menores de idade.

A inovação no campo da responsabilização penal presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o jurista argentino Emílio Garcia Méndez, consistiria no fato de que a condição etária da pessoa define a sua responsabilidade penal. De acordo com a legislação de 1990, as pessoas de ambos os sexos menores de 12 anos são penalmente irresponsáveis e inimputáveis. Os adolescentes, por sua vez, são penalmente inimputáveis, mas penalmente responsáveis. O referido jurista, que é considerado um dos principais arautos dessa perspectiva na América Latina, afirma o seguinte:

⁴⁹ BRASIL. Decreto n.º 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

⁵⁰ BRASIL. Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979.

⁵¹ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

Os adolescentes são e devem seguir sendo inimputáveis penalmente, quer dizer, não devem estar submetidos nem ao processo nem às sanções dos adultos e, sobretudo, jamais e por nenhum motivo devem estar nas mesmas instituições que os adultos. No entanto, os adolescentes são e devem seguir sendo penalmente responsáveis de seus atos (típicos, antijurídicos e culpáveis). Não é possível nem conveniente inventar euforismos difusos, tais como uma suposta responsabilidade social, somente aparentemente alternativa à responsabilidade penal (MÉNDEZ, 2000, p. 8).

A outra “posição” está calcada nos princípios doutrinários da Justiça Restaurativa e do abolicionismo penal e propõe a “quebra” da ideia de crime. Nessa perspectiva jurídica, a ação considerada ilícita levada a cabo por uma pessoa é vista como um rompimento das relações sociais norteadas pelos ideais de cidadania vigentes em cada sociedade em determinado momento histórico. Sendo assim, o processo de “restauração” dessas relações sociais no âmbito da Justiça se daria para além do ocorrido entre o/a considerado/a infrator/a e o/a considerado/a vítima, envolvendo os múltiplos atores sociais de uma comunidade (ACHUTTI, 2014). Nessa ótica, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, a família, a escola, o mercado de trabalho, o sistema de saúde, entre outros, também seriam alvo de um processo de “restauração” que levaria em conta as necessidades dessa população infantojuvenil.

Segundo Marcón (2008), países membros da União Europeia (sobretudo a França), em função dos inúmeros problemas do sistema implementado sob a ótica da Justiça Redistributiva juvenil, desde o início dos anos 2000, têm procurado instituir ações baseadas na Justiça Restaurativa⁵². Para o referido autor:

Esta concepción refuerza la posición legal del joven garantizándole los mismos derechos y garantías que a los adultos, priorizando la prevención antes que la represión. A la par, insta a reducir al mínimo la utilización del servicio tradicional de Justicia ante estos casos y la maximización de la intervención a través de políticas sociales adecuadas promoviendo la utilización estrictamente excepcional de la privación de libertad ambulatoria. En esta línea de trabajo se incluye la ampliación y flexibilización de las medidas disponibles y, en concordancia, expone como condición *sine qua non* la especialización de todos los agentes que integran el servicio de justicia (jueces, empleados, policías, profesionales etc) (MARCÓN, 2008, p. 139).

Desde a metade da década de 1980 algumas mudanças ocorreram no Brasil no campo das práticas judiciais em relação aos adolescentes em conflito com a lei. Essas mudanças são advindas de três processos históricos diferentes, mas que em termos legislativos são complementares. Em 1988,

⁵² Ver: UNIÃO EUROPEIA. La prevención de la delincuencia juvenil, los modos de tratamiento y el papel de la Justicia del Menor en la Unión Europea, de 15 de junho de 2006.

um Congresso Constituinte promulgou uma nova Constituição Federal, que passou a ser conhecida como “Constituição Cidadã” por ter sido edificada sobretudo sob a égide da garantia dos Direitos Políticos e Sociais e dos Direitos Humanos. A Carta Magna, inicialmente produzida a partir de amplo debate realizado por diferentes grupos sociais, assegurou para a referida população (pelo menos na letra da Lei) um conjunto de direitos, sobretudo através dos Artigos 227 e 204.⁵³

Por sua vez, em novembro de 1989, depois de mais de 10 anos de debates na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança. A principal normativa internacional em vigor atualmente para a população infanto-juvenil foi ratificada sem cláusula de reserva no ano de 1990 pelo Estado brasileiro.⁵⁴ A Convenção sobre os Direitos da Criança, edificada a partir do ideário dos Direitos Humanos e da perspectiva doutrinária jurídica da proteção, provisão e protagonismo infantojuvenil, especialmente nos Artigos 37 e 40, também procurou garantir direitos a adolescentes em conflito com a lei.⁵⁵

Em 13 de julho de 1990, o então Presidente da República Fernando Collor de Mello sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente, a terceira legislação federal brasileira produzida durante o período republicano a ter como público alvo a população infantojuvenil do país. A referida lei, diferente das duas anteriores, foi gestada a partir de debates realizados por um conjunto de atores sociais da sociedade civil e do Estado brasileiro desde a metade dos anos de 1980⁵⁶. Naquele momento histórico, a referida legis-

⁵³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. Art. 227 e Art. 204. Os referidos Artigos garantem os seguintes direitos: a “prioridade absoluta” no processo de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente pelo Estado brasileiro; a co-responsabilização da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado em relação aos referidos direitos; o entendimento da adolescência como uma fase peculiar da vida em que o corpo da pessoa, parte das visões de mundo e as subjetividades estão em desenvolvimento; a necessidade e o respeito aos trâmites do processo jurídico instaurados acerca dos/as adolescentes em conflito com a lei; a criação e manutenção de políticas sociais e programas sociais de forma integrada em nível federal, estadual e municipal para os/as adolescentes em conflito com a lei.

⁵⁴ BRASIL. Decreto n° 99.710, de 21 de novembro de 1990. É importante observar que o Estado brasileiro não era signatário das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (conhecidas como Regras de Beijing) aprovadas pela ONU em 1985. O Art. 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança foi edificado em grande parte a partir das prescrições dessa normativa internacional que regulamenta a aplicação da “justiça” para os adolescentes em conflito com a lei.

⁵⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Art. 37 e Art. 40. O Art. 40 afirma que os Estados devem promover a instituição de um “sistema sociojurídico” composto por leis, corpo processual, recursos humanos (com ênfase nos Operadores do Direito e nos técnicos especializados) e instituições que visem à “ressocialização” das pessoas que, segundo as legislações nacionais, cometeram infrações.

⁵⁶ Os Operadores do Direito, técnicos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Movimento de Meninos e Meninas de Rua (MMMR), representantes da Igreja Católica,

lação, construída a partir de um diálogo estreito com princípios jurídicos da Constituição Federal de 1988 e da normativa internacional da ONU, tinha por objetivos principais “estancar” as diferentes violações de Direitos Humanos a que estava submetida grande parte de crianças, adolescentes e jovens oriundos de famílias pobres brasileiras, especialmente os que permaneciam nas instituições geridas pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM),⁵⁷ especialmente adolescentes, bem como nortear a formulação de políticas sociais para o referido segmento social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista o cenário descrito acima, buscou garantir aos adolescentes em conflito com a lei a instituição do processo legal de acordo com todos os ritos processuais, bem como a assistência judiciária. As sentenças dos magistrados, por sua vez, segundo a mencionada legislação, deviam buscar um “equilíbrio” entre o grau de responsabilização relativo ao ato infracional cometido e a medida socioeducativa aplicada — advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional —, procurando, se possível, evitar a “privação de liberdade”. O Estado brasileiro tornou-se também o responsável por garantir a integridade da vida das pessoas em situação de cumprimento de medidas socioeducativas, assim como por prover a subsistência, saúde, escolarização e formação para o trabalho de abrigados nas unidades de internação.⁵⁸

Apesar das prescrições baseadas nos Direitos Humanos presentes na legislação brasileira e internacional, o cenário em relação aos adolescentes em conflito com a lei no país alterou-se muito pouco entre 1990 e 2005, especialmente em relação a medida socioeducativa da internação. Durante o período em estudo, continuaram a ocorrer violações de Direitos Humanos no âmbito da segurança pública e nas instituições de abrigamento.

Um perfil de adolescentes do sexo masculino que vendiam drogas em Florianópolis entre 1990 e 2005

Os quatro entrevistados afirmaram que os adolescentes do sexo masculino que vendiam drogas eram oriundos de famílias que haviam migrado

membros do UNICEF, ativistas de organizações não governamentais defensoras dos Direitos Humanos, jornalistas, etc.

⁵⁷ A Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada em 1964 pelas autoridades do regime militar com a finalidade de gerenciar as políticas sociais levadas a cabo pelo governo brasileiro para o considerado “menor” do ponto de vista jurídico (DAMINELLI, 2016).

⁵⁸ BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Art. 3, Art. 4, Art. 6. Art. 5, Art.100, Art. 108, Art. 110, Art. 111, Art.112, Art. 124, Art. 125.

nos últimos anos para a cidade de Florianópolis. Segundo o juiz da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, “a maior parte é de fora. Talvez eles (sejam) nascidos aqui, mas as famílias são de fora”. A mesma informação estava presente na narrativa da delegada de polícia:

Migrantes temos muitos. Isso vocês vão ter oportunidade, levando a pesquisa adiante, de ver que quando a gente pergunta onde nasceu, vários são de fora. Bem poucos são daqui. E os que são daqui, a família são migrante. A origem é migrante. O nativo mesmo não são muitos não. O nativo mesmo, né, o manezinho mesmo, né. A hora que vocês começarem a acessar ali os dados vocês vão ver que a origem de cada um, e se ele não é, os pais são migrantes (SANDRA MARA PEREIRA, 2008).

A migração, por vezes, era associada ao local de residência dos adolescentes pelos entrevistados. Ao ser indagada se as famílias dos adolescentes do sexo masculino atendidos pelo programa social do Liberdade Assistida eram florianopolitanas, a assistente social respondeu, sem exatidão: “Acho que a maioria vem de fora”. Logo em seguida, complementou a sua resposta:

Tanto que quando é que começou aquela região ali do Monte Cristo? Aquelas casinhas... a maioria vem de lá do Oeste catarinense. E eu acho que isso ainda continua até hoje. Não quer dizer que não tenham famílias só daqui, mas eu acho que a grande maioria vem buscar uma oportunidade e acabam se perdendo (MERYANE RODRIGUES CARDOSO, 2008).

A partir do final da década de 1970, uma grande quantidade de pessoas de diferentes estratos sociais passou a migrar para capital do estado de Santa Catarina. Os migrantes das camadas médias, especialmente os sul-rio-grandenses e os paulistas, conseguiam se estabelecer na cidade, pois, em sua maioria, eram funcionários públicos de empresas estatais criadas pelo governo federal e pelo estadual, professores universitários, pequenos empresários, aposentados, estudantes universitários, etc. Já os migrantes mais pobres, originários da região oeste do estado de Santa Catarina e do estado do Paraná, encontravam maiores dificuldades para encontrar atividades laborais bem remuneradas. Estas dificuldades se associavam a diversos fatores que se intensificaram a partir da década de 1990 na cidade de Florianópolis. Dentre estes, destacam-se a predominância do setor terciário sobre os demais setores econômicos; a especulação imobiliária, sobretudo nos bairros localizados na parte insular da cidade; o não contato com as redes sociais locais, que possibilitariam a inclusão social através de programas sociais, ou de outra natureza e, por fim, a escolarização, considerada precária em uma sociedade que caminhava para o advento da informatização.

A matéria jornalística publicada no dia 23 de abril de 1986, no jornal *Diário Catarinense*, possuía o seguinte título: “Migração acaba nas favelas: falta de apoio das autoridades leva a maioria dos migrantes a voltar ou a cair na marginalidade”. A notícia afirmava o seguinte:

[...] Todas [as entidades assistenciais de apoio aos migrantes] têm critérios, exigindo que a pessoa tenha perspectiva de emprego e documentação completa, mas poucos se enquadram nestas condições. A maioria procede do meio rural e acaba engrossando o contingente populacional das favelas e da periferia da cidade (DIÁRIO CATARINENSE, 23 de abril de 1986).

Os entrevistados afirmaram que as chamadas “comunidades” da cidade de Florianópolis eram, geralmente, o local de residência da maioria dos adolescentes que trabalhava no comércio de drogas. O maciço do Morro da Cruz, localizado na Ilha de Santa Catarina (desde a Avenida Mauro Ramos até a região da Costeira) e os bairros conhecidos como Monte Cristo, Chico Mendes e Vila Aparecida, situadas no Continente, foram mencionadas pelas autoridades como local de moradia dos adolescentes. Somente a promotora pública, em 2008, afirmou estar preocupada com as duas novas regiões da cidade onde o comércio começava a se instalar: o bairro do Campeche, localizado no Sul da Ilha de Santa Catarina, e Ingleses do Rio Vermelho, situado na parte insular norte. O juiz da Vara da Infância e Juventude afirmou o seguinte sobre este contexto:

[Eles estão] quase na miséria. [...] O pai normalmente tem um subemprego, famílias numerosas, com vários filhos, mas é o perfil médio da pessoa que mora no Chico Mendes. Acho que esse é o... o referencial é esse. Se for lá na Chico Mendes ou na Monte Cristo conversar com um grupo de mães, vai encontrar, certamente, mãe que ou o filho já morreu ou o filho tá preso (FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO, 2008).

Outo ponto de convergência evocado no discurso dos entrevistados se refere às principais características das famílias dos adolescentes que realizavam a venda de drogas na cidade de Florianópolis entre 1990 e 2005. Observou-se que os profissionais utilizavam a expressão “desestruturação familiar” ao mencionar as famílias dos adolescentes. Para os operadores do direito, as práticas sociais e os valores das famílias dos adolescentes não se pautavam pelo que prescrevia a norma familiar burguesa. Segue, abaixo, o que afirmou a promotora pública acerca da família dos adolescentes:

Eles são adolescentes que tiveram famílias quebradas de alguma forma – ou o pai teve problema com o alcoolismo, ou com abuso de drogas, e a mãe é uma mãe ausente porque tem que suprir financeiramente a família; ou o contrário, são abandonados pela mãe e vivem na companhia do pai que faz esse papel (VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI GOMES, 2008).

Por sua vez, a delegada de polícia afirmou o seguinte sobre a temática:

A maioria deles vem de desestruturação familiar. O que eles têm de básico entre eles é isso. É alcoolismo dos pais, ou de um dos dois, é falta de religiosidade e desestruturação familiar (SANDRA MARA PEREIRA, 2008).

Portanto, as duas profissionais atribuíam à família uma grande responsabilidade no processo de educação dos adolescentes. Se a família possuía configurações diferentes da norma familiar burguesa teríamos, possivelmente, um “adolescente-problema”. A assistente social, coordenadora do programa social Liberdade Assistida da prefeitura municipal de Florianópolis, inferiu também sobre a temática das famílias dos adolescentes: “Nós queremos agora criar um grupo de famílias [...] O nosso projeto pro ano que vem, agora, é trabalhar com as famílias. Trabalhar a questão da falta de limites.” Neste mesmo sentido, afirmou a delegada: “Tu tens que tratar o adolescente e a família”.

De acordo com Michel Foucault (1987), a partir do advento do Estado Moderno na sociedade ocidental, tivemos, no século XIX, a criação de instituições públicas e privadas cujos representantes, de forma indireta ou direta, passaram a intervir nas práticas sociais e valores dos indivíduos. Esses investimentos na gestão da população incidiram com grande ênfase nas relações sociais que se estabeleciam no âmbito da família, especialmente das populações urbanas pobres. O discurso dos operadores do direito e da assistente social do programa social Liberdade Vigada era norteado pela perspectiva da intervenção social. Os pais e as mães eram responsabilizados pelos atos de seus filhos, enquanto que a escola e as demais instituições públicas e civis da área da infância não foram mencionadas.

A norma familiar burguesa caracteriza-se pela presença de um conjunto de práticas e valores: composição pai, mãe e filhos; presença do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação a filhos e filhas; a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem se tornaria o provedor, atuando no âmbito público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídos a partir de dois eixos, isto é, da consanguinidade e da afetividade (AREND, 2007, p. 275-276). É importante lembrar que, desde os anos de 1960, estas relações sociais vigentes nas famílias estavam sendo questionadas pelo movimento social da Contracultura, pelos discursos feministas da denominada Segunda Onda e pelos discursos relativos aos Direitos Humanos no campo das infâncias. Todavia, os profissionais teciam comentários sobre a família dos adolescentes a partir do ideário da Sociologia

Funcionalista estadunidense, difundido no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985).

A história do comércio de drogas realizado em Florianópolis desde os anos de 1990 está para ser escrita por pesquisadores acadêmicos de diversas áreas do conhecimento em função dos processos sociais que engendrou, especialmente no que tange às questões sociais e às mortes da população infantojuvenil pobre. Em sua narrativa, a promotora pública procurou estabelecer uma periodização para o referido processo histórico, tendo como marco os anos 2000, com a ascensão de um novo “patrão” nas atividades comerciais ilícitas:

Nós temos um marco aqui em Florianópolis, né. É a morte do José Vitório, o Baga. O Baga era o traficante, era o dono do Morro da Caixa. O Baga tinha o perfil de ser um traficante que dava para a comunidade. Ele dava educação, ele dava saúde, ele dava o que precisasse. A polícia não precisava subir, e ele conseguia transacionar as drogas dele em paz. Com o advento do fenômeno Neném da Costeira, né, o Neném passou a negociar com as pessoas que entregavam a droga pro Baga. E dessa disputa aconteceu a morte do Baga, que também foi espetacular. O Baga morreu num bar na Mauro Ramos na porta do morro onde ele era o manda-chuva. Como um exemplo, né. “Eu agora sou o dono de Florianópolis” (VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI GOMES, 2008).

De acordo Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes, após este fato, ocorrido no início dos anos de 2000, o “negócio” das drogas adquiriu maior expressão na cidade de Florianópolis.⁵⁹ Isto fez com que um maior número de adolescentes do sexo masculino ingressasse nesta atividade econômica, considerada ilegal. Segundo a assistente social, o perfil dos adolescentes que comercializavam drogas, atendidos no programa social Liberdade Assistida na referida década, era o seguinte: possuíam entre 12 e 18 anos, sendo, em sua maioria, brancos ou “pardos”, e provenientes de famílias empobrecidas, ou com pouca perspectiva de ascensão social. De acordo com a entrevistada: “Tem meninas, mas são pouquíssimas; a maioria é do sexo masculino.” Pelos serviços prestados, os adolescentes do sexo masculino recebiam quantias muitos superiores ao salário mínimo da época, às vezes, em apenas um período de trabalho.

Para a assistente social Meryane Rodrigues Cardoso, que trabalhou, na década de 1990, em uma das principais instituições de internação do estado de Santa Catarina, o Centro Educacional São Lucas, alterações ocorreram em relação ao destino do montante obtido pelos adolescentes no comércio

⁵⁹ Para maiores informações sobre este processo, ver: <https://ndmais.com.br/seguranca/a-saga-de-nenem-da-costeira-na-guerra-banhada-de-sangue-pela-rentabilidade-do-trafico/>

de drogas. Naquela década, os adolescentes afirmavam que os “lucros” da atividade eram para o sustento da mãe e dos irmãos e irmãs. Posteriormente, dos anos 2000 em diante, estes passaram a gastar o que recebiam na compra de objetos de consumo (tênis, camiseta da moda, boné, etc.) e no sustento de sua própria família. Segundo a delegada de polícia, “eles vêm, vários aqui com 15, 16 anos, ‘ah, minha mulher’. Casados, 17 anos. É, ‘minha mulher...’ Aí vem umas gurias aqui, ‘ai, sou mulher dele.’”

Os entrevistados afirmavam, de forma unânime, que o comércio de drogas era considerado um trabalho pelos adolescentes do sexo masculino da cidade de Florianópolis, entre 1990 e 2005. A antropóloga social Alba Zaluar realizou uma etnografia sobre os significados da pobreza vigentes entre habitantes do conjunto habitacional Cidade de Deus, situado na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1980. Constatou que os valores que impulsionavam os trabalhadores a obter o pão de cada dia estavam associados muito mais a uma ética do provedor do que a uma ética do trabalho. Eis o que afirma a antropóloga social:

Contudo, sem o orgulho da corporação de ofício, sem o “espírito” do capitalismo e sem salários condignos, esses trabalhadores desenvolvem uma concepção ambígua da sua atividade, oscilando entre a visão escravista do trabalho como o sinal negativo, mais disseminados entre os jovens, e a concepção de trabalho como um valor em si, garantia de alcançar aprovação divina e a própria dignidade interior, o trabalho tem seu valor moral vinculado ao status do trabalhador como “ganha pão” do grupo doméstico e não a execução da atividade propriamente dita. Talvez esteja aí o que alguns autores consideram como ausência de consciência operária no proletariado brasileiro (Martins Rodrigues, 1966). Não é, portanto, uma ética de trabalho, mas uma ética de provedor que leva os membros da família a finalmente a aceitarem a disciplina do trabalho. É assim que o trabalhador pobre alcança a redenção moral e, portanto, a dignidade pessoal (ZALUAR, 1985, p. 121).

Para a pesquisadora, a ausência de oferta de vagas no chamado mercado de trabalho formal e a falta de especialização profissional, conjugadas a essa ética do provedor, impulsionavam essas pessoas pobres a exercer múltiplas atividades no campo profissional. Nessa perspectiva, o mais importante, para esses homens e mulheres, era desempenhar algum serviço remunerado, independentemente de ser considerado lícito ou não. Todavia, como afirma a antropóloga social, a preferência era sempre pelas atividades “dentro da lei”, pois o trabalho estava inserido no plano da moral do grupo social, assim como é um dos elementos constitutivos da identidade pessoal. Tais reflexões descrevem com acuidade o universo do trabalho dos pobres urbanos no Brasil no século XX. Pode-se acrescentar outro fator recorrente nas narrativas dos

operadores do direito entrevistados: para as autoridades, esses adolescentes não demonstravam possuir uma perspectiva de futuro tal como a encontrada entre os jovens das camadas médias. Estavam cientes dos riscos que corriam ao ingressar nesta atividade econômica, uma vez que a morte considerada precoce estava em seus horizontes de expectativa. Este processo de cunho sociocultural explica também o porquê de o processo de escolarização formal não ser considerado um “caminho” tangível de ascensão social para os referidos adolescentes.

O juiz da Vara da Infância e Juventude e a delegada de polícia, manejando argumentos diferentes, apontaram as diferenças existentes no processo que envolvia os adolescentes do sexo masculino que realizavam o comércio de drogas em Florianópolis, e em outras cidades do Brasil. Em Florianópolis, este processo, entre 1990 e 2005, não se configurou em questão social de grande monta, pois as ações violentas e as mortes aconteciam somente entre os membros das diferentes facções. Ou seja, como afirmou o magistrado, “não chega no asfalto.” Sendo assim, as famílias das camadas médias e das elites da cidade não se sentiam “ameaçadas” a ponto de demandarem a resolução do problema social. A delegada de polícia acrescentou:

Agora, assim, a gente vê muito na classe alta. Só que a classe alta não traz pra cá né, classe A e B não traz pra cá. Vem pra cá da C pra baixo... da B menos né. Da classe média baixa pra baixo é que vem pra delegacia. Na classe A e B, nessa nossa [delegacia] especializada aqui, não tem abuso sexual, não tem ato infracional, não tem violência doméstica (SANDRA MARA PEREIRA, 2008).

A narrativa da delegada de polícia inferiu sobre a permanência de determinados processos históricos vigentes na cidade de Florianópolis há longa data. Os filhos das famílias migrantes pobres continuavam ainda a ser socialmente excluídos, uma vez que somente eles ingressavam no sistema de Justiça naquele período. Para finalizar este capítulo, abordam-se, *en passant*, dois temas que estavam na ordem do dia, na época, em relação aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil: o debate sobre a redução da menoridade penal e a eficácia das medidas socioeducativas aplicadas aos que cometiam atos infracionais. Conforme se afirmou, uma parcela significativa dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, no período em estudo, trabalhava na venda de drogas em cidades brasileiras.

Os entrevistados, nas narrativas de 2008, posicionaram-se de maneira contrária à mudança do prescrito na legislação brasileira — Constituição de 1988, Código Penal da República e Estatuto da Criança e do Adolescente —

no que tange à menoridade penal. Segundo a promotora pública, com uma possível baixa da menoridade penal “nós vamos estar diminuindo as nossas possibilidades de realmente conseguir resgatar esses adolescentes”, pois “nós queremos saber quem é esse adolescente, o que ele fez, o que ele pode, quais são os mecanismos que nós podemos utilizar pra tirá-lo daquela situação”. Para a referida operadora do direito, o Estado brasileiro “busca responsabilizar aquela pessoa por aquilo que ela fez” aos 18 anos. Convergindo, a assistente social e a delegada de polícia entendiam que uma alteração na idade penal para baixo não mudaria a situação vigente na época; pelo contrário, iria “criar mais problema”.

A eficácia das medidas socioeducativas visando a uma possível ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei foi questionada pela representante do Ministério Público catarinense. As palavras da promotora pública sintetizavam, em parte, o debate realizado em nível no período que resultou na criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase):

Nós temos no ECA vários instrumentais para a realização de uma série de intervenções, jurídicas e sociais. [...] Mas pra você levar a efeito o que um instrumental pretende, você precisa que a estrutura de apoio esteja disponível. No momento em que eu aplico uma liberdade assistida, eu preciso que o município tenha à disposição uma estrutura de pessoal, uma estrutura técnica, uma estrutura de apoio pra receber esse adolescente e aplicar essa medida socioeducativa de liberdade assistida. [...] Enquanto nós não nos adequarmos pra recebermos, pra enfrentarmos o desafio, o tamanho do desafio que a gente tem, não vai ser possível ter o ECA funcionando por completo no Brasil. E a gente não vai poder dizer se ele funciona ou se ele não funciona. Se ele produz efeitos, se a lei produz efeitos ou se ela não produz. Qualquer avaliação antes de a gente atravessar essa “esquina” é precipitada (VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI GOMES, 2008).

Em 2006, ainda durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) produziram, a partir de um conjunto de debates realizados com diversos atores sociais, o documento do Sinase. Esse documento, construído a partir de uma “mescla” entre os preceitos dos ideários da Justiça Redistributiva juvenil e da Justiça Restaurativa, buscava regulamentar, em nível federal, estadual e municipal, a política social levada a cabo pelo Estado brasileiro para os/as adolescentes em conflito com a Lei.

Em 2012, o referido documento foi “transformado” em lei pelo Congresso Nacional, sendo sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff.⁶⁰ As ações previstas no documento do Sinase passaram, aos poucos, a ser executadas pelos entes federativos, sobretudo após 2012. A partir desse mesmo ano, paulatinamente, foram instalados em municípios do País os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas), que tinham entre as suas funções atender aos adolescentes em conflito com a Lei que cumpriam as medidas socioeducativas em meio aberto. Buscava-se, com os Creas, criar um espaço social diferenciado das instituições de confinamento existentes até então no País para esse grupo social, posto que um conjunto de atividades (com ênfase nas pedagógicas e lúdicas) teria aí seu lugar de forma mais efetiva.

Considerações finais

As “vozes” dos diferentes operadores do direito descreveram de forma muito semelhante o perfil dos adolescentes do sexo masculino que vendiam drogas em Florianópolis entre 1990 e 2005. Seriam oriundos de famílias migrantes pobres, que não conseguiam se inserir no mercado laboral da cidade, cada vez mais excludente, a partir dos anos de 1990. A venda de drogas foi um “caminho” encontrado pelos adolescentes do sexo masculino em busca de rendimentos que provessessem a subsistência de suas famílias e seu consumo de bens duráveis. Mas, como afirmou a promotora pública Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes, logo esta infância perdia a sua poesia, pois ingressava no sistema de Justiça, ou era ceifada nos meandros do “negócio”.

Referências

ACHUTTI, Daniel. Abolicionismo penal e Justiça Restaurativa: Do idealismo ao realismo político-criminal. *Revista Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 33-69, jan./jun. 2014.

AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Uberlândia, *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, p. 269-292, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DAMINELLI, Camila Serafim. Discurso, Direito e infração: reflexões sobre a menoridade no tempo presente a partir da legislação brasileira do século XX. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 107-123, 2016.

⁶⁰ BRASIL. Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FIGUEIREDO, Débora Carvalho. Gênero e poder no discurso jurídico. *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis), Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 37-52, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes (RJ), 1987.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCÓN, Osvaldo Agustín. La responsabilidad del niño que delinque. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 237 – 247, jul./dez. 2008.
- NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRIORE, Mary del (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
- RIZZINI, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SAVAGE, Mike. Classe e História do trabalho. In: BATALHA, Cláudio et alii (org.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 25-48.
- ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Fontes documentais

Legislação:

- BRASIL. Decreto n.º 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927.
- BRASIL. Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989.

Fontes Impressas:

Jornal Diário Catarinense: anos de 1986 e 1987.

Fontes Orais:

Entrevista realizada com Meryane Rodrigues Cardoso, assistente social coordenadora do programa social Liberdade Assistida de Florianópolis/SC, por Eduardo M. Riciardi, Larissa A. Ripardo e Silvia M. F. Arend, em 24 de setembro de 2008.

Entrevista realizada com Sandra Mara Pereira, delegada titular da 6ª Delegacia de Polícia de Florianópolis/SC, por Eduardo M. Riciardi, Larissa A. Ripardo e Silvia M. F. Arend, em 15 de outubro de 2008.

Entrevista realizada com Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, juiz de Direito, titular da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital (Santa Catarina – Brasil), por Eduardo M. Riciardi, Larissa A. Ripardo e Silvia M. F. Arend, em 3 de dezembro de 2008.

Entrevista com Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes, promotora pública da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital (Santa Catarina – Brasil), por Eduardo M. Riciardi, Larissa A. Ripardo e Silvia M. F. Arend, em 12 de dezembro de 2008.

CAPÍTULO 9

Literatura, Fotografia e História da Infância: os espaços onde se situavam as crianças na Primeira República na cidade de São Paulo

Cláudia Panizzolo
Adilson Ednei Felipe

Introdução

Entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo se transformava a uma velocidade própria e condizente com a modernidade que a invadia e constituía sua forma de ser urbana e movimentada. As mudanças das residências e das ruas ocorriam a olhos vistos. Gattai (1994) descreveu nas palavras da menina Zélia, personagem da obra *Anarquistas Graças a Deus!* os observáveis da arquitetura paulista e as características que variavam de acordo com a origem de seu proprietário, afirmando que os traços mouriscos eram de árabes e os *palazzi* eram, evidentemente, dos italianos. Segundo a autora “Não era, pois, difícil, pela fachada da casa, identificar a nacionalidade do dono” (GATTAI, 1994, p. 2). Os traços da tecnologia e da rapidez que demarcavam este momento eram destacados por Andrade (1973) em sua obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, quando este apresenta o herói adentrando os espaços urbanos e lidando com elementos que, então, se estabeleciam como novidades, como a máquina carro e a máquina telefone. Assim, o espaço urbano também se identificava com o espaço máquina, o espaço fabril.

A cidade de São Paulo se formava como uma cidade de movimento e mecanismos, mas também como uma cidade plural, com diferentes grupos étnicos, vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo. A imigração intensificada, principalmente a italiana, contribuía com as rápidas transformações da cidade. Embora a imigração italiana tenha sido notadamente superior, ocupando bairros como a Mooca (PANIZZOLO, 2017; SALES PEREIRA, 2017), diversas outras correntes migratórias adensaram o contingente populacional e consolidaram o cosmopolitismo paulista, como espanhóis, japoneses, árabes, gregos, ingleses, etc.

O movimento da cidade e as diferentes condições constam nos comentários de Whright (2008) que tece descrições animadoras sobre o desenvolvimento da cidade com a circulação de automóveis, o movimento das pessoas por ruas largas e comércio ativo e do escritor Alfredo Cusano (*apud* PASSOS; EMÍDIO, 2009) que menciona, não com entusiasmo, mas até com certa indignação, que seus compatriotas habitavam residências muito simples ou se amontoavam em cortiços que mais pareciam depósitos nos quais proliferavam doenças e promiscuidade.

Nesta cidade plural, movimentada e pretensamente moderna as personagens se misturavam e diversos grupos sociais se faziam presentes. Dentre estes grupos, destacamos aqui, as crianças e, mais especificamente, as crianças imigrantes. Estas crianças aparecem em diversas instâncias na literatura, nas imagens, nos jornais, nas revistas, nos registros das escolas entre outros lugares. Entretanto, nos cabe questionar quem eram estas crianças e quais espaços do cotidiano citadino eram vivenciados por elas. Aqui, amparados pelos elementos caracterizadores da Nova História Cultural, tivemos o intuito de identificar e analisar a presença das crianças, principalmente imigrantes e descendentes, na literatura e nas fotografias referentes à época em destaque. As fontes literárias estão disponíveis em mídia virtual (Domínio Público) e impressas.

A literatura constitui aporte documental de inegável relevância sendo pois, capaz de fornecer ou sugerir informações, preenchendo lacunas de documentos disponíveis ou o inverso, sendo complementada por outros conjuntos documentais, uma vez que a literatura, assim como outras produções (oficiais ou não), representam uma interpretação, uma visão do universo social e histórico abordado pelo filtro de um olhar (BORGES, 2014), embora esta não possa ser considerada como única fonte sem grande risco de incorrer em equívocos (LOPES, 2011). Ainda no sentido da importância da literatura como fonte histórica, Borges (2014, p. 98) ressalta que:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.

As interpretações possíveis são várias e variáveis e neste sentido Barros (2014) recorre a Paul Ricouer, mencionando como a interpretação da narrativa está correlacionada a uma intersecção entre o mundo do leitor e o mundo

do texto. Seguindo a proposta de Ricouer, o autor considera acerca do historiador que:

[...] os homens do passado – examinados pelo historiador – constituem parte do pólo “sujeito” como o próprio historiador. O objeto de estudo, uma época ou um processo, abre-se a uma análise na qual tomam parte ativa o historiador e os próprios sujeitos e vozes que chegam do passado através das fontes, uma vez que estas retroagem também sobre o historiador, que não trabalha com a sua documentação em uma via de mão única, analisando-a distanciadamente. No processo de produção do conhecimento, as fontes, materiais e vestígios também vão imprimindo as suas direções aos caminhos a serem percorridos, obviamente que em interação com o próprio trabalho do historiador. Este, ao final do processo de produção do conhecimento historiográfico, também se vê transformado (BARROS, 2010, p. 05).

A reciprocidade de influências entre objeto e historiador se propagam em transformações nas narrativas. Tanto as narrativas analisadas pelo sujeito, quanto as produzidas posteriormente por este mesmo sujeito, que coloca em pauta a sua visão sobre o lido, sobre o observado, tendo o seu próprio olhar transformado no processo de interpretação.

A fotografia enquanto documento histórico é passível de análise específica, evidenciando suas particularidades relacionadas à conservação e propagação de determinadas imagens e a interpretação dessas imagens pelos diferentes sujeitos históricos, abarcando desde a tecnologia utilizada até a delicadeza das nuances escolhidas pelo fotógrafo e/ou pelo fotografado. Elementos que tornam a fotografia, como define Burke (2004), testemunha ocular da história. As imagens aqui utilizadas estão disponíveis em suporte digital em sites como *hagopgaragem*, que é uma página dedicada ao acervo fotográfico de Osasco, mas que abrange várias regiões da cidade de São Paulo. Barthes (1984) ressalta, ainda, que a fotografia tem a capacidade de congelar, de preservar no tempo pessoas e momentos, repetindo infinitamente o que não pode mais ser repetido existencialmente. Assim sendo a fotografia pode ser considerada, segundo Kossoy (2001), um fragmento no tempo. O autor afirma que:

Toda fotografia apresenta em seu conteúdo uma *interrupção* do tempo e, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante que foi registrado, permanecerá para sempre *interrompido* e *isolado* da bidimensão da superfície sensível. Um fotograma de um assunto do real, sem outros fotogramas a lhe darem sentido: um fotograma apenas, sem antes, nem depois. Sem antes, nem depois; é este um dos aspectos mais fascinantes em termos do instante contínuo recortado da vida que se confunde com o nascimento do descontínuo do documento (KOSSOY, 2001, p. 44).

Entendemos, portanto, que a fotografia possui, ao menos, duas singularidades a serem consideradas em sua análise. Uma singularidade é sua própria historicidade enquanto produção (tendência, tecnologia, recepção social, etc.) e a outra singularidade é que a fotografia representa pessoas e objetos em dado tempo e espaço, como se fosse uma segunda realidade (KOSSOY, 2002), a ser interpretada dentro das possibilidades e limitações características do tempo e espaço em que está inserido o próprio historiador.

Parte do processo deste estudo foi constituído pela busca de trabalhos de autores (as) que tenham se dedicado à criança na Primeira República. Alguns destes trabalhos contribuíram para a efetivação dos escritos que aqui se encontram. Dentre os trabalhos que abordam as crianças na República Velha, a tese *Nem Modernidade, Nem Uniformidade: as escolas isoladas na cidade de São Paulo (1894-1919)* de Felipe (2023), dedica uma parcela relevante do trabalho a apresentar crianças em ambientes diversos (rua, casa, fábrica, bonde) e diferentes situações (greve, trabalho, brincadeiras, brigas, estudos) explorando imagens fotográficas, excertos literários e jornalísticos.

Panizzolo (2017) em artigo sobre as escolas italianas intitulado *La Scuola Italiana in San Paolo: uma história de disputas (1880-1920)* publicado nos Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação demonstra que havia um grande número de escolas regidas por professores italianos e no artigo *A cidade de São Paulo de muitas gentes e poucas escolas para muita gente: um estudo sobre as escolas italianas entre fins do século XIX e início do século XX* agrega uma visão panorâmica dos espaços em que se encontravam as crianças advindas da imigração, quer seja no trabalho, como vendedores de jornal e outros ofícios, quer seja nas escolas.

No capítulo de Moura (2021) *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*, contempla a realidade de diversas crianças imigrantes ou descendentes de imigrantes que compunham parte significativa do operariado paulista no primeiro período republicano. Um outro estudo de sua autoria, o artigo *Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*, ressalta as preocupações dos republicanos com a situação dos menores infratores e imagens propagadas que contrapunham a imagem do menor que ocupava as ruas cometendo delitos à imagem do menor trabalhador.

Patto (1999) em seu artigo *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*, apresenta crianças imigrantes no mercado de trabalho que, em conjunto com a mão de obra feminina, com-

punham 43% da mão de obra em 1920 e estavam submetidas a condições desumanas de trabalho.

O presente capítulo está organizado de forma a entender a criança em seus espaços sociais na cidade de São Paulo em duas condições fundamentais: fora e dentro da escola. Assim, optamos por relacionar na primeira parte as crianças fora da escola, como aparecem nas imagens, na literatura e demais documentos e na segunda parte buscamos estas crianças no ambiente escolar ou em situações relacionadas à escola. Os resultados da pesquisa e análise demonstraram que as crianças estavam nos mais diversos espaços da sociedade, exercendo papéis econômicos, sociais e políticos, como agentes ativos ou não.

As crianças fora da escola: trabalho e marginalidade rondando os infantes na Primeira República

Para Jorge Street, as crianças deveriam estar na escola, mas na ausência de unidades escolares suficientes deveriam exercer funções nas indústrias para serem educadas em meio ao ambiente de trabalho, protegidas dos contatos com ambientes que pudessem envolvê-las na criminalidade (BARROS, MACHADO, 2005). Possivelmente, o empresário não era o único a pensar desta forma, visto que as crianças atuavam no comércio, em fábricas diversas e em oficinas. Machado (1997) traça referências ao trabalho dos jovens em Lisetta, quando este menciona a chegada do irmão Ugo:

[...] gurizada (narizes escorrendo, pernas arranhadas, suspensórios de barbante) reunido na sala de jantar sapeava de longe. Mas o Ugo chegou da oficina. – Você assim machuca a menina, mamãe! Cotadinha dela! Também Lisetta já não agüentava mais. – Toma pra você. Mas não escache. Lisetta deu um pulo de contente. Pequerrucho. Pequerrucho e de lata. Do tamanho de um passarinho. Mas urso. Os irmãos chegaram-se para admirar. O Pasqualino quis logo pegar no bichinho. Quis mesmo tomá-lo à força. Lisetta berrou como uma desesperada: – Ele é meu! O Ugo me deu! Correu para o quarto. Fechou-se por dentro (MACHADO, 1997, p. 25).

No conto “Tiro de Guerra 35”, Machado (1997) expõe o caso de Aristodemo Guggiani que sai do grupo escolar para trabalhar na oficina do cunhado. Há de se entender que o autor, intencionalmente ou não, deixa transparecer uma realidade muito comum às crianças de famílias imigrantes pobres: o abandono da escola em prol de sua entrada no mercado de trabalho. Segundo Moura (2021), a classe operária paulista foi formada com base na presença de crianças e adolescentes nas oficinas e fábricas, revelando a precariedade em que viviam muitas famílias, uma vez que seu início prema-

turo no universo do trabalho estava diretamente relacionado às dificuldades vividas pelas suas famílias. No entanto, cabe ressaltar que embora houvesse oficinas, fábricas e comércios diversos que contratavam mão de obra infantil, foi a indústria têxtil que mais usufruiu do trabalho dos pequenos operários. Rizzini (2021) realizou levantamentos indicando que 25% dos trabalhadores que compunham o operariado do setor têxtil em 1919 era formado por crianças e adolescentes, destacando, ainda, que das 194 empresas que havia em São Paulo, mais da metade era de indústrias têxteis.

Mas os “pequenos adultos” também estavam presentes nos espaços comerciais, exercendo atividades variadas e se adequando ao meio em que existiam com maiores ou menores resistências.

Figura 1 – Greve Geral de 1917, operários em frente ao cotonifício Crespi⁶¹



Fonte: COSTA, C. BBC News Brasil, 2017.

As resistências poderiam ser individuais ou coletivas participando de greves como revela a imagem da greve ocorrida em 1917, em que funcionários do Cotonifício Crespi, localizado na Mooca, cruzaram os braços. Na imagem é possível observar a presença de crianças próximas aos adultos em

⁶¹ Cotonifício é a indústria que lida com o trato do algodão. Na imagem está retratado o Cotonifício Rodolfo Crespi. Fundado em 1897 em sociedade com seu sogro, chamava-se, inicialmente, Regoli, Crespi & Cia. É essa a nomenclatura presente no frontão da fábrica, abaixo do ano 1897. A sociedade foi encerrada em 1904 e a empresa passou a ser nomeada apenas como Cotonifício Rodolfo Crespi, assim se manteve até 1963 (RUFINONI, 2004).

frente à fábrica, vestidos como os adultos, trabalhando como os adultos e lutando por melhores condições de trabalho e de vida como os adultos. Neste sentido, seria interessante retomar o entendimento de que as concepções de infância variam de acordo com o ambiente histórico em que estão inseridos os sujeitos. Para Heywood (2004), a existência da criança é percebida em diferentes nuances que estão intrinsecamente ligadas ao período, ao local, aos elementos que os caracterizam e à mentalidade derivada destas características. Ainda assim, as definições de infância são determinantemente efetivadas em função do universo adulto, pois a criança supostamente incapaz de falar por si, depende, também supostamente, do adulto para intermediar o seu entendimento acerca de sua própria existência no mundo (BECCHI, 1994).

Ainda sobre a imagem, vale lembrar que esta é um recorte com uma intenção claramente voltada à demonstração da seriedade da movimentação operária de 1917. Há de se perceber que as personagens históricas registradas na imagem, cientes de estarem sendo fotografadas, estavam sérias e visando (pensamos poder afirmar que o fotógrafo e os fotografados tem a mesma intenção) registrar na imagem o número de participantes e a disposição em desafiar os moldes predominantes da condução dos trabalhos. As crianças que ali se encontravam também estavam sérias. Não há sorrisos, brincadeiras ou mesmo sinais de descontração. São crianças, mas inseridas em um universo que não condizia com o que se entenderia, atualmente, por universo infantil.

A fotografia como documento não está sendo e não deve ser tomada como a realidade em si, certamente. Há a preocupação com a imagem propagada e o controle do fotografado e daquele que fotografa. O recorte e a orientação para o congelamento da cena, como ressalta Barthes (1984), constitui um momento derivado de intencionalidades. Assim sendo, a fotografia enquanto *corpus* documental representa o momento e o objeto fotografado, mas não é o momento nem o objeto (KOSSOY, 2001).

Pensando no próprio bairro da Mooca, que não era o único bairro habitado por grande número de imigrantes, vale lembrar que em 1890 ainda não era uma região urbanizada, mas com a proclamação da República alguns donos de chácaras mandaram abrir ruas e alamedas em suas terras (BRUNO, 1954) e em torno de 1900 a região já apresentava uma configuração que revelava o intenso processo de industrialização que ali ocorria (MIRANDA, 2002).

Foi no bairro da Mooca que também foi instalada a hospedaria que receberia diversos contingentes de imigrantes. A figura 2 retrata a hospedaria

que hoje abriga o Museu do Imigrante expondo uma imagem coletiva e variada em termos de idade e gênero.

As pessoas que aparecem na fotografia da Figura 2 formam um conjunto heterogêneo, composto por mulheres, homens adultos, crianças e idosos. Provavelmente, justamente por se tratar de uma hospedaria, não sejam todos da mesma família. Afinal, como destaca Panizzolo (2020), mesmo as crianças que aqui chegavam, por vezes, chegavam com outros adultos que não eram, necessariamente, seus familiares e sim amigos ou conhecidos dos pais que solicitavam que levassem os filhos consigo em sua vinda à América nutrin-do expectativas de uma existência menos sofrida do que a que havia naquela Itália, então penalizada por conflitos internos (Unificação Italiana terminada em 1871) e externos (Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918).

Figura 2 – Imigrantes italianos na hospedaria (atual Museu do Imigrante) – Mooca, 1890



Fonte: <http://historiaviladiva.blogspot.com/2019/08/foto-dos-imigrantes-italianos-na.html>

As crianças da cidade de São Paulo não viviam uma realidade única, evidentemente, mas muitas estavam no ambiente de trabalho e nem todas se encontravam em fábricas e oficinas, pois havia também as que atuavam nos comércios em atividades variadas. A Figura 3, abaixo, apresenta a rua Quintino Bocaiúva em 1900, na qual podemos observar adultos e crianças posando para a captação da imagem e outros, principalmente os que se encontram

mais ao fundo, sem atentar para o registro fotográfico que se posicionava em sua direção. Na figura 3 é possível ver um garoto de chapéu claro e os dois rapazes na esquina com ares de distinção e, provavelmente, em horário de trabalho. No entanto, mais ao fundo no meio da rua há um garoto negro, cuja atuação de trabalho parece mais evidente, pois parece estar acompanhando o senhor ao lado e carregando algo. Na carroça e na calçada mais ao fundo também há alguns homens negros, olhando diretamente para a câmera, cientes de que estão sendo fotografados. Embora não se possa afirmar com toda a certeza de que o garoto que aparece estivesse em horário de trabalho, por se tratar de um espaço comercial, o mais provável é que as relações de trabalho estivessem relacionadas a essa modalidade.

Figura 3 – Rua Quintino Bocaiúva, 1900



Fonte: http://hagopgaragem.com.br/saopaulo/sp_comparativo/sp_compa_362.jpga

As crianças aparecem também em torno de pontos comerciais, como na figura 3, em que algumas se encontram em frente a uma confeitaria, em condição um tanto quanto distinta da fotografia anterior. Neste caso, encontram-se quatro meninas e quatro meninos dispostos em espaços separados e em posicionamentos diferenciados.

Não se trata de um centro comercial com prédios elevados, movimentação intensa e com certo requinte como a rua Quintino Bocaiúva, mas o comércio em questão não é o único, haja visto os demais estabelecimentos

na mesma rua. No entanto, nos cabe aqui observar a figuração das crianças. Enquanto as meninas estão aparentemente apartadas em grupo, os meninos parecem mais desafiadores, seja em relação aos adultos ali próximos ou em relação ao fotógrafo que selecionou a cena.

Figura 4 – Rua Santa Tereza, 1905



Fonte: http://hagopgaragem.com.br/saopaulo/sp_comparativo/sp_compa_233.jpaga

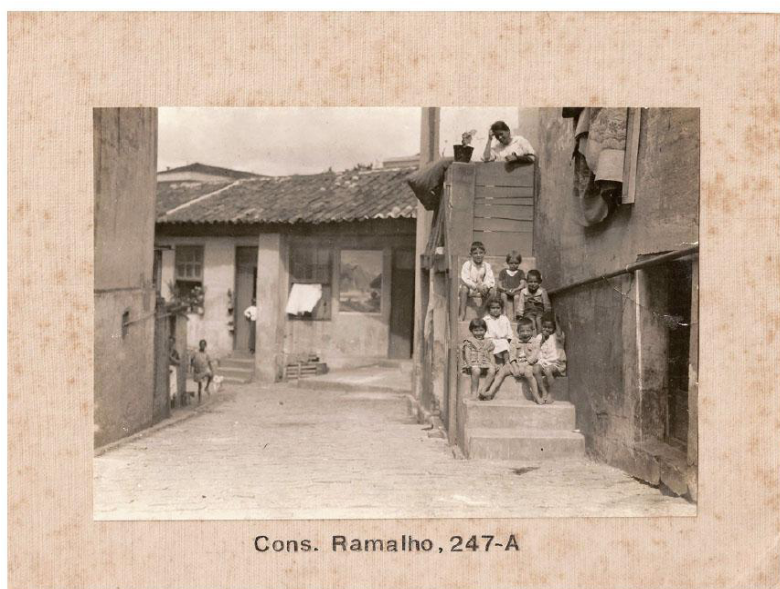
Além disso, a aparência das crianças apresenta diferenças em relação à imagem da figura 3. Algumas se encontram descalças e outras calçadas, o que poderia muito bem ser indicativo de distanciamentos econômicos e sociais a serem ampliados à medida que adentrassem à vida adulta. As figuras 2 e 3 revelam um fundo de divisões étnicas. A presença de crianças negras é marcadamente casual, como se fossem figurantes ao olhar daquele que fotografa. Se encontram ao fundo ou próximas, mas, via de regra, não observando a câmera.

Na literatura de Alcântara Machado, ainda que os imigrantes e os filhos de imigrantes tenham sido o foco principal, isso não impediu a presença de personagens negras e mestiças. No entanto, tal qual nas fotografias e na sociedade, aparecem como figurantes e, por vezes, referidas em menções depreciativas, servindo-se de termos como “beijorra” ao se referir aos lábios do homem negro que tocava o saxofone (MACHADO, 1997, p. 52) ou descre-

vendo o local por onde um casal transitava afirmando que a rua estava “suja de negras e cascas de amendoim” (MACHADO, 1997, p. 39).

Os espaços urbanos descritos por Machado (1997) em que estavam situadas as crianças não eram locais da cidade de São Paulo e a cidade não era composta apenas por fábricas, oficinas e comércios. A cidade era formada por bairros nobres, por moradias operárias, por cortiços que aparecem nos escritos de Machado (1997), mas também aparecem nos escritos de Gattai (1994) e de Dupré (1973), autora de *Éramos Seis* e que não trata diretamente de imigrantes, mas retrata parte da cidade de São Paulo e de outras figuras de infância.

Figura 5 – Cortiço no Bairro do Bexiga 190?



Fonte: Schneck (2018).

Os cortiços foram, ainda, mencionados por Cusano (*apud* PASSOS; EMÍDIO, 2009, p. 53) que em passagem pela cidade de São Paulo, lamentou as condições em que viviam seus compatriotas, uma vez que

[...] Os bairros populares paulistanos o Brás, o Bixiga, o Cambuci acomodam todas as classes trabalhadoras, nas suas modestíssimas casinhas, onde se alojam as famílias menos miseráveis; ou nos cortiços, espécie de enormes armazéns, nos quais se reúnem, em uma promiscuidade que fomenta e alimenta os mais desagradáveis vícios e facilita os contágios, centenas e milhares de famílias pobres, cuja parca remuneração pelo trabalho cotidiano não lhes dá a possibilidade de escolher melhor habitação.

Assim eram definidas as regiões ocupadas por imigrantes italianos e descritas pelo autor com pesar e indignação alertando para os riscos à integridade física e moral dos habitantes destes lugares desprovidos, em grande medida, dos benefícios públicos relacionados à saúde, educação e segurança. A Figura 5 apresenta a configuração de um cortiço no bairro do Bexiga com alguns de seus moradores. As crianças – brancas e negras – se encontram concentradas na escadaria. Os detalhes do espaço – os tapetes na janela, os portões, portas e cercas improvisados, as paredes sujas, as canaletas quebradas – revelam a precariedade das moradias. Mesmo as crianças se encontram descalças e vestidas como lhes foi possível. Entretanto, apesar da precariedade, as pessoas ali situadas, incluindo adultos e crianças, encontram espaços para a sutileza de um vaso de plantas, um sorriso de alegria, mesmo que em ensaio para a fotografia, e o ar de traquinagem como mostra o menino sentado ao meio com as pernas entreabertas se lançando para trás. Pode ser que o fotógrafo tenha orientado a cena e isso tenha promovido o registro de uma imagem que captasse menos da pobreza do lugar e mais da riqueza da própria vida. De qualquer forma, uma fotografia é um registro derivado de intenções que recortam um fragmento selecionado do real no tempo e, portanto, constitui uma representação e não a própria realidade em si (BARTHES, 1984; KOSSOY, 2001).

Machado (1997) no conto *Gaetaninho* descreve as brincadeiras e o lugar em que vive o pequeno menino que jogava futebol com os amigos e ficava no gol. A figura 6 apresenta uma cena de crianças que parecem estar jogando bola no corredor de um cortiço localizado na rua Carneiro Leão, em 1942. Aparentemente, um dos meninos estava segurando uma bola nas mãos. Talvez fosse o goleiro do lado oposto àquele em que se encontra o outro suposto goleiro deitado no chão sem demonstrar muita preocupação. Crianças imigrantes e nacionais, conviviam em espaços como estes realizando brincadeiras diversas. As roupas dependuradas nos varais são indicativas de que as casas estão ocupadas e que os moradores se organizaram para aproveitar os poucos espaços em que há incidência de luz solar para instalar os varais e em uma altura que permita às crianças brincarem e os transeuntes passarem sem tanto perigo de sujá-las novamente.

Figura 6 – Quintal de Cortiço na Rua Carneiro Leão, 1942



Fonte: http://hagopgaragem.com.br/saopaulo/sp_diversos12/sp_div12_727.jpg

A história de *Gaetaninho* também conta com uma diversão particularmente referenciada à época. Correr atrás dos bondes e subir pegando carona fazia parte das estripulias das crianças. Segundo o descrito no conto, entretanto, estava Gaetaninho tão distraído de sua tarefa de goleiro que não consegue proteger o gol devidamente e a bola passa por ele. O menino corre para apanhar a bola, mas em sua distração não se apercebe da chegada do bonde que termina por atropelá-lo encerrando a sua existência terrena. A figura 7 mostra crianças correndo para apanhar o bonde que, nesse caso, se trata de um bonde de tração animal.

Figura 7 – Bonde de Sant’Anna, 1900



Fonte: http://hagopgaragem.com.br/saopaulo/sp_comparativo/sp_compa_453.jpg

Machado (1997) demonstra na simplicidade das brincadeiras no cotidiano dessas crianças que se divertiam com o que tinham em mãos, como a grande maioria das crianças. A estas observações o autor menciona que o sonho de Gaetaninho era andar de automóvel, pois “Ali na Rua Oriente a ralé quando muito andava de bonde. De automóvel ou carro só mesmo em dia de enterro. De enterro ou de casamento. Por isso mesmo o sonho de Gaetaninho era de realização muito difícil. Um sonho” (MACHADO, 1997, p. 29). A fotografia nos aponta possíveis Gaetaninhos, Lisettas e outras crianças imigrantes ou filhos e filhas de imigrantes que viviam na cidade de São Paulo.

Crianças na Escola: imigração, educação e civilização no primeiro período republicano

Panizzolo (2019) considera que havia relevante número de filhos de imigrantes italianos e crianças italianas que ocupavam vagas em diversos grupos escolares da cidade de São Paulo. A autora ressalta a importância da escola para as famílias de imigrantes italianos pobres que viviam do trabalho em pequenos comércios, oficinas e fábricas, alegando que:

Muitas famílias reservavam à escola, um lugar de modesta valorização, outras, no entanto, ainda que ansiassem que seus filhos estudassem, não possuíam as necessárias condições materiais. No entanto, houve ainda um grupo que enfrentou árduos sacrifícios para que seus filhos estudassem, preferencialmente em uma escola italiana, ou ainda, nas escolas públicas paulistas (PANIZZOLO, 2019, p. e45486).

O excerto nos remete a uma apreensão de que os grupos sociais dos filhos de imigrantes que frequentavam as escolas não eram os mais privilegiados, pois sua permanência era mantida à custa de sacrifícios, haja visto que havia famílias que mesmo não possuindo condições materiais suficientes, consideravam a manutenção dos filhos na escola, mais importante.

As crianças imigrantes e/ou filhos e filhas de imigrantes frequentavam, portanto, os mais variados espaços escolares a depender de suas condições socioeconômicas. A preferência pelas escolas ministradas por profissionais da mesma origem pátria se fazia presente entre os imigrantes. Panizzolo (2021) em levantamento das escolas italianas em São Paulo na primeira década do século XX, constatou a existência de 154 escolas e teceu considerações sobre escolas de uma única sala, cuja configuração remetia à imagem de uma escola isolada. Segundo a autora:

Com relação às escolas com uma única sala, não foram localizadas imagens, fotografias ou plantas baixas, mas de modo recorrente são descritas nos documentos consulares como pouco limpas, como a Scuola Alessandro Manzoni, dos irmãos Cipparone; a Scuola Principe Amedeo, de Pasquale Falco; a Scuola Cornelia Gracco, da Massimina Zanferrani, dentre outras. Essas escolas, de uma única sala, provavelmente funcionavam na própria casa do professor, como, por exemplo, a Scuola L'Educatrice Italiana, de propriedade de Rosina Jannuzzi, localizada no bairro do Bom Retiro, descrita como “a sala de aula é uma pequena sala, contígua à cozinha e ao quarto, uma sala mal arrumada [...] que produz impressão muito desagradável” (PANIZZOLO, 2021, p. 452).

Muitas dessas escolas, ainda segundo a autora, eram compostas por um único professor que atendia alunos de idades e níveis diferentes de aprendizagem. Um outro ponto era que o governo italiano lhes fornecia subsídios, deste que se subordinassem ao Consulado Italiano, eliminando organizações locais como a *Associação dos Professores Italianos em São Paulo* (PANIZZOLO, 2020). Cabe também ressaltar que a iniciativa privada marcou presença no contexto educacional republicano, com escolas nacionais e estrangeiras, que atendiam, geralmente, a elite rural formada pelos grandes cafeicultores e demais latifundiários, e a elite urbana formada por grandes comerciantes e industriais (CARDOSO, 2013).

As escolas públicas de Ensino Primário, via de regra, eram compostas por escolas isoladas, reunidas e grupos escolares. O grupo escolar, muito mais próximo do que entendemos por escola atualmente, até mesmo pela continuidade da existência e utilização de muitos dos edifícios construídos à época, era o prédio escolar com várias salas e vários professores. Tratava-se, diferentemente das escolas isoladas que já existiam no período imperial, de um projeto republicano, ou seja, “uma escola da República e para a República” (SOUZA, 1998, p. 28).

As escolas isoladas podem ser entendidas, basicamente, como unidades de ensino compostas por uma sala, com grupo de alunos de idades e estágios de aprendizagem heterogêneos. No Anuário de 1907, consta uma definição comparativa realizada por Oscar Thompson, que pode elucidar melhor acerca das características que identificam a escola isolada. Segundo Thompson eram “escolas que recebem alumnos de idade e adeantamento diversos, para serem educados todos pelo mesmo professor” (SÃO PAULO, 1908, p. 24). Cabe ressaltar, ainda, que havia mais de um tipo de escola isolada, como as escolas isoladas femininas, as escolas isoladas masculinas, as escolas isoladas mistas, as escolas isoladas rurais, as escolas isoladas distritais, as escolas isoladas urbanas e até mesmo as escolas isoladas ambulantes.⁶² Em comum, estas escolas tinham a sua existência vinculada ao provimento de um docente. Os esclarecimentos sobre os grupos escolares e as escolas isoladas, visaram facilitar a apreensão do que eram as escolas reunidas que, por sua vez, apresentavam características das escolas isoladas e dos grupos escolares, sem ser, contudo, nem uma nem outra. Os custos elevados para a instalação do grupo escolar e a

⁶² Escola isolada masculina: apenas para discentes do sexo masculino. Estas só podiam ser regidas por professores homens.

Escola isolada feminina: apenas para discentes do sexo feminino.

Escola isolada mista: atendia aos dois gêneros.

Escolas isoladas rurais e urbanas: Escolas caracterizadas de acordo com a localização. Com o tempo foram desenvolvidos programas de ensino diferentes para cada uma delas. Segundo os artigos 1 ao 4 do Decreto n. 2944, de 8 de agosto de 1918, que regulamenta a lei 1579 de 19 de dezembro de 1917

Artigo 1.º – Ficam as Escolas Isoladas do Estado classificadas em ruraes, districtaes e urbanas.

Artigo 2.º – São escolas ruraes as localizadas nas propriedades agricolas, nos nucleos coloniaes e nos centros fabris distantes da sede do municipio.

Artigo 3.º – Escolas districtaes são as situadas em bairro ou sede de districto de paz.

Artigo 4.º – Escolas urbanas serão as creadas em séde de municipio.

Escolas isoladas ambulantes: Eram escolas que situadas em bairros diferentes, mas com poucos alunos, contavam com um único professor que atendia as crianças em regime de revezamento, ou seja, trabalhava um dia em um bairro e no outro dia trabalhava em outro bairro.

intenção de tornar obsoletas as escolas isoladas no atendimento das crianças em idade escolar, conduziu a uma solução prática, “criando um outro tipo de escola primária denominada *escolas reunidas*. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas” (SOUZA, 1998, p. 50).

Uma instituição escolar que também deve ser mencionada é a escola da fábrica,⁶³ que seguia moldes semelhantes às escolas primárias públicas, mas eram mantidas por empresários e localizadas na propriedade da fábrica e em vilas operárias. Era certo que muitas das crianças estavam, mesmo que não em sua totalidade, nas escolas. No entanto, muitas delas também tinham que conciliar os estudos com o trabalho, numa vivência em que a necessidade de auxiliar na composição da renda familiar se sobrepunha à importância dos estudos exigindo, na maioria das vezes, o abandono da escola.

Figura 8 – Escola Sturlini e Matarazzo, 1908



Fonte: http://www.hagopgaragem.com.br/osasco_colegio_bittencourt.html

⁶³ Vale lembrar que em meio às organizações operárias, os membros que as compunham identificaram no analfabetismo dos trabalhadores um empecilho à disseminação dos ideais que intencionavam difundir. Assim sendo, decidiram instalar escolas operárias, com vertentes socialistas, comunistas e anarquistas, as quais denominamos escolas sindicalistas. Dentre estas escolas cabe, em São Paulo, destaque às Escolas Modernas n. 1 e n. 2 (GALLO; MORAES, 2020), que eram escolas de orientação anarquista, nomeadas escolas libertárias.

A figura 8 retrata a turma de uma escola da fábrica Sturlini e Matarazzo. No quadro é possível ler a descrição da turma: “Alumnos da escola da fábrica de Sturlini e Matarazzo, Osasco, S. Paulo, 1º e 2º anno”. Não se tratava de uma escola pública, mas seguia os mesmos moldes das escolas públicas isoladas, composta por uma professora com alunos e alunas de diferentes idades e, muito provavelmente, em estágios de aprendizagem variado também. As crianças com pés descalços, eram filhos e filhas de operários, mas também poderiam ser operárias, revezando entre o tempo da escola e o tempo da fábrica. O modelo de escola isolada não era o único adotado pelas fábricas. A vila operária Maria Zélia, de propriedade de Jorge Street, por exemplo, possuía dois grupos escolares com a separação entre meninos e meninas (FELIPE, 2023).

Importante ressaltar que Jacino (2013) argumenta que o operariado era plural e não composto apenas por imigrantes, mas o mesmo estudo confirma que a maioria dos trabalhadores das fábricas era de imigrantes, enquanto os nacionais, principalmente negros e mestiços, foram elencados em cargos de menor remuneração e prestígio social. Mesmo o serviço de *chauffeur* era reservado aos brancos, principalmente imigrantes. Na obra de Gattai (1994), a menina Zélia comenta que o pai chegou a arrumar um serviço de *chauffeur*, mas que não se manteve por não suportar receber ordens. Nesse sentido, Truzzi, Palma e Monsma (2023) tecem considerações sobre tais diferenças, ressaltando que os aspectos do racismo possuem uma construção social, da qual deriva uma realidade de prática de benefícios de um grupo social em detrimento de outro, neste caso fundamentado em suas características étnicas.

Pensando nos bairros como um possível ponto de distinção, temos um indício de quem eram essas crianças que viviam, brincavam, trabalhavam, sonhavam e estudavam nas regiões da capital paulista. Dupré (1973), no romance *Éramos Seis*, destaca que os filhos de D. Lola estudavam na escola de D. Benedita, aparentemente uma escola isolada, haja visto que os irmãos tinham idades diferentes e frequentavam a escola no mesmo horário, mas particular. Quando tomamos Gaetaninho ou Lisetta como referenciais a configuração dos espaços se modifica drasticamente. São regiões mais precárias, nas quais muitas famílias vivem com recursos limitados e, não raro, insuficientes às suas necessidades fundamentais.

Alguns dados de recenseamento realizado na escola masculina do Ipiranga, no ano de 1902, sob a autoridade do 4º subdelegado do sul da Sé, Silverio Antonio de Moraes, nos auxiliam a pensar a presença das crianças imigrantes nas escolas. Segundo o mapa de sala analisado, a escola mascu-

lina do Ipiranga, em 1902, registrava um total de 52 alunos, dentre os quais era possível encontrar italianos, brasileiros, espanhóis e portugueses. Os brasileiros estão presentes em maior número, somando 29 discentes, o que representa 55,78% do total, seguidos pelos italianos, que contabilizavam 19 discentes, representando 36,54% do total. Os espanhóis e os portugueses contabilizaram 2 discentes cada, representando 3,84% cada um.

A porcentagem dos alunos demonstra que, ao menos na escola masculina do Ipiranga, em 1902, a maior parte dos alunos atendidos era constituída por pessoas que já viviam em São Paulo ou então filhos e filhas de pais imigrantes, mas já nascidas aqui. Essa questão merece nossa atenção, segundo o entendimento do governo brasileiro, ao nascer no Brasil, as crianças seriam brasileiras, ou seja, a compreensão era baseada no *jus solis*; no entanto, essas crianças filhas de imigrantes, viviam em um lar imigrante, compartilhavam de sua cultura e sobretudo, de sua língua materna, sendo compreendidas pelo governo da Itália, a partir do a partir do *jus sanguinis*, como sendo italianas (PANIZZOLO, 2017). Constavam como brasileiras no livro de matrícula e no mapa de sala, mas não se distinguiam muitas vezes, de outras nascidas na Península Itálica.

Considerações finais

As leituras das obras literárias *Brás, Bexiga e Barra Funda, Anarquistas, Graças a Deus!, Éramos Seis e Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, conciliadas com os registros fotográficos e os dados indicativos do número de escolas étnicas (PANIZZOLO, 2021), de porcentagem crianças trabalhando nas fábricas (RIZZINI, 2000; PANIZZOLO, 2020) nos permitiram visualizar algumas das infâncias da cidade de São Paulo no primeiro período republicano.

Entendemos, então, que as crianças estavam nas fábricas exercendo funções relativas aos ofícios do operariado naquele momento, operando nas máquinas das indústrias têxteis, trabalhando nas oficinas e nos comércios. Panizzolo (2020) ressalta a semelhança desta realidade pautada na naturalização do trabalho infantil na Itália e destaca ainda que a idade em que iniciavam os trabalhos poderia variar e chegar mesmo aos cinco anos de idade. No entanto, as condições de trabalho eram invariavelmente precárias e os salários eram sempre os mais baixos.

As ruas também eram espaços ocupados pelas crianças do período. Algumas as ocupavam para suas brincadeiras, para correr atrás dos bondes e

outras folganças. Outras, contudo, se apropriaram das ruas como moradia e local para exercício de operações menos desejáveis, como o furto, causando muitas preocupações ao poder público e contrariando, como afirma Moura (1999), os anseios de uma sociedade civilizada e útil à nação.

Contudo, as crianças também se encontravam nas escolas. Os registros fotográficos mostram recortes nos quais as crianças aparecem em situações e condições variadas. Brincando nos cortiços sob o sol, deitadas no aguardo da sua vez de entrar em ação, trabalhando e participando dos movimentos grevistas com a ênfase e experiência do trabalho sofrido e mal remunerado, estudando em diferentes unidades escolares, públicas e privadas, ou conciliando as atividades, as crianças invadiam cenários, com sorrisos ou com seriedade, se adequando às situações e participando do universo adulto,

É bastante relevante pensar na lógica argumentada por Jacino (2013) sobre a relação entre a vinda intensa de imigrantes que, inclusive, ocuparam os postos de trabalho como empregados ou como autônomos que em grande medida eram ocupados por nacionais negros, mestiços e brancos pobres e aplicá-la na ocupação dos espaços nas escolas, nos trabalhos e mesmo nas ruas pelas crianças em um processo de reprodução da realidade social alicerçada pelas concepções étnicas derivadas do racismo que se cristalizava na sociedade brasileira.

A literatura de Andrade (1973) registra a presença dos imigrantes italianos, portugueses e turcos, enquanto Machado (1997) se concentra nos imigrantes italianos situados em variadas regiões de São Paulo e Gattai (1994) na região da Consolação e em uma família mais especificamente. De uma forma ou de outra, os imigrantes marcaram a ocupação de locais diversos e contribuíram para a consolidação do cosmopolitismo paulista. Assim sendo, se o número de imigrantes não permitia que estes passassem despercebidos, as crianças (filhos ou não) diretamente relacionadas à imigração, também se fizeram notar. Tanto assim que Moura (2021) cita casos de crianças nas fábricas como exemplos do cotidiano de diversas crianças oriundas da imigração.

E por fim, concluímos afirmando que encontramos vestígios da presença das crianças imigrantes e/ou descendentes pela cidade de São Paulo, nas escolas étnicas, nas escolas públicas, nas ruas e nas fábricas. As crianças estiveram em todos os espaços que lhes foram possíveis, contando com a naturalização da utilização da sua força de trabalho e com as intenções civilizatórias republicanas.

Referências

- ANDRADE, M. *Macunaíma; o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins, 1973.
- BARROS, J. D. História e Literatura: novas relações para os novos tempos. *Contemporâneos*: Revista de Artes e Humanidades, n.6, mai/out, 2010, p. 1-27. Disponível em: https://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie2_historia.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.
- BARROS, A. V. P. de e MACHADO, M. C. G. *Jorge Street*: sua posição sobre a educação e o trabalho infantil. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_646f306a3106454e3f65be42dca10eab.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BARTHES, R. *Câmara Clara*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BECCHI, E. Retórica de infância. *Perspectiva*, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 63–96, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10743>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- BORGES, P. D. V. R. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História, Goiânia*, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- BRITO, L. L. de.; SOUZA, F. D. C. S. Anarquismo e educação em São Paulo em princípios do século XX: a criação das Escolas Modernas 1 e 2. *História Revista, Goiânia*, v. 27, n. 1, p. 86–106, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/74216>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- BRUNO, E. S. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CARDOSO, M. A. *A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas (1893-1932)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_989e0bf57f2a6f184c35d0b4ac6ea7e8. acesso em: 18 jan. 2023.
- CUSANO, A. Italia d'oltre Mare. In: PASSOS, M. L. P.; EMÍDIO, T. *Desenhando São Paulo; mapas e literatura: 1877-1954*. São Paulo: Senac; Imprensa Oficial, 2009.
- DUPRÉ, M. J. *Éramos Seis*. São Paulo: Ática, 1973.
- FELIPE, A. F. *Nem Modernidade, nem uniformidade: as escolas isoladas da cidade de São Paulo (1894-1919)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Guarulhos), Guarulhos, 2023.
- GATTAI, Z. *Anarquistas, Graças a Deus!*. São Paulo, Record, 1994.
- JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição –1912/1920*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). USP. São Paulo, 2013.
- KOSSOY, B. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

- LOPES, E. M. T. História da Educação e Literatura: algumas ideias e notas. *Educação*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 157–176, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3744>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- MACHADO, A. de A. *Brás, Bexiga e Barra Funda*: notícias de São Paulo. São Paulo: Moderna, 1997.
- MIRANDA, R. H. *Mooca*: lugar de fazer casa. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tdc-17052013-110205/en.php>. Acesso em: 01 jan. 2023.
- MOURA, E. B. B. de. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, 1999, 19 (37), p. 85-102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/8VRmw4qKHcp4VxGHPBsLpPG/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 1 maio 2023.
- MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORI, M. (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2021.
- PANIZZOLO, C. O cotidiano de crianças italianas do lado de lá e de cá do Atlântico: algumas considerações sobre a infância entre fins do XIX e início do século XX. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, RS, 135 – 155, v. 25, Dossiê, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/9147/pdf>. Acesso em 28 jan. 2024.
- PANIZZOLO, C. *La scuola italiana in San Paolo*: uma história de disputas (1880-1920). Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais/ix-congresso-brasileiro-de-historia-da-educacao/historia-da-educacao-global-nacional-e-regional?q=Panizzolo>. Acesso em: 01 maio 2023.
- PANIZZOLO, C. A cidade de São Paulo de muitas gentes e poucas escolas para muita gente: um estudo sobre as escolas italianas entre fins do século XIX e início do século XX. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 441–463, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68511>. Acesso em: 21 out. 2022.
- PANIZZOLO, C. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX). *Acta Educ.*, Maringá, v. 41, e45486, jan. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012019000100116&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2023.
- PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9468>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- RIZZINI, I. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 376-406.
- SALES PEREIRA, V. Memória social, imigração italiana e gentrificação no bairro da Mooca. *Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 58, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30953>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*; publicação organizada pela Inspectoria Geral por ordem do governo do estado (1907-1908). São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1908.

SÃO PAULO. *Decreto nº 2944*, de 08 de agosto de 1918. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2944-08.08.1918.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TRUZZI, O.; PALMA, R. da; MONSMA, K. Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição. *Tempo Social*, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 83-106, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/203882>. Acesso em: 2 fev. 2024.

WRIGHT, M. R. *The New Brazil: it's resources and attractions, historical, descriptive and industrial*. Internet Archive, 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/newbrazilitsreso00wrigrich/page/n7/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CAPÍTULO 10

Representações hegemônicas sobre as crianças e a infância no final do século XIX e início do século XX no Brasil e em Portugal em revistas pedagógicas

Mônica Teresinha Marçal

Palavras iniciais

As representações e concepções acerca das crianças e da infância devem ser analisadas dentro de seu contexto social e histórico, situadas em um tempo e um espaço e caracterizadas por práticas diversas, por pessoas e discursos diferenciados.⁶⁴

Pensamos ser necessário discorrer sobre a utilização dos termos “crianças” e “infância”. Utilizamos “crianças” no plural, pois entendemos que “crianças” abrange o grupo geracional heterogêneo, de pouca idade, formado por várias etnias, e suas condições sociais, históricas, culturais, políticas e geográficas diversas, além de considerá-las como participantes e produtoras de cultura e sujeitos de direitos. O termo ‘infância’, mesmo tomado no singular (haja vista ser um tempo de vida comum a todas as crianças), após o século XVII⁶⁵, passou a compreender a multiplicidade e pluralidade envolvidas no conceito e a demonstrar o quanto este conceito pode se apresentar de forma multifacetada, evidenciando que não se trata de um conceito estático. A infância foi utilizada de forma a englobar todas as compreensões sócio-históricas que o termo abarca e os contextos e as condições sociais em que as crianças estão inseridas, que caracterizam esse período da vida de maneira tão diversa na modernidade (ARROYO, 1994; BECCHI, 1994; BOTO, 2002; PINTO e SARMENTO, 1997).

⁶⁴ O discurso está sendo compreendido a partir das contribuições de Norman Fairclough (2016), pois este autor desenvolveu a análise crítica do discurso (ACD), uma proposta tridimensional que entende o discurso como texto, como prática discursiva e prática política, ou seja, parte-se da premissa de que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22).

⁶⁵ Segundo *Ariès* será no século XVII que surgirá o sentimento moderno de infância. Para saber mais ver: ARIÈS, 1981.

A forma com que a infância brasileira foi atendida pelas políticas sociais nos ajuda a compreender o pensamento vigente em cada período histórico. Bazilio (2002, p. 45) apresenta uma periodização para melhor entender o atendimento à infância pobre e desprovida no Brasil, caracterizando-a em três diferentes fases: a primeira, que, segundo o autor, “se faz presente desde o descobrimento do Brasil até o início da década de 1920, pode ser descrita como filantropia ou assistencialismo. O que caracteriza esta etapa é a criança tida como objeto de caridade e não sujeito de direitos”. A segunda fase é caracterizada pelo corpo jurídico/institucional criado pelo Estado brasileiro para o atendimento à infância negligenciada, que terá início na década de 1920 e continuará até os anos de 1980. Para Bazilio (2002, p. 47), “trata-se do Brasil República com suas normas ‘científicas’ de regulação social”, que irá percorrer um caminho inicialmente marcado pela influência eugenista e higienista (que também compartilhava da ideia de internação aos menores) e depois passará pelo discurso “salvacionista” do Estado Novo de Vargas (1941/42), com a criação do Serviço de Assistência a Menores, que seria o guardião da ordem e da moralidade, até chegar ao seu fracasso, na década de 1950, quando os internatos foram vistos pela opinião pública brasileira como centros de perversão. A terceira e última fase compreende as décadas de 1980 e 1990 e é caracterizada pela presença das Organizações não Governamentais (OnG), pelo desmonte das instituições de atendimento por parte do Estado brasileiro e pela participação da sociedade civil na formulação do ECA.

O livro “História, Infância e Escolarização”, organizado por José Gonçalves Gondra (2002), apresenta alguns trabalhos de autores portugueses e brasileiros que vão ao encontro de nossas intenções, no sentido de entender quais eram as representações e as visões que foram construídas sobre as crianças e a infância na ótica de diferentes profissionais, como professores, psicólogos, juristas, médicos e higienistas a nível mundial. Nesse estudo, é possível perceber que muitos profissionais e intelectuais comungavam ideias a respeito de questões que envolviam a higiene, o controle, a ordem e a disciplina para as crianças, como forma de civilizá-las, mas havia uma disputa, aparentemente velada, entre estes representantes pelo discurso dominante – hegemônico e que de certa forma influenciavam as concepções em torno das crianças e da infância.

Em meio ao debate, havia médicos, juristas, higienistas, moralistas, pedagogos e psicólogos com posicionamentos mais conservadores a respeito das crianças. A partir da década de 1920, ideias renovadoras, oriundas do

Movimento da Escola Nova,⁶⁶ começaram a fazer parte das discussões acerca da infância no Brasil, mas a nível mundial tais ideias já estavam presentes desde o fim do século XIX, embora não significassem um rompimento total com a tradição já existente, não representavam por completo o novo no lugar do velho, nem o moderno no lugar do arcaico.

Os termos escola ativa, escola nova, escola renovada, escola progressiva, escola moderna, ensino ativo, ensino intuitivo foram encontrados ao longo do recorte histórico anunciado neste estudo, os quais, por vezes, aparentam ser sinônimos, mas possuem nuances, tensões a respeito das defesas – ora compartilhadas, ora não –, interesses e representações (CHARTIER, 1990) passíveis de diferentes interpretações, pois estão marcadas por um jogo de perspectivas teóricas, por posições ideológicas, políticas e sociais dos atores que atuavam e compunham a cena educacional em momentos históricos do país e desejavam a modernidade pedagógica. Pode-se dizer que se trata de discursos educacionais em disputa, embora muitos deles partissem de uma oposição à escola tradicional ou à pedagogia clássica e mencionassem, por exemplo, a necessidade de novos modelos de organização escolar que valorizassem as características individuais das crianças e jovens, o estudo da infância, o ensino pela ação, bem como a consideração ao meio social e aos problemas nacionais, entre outros aspectos.

Sobre a representação, Chartier (1990) considera que a atividade representativa contém interesses diversos, capazes de produzir estratégias de ação e moldar práticas. Podemos dizer que a representação, a partir de uma relação dinâmica, de ausência e de presença do objeto, procura criar e também conferir sentido à realidade. Deste modo, ao estudar as representações do passado, encontramos vestígios para perceber como as culturas produzem e reproduzem formas de pensar que ainda sobrevivem e inscrevem significados na realidade atual. Ao utilizarmos as revistas como fontes privilegiadas,⁶⁷ encontramos textos que representam certa produção e circulação de ideias sobre crianças e infância dirigidas à formação inicial e continuada de professores,

⁶⁶ Sobre a Escola Nova, Xavier (2014, p. 281), registra que tal movimento “alimentou os anseios de inovação em geral, e de renovação pedagógica em particular”, expressando-se “por meio de um conjunto de experiências educativas levadas a efeito em diferentes países do mundo ocidental cujo denominador comum se encontrava em concepções, por assim dizer, inovadoras a respeito das crianças”.

⁶⁷ Tivemos acesso a 77 revistas. Destas, 65 edições foram da Revista Escolar, 6 edições foram da revista Estudos Educacionais e 6 edições foram da Revista de Educação. Segundo Marangon (2010, p. 14), “os periódicos educacionais apresentam-se também como importantes núcleos informativos para compreender a circulação de discursos transnacionais e sua divulgação nas discussões acerca das práticas educativas locais”.

além de demonstrarem a apropriação e representação de modelos culturais pelos autores que ali publicavam (CHARTIER, 1990, 1992).

Para esse autor, as representações do mundo social, mesmo que aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses dos grupos que as forjam, bem como pelas condições objetivas da realidade de cada época. O autor estabelece como tarefa da história cultural “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A escolha pelos periódicos como documentação pesquisada justifica-se pela sua importância como instrumento de veiculação de ideias das principais correntes pedagógicas sobre as crianças e a infância, além de fornecer orientações e prescrições para um saber-fazer pedagógico. Carvalho (1998, p. 35) entende “[...] o impresso como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares”. Percebemos aproximações da Revista Escolar (1920-1935),⁶⁸ revista portuguesa, e os periódicos catarinenses, a Revista de Educação (1936-1937) e a Estudos Educacionais (1941-1946).⁶⁹

As revistas brasileiras compartilhavam textos produzidos por professores, alunos(as) do Curso Normal, diretores e por grandes pedagogos e educadores da época, dirigindo-se à formação inicial e continuada para o professorado, principalmente os professores primários. Na revista lusitana encontramos várias informações e observações a respeito das crianças e da infância, não apenas sobre a realidade portuguesa daquele momento histórico, mas também em âmbito mundial, pois autores dos mais diversos países publicaram estudos sobre a questão.

Todos os periódicos além de tratarem das concepções acerca das crianças e da infância, das discussões teóricas sobre a educação, também sinalizavam a respeito do funcionamento do campo escolar de cada país e apresentavam discussões que partiam de temáticas variadas. Decidimos, então, realizar uma leitura detalhada, compilando e agrupando as referidas temáticas com base

⁶⁸ A Revista Escolar era uma publicação portuguesa voltada para a Educação. Teve quinze anos de existência, com edições mensais, entre os anos de 1920 e 1935.

⁶⁹ A Revista Educação era uma publicação da Interventoria do Estado e deliberada como uma revista do Órgão do Professorado Catarinense. Este periódico teve publicações bimestrais nos anos de 1936 e 1937. A revista Estudos Educacionais era um periódico produzido pelo Instituto de Educação de Florianópolis/SC. Este periódico teve seis publicações entre os anos de 1941 e 1946. As duas revistas circularam exclusivamente no Estado de Santa Catarina.

nas representações sobre as crianças e infância encontradas nas revistas, bem como as concepções decorrentes que tiveram certa hegemonia.

A tentativa de selecionar tais representações, que envolviam concepções, discursos, ideias e saberes, decorreu inicialmente da leitura de bibliografias de autores brasileiros e portugueses que entabularam esses debates em seus estudos. Com base nas leituras realizadas e em cruzamento com o que foi encontrado nas revistas, sendo possível identificar algumas representações hegemônicas sobre as crianças e a infância, a saber: **médica e higienista, jurídica e moral, pedagógica e psicológica.**⁷⁰

Quadro 1 – Número de revistas pesquisadas e o número de discursos e representações selecionadas

Discursos e Representações	Número de Discursos e Representações		
	Revista Escolar	Estudos Educacionais	Revista de Educação
	65 revistas	6 revistas	6 revistas
Médico e Higienista	13	9	7
Jurídico e Moral	13	1	3
Pedagógica e psicológica	41	15	14

Fonte: elaborado pela autora.

O cruzamento entre as revistas portuguesas e brasileiras foi realizado à luz da categoria de análise adotada, sendo os materiais organizados a partir

⁷⁰ Para o estudo foram consultados autores que pesquisam sobre essas ideias, saberes e representações. Sobre os saberes médicos e higienistas, utilizamos: CARVALHO (1998, 1999), FERREIRA e GONDRA (2006), GONDRA (2000, 2002, 2003, 2004), ROCHA (2010), e STEPHANOU (1999). Sobre os saberes jurídicos e morais utilizamos AREND (2005), BASTOS e KUHLMANN (2009), FREITAS e KUHLMANN (2002) KUHLMANN (1998), PEREIRA (2006) e RIZZINI (2011). E para os saberes pedagógicos e psicológicos, BOTO (1997), CARVALHO (2011), CARVALHO e TOLEDO (2007), LOPEZ, FARIA FILHO e VEIGA (2000), MARAGON (2010), PRIORE (2006), SOUSA e CATANI (1998). Esses autores, entre outros também utilizados, não nomearam seus trabalhos a partir das representações, como ora os apresentamos, mas entendemos que suas discussões estão permeadas por eles, por isso decidimos assim organizá-los.

dos discursos e representações médico-higienistas, jurídicas e morais, pedagógicas e psicológicas sobre as crianças e a infância, que, de certa forma, pareciam orientar um fazer pedagógico. A busca se deu por meio de uma leitura crítica dos vestígios encontrados nos textos dessas publicações.

O discurso é compreendido também a partir das contribuições de Cunha (2005, p. 195) quando assevera que “Dos muitos sentidos da palavra discurso, pode-se concluir que discurso é um conjunto de enunciados que constituem significados numa relação de interlocução, o que supõe a existência de um auditório a ser mobilizado”. Para o autor existe uma relação entre quem escreve e as leituras realizadas por quem escreve, pois “[...] O texto que transporta um discurso representa a consolidação do pensamento de quem o redigiu, constituindo um elo entre as ideias do autor e as teorias de outros autores, cada qual em seus respectivos contextos”. Mas, além disso, a relação inclui os leitores, que são peças fundamentais no discurso, pois quem escreve e torna público os seus escritos, deseja que o outro leia os conteúdos de seus discursos e sejam sensibilizados por eles. Para Cunha (2005, p. 195) o texto “[...] tem a função de estabelecer a comunicação do autor com seus eventuais leitores, e é precisamente isso que o torna peça de discurso”.

Ao ler os discursos encontrados nas revistas pesquisadas foi possível perceber os traços que vão sendo reorganizados de um contexto para outro. Segundo Cunha (2002, p. 195) “É essa peculiaridade que impõe ao autor de um texto a necessidade de remanejar ideias de um contexto para outro, reencadeando discursos alheios, recolocando-os de tal maneira que possam efetivamente atingir leitores e, com isso, aumentar a possibilidade de o público assumir atitudes positivas ante as proposições do texto”. Compreendemos que tais discursos auxiliam na construção das representações, pois estão presentes nas práticas, e logo nas concepções em torno das crianças e da infância.

Representações e concepções sobre as crianças e a infância

Ao analisar as representações e as concepções presentes nas revistas encontramos um ponto em comum ao identificar o momento similar em que os saberes **médico e higienista** passam a ser referência para a educação das crianças brasileiras e portuguesas, mesmo considerando as diferenças sociais, culturais, políticas e históricas entre os dois países.

As revistas apresentavam em seus discursos ideias médicas e higienistas sobre o corpo, sobre o espaço e sua organização, portanto, encontramos

discussões acerca da Educação Física como prática de exercícios ou jogos desportivos (que envolviam o cuidado com o corpo e a saúde física e mental); métodos escolares a serem aplicados na disciplina de Educação Física (que envolviam o seu valor moral e intelectual); da prevenção de doenças (com debate sobre as moléstias de origem sexual, a necessidade de exames pré-nupciais, além das doenças que afetavam crianças, incluindo as recém-nascidas, sua gestação, o momento do parto, o cuidado com o corpo quanto à postura, para evitar problemas de coluna, complicações na audição e sua relação com o desempenho escolar); da higiene do corpo e bucal (além das discussões com a puericultura, profilaxia, eugenia); da valorização da vida e do preparo para o trabalho de forma saudável. Além disso, mencionavam as condições físicas e materiais dos prédios ou edifícios escolares, a higiene do espaço e a relação com a ventilação, iluminação, salubridade, além do estado das instalações sanitárias, a localização e a mobília escolar.

Observamos que os saberes médicos gozavam de legitimidade para intervir no desenvolvimento da criança, devido aos seus conhecimentos objetivos de base científica. Assim, segundo Ferreira (2002, p. 103), “a medicina, ao investir no discurso da prevenção da doença e no desenvolvimento da criança, posiciona-se como ciência zeladora da infância e como ciência fundamental para a reforma da sociedade”.

A proteção da infância, como forma de evitar a elevada mortalidade das crianças, passa a ser analisada de um ponto de vista da higiene social, e os médicos compunham o único corpo profissional com formação para a intervenção científica sobre a infância. A higiene merece intervenção de apoio público, pois a família não poderia ser a única a responsabilizar-se pelas condições de desenvolvimento das crianças, sendo atribuída à medicina habilidades e capacidades para criticar os progenitores e os poderes públicos.

Indo ao encontro do que encontramos nas revistas, Rocha (2010, p. 237) registra que os congressos de higiene escolar, muitas vezes organizados por sociedades ou associações de médicos interessados pelo assunto, ofereciam importantes evidências no que se “[...] refere à produção e à circulação de representações sobre a infância e ao papel dos médicos na formulação de propostas voltadas para a sua educação”. A autora registra que foi possível compreender tais questões na lista da “[...] agenda internacional, bem como os diferentes movimentos por meio dos quais se buscou apresentar como legítima e necessária a intervenção dos médicos sobre a instituição escolar e as crianças” (ROCHA, 2010, p. 237).

Assim, a análise dessa época também possibilita encontrarmos os vestígios de como se constituía a rotina dos médicos escolares, pois ela contemplava a medição do peso e da estatura, a verificação da capacidade respiratória, tudo anotado em fichas individuais, a ficha antropopedagógica, pois estes dados davam aos médicos um panorama do desenvolvimento físico e intelectual da criança. Além disso, outros exames foram incorporados nesta rotina, como os exames dos órgãos visuais e auditivos, além da revista buco-dentária. Juntamente com a autoridade do professor, configura-se a autoridade do médico no espaço escolar, que através da ciência médica introduz os recursos considerados modernos para o controle das características individuais, observando também o coletivo de alunos, procedimentos que encontram permanência nos dias atuais, principalmente quando os diagnósticos emitidos por meio de laudos médicos orientam certas ações pedagógicas destinadas aos estudantes a serem realizadas pelos professores(as) e gestores(as).

Na análise das representações presentes nos discursos médicos e higienistas foi possível observar que os textos publicados na Revista de Educação apresentavam uma certa diferença na discussão se comparado aos das demais revistas, pois esses discursos estavam voltados para uma prática de educação física que proporcionasse a saúde do corpo, e nos pareceu que a questão da higiene ficou em segundo plano. Já os discursos da outra revista catarinense, a Estudos Educacionais, estavam mais voltados para uma visão médica do cuidado com o corpo, logo com a saúde, bem como para ações higiênicas e discursos eugênicos, assemelhando-se mais aos discursos da revista portuguesa analisada, a Revista Escolar.

Foi possível observar também que a revista Estudos Educacionais, ao se referir ao discurso médico e higienista, apresentou uma outra abordagem, mais voltada para a eugenia, para a biologia e para a puericultura. Quanto ao discurso médico e higienista analisado na Revista Escolar, publicação portuguesa, a questão de maior evidência se refere aos cuidados necessários com os espaços escolares, que por vezes apresenta um caráter de denúncia, enquanto as revistas brasileiras enaltecem as ações governamentais e os investimentos realizados mais do que os denunciam ou criticam; as críticas até aparecem, mas são poucas.

Ao analisar os saberes **jurídicos e morais** em pesquisa da área constatou-se que em algumas décadas do século XIX, o vocábulo “pobre” foi associado a sentidos pejorativos, de vagabundos, preguiçosos e de criminosos em potencial, em várias línguas da Europa e também no Brasil, como regis-

tram Bertucci e Silva (2014). As autoras sinalizam que as “classes pobres” da população foram designadas como “classes perigosas”, sendo a expressão utilizada para nomear determinados grupos de indivíduos que “por vontade própria ou situações adversas, não trabalhavam e viviam no limiar da criminalidade, como os desempregados, os biscateiros, os vadios e os pedintes de esmolas” (BERTUCCI; SILVA, 2014, p. 106). Tal explicação nos ajuda a compreender que o aparato jurídico-assistencial foi criado para controlar socialmente um tipo específico de crianças, as crianças pobres, e não todas as crianças.

Segundo Vianna (2002, p. 28), no Brasil a expressão “crianças consideradas incorretas” designava aquelas não geridas de modo satisfatório pelas unidades familiares ou domésticas, exigindo a intervenção do Estado. Um dos encaminhamentos adotados por policiais das delegacias distritais ou do Corpo de Segurança era recolher e enviar os “menores” encontrados nas ruas a instituições voltadas à internação desses sujeitos, cujas classificações mais frequentes eram as de *menores abandonados*, *vadios* ou responsáveis por *pequenos furtos*. Outro encaminhamento efetuado, tanto por policiais quanto por juízes, principalmente voltados para as meninas, era a tutela privada, denominação dada por Vianna (2002, p. 28) para designar “um conjunto de relações ao mesmo tempo patronais e domésticas estabelecidas através da alocação de menores em casas de terceiros”. Além do abrigo, *os(as) menores* tinham direito a um salário estipulado pelo juiz, referente ao trabalho doméstico realizado, contrato de trabalho chamado *soldada*, mas estes valores só poderiam ser retirados após a maioridade.⁷¹ A ausência da capacidade de se autogerir ou de garantir materialmente a vida tornava essas crianças dependentes, neste caso, de decisões jurídicas.

As ações jurídicas e morais estavam em consonância com o aparato médico e higienista, pois algo que se discutia era o despreparo das famílias pobres para cuidar de seus filhos. Por isso, muitas vezes, o ambiente familiar era visto como perigoso, sendo avaliada a aptidão ou não destas famílias para continuarem com seus filhos. Isso representava a perda do pátrio poder. Crianças e jovens eram retirados de suas famílias “desestruturadas” e “impróprias”, para serem encaminhados a outras famílias ou lugares apropriados, que lhes garantissem segurança, cuidados e bem-estar, mas que também

⁷¹ A autora registra que não era respeitada a idade cronológica para a maioridade de 21 anos e que, nos casos pesquisados, a “maioridade e a paga por seu trabalho – seu desligamento da condição de personagem da burocracia da menoridade – só foram obtidas com outra condição tutelar: o casamento” (VIANNA, 2002, p. 38).

controlassem os riscos que essas crianças e jovens eventualmente pudessem ocasionar à sociedade, se continuassem livres e soltas pelas ruas.

Nas revistas foram encontradas discussões que apresentavam os saberes jurídicos e morais, as quais envolviam o controle social e abarcavam a disciplina, os castigos corporais, a importância dos símbolos nacionais, e também a função social da educação – o que incluía os problemas sociais, o significado de educar e instruir, a vida escolar das crianças e a orientação profissional destinada a elas. Podemos perceber, a partir das análises realizadas, o quanto o discurso jurídico e moral difere, nas duas revistas brasileiras (*Estudos Educacionais* e *Revista de Educação*), daquele que esteve em circulação em Portugal (*Revista Escolar*), principalmente no debate que diz respeito ao tempo do trabalho, à formação do jovem e às questões ligadas ao seu comportamento. Em relação ao tom que assume em cada uma das revistas brasileiras analisadas, observa-se que o discurso jurídico e moral, na *Revista de Educação*, está mais voltado para o nacionalismo, enquanto a revista *Estudos Educacionais* parece não dar ênfase a esta discussão em seus discursos. Em relação aos dois países, Brasil e Portugal, nota-se maior semelhança nos discursos dos respectivos periódicos no tocante à orientação para o trabalho.

Em ambos os países haviam questões importantes a serem perseguidas, entre as quais estavam: a) quem poderia e deveria ser considerado criança; b) o trabalho como elemento regenerador para crianças e jovens delinquentes; c) o poder do Estado para gerir uma jurisdição para a infância, mas após analisar os discursos representativos sobre as crianças e a infância nas três revistas pedagógicas pesquisadas, dedicamo-nos a fazer algumas ponderações, afinal, quando pensamos nas ações e nos discursos morais e jurídicos, parece-nos que estes estavam voltados para a proteção, assistência e guarda da infância de todas as crianças, mas a análise das fontes que serviram de base para esta investigação nos levaram a encontrar certos vestígios que nos auxiliaram na formulação de algumas hipóteses.

Nossa primeira hipótese, após a análise da realidade da época por meio dos discursos, diz respeito à própria consideração sobre quem eram as crianças e ao poder do Estado em gerir uma jurisdição para a infância. As crianças de que os discursos tratavam eram aquelas que tinham condições objetivas de ir à escola, aquelas que deveriam ser educadas e instruídas, mas nem todas as crianças (tampouco suas famílias) tinham condições para tal. Parece que a ideia a respeito das crianças não incluía as que fossem negras, pobres, mendigas, abandonadas, trabalhadoras ou órfãs, embora o discurso também

estivesse voltado a elas. Para estas crianças, a proteção e o direito assumiam a forma de controle social, e a educação não era um direito à instrução, mas um certo domínio sobre elas, uma forma de intervenção jurídica por parte do Estado, que se apresentava como responsável pela tutela das crianças. O argumento jurídico foi a defesa da sociedade e a construção da nação, e para isso foram criados mecanismos disciplinares, controles de costumes e regulações de atitudes voltadas para a infância. Nossa segunda hipótese estabelece relação com o trabalho. A educação, antes de instruir, deveria demonstrar o valor do trabalho. Para isso, a educação voltada para o trabalho era posta em evidência em detrimento da educação intelectual, relegada a segundo plano, afinal, pelo trabalho, as crianças seriam resguardadas; e seus interesses, protegidos.

Ao analisar os saberes **pedagógicos e psicológicos** observamos discussões que envolviam as questões da prática e do método e que se relacionavam a leitura e a escrita das crianças, os debates acerca da Pedagogia Prática, a Escola Ativa, a Educação Nova, as Escolas Progressistas, o pensamento de pedagogos de renome, como: Ovídio Decroly, Maria Montessori, Fröbel, Pestalozzi, João de Deus, e ainda estudos sobre Pedagogia, Psicologia, Didática, sobre a nacionalização da escola, a educação urbana e rural, as situações sociais e relatos sobre as semanas educacionais, por exemplo. Também encontramos discussões sobre a escola como instituição social, a escola e sua relação com a instrução – e as compreensões sobre o papel da escola, sua organização e obrigatoriedade, além do debate sobre os livros primários de leitura, sobre como a escola deveria ser atraente, sobre a iniciação da leitura e da escrita e a aprendizagem, sobre os atos de ler, escrever e contar, a educação dos educadores, a utilização de cartilhas e o combate ao analfabetismo.

Foi possível evidenciar a relevante presença do discurso pedagógico e psicológico nos textos da Revista Escolar analisados. Os discursos envolveram debates e prescrições sobre a leitura, a leitura silenciosa, a escolha de materiais para a leitura, os métodos de leitura e a utilização de livros que auxiliassem no desenvolvimento da escrita. Esses assuntos se mostraram fundamentais num determinado momento histórico, em que os Inspectores da Instrução Pública (primeiros fundadores da Revista Escolar) deram curso a ações que procuravam diminuir os índices do analfabetismo, acabar com o ensino livresco, introduzir uma escola moderna, atraente e instruir e educar a população. Observa-se também a presença de outros discursos que se referem mais especificamente à psicologia e à didática que, embora não se apresentem com a mesma constância e visibilidade dos demais, também permeavam

as discussões do periódico e tinham a sua importância, pois auxiliavam na orientação de uma prática pedagógica e de uma determinada visão sobre a criança e a infância.

Ao analisarmos as três revistas percebemos que as semelhanças foram maiores que as diferenças, que a formação de professores, seja inicial ou continuada, era, sem dúvida, uma preocupação nos dois países.

Além disso, os preceitos da Escola Nova e os conhecimentos científicos a respeito das crianças e da infância estavam também presentes nos discursos, mas há que ser observado que, aqui no Brasil a Escola Nova integrava um projeto governamental, introduzido nas escolas por meio de decreto, pois no caso brasileiro, a Escola Nova, mesmo sendo um projeto forjado principalmente na política, manteve discursos dirigidos a influenciar a prática pedagógica dos professores. As preocupações com a prática e o método, principalmente em como ensinar e adquirir a conquista da leitura e da escrita por meio do método global, eram as orientações predominantes e influenciaram, muito provavelmente, a prática dos professores, bem como seu entendimento sobre as crianças e a infância.

Sublinhe-se que as representações possíveis de serem acessadas por meio das revistas em análise tinham por público-alvo professores de vários graus de ensino e servia como veículo de formação para esses profissionais. Por meio da leitura dos textos, muitos professores assimilavam uma cultura pedagógica e uma visão sobre a educação que orientavam a forma como viam a infância, a organização da escola, os métodos e as práticas escolares. As revistas inseriam-se no movimento de difusão das ideias da Escola Nova, mas se abriam a um diálogo com os professores que desejassem dar conta da sua reflexão sobre as suas próprias experiências.

Considerações finais

Podemos dizer que, embora houvesse iniciativas distintas, formada por sujeitos com interesses peculiares e particulares, a junção dos saberes médico e higienista, jurídico e moral, pedagógico e psicológico formaram um corpo representativo e mobilizado para sanar os problemas que afetavam a construção da tão esperada nação civilizada: a falta de saúde, de higiene, de disciplina, de educação e instrução, de normas de conduta, de hábitos e regras sociais, entre outros. Ao afirmar a existência de certas junções entre os saberes, não estamos desconsiderando a faceta dos interesses específicos

de cada um deles, mas apenas sinalizando que a análise deve ser pensada em conjunto, percebendo suas fusões, articulações e entrelaçamentos.

Nossos estudos demonstram que a influência de ideias médicas e higienistas, jurídicas e morais, pedagógicas e psicológicas foram hegemônicas, pois representaram saberes capazes de modelar as organizações do campo escolar, a implantação de procedimentos e racionalidades que vigoraram nas instituições educativas, os quais eram acompanhados por um conjunto de técnicas de homogeneização.

Portadores de conhecimentos objetivos de base científica, no recorte histórico analisado, os médicos e higienistas pareciam ser representantes legítimos para intervir no desenvolvimento da criança por meio do discurso de proteção da infância, afinal a medicina se constituía cada vez mais em um saber autorizado, com um caráter zelador, pois a intervenção da medicina na infância ajudaria a criança a se tornar saudável, apta para o trabalho e para o engrandecimento da pátria.

A fim de atingir a todas as crianças, pois se entendia que somente a família não conseguiria salvaguardar os objetivos desejados no combate à elevada mortalidade das crianças, a higiene recebeu apoio público, como forma de melhorar, prevenir e defender a sociedade, e estas ações se deram no espaço escolar, que atreladas às questões da prevenção e higiene e também a um poder disciplinarizador, eram organizadas por meio de políticas educacionais que se interligavam aos interesses sanitários e higienistas que tinham como meta o progresso e à ciência moderna.

Com a intenção de controle social e de formação de uma força de trabalho para a nação, a educação, ou melhor, dizendo, a educação das massas passa a ser oferecida às crianças e aos jovens e teve apoio de agentes jurídicos. Portadores de uma moral exemplar, estes agentes auxiliavam na demonstração do valor do trabalho e no fortalecimento da ética do labor, afinal o trabalho se apresentava como um regenerador de qualquer transgressão social. Juristas e moralistas acreditavam que as crianças e os jovens poderiam ser regenerados e recuperados, ideias que tiveram presença no âmbito educacional.

Os discursos e os saberes pedagógicos e psicológicos, mesmo com suas questões específicas, foram ao encontro do que desejavam médicos, higienistas, juristas e moralistas, no sentido de formarem uma sociedade moderna e civilizada, afinal os professores e psicólogos representavam os porta-vozes da educação, da instrução e disciplina necessária às crianças e aos jovens. A criança tornou-se objeto de estudo e de interesse destes profissionais.

Compreender a forma com que as crianças e os jovens aprendiam o que deveria ser ensinado, como e quando, bem como o melhor método para ensiná-las visando à conquista da leitura, da escrita e do cálculo eram objetivos primordiais a serem alcançados no momento histórico selecionado.

Os textos publicados na Revista Escolar estão em perfeita sintonia com as ideias mais progressistas sobre a educação da criança e pretendiam influenciar as políticas e os comportamentos das pessoas que mais deviam preocupar-se com aqueles que garantiam a qualidade do futuro da sociedade. Eles abordam desde o problema das condições do casamento até questões relacionadas ao funcionamento das escolas e ao trabalho infantil. Apresentavam-se ideias e exemplos de outros países, para difundir ideias e indicar a existência de um movimento internacional, a fim de mostrar o que era necessário fazer no país. Havia de se cumprir a modernidade e o processo civilizatório, questões também presentes nas revistas brasileiras, afinal as crianças haviam se tornado objeto de estudo de várias ciências, e quem escrevia para as revistas eram indivíduos que se apresentavam como possuidores de um cabedal científico capaz de intervir a favor da saúde e da educação cívica, moral e intelectual das crianças.

Aqui residem os indícios que entrecruzam as concepções de educação historicamente construídas, ou seja, a filantrópica e assistencialista (que estavam voltadas aos aspectos de higiene, da moral e das virtudes sociais), a compensatória (que desejava superar o fracasso social e a carência cultural) e a escolarizante (que representava uma alternativa para superar os problemas educacionais), principalmente quando se pensa sobre qual educação foi destinada às crianças brasileiras e portuguesas, principalmente as pobres, negras e marginalizadas.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. 2005. 540f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, Miguel. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1. Brasília, 1994. *Anais...* Brasília: MEC, 1994, p. 88-92. Disponível em: <<https://bit.ly/2Erqxnq>>. Acesso em: 1º set. 2023.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes; KUHLMANN JR, Moysés. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário (Bragança Paulista-SP, 1871-1900). *Caderno de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 41-68. jan./abr. 2009.

BAZILIO, Luiz. Cavaliere. Infância “rude” no Brasil: alguns elementos da história e da política. In: GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *História, infância e escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002. p. 45-59.

BECCHI, Egle. *Retórica de infância*. Perspectiva, Florianópolis: n. 22, p. 36-96, ago./dez 1994.

BERTUCCI, L. M.; SILVA, S. C. H. P. da. A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 103-133, maio/ago. 2014.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. 1997. 606f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN Jr, M. (Orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo: USF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *História social da infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 269-287.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de e TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, Marcus A. T. *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 89-110.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, Instituições Educacionais: Brasil e Portugal, Histórias conectadas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHARTIER, R. Textos, impressões, leituras. In: Hunt, L. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. v. 6, p. 211-238.

CUNHA, M. V. da. Recontextualização e retórica na análise de discursos pedagógicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 179-207.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, A. G. Higiene e o investimento médico na educação da infância. In: GONDRA, J. G. (Org.). *História, infância e escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002.

FERREIRA, António Gomes, GONDRA, José Gonçalves. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiénica em Portugal e no Brasil (séculos 17-19). *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 216, p. 119-134, maio/ago. 2006.

FREITAS, Marcos César de; KUHLMANN Jr., Moysés. (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). *História, infância e escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002.

GONDRA, J. G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr. 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

KUHLMANN Jr., M. *Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARANGON, A. C. R. *Crianças e alunos em sala de aula: a circulação do debate sobre métodos de ensino em Portugal e no Brasil*. 2010. 371f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2010.

MARÇAL, Mônica Teresinha. *Discursos sobre crianças e infância em revistas pedagógicas (1920-1940) dirigidas à formação de professores em Portugal e no Brasil/Santa Catarina*. 2017. 410 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis – 1900/1940*. 2006. 247f. Tese (Doutorado História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). *As crianças: contextos e identidades*. Portugal: Bezerra Editora, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/2xi49ES>>. Acesso em: 30ago. 2023.

PRIORE, Mary del (Org.). *História da criança no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Heloísa. Helena Pimenta. A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 235-262, abr. 2010.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século 20*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 450f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

VIANNA, A. de R. B. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na primeira república. In: GONDRA, J. G. (Org.). *História, infância e escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002, p. 29-44.

XAVIER, Libânia. A república e o movimento da educação nova no Brasil e em Portugal.
In: MOURÃO, Alda.; GOMES, Angela de Castro (Org.). A experiência da primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra, PT: Universidade de Coimbra, 2014, p. 279-298.

CAPÍTULO 11

Relações de Poder, Etnia, e Gênero: *Do outro lado tem segredos, A fada que tinha ideias, Bisa Bia Bisa Bel*

Maria do Rosario da Cunha Peixoto
Olga Brites

Fernanda Lopes de Almeida, já em 1971, em *A fada que tinha ideias*, opera o deslocamento do conceito de política, que amplia seu significado para abranger todos os atos de intervenção na polis, e não apenas aqueles que dizem respeito ao Estado. E toma como agentes do poder não apenas os governantes e os funcionários do Estado, mas o cidadão comum na sua experiência cotidiana de viver, considerando como espaços da política todos aqueles nos quais a experiência humana se dá. Fernanda Lopes de Almeida nos conta a história de uma fadinha de dez anos de idade, que morava no céu com sua mãe. Clara Luz esse era seu nome, gostava de brincar com as amigas inventando suas próprias mágicas, em vez de seguir o livro das fadas, pois, segundo ela: “Quando alguém inventa alguma coisa, o mundo anda. Quando ninguém inventa nada, o mundo fica parado”. Todas as vezes que Clara Luz tinha uma ideia, era repreendida pela mãe, que temia ofender a rainha, sem cuja ordem nada podia ser modificado. Imagine se ela ficasse sabendo que a filha não saía da primeira lição. O poder da rainha não se fazia sentir diretamente. Era mediado não só pelo Livro das fadas, que ensinava a fazer mágicas, desencantar príncipes e princesas, fazer tapetes mágicos, transformar abóboras em carruagem e por normas difusas, consagradas pela tradição e aceitas por todos como naturais. Toda transgressão da ordem inclusive as simples brincadeiras de crianças, como fazer chover colorido, fazer animaizinhos de nuvens e dar-lhes vida era recebida como uma ameaça à autoridade da rainha e imediatamente reprimida pelas mães, responsáveis pela educação das fadas. É permanente a tensão entre o ato de criar significando movimento, a busca, o correr riscos e o respeito ao Livro e à tradição significando a ordem, a permanência, o imobilismo, a sisudez. Esse conflito entre criar e obedecer, presente na trama de forma explícita, no nosso entender expressa uma outra tensão mais profunda entre ser criança e ser adulto. Senão, vejamos: Certo dia, a mãe da fadinha lhe apresenta a sua professora de horizontologia. Ao ser

convidada pela aluna para irem ao horizonte, primeiro ela vacila: “Não sei se é permitido (...) Não foi assim que aprendi no colégio...” A função e o papel da professorinha já tinham sido definidos pela mãe de Clara Luz ao explicar o que era horizontologia: “É saber tudo sobre horizontes e a professorinha sabia horizontologia na ponta da língua.” Mesmo relutante a professora aceitou o desafio da aluna e vai, e descobre que havia não um, mas dez horizontes. Clara Luz descobre sete. Brincando e ensinando, a professora nem percebe que seus cabelos vão se transformando e aparecem de tranças, como quando tinha dez anos.

As pequenas transgressões da ordem põem em perigo o sistema de dominação como um todo. Cada invenção das pequenas fadas provoca situações novas e abre possibilidades para outros acontecimentos. Os adultos se sentem questionados e divididos. Estrategicamente colocado no texto, *O Teatro de Clara Luz*, nos fala de uma festa preparada pelas crianças com números de canto e balé e para a qual são convidadas as fadas adultas. Lindas em “Seus vestidos dourados, prateados, azulados” foram chegando e tomando seus lugares nas arquibancadas de nuvens. “As filhas não paravam de se remexer e de trocar de lugar.” Assim que a Fada-Mãe se acomodou, começou a festa. O Senhor Relâmpago começou a cantar, quem fizera a canção fora Clara Luz, na qual contava todas as viagens do Senhor Relâmpago, pelas montanhas, cidades e mares. E terminava assim: Derrubei carvalhos e queimei florestas. Quando eu era moço, não queria festas. Mas de incendiar, já estou enjoado. Quero festejar, que é mais engraçado! Logo em seguida, o Senhor Relâmpago, Dona Relâmpaga e os cinco filhos começaram a cantar em coro. Era a hora do balé de estrelas cadentes. De todos os cantos do céu, começaram a surgir estrelas, rodopiando. Só quem já viu um balé de estrelas cadentes, com coro de relâmpagos, pode fazer ideia da beleza que é. As fadas choravam de emoção, mas o ponto mais maravilhoso do bailado foi quando surgiu a Fada das Sete Madrugadas e começou a dançar com as estrelas e a família Relâmpago cantou: Sete são as madrugadas, poderiam ser setenta, as coisas que a gente inventa são sempre bem inventadas. A professora de Horizontologia, que estava entre as fadas convidadas, começou a cantar também: Mora no oitavo horizonte um grande leão dourado. Isso não é muito longe: É mesmo aqui ao meu lado, na mesma hora o leão apareceu, sacudindo a juba cor de ouro, e ajoelhou-se, para a Professora montar nele. Senhor Relâmpago, entusiasmado, cantou sozinho: Passarinho de três asas não é nenhuma bobagem, quem inventou um assim é pessoa de coragem. Aquele passarinho, que Clara Luz tinha feito com o bule, veio voando e pousou no ombro dela: – Sabe de uma

coisa? Estou arrependido de ter querido só duas asas. Você não poderia fazer uma mágica e tornar a me pôr a terceira asa? – Eu não. Bem feito para você. Perdeu a ocasião de ser o único passarinho de três asas que já existiu. – Mas é que, naquele tempo, eu não sabia que isso é formidável. – Bom, vou fazer a mágica. Mas depois não se queixe, senão eu torno a transformar você em bule. Clara Luz fez a mágica e o passarinho, contentíssimo, ficou por ali, esvoaçando. Dessa vez foi a Fada-Mãe quem se levantou e cantou: Não há mágica malfeita. Quando a filha põe três asas e é a mãe que endireita, a mãe é que está errada, pois só quem fez a invenção manda na coisa inventada. As fadinhas aplaudiram muito a mãe de Clara Luz. As fadas grandes ficaram na dúvida se batiam palmas ou não. Então eu não posso consertar as mágicas erradas da minha filha, ora essa? – perguntou uma. É claro que não. Mágica não se conserta – respondeu outra. E começou a aplaudir a mãe de Clara Luz. Aí as outras fadas se decidiram também. Foi uma salva de palmas. A Fada-Mãe, que estava linda com o seu vestido mais brilhante, agradecia sorridente. A professora de Horizontologia passeava pelo céu, montada no leão dourado. A Fada das Sete Madrugadas começou a fazer madrugadinhas pequenas, espalhando pelos recantos do céu. As convidadas começaram a sair das arquibancadas para tomar parte na festa. Choviam estrelas cadentes por todos os lados. A família Relâmpago cantou: Não há nada mais bonito que inventar em liberdade e só tem a vida alegre quem sabe dessa verdade. De repente todos os bichos que as fadinhas tinham feito naquela tarde vieram galopando do horizonte. As fadas menores deram gritos de alegria. As mães ficaram sem saber o que fazer. Os bichos passaram galopando, mas não pararam. Estavam indo para o palácio da Rainha. Enquanto isso... Lá no castelo, a Rainha estava de muito mau humor. Gritava, esbravejava e de tão irritada “bateu no chão com o cetro, que é uma espécie de bengala que as rainhas usam.” A Rainha discutia com as fadas conselheiras, as mais bem pagas do reino, ganhavam 200 estrelinhas, uma fortuna. A Rainha não sabia o que queria, as conselheiras não sabiam o que aconselhar, aliás aconselhavam sempre as mesmas coisas. Aconselhavam capricho na caligrafia, não pôr os cotovelos em cima da mesa. Uma delas até aconselhou a Rainha a arranjar um apito, “porque é sempre mais fácil conseguir disciplina com um apito.” A Rainha ficou ainda mais furiosa e as Conselheiras com medo de perder o emprego resolveram aconselhar tudo ao contrário: falta de disciplina, quebrar tudo que encontrasse no caminho, pisar no pé do vizinho e outras asneiras. Nesse momento, chegou a bicharada e foi aquela correria, gritos, desmaios e tudo. Não precisava de tanta confusão, os bichos só queriam conhecer o castelo por dentro. Depois que

viram tudo saíram sem estragar nada. Para complicar ainda mais a situação, chegou a carta da Bruxa Feiosa. Fula da vida, a rainha mandou convocar todas as fadas, inclusive as crianças para uma reunião no palácio, no dia seguinte. À hora marcada estavam todas lá, com caras de culpadas. A Rainha pediu explicações para o acontecido. Se não aparecessem os culpados, todas seriam despejadas do céu. Vendo a tranquilidade de Clara Luz, a Rainha lhe pediu explicações. Contenta por poder falar, a menina contou sobre a festa, sobre a chuva colorida, sobre a aula de horizontologia e até arriscou um palpite: – Majestade, a Gota Amarela, que já esteve na Terra muitas vezes, sempre me conta histórias de lá. Um dia ela me contou que houve um rei, lá no Brasil, chamado D. João VI, que abriu os portos. – E daí? – interrompeu a Rainha – Que é que tem isso com o horizonte? – Tem muito, Majestade. Minha opinião é essa: se D. João VI, que não era fada, pôde abrir os portos, por que Vossa Majestade não pode abrir os horizontes? A Rainha ficou olhando, muito séria, para Clara Luz. – Vossa Majestade, que é Rainha das Fadas, vai querer ficar atrás de D. João VI? – Nunca! Não admito que nenhum rei ou rainha passe à minha frente! – Nesse caso, vossa Majestade não tem outro remédio senão abrir os horizontes. Corajosa, tranquila na sua lógica simples, mas sincera, verdadeira, a fadinha até confessou nunca ter saído da Lição 1, do Livro das Mágicas. – Menina, que é que disse? Que nunca saiu da Lição 1? – É, sim, Majestade. Não é que eu não goste de estudar, não. As aulas da Professora de Horizontologia, por exemplo, adoro. Mas, as lições desse Livro, detesto, porque não gosto de bolor. – Bolor? Que bolor? – Pois então, Majestade! Este Livro está coberto de bolor. – Impossível, menina! Este Livro é um livro mágico, que não embolora. – Embolora, sim, Majestade. Se Vossa Majestade reparar bem, verá que ele está coberto por uma camadinha fina de bolor. Essas palavras causaram uma sensação na sala. – Vão já buscar o Livro, para eu mostrar a essa menina que ele não tem camadinha nenhuma! – gritou a Rainha. (...) E lá estava o bolor, esverdeado, cobrindo a capa do Livro. Diante de tal ousadia, perplexa, assustada, a rainha não sabia o que fazer. De repente a Rainha deu um berro tão grande que as paredes do palácio tremeram: – Quem é que educa essa menina? Onde está a mãe dela? Onde está essa tal Professora de Horizontologia? (...) A Professora de Horizontologia levantou-se: – Fiquei calada esse tempo todo, com muito medo dos berros de Vossa Majestade. Mas agora vou falar. Se Vossa Majestade não abrir os horizontes eu não quero mais ser Professora de Horizontologia. Ou dou aula no próprio horizonte ou não dou aula nenhuma! A Fada-Mãe levantou-se também: – Eu acho a mesma coisa. Há muito tempo estou cansada desse Livro

embolorado, mas só hoje estou com coragem de dizer isso. Não desencanto mais nenhuma princesa, nem torno a fabricar nenhum tapete mágico. Vou inventar minhas próprias mágicas, como a minha filha. (...) E a Fada-Mãe sentou-se, cansada, porque nunca na vida tinha falado tanto. Impotente, a rainha nomeou Clara Luz Conselheira Chefe do palácio e seguiu os conselhos dela: “O Livro foi abandonado, os horizontes foram abertos e houve uma festa para comemorar. Até a Rainha dançou.”

Fernanda Lopes de Almeida constrói um mundo ficcional no qual as relações de poder se fazem presentes na vida cotidiana dos personagens. A sociedade por ela retratada é extremamente autoritária, submetida ao jugo de um poder centralizado, exercido despoticamente pela rainha, que, apesar de seu mandonismo, tem seu poder amparado por toda uma estrutura que lhe garante a sustentação. Além de normas difusas, de conceitos estabelecidos de certo e errado, há um livro que prescreve as mágicas permitidas. Nada pode ser feito fora da tradição, ou do livro ou sem a ordem expressa da rainha. Contudo, o poder não está localizado apenas no Estado ou nos seus “aparelhos”, irradiando, a partir daí, para o resto da sociedade. A escola e a família aparecem como espaços de exercício de opressão, de controle, de vigilância dos adultos sobre as crianças, como instâncias de sustentação do poder da rainha e guardiães das normas estabelecidas pela tradição e sacramentadas pelo livro. Também aqui a autora opta por não nos colocar diante de uma noção de Estado como polo irradiador de todo poder que atinge, verticalmente, o conjunto da sociedade, através de seus aparelhos. A professora de Horizontologia, formada dentro de uma tradição pedagógica que lhe outorga a função de transmitir conhecimentos já estabelecidos, sem submetê-los a qualquer dúvida ou à crítica, consegue, por solicitação de Clara Luz, estabelecer com ela uma relação dialógica. Elas brincam e aprendem. E se ensinam mutuamente. Orientando-se no sentido do fortalecimento do poder constituído, movimentando-se nos limites de um repertório selecionado de significados, valores e práticas, a escola é representada como uma instituição formal. E, como tal, cumpre um papel importante no processo de incorporação das fadinhas à sociedade, portanto de sua socialização. Contudo, longe de ser tranquilo, esse processo é descrito como complexo, conflituoso e contraditório. Ensinar implica numa relação entre sujeitos com espaço para indagar, criar, dividir, experimentar e não apenas reproduzir. A relações de poder se tecem e se exercem em diferentes e múltiplos espaços sociais: na escola, na família, nas relações de vizinhança e no próprio Estado, não conforme leis pré-estabelecidas, mas conforme as ações dos sujeitos sociais. Não há, na vi-

são da autora, qualquer maniqueísmo no modo como concebe a relação entre dominados e dominantes: não se trata de uma oposição entre o bem e o mal. Um dos pontos básicos para o exercício da tirania e da autoridade é justamente o consentimento dos governados. O medo de desobedecer está presente nas falas das mães e é o que as leva a repreender as filhas e a desencorajar todas as suas iniciativas. Como a escola, a família não tem a imobilidade dos chamados aparelhos ideológicos do Estado. Essa noção de aparelhos ideológicos é quebrada radicalmente quando a autora escolhe a festa e não a tomada do aparelho de Estado como um lugar possível e eficaz de destituição do autoritarismo pelo povo. Embora possamos identificar, no texto, a existência de dois grupos opostos, adultos e crianças, embora possamos classificar os adultos como opressores e as crianças como oprimidas, não se trata de segmentos antagônicos. A transgressão tem cara de criança. Ao transgredir a ordem e ousar uma nova relação pedagógica, a professora se transforma: seus cabelos aparecem com tranças, suas faces ficam vermelhas, sem que ela perca o *status* de professora. Liberar seu lado criança significa libertar sua criatividade, imaginação e prazer. Em três outros momentos da narrativa, nos deparamos com personagens adultos revendo as próprias posições. O primeiro é aquele no qual as mães se permitem lembrar de sua própria infância e confessarem que detestavam as mágicas do livro. O fato de sua insubmissão durar pouco não invalida o argumento ou seu efeito. O segundo é quando a mãe e a professora tomam publicamente a defesa de Clara Luz. Mas, sem dúvida nenhuma, é na festa que se dá a superação da tensão entre ser adulto e ser criança, com todas as consequências disso: inicialmente existe uma divisão entre espectadores fadas adultas e as fadinhas transgressoras. Na medida em que os adultos deixam as arquibancadas e vêm para o palco, tomando parte ativa na festa, eles se tornam igualmente transgressores. É a vitória da alegria, da coragem e da liberdade de inventar: a vitória da criança, com o adulto, na busca do novo. Portanto, a festa é o lugar da subversão coletiva da ordem, onde se proclama e se exerce a liberdade de criar. Presente no conto desde o começo através do medo que inspira e da autoridade que exerce, a rainha entra em cena apenas nos três últimos capítulos. Quando aparece pela primeira vez, seu poder já não existe, senão formalmente.

Mesmo correndo o risco de sermos redundantes, queremos enfatizar que, nesse novo escrever literário, o caráter de resistência se expressa nos temas e questões que aborda, no tratamento dado a esses mesmos temas e na própria estrutura narrativa. Resistência essa que não se expressa e se define apenas quando essa nova tendência literária se propõe a denunciar a existência

de um sistema político autoritário, repressor, e a cisão profunda entre governantes e governados. Fica patente que essa nova escrita literária se ocupou em desnudar o regime, dissecando sua estrutura e seus mecanismos, cremos poder afirmar que ela foi além: foi capaz de perceber e desmontar os efeitos mais voláteis e difusos das relações de dominação que então se estabeleceram no país: sua dimensão simbólica, através da qual os dominados introjetam os valores dominantes e os fazem expandir-se para outras situações e circunstâncias de sua própria vida privada e pública e extrapolam aquelas situações e circunstâncias às quais se referiam originalmente. O controle da vida política, cassações, prisões, interdições de entidades de classe etc., a censura às manifestações artísticas, filmes, peças teatrais, músicas, livros, autores, e aos órgãos de imprensa, jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, mesmo quando se referiam a situações específicas, produziram efeitos mais amplos e devastadores, e criavam um clima de terror e insegurança que a todos ou a quase todos inibia e paralisava. Como consequência, gerava autocensura, retração cultural, afetiva, política, isto é, estendiam o olhar e os braços da ditadura para recantos os mais recônditos: a produção de sentimentos como medo, culpa, desconfiança, intolerância.

Em *Do outro lado tem segredos* (1980) de Ana Maria Machado, a questão étnica é posta de maneira magistral. Para Bino, personagem central da trama, perguntar o que há do outro lado do mar, corresponde a uma necessidade de encontrar-se, situar-se no mundo em que vive, isto é, compreender a aldeia e o que há além dela, significou situar-se em relação aos seus antepassados africanos – onde havia até reis e rainhas –, livres num primeiro momento e escravizados depois. Cativos, mas ativos e ativos na luta pela conquista da liberdade perdida e na preservação de suas tradições. É através da reconstituição da memória de sua raça e de sua cultura que Bino estabelece uma linha de sucessão entre Zumbi dos Palmares e os habitantes da aldeia, inclusive ele próprio. A busca da memória de seu povo e de suas raízes não se orienta no sentido do isolamento ou da formação de casta ou gueto. Tornar-se herdeiro dos sonhos de liberdade de Zumbi aproxima Bino dos mais velhos.

Bino, filho de pescadores, tem suas referências primeiras, seu aprendizado do mundo e da vida ligados ao mar: trabalho, lazer, laços de amizade. Na aldeia, a pesca é uma atividade que envolve a todos, homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, num trabalho solidário. A autora nos brinda com uma bela descrição da pescaria. Duas fileiras de gente agarrada nas cordas. Bem longe uma da outra, no começo. Mas de vez em quando, o primeiro da fila segurava o rolo que ia crescendo com as voltas da corda uma em cima da

outra e tratava de dar uns passos para perto da outra ponta. Depois, parava. Continuavam a puxada da rede. Trabalho divertido, Bino adorava. Bonito de ver e gostoso de fazer. Os pés bem firmes na areia, pernas afastadas, uma na frente, outra atrás. Sem sair do lugar. O corpo é que balançava. Para frente, para trás. Para frente, estica o braço direito, segura a corda, puxa com força, já está atrás, passando para a mão de outro companheiro. Enquanto isso o braço esquerdo já cruzou por cima do direito, foi lá na frente, pegou a corda onde outro amigo passou e já está trazendo de volta. Todos juntos, no mesmo movimento, parece uma dança. Talvez seja por isso e pela alegria do peixe que deve estar vindo, mas muitas vezes dá vontade de cantar. É só alguém começar: – O meu caranguejo do fundo do mar Deus lhe dê saúde e casa pra morar. Cantando é bom. A música parece que ajuda, no ritmo de puxar a rede. Todo mundo canta junto, todo mundo trabalha junto, para trazer o peixe que depois vai ser dividido por todo mundo. Claro, o dono da rede tem um quinhão maior, mas também, se a rede arrebentar de muito peso ou ficar presa nos arrecifes e rasgar, o prejuízo é dele.

Bino não vive uma situação de conflito com os adultos ou com outras crianças. Velhos, moças e crianças, todos participam da vida do lugar, cada um a seu modo, de acordo com suas habilidades, com sua força e com sua experiência acumulada. O trabalho era realizado com alegria, apesar de árduo e de resultado incerto: “Na espera da surpresa da rede, que podia ser boa ou má, todo mundo queria dar palpite.” A aldeia não tem só trabalho, tem festa. – Ué, a festa de São Benedito... Está chegando o dia, vai dizer que esqueceu? Bino tinha esquecido mesmo. Mas agora já estava entrando na animação de Maria, sua namorada e dos outros. – Vai ter procissão e quermesse, aquelas barraquinhas todas, com prenda, rifa, muita música. – Vamos fazer puxada de mastro e a bandeira de São Benedito vai ficar bem fincada em frente da capela. – E vai ter Congada... Congada... Que beleza! Todo ano, quando tinha festa com Congada, Bino ficava no maior assanhamento, junto com Tião, seu irmão, os dois vendo, cantando, prestando atenção em tudo. Na certa Tião vinha também este ano para aproveitar a festança, ele não perdia uma. E iam ficar vendo a coroação do Rei Congo, todo enfeitado, com roupas lindas, coberto de joias. E os embaixadores e os guerreiros em volta dele. O Rei Congo, Rei lindo... Também, era o único rei que Bino já tinha visto. Será que os reis lá do outro lado também eram assim? Melhor perguntar: O referencial cultural de Bino é que o leva a indagar o que há do outro lado do mar. Perguntando, ouvindo, observando, juntando palavras e coisas, o menino vai compondo a história de seus antepassados, de suas lutas contra o cativo, do sonho dos

quilombos, de Zumbi, de Ganga Zumba. E Bino se sente herdeiro desses sonhos, dessa luta, dos saberes de ontem e de hoje, aprendidos na escola, nos búzios, nas estrelas do céu e do mar, na lembrança dos mais velhos, no ritual da pescaria. Mas não é uma luta de negros contra brancos, mas de todos que se sentissem injustiçados, oprimidos. Maria, a namorada, também está falando com a sabedoria de sua experiência, de um jeito livre de viver e de ser: corpos nus, enfeitados com as cores da natureza e com plumas de pássaros, de matas, de frutos, de rios. Maria está falando do outro lado do morro, de onde vieram seus avós indígenas. Por isso, a luta de Bino e de Maria é uma luta de todos pela liberdade, justiça e solidariedade. Supõe busca e aprendizado: os caminhos não estão dados, é preciso abri-los enquanto se caminha.

Em *Do outro lado tem segredos* (1980), Ana Maria Machado narra, em terceira pessoa, a história de uma criança negra, Bino, Benedito. A narrativa é organizada em torno das suas indagações e descobertas. A trama é ambientada numa aldeia de pescadores e narra o cotidiano da pesca, pela ótica desse menino que sonha em aprender muito, em conhecer outros lugares e outras coisas, e principalmente em conhecer o outro lado do mar. A preocupação em saber o que há do outro lado do mar é que leva Bino ao conhecimento de seus antepassados. São tantas as perguntas... Nas conversas com os mais velhos (a avó Odila, Seu Mané Faustino, tio João) com o amigo Dilson, com o irmão Tião (que veio da cidade para a festa de São Benedito) fragmentos de respostas vão surgindo aqui e ali, vão se juntando, formando sentido, transformando-se em outras tantas perguntas. Assim, ele fica sabendo que do outro lado tem África, terra de reis, de liberdade. Depois a viagem, os maus-tratos e o cativeiro: a tristeza; Zumbi: esperança e luta contra a opressão. Na memória das festas, o rei do congado, Zumbi e São Benedito se confundem. Maria, amiga e “namorada”. Também ela quer saber o que havia do outro lado, não do mar, mas da montanha. Neta, bisneta de indígenas, ela descobrira que do outro lado, num tempo distante, havia homens livres, florestas e rios. Não havia reis. Havia chefes que não usavam coroa nem roupa, tinham o corpo pintado, a cabeça estrelada de pena de pássaros, a pele toda desenhada e pintada com tinta de flores e frutas. Um modo diferente de ser, mas que devia ser muito bom: dormir em rede, pescar, plantar, caçar, colher frutas, pois “antes lá só tinha índios...”. Como Bino, perguntar sobre o presente levou Maria a perguntar sobre o passado, o seu passado, o passado de seus antepassados e a desejar um futuro que, não sendo igual, tivesse as coisas boas desse passado: a liberdade, a natureza, a solidariedade. Em ambos, a curiosidade pelo outro lado se transforma em busca de suas origens, vira “outro tempo”, vira passado,

mas também vira futuro. Conhecer o passado permite sonhar, mas sobretudo permite mudar o presente para poder mudar o futuro, mas é também o tempo de brincadeiras, o banho de mar, correr pela praia, o tempo da primeira namorada. É o tempo de busca e descobertas, de sonhos de liberdade: tornar-se rei como ele, juntamente com todos os que tiverem sofrido com o cativeiro. O cativeiro aqui não se refere apenas ao período histórico da escravidão. Tem seu significado ampliado para significar qualquer tipo de opressão. Saber que do lado de cá houve reis portanto livres, deixa maravilhados os dois amigos, Bino e Dilson, que se deparam com a possibilidade de que algum bisneto ou tataraneto de Zumbi possa ser rei. Mas onde estaria ele e quem seria? Talvez na própria aldeia, mas como saber? A impossibilidade de sabê-lo se transforma numa abertura para que todos os que um dia tenham sido cativos possam ser reis e reconstruir os sonhos de Zumbi. O futuro é múltiplo. Depende das escolhas do presente, da união e da solidariedade de muitos. Pode ser o tempo de liberdade para os negros e para os brancos e para os indígenas; hoje oprimidos, discriminados ou dizimados. Pode ser o tempo de reconciliação com a natureza. Depende do hoje. Para Ana Maria Machado, o presente oferece os critérios para interrogar o passado e para desejar e projetar um determinado futuro. O passado, por sua vez, ilumina os caminhos do presente, torna-o compreensível e oferece elementos para compor nossos sonhos de futuro, nossos desejos, nossas metas. São temporalidades que se interpenetram e, como preconiza Benjamin (BENJAMIN, 1984), o tempo presente é saturado de “agoras”, o que leva ao rompimento com a noção de sentido obrigatório para a qual a história caminha. Ao fugir do pressuposto de necessidade histórica, repõe a ênfase nos sujeitos. O tempo de infância, enquanto preocupação, não difere do tempo adulto; os temas e as questões não são propriamente diferenciados. O projeto de construção de um futuro de liberdade não é missão confiada só aos adultos ou só às crianças e menos ainda restrita a uma classe ou segmento social, por uma missão da história. Resistir é tarefa para os oprimidos, assim como apontar a direção e os meios. Nesse sentido, o texto é intencionalmente vago. A autora não oferece palavras de ordem. *Do outro lado tem segredos* é publicado em 1980, quando estava em curso a explosão de inúmeros movimentos sociais populares, cujos discursos e práticas rompiam com os paradigmas até então estabelecidos. Novos personagens irrompiam na cena política “sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado”. E é nesse contexto de resistência à ditadura e ao autoritarismo, e do repensar, entre os intelectuais, de seu próprio papel, agora destituído de caráter vanguardista, que Ana Maria Machado produz sua obra

destinada a crianças e adolescentes. Repensar o papel do intelectual para uma autora de contos infanto-juvenis significa pensar a própria literatura: reavaliar sua temática e o modo como desenvolve a narrativa, não apresentando caminhos prontos, nem se oferecendo como a leitura unívoca do mundo, não querendo fazer coincidir o seu olhar com o olhar divino da razão pura que não se engana, a autora está, a um só tempo, buscando uma relação dialógica com a criança e revendo os papéis do intelectual e do adulto.

De forma bastante lúdica e até inusitada como convém à boa literatura, Ana Maria Machado recorre ao fantástico para criar uma situação problemática para ser enfrentada por Bel, a protagonista de *Bisa Bia Bisa Bel* (1982). A mãe de Bel, em uma de suas arrumações, encontrou um retrato de sua avó quando criança e, diante da insistência da filha, deixou-a ficar com ele. Brincando com os amigos, na calçada, Bel o deixou sumir. Inconformada, inventou uma história: que o retrato da bisavó estava tatuado nela, por dentro. Ficaram amigas, batiam longos papos, riam uma da outra e muitas vezes discutiam, se emburravam. Vivendo em outra época, habituada com outros padrões de comportamento, a bisavó, Bisa Bia, como Bel a chamava carinhosamente, vivia implicando com o seu jeito “moleque” de vestir, brincar, falar etc. E entre ambas se estabelecia um diálogo mais ou menos assim: – Meu coraçõzinho, eu estou falando é para o seu bem... Um dia, você vai crescer e vai me dar razão (...) Ou então: – Escute o que eu estou lhe dizendo, aprendi com a minha experiência... – Por isso mesmo, ué, se eu não puder fazer a minha experiência, como é que eu vou aprender? – bem que eu respondo às vezes. De tanto ela falar em experiência, experimentei tapar os ouvidos com algodão, mas não deu certo, porque a voz dela vem de dentro de mim. Aí resolvi cantar bem alto, mais alto do que ela, e canto uma música que eu mesma inventei: Experimenta, experimenta quem não experimenta nunca se esquentar, Quem nunca tenta, Jamais inventa, Experimenta Experimenta, Ou assim: – Meninas que assoviam e galinhas que cantam nunca têm bom fim... – Pois fique sabendo, Bisa Bia, que toda galinha que eu já vi é galinha que canta. – Pois fique sabendo, Isabel, que todas elas acabaram na panela. É ou não é? (...) – E que mal tem assoviar? – desafiei. – Não tem mal nenhum, meu bem. – Você não disse que assovio acaba mal? – insisti. – Eu não disse isso. Você não entendeu bem. E sempre muito calma, Bisa Bia completou: – O que é muito feio não é o assovio. É uma menina assoviando, uma mocinha que não sabe se comportar e fica com esses modos de moleque de rua. Nesse dia, Bel ouviu, dentro dela, uma vozinha fraquinha, mas nítida que lhe dizia para fazer o que bem entendesse. Bel não hesita: Era justamente o que eu queria ouvir. Aí nem

hesitei. Xinguei um palavrão bem xingado, nem era dos piores, mas é que qualquer palavrinha pode ser um horror para os delicados ouvidos de Bisa Bia, e saí pela rua assoviando, vestida na minha calça desbotada, calçada nos meus tênis, chutando o que encontrava pela frente. Bem moleca mesmo. Num instante estava encarapitada no muro, vendo aquela chata da Marcela, toda frosô, arrumada numa roupa de boutique, fivela de florzinha no cabelo, falando mole, cheia de nhém-nhém-nhém, jogando sorrisos para o Sergio. Aqui, a autora reedita, em outros termos, o eterno tema do triângulo amoroso. Marcela e Bel disputam o amor de Sergio que, por sua vez, se acha dividido. A rivalidade entre as duas meninas expressa modos diferentes de experimentar a vida, o amor e a própria condição feminina. E não mera decorrência de uma suposta incapacidade feminina, instintiva, natural e quase genética, de se solidarizar com pessoas do mesmo sexo. Bel, em contrapartida, colocando-se como igual exige de Sérgio a reelaboração de seus próprios padrões e, provavelmente, o seduz e amedronta. Diferentemente da rival que segue um padrão feminino já estabelecido, não sujeito a dúvidas, Bel, ao colocar-se como “inventora” de seu jeito de ser, conhece a indecisão, a incerteza e a insegurança. Marcelinha... Desaforo! E eu? Onde é que eu ficava nisso? Fingi que não tinha ouvido e fui em frente. Pulei para o quintal do outro lado. Sergio pulou atrás. Até aí tudo bem. Foi nesse momento que ouvimos os latidos. Sergio gritou: – O cachorro está solto! Corre depressa para a goiabeira, Bel, se não, ele te pega! E dentro de mim, Bisa Bel acrescentou: – Eu não disse? Meninas que assoviam nunca têm bom fim... Mal deu tempo para que eu respondesse ao Sergio: – Corre nada... Se der uma de medroso, aí mesmo é que você se ferra. É o Rex, cara... Devagar... Claro que dava medo. O Rex é um pastor alemão daqueles grandalhões. Mas agora ele era meu amigo, e isso o Sergio não sabia. – Oi, amigão, sou eu, tudo bem, calma, não vai acontecer nada, viemos só pegar umas goiabinhas, nada, nada demais... Pronto, pronto, calma... Eu fazia carinho no pelo do cachorro, abraçava o bichão e o Sergio me olhava com cada olho arregalado... Aí eu disse para ele: – Pronto, vamos indo, devagar, sem correr. Nada de medo. Num instante, estávamos subindo a goiabeira. Lá em cima, depois de devorarmos as primeiras goiabas, Sergio me olhou de novo e disse: – Puxa, Bel, você é a menina mais corajosa que eu já conheci! Fiquei quieta, o coração batendo forte. Ele continuou: – E você sobe em árvore feito um menino. Só ouvi a voz de Bisa Bia: – Viu só? Ela acha você parecida com um menino. Homem não gosta disso. Agora ele fica pensando que você é um moleque igual a ele, vai levar uma goiaba de presente para aquela menininha bem arrumada e penteada que está esperando quieta

na calçada... Finge que se machuca, sua boba, assim ele te ajuda. Chora um pouco, para ele cuidar de você... De novo Bel se vê na contingência de ter que escolher entre dois modos diferentes de ser. Eu já ia começar mesmo a fingir – e nem era tão fingido, porque pensar na Marcela me dava de verdade um pouco de vontade de chorar – quando ouvi aquela voz, a fraquinha, a mesma que já tinha dito para eu assoviar quando tivesse vontade. Só que agora ela dizia assim: – Não finge nada. Se ele não gosta de você do jeito que você é, só pode ser porque ele é um bobo e não merece que você goste dele. Fica firme. Preferi esse conselho. Não estava entendendo nada dessa nova voz, quem seria? Mas fiquei firme. E encarei o Sergio, que ia chegando cada vez mais perto de mim. Aí, sabe o que foi que ele disse? – Você é mesmo a menina mais legal que já conheci, não é feito essas bobonas por aí, que parece que vão quebrar à toa. Tem horas que eu tenho vontade de casar com você quando crescer. Pelo menos, assim meus filhos não iam ter uma mãe chata feito tantas que têm por aí. Sergio havia se rendido aos encantos de Bel. Eu ainda nem tinha recuperado do susto de ouvir isso, quando Sergio fez um carinho no meu cabelo e me deu um beijo. Aí, pronto, meu coração pulou tanto que eu perdi o equilíbrio. Vi que ia cair, tentei agarrar o galho, agarrei o Sergio e caímos juntos. Morrendo de rir enquanto nos abraçávamos e o Rex nos lambia, na maior confusão. Mas foi também me dando uma vontade de chorar de felicidade. Achei que não podia dar a ninguém esse gostinho de me ver chorar, nem a ele, nem a Bisa Bia, nem a Marcela, aquela pastel, aquela goiabona disfarçando, entrando com outro assunto: – Não esqueça a goiaba da Marcela. Você prometeu. – Ih, é mesmo. Vou pegar daqui do chão, mesmo. Só que está bichada. – reparou ele. Ainda impliquei: – Se não serve, suba na goiabeira para buscar outra... – Eu, não. Dona da situação, Bel saboreia sua vitória: E foi assim que Marcela Marcelinha ganhou uma goiaba velha velhinha, bichada bichadinha. E enquanto ela reclamava com aquela voz de choro chorinho, fui para casa com o coração sambando aos pulos. Cada pulo pulão. Mas as coisas nem sempre se passavam dessa maneira. Na presença dos amigos, o comportamento de Sergio era diferente: dizia coisas desagradáveis, ria dela. Nessas horas, Bel sentia tristeza e até raiva, como naquele dia do espirro. Ela tinha ficado com a cara suja de meleca porque Bisa Bia tinha jogado seus lenços de papel no chão, achando que Sergio, num gesto cavalheiresco, os apanharia. Por causa da gripe, Bel ficou uma semana inteira em casa, sem ir ao colégio. Nesse meio tempo, a bisavó lhe conta sobre os lencinhos bordados que as moças usavam no seu tempo. Aproveitando o tempo sem aulas, pede a mãe que lhe ensine a bordar lencinhos. E, de novo, ouve aquela vozinha que estava

sempre se intrometendo nas suas conversas com Bisa Bia. Dessa vez, a voz lhe diz para não bordar lenços de pano, que aquela era uma coisa antiga e inútil. Dessa vez, Bel, que tinha uma tendência a concordar com ela, não lhe deu ouvidos. Bordava lenços porque gostava, para agradar a si mesma e não aos outros. E Bel fica sabendo que aquela vozinha era de sua bisneta, Beta. Ela tinha caixa de ferramentas como Maria, a menina que Bel ficou conhecendo quando voltou à escola. No colégio, a novidade eram os gêmeos, Maria e Vitor, filhos de pais exilados que agora com a anistia tinham voltado ao Brasil. Eles não tinham empregada e, por isso, faziam sua própria comida e arrumavam a casa, enquanto os pais saíam para trabalhar. – Você vai ver só Bel, como eles são diferentes... – Mas afinal, Adriana, eles são chilenos ou italianos? – São brasileiros. Os pais deles eram exilados, mas são brasileiros. E agora voltaram. – E como é que eles são diferentes? Sempre ouvi dizer que gêmeos são iguais... – Não, eles até que se parecem um pouco um com o outro. Um pouco só, mas parecem. Como dois irmãos que não fossem gêmeos. Mas eles são diferentes é de nós. Pra começar, falam um pouco engraçado, com um pouco de sotaque, mas só um pouquinho. E às vezes misturam umas palavras estrangeiras na conversa. – E que mais? – Que mais? Eles não têm empregada, porque a família mesmo é que faz tudo, eles preferem assim, já imaginou? Difícil imaginar, num primeiro momento. Claro, a gente sabe que tem gente que não tem empregada porque não pode. Mas porque prefere? Aí ouvi a voz da Neta Beta: – Grande coisa! Um espanto é essa gente que não sabe fazer nada sem empregada... Deus me livre de ser patroa de alguém... Esse tempo já ficou muito pra trás... Mas como Adriana não ouviu, continuou: – A mãe e o pai trabalham fora, e os gêmeos preparam o almoço deles sozinhos, fazem a cama, tudo isso... – A gêmea, você deve estar querendo dizer... Como é que ela se chama? – Maria, e ele é Vitor. Mas são os dois mesmo que fazem. O Vitor sabe cozinhar, Bel. E Maria sabe consertar tomada. Aliás, ela sabe consertar um monte de coisas. Outro dia até trocou a corrente da bicicleta do Fernando, se eu não visse não acreditava. Todo mundo está adorando os dois, são uns amigões... Neta Beta ainda disse: – Grande coisa! Eu também sei consertar mil coisas, tenho banca de carpinteiro, adoro mecânica... Já na classe, Vitor fala com emoção e saudade do avô que morrera, quando sua família ainda estava no exílio. Vitor chora e Bel se admira: Aí, de repente, reparei que Vitor, novo aluno, também estava disfarçando e enxugando uma lágrima no canto do olho. Não entendi por quê. Ainda bem que D. Sônia não esperou minha resposta, nem reparou no choro do Vitor (que menino mais esquisito – será que ele nunca ouviu falar que homem não chora?... E mais adiante

Vitor chora de novo e faz Bel refletir: Puxa! Ele enxugou outra lágrima! Não tinha medo de que ninguém risse dele... Na mesma hora descobri que o Vitor era o menino mais corajoso que eu tinha conhecido. Tinha até coragem de chorar na frente da turma toda! E naquele dia falaram do passado, do presente e do futuro. E por sugestão de Vitor, a professora pediu que cada um conversasse com os pais, amigos, vizinhos, imaginasse, sonhasse, porque fariam um trabalho cujo tema seria: dos bisavós aos bisnetos. Bel gostou muito e concluiu: E então eu soube, eu descobri. Assim de repente. Descobri que nada é de repente. Dessa vez, a pesquisa do colégio não é só em livros nem fora de mim. É também na minha vida mesmo, dentro de mim. Nos meus segredos, nos meus mistérios, nas minhas encruzilhadas escondidas, Bisa Bia discutindo com Neta Beta e eu no meio, pra lá e pra cá. Jeitos diferentes de meninos e meninas se comportarem, sempre mudando. Mudanças que eu mesma vou fazendo, por isso é difícil, às vezes dá vontade de chorar. Olhando para trás e andando para a frente, tropeçando, inventando moda. É que eu também sou inventora, inventando todo dia um jeito de viver. Eu, Bel, uma trança de gente, igualzinho a quando faço uma trança no meu cabelo, divido em três partes e vou cruzando uma com as outras, a parte de mim mesma, a parte de Bisa Bia, a parte de Neta Beta. E Neta Beta vai fazer o mesmo comigo, a Bisa Bel dela, e com alguma bisneta que não dá nem para eu sonhar direito. E sempre assim. Cada vez melhor. Para cada um e para todo mundo. Trança de gente. No mundo imaginário criado por Ana Maria Machado em *Bisa Bia Bisa Bel*, a protagonista Bel se depara com a problemática de ter que enfrentar sua própria feminilidade. Personagem e narradora, é a própria Bel que nos fala de suas incertezas, perplexidade nesse processo de construção de sua identidade feminina. Sujeito ativo nesse processo, Bel toma em suas próprias mãos a tarefa de tecer seu próprio destino e isso fica explicitado no final de sua história, quando ela diz: Jeitos diferentes de meninos e meninas se comportarem, sempre mudando. É uma ideia muito forte e constante na obra de Ana Maria Machado a de que a sociedade, os grupos sociais, as relações entre os indivíduos, os papéis sociais e as concepções estão em constante fazer-se, estão sendo inventadas a cada dia. Inventar a própria vida mistura alegria e tristeza, riso e lágrima, certeza e dúvida. Seus personagens tropeçam, caem, levantam. Durante toda a narrativa, Bel é colocada na incômoda situação de ter que optar entre seguir os conselhos de Bisa Bia, representando o passado e, portanto, padrões ultrapassados de feminilidade, e os de Neta Beta, representando um jeito de ser avançado, moderno e oposto ao primeiro. Guardiã da tradição conservadora, Bisa Bia defende a rígida separação

entre os universos masculino e feminino. Colocando-se na sua posição de bisavó e principalmente de adulta, já viveu mais e tem maior experiência e, portanto, sabe o que é bom ou ruim e o que é certo ou errado, sente-se no papel de orientadora da bisneta. Segundo sua ótica, ao sexo feminino cabe o recato gestos comedidos, fala mansa, não dizer palavrões e a obediência. Nas relações afetivas, deve tornar-se objeto do desejo masculino, fazer-se escolhida não tem a prerrogativa da escolha. No jogo da sedução, sua arma é a dissimulação; cheia de ardis e artimanhas, num aparente paradoxo, deve mostrar-se/ocultar-se: fazer-se bela e notada, por um lado, e, por outro, ocultar seus sentimentos e desejos. Quando permitido, seus sentimentos e emoções devem concorrer para criar imagens de doçura, piedade, compreensão. Marcela corresponde a esse ideal feminino e, por isso, é apontada a Bel como exemplo a ser seguido. Bem-comportada e obediente, segue a recomendação de sua mãe de não se sujar; recatada e dependente, fica quieta esperando que Sergio suba no muro e lhe traga goiabas. Sedutora, veste roupa de boutique e usa fivela de florzinha no cabelo! Estar vestida daquele jeito é sujeitar-se à sua condição: usar vestido, naquelas circunstâncias, dificulta-lhe o movimento, impede-a de alcançar os espaços masculinos como o muro e o cimo da árvore, aprisiona-a. Na perspectiva de Marcela, adotar a mesma atitude dos meninos significaria tornar-se igual a eles, e, em decorrência, perder encanto e feminilidade. A ação é uma prerrogativa masculina e a espera faz parte da condição feminina, como Penélope personagem da Odisseia, nem que tenha que desmanchar à noite o que teceu durante o dia. A imagem positiva de Marcela, construída por Bisa Bia, e que transforma em qualidade e em virtude femininas as interdições que lhe são impostas – não correr, não se sujar, não subir em muro ou árvore, não assoviar – é desmanchada pela ação e pelas palavras de Bel: vestir calça desbotada, calçar tênis, dizer palavrão, chutar o que encontrar pela frente, assoviar, saltar o muro, subir na goiabeira, aquietar o cachorro. Como contraponto do universo conservador de Bisa Bia, Neta Beta simboliza a superação de práticas femininas de submissão e imobilidade. Nessa direção, incita Bel a um comportamento autônomo, ativo, sem dissimulações. Possuir uma caixa de ferramentas significa, para ela, o fim da interdição de certos espaços e práticas às mulheres e, portanto, o fim de uma organização sexista de sociedade. Mas a autora não confere à fala de Neta Beta o estatuto de verdade nem a elege como novo paradigma a ser seguido. Evidencia isso ao dotar a personagem Bel de autonomia nas suas escolhas, como no episódio dos lencinhos bordados. Autonomia assumida explicitamente pela personagem no final da história quando se autodefine como

inventora de um jeito de viver. Dessa forma, a oposição passado/futuro se desmancha, se desfaz e aparece como realmente é, não como simples inversão de valores, mas como metáfora de representações e práticas diferenciadas de masculino/feminino, com as quais Bel se depara no seu presente. Não se trata, pois, de pensar um passado homogêneo, em bloco, sendo substituído por um futuro igualmente homogêneo, também em bloco, mas de um tempo presente diferenciado, desigual, conflituoso, múltiplo. Em outras palavras, Bel não se deixa apanhar na armadilha do espelho, onde tudo acontece pelo avesso. Ao transpor as barreiras que a separam do namorado, ao invés de renunciar a sua feminilidade, ela a redefine segundo outros padrões: faz-se companheira, parceira, tornando-se ativa no processo de conquista. Os personagens masculinos, Sergio e Vitor, não atuam conforme um padrão único de comportamento. Sergio, no princípio, dividido entre Marcela e Bel – cada uma delas significando uma possibilidade diferente de relacionamento – no transcorrer da narrativa, define-se pela segunda. Agrada-lhe seu jeito “moleque” e franco, sua coragem e companheirismo. Se numa sociedade machista, os meninos gozam de maior liberdade e mobilidade do que as meninas, não é menos verdade que também eles estão sujeitos a normas restritivas de comportamentos. Devem se mostrar corajosos e, em relação às meninas, protetores e durões, não podem chorar nem expor seus sentimentos porque seu espaço é o da razão. Esse tipo de pressão é que leva Sergio a disfarçar seu interesse e afeto por Bel, quando na presença de amigos. Vitor é diferente. Vindo de outras experiências – pertencer a uma família comprometida com as lutas sociais, com as lutas por liberdade e justiça, ter morado em outros países – deixou-se emocionar e até chorar. Em casa, executava com naturalidade serviços considerados femininos, como preparar refeições e arrumar as camas. Diante de Vitor, a primeira atitude de Bel é o espanto e, em seguida, o aplauso. Assim, na construção de sua identidade feminina, Bel aprende com outras experiências femininas e masculinas, e o faz, autonomamente, isto é, a partir de suas próprias motivações. Não se trata, pois, de opor meninos e meninas. O tempo presente, no qual Bel vive, comporta experiências múltiplas e até contraditórias, comporta meninas como Marcela, Maria e ela própria e meninos como Vitor e Sergio. O tempo futuro vai depender do embate, no presente, de projetos, concepções e modos de agir, mas de todo modo ainda está sendo inventado. Além das mulheres, Ana Maria Machado direciona seu olhar a outras minorias, sejam elas étnicas ou sociais. Na sociedade e na literatura, a pobreza é representada de formas bastante diferentes ao longo dos tempos. E como assinala Bronislaw Geremek (1995), a função principal da

imagem do pobre, sua avaliação ética e estética varia de acordo com as alterações da ordem de valores que lhe servem de base.

Em *Bisa Bia Bisa Bel* Ana Maria Machado adota a perspectiva de uma menina de 13 anos, suas dúvidas, suas escolhas, fantasias e dificuldades de vivenciar a condição feminina. Escrito em primeira pessoa, é a própria protagonista/narradora, Isabel, que nos vai contando sua história. Ao perder o retrato de sua bisavó, Bel cria a fantasia de que Bisa Bia está morando dentro dela como “uma tatuagem por dentro, invisível e transparente”. Tornam-se amigas, batem longos “papos explicativos” silenciosos e divertidos sobre muitas coisas e os respectivos modos de viver. Bisa Bia lhe dá conselhos e repreende o que considera seus modos de moleque de rua, seu jeito pouco feminino de se vestir (como estão espera conquistar o coração de Sérgio?): – Viu só? Ele acha você parecida com um menino. Homem não gosta disso. Agora ele fica pensando que você é um moleque igual a ele e vai levar uma goiaba de presente para aquela menininha bem arrumada e penteada que está esperando quieta na calçada... Finge que se machuca, sua boba, assim ele te ajuda. A partir desse momento, Bel começa a ouvir uma vozinha fininha, mas bem nítida que sempre entrava na conversa, discordando de Bisa Bia e que mais tarde se identificou como sendo Beta, sua bisneta: “– Faça o que você bem entender! Não deixe ninguém mandar em você desse jeito”. Ou ainda: “– Não finge nada. Se ele não gosta de você do jeito que você é, só pode ser porque ele é um bobo e não merece que você goste dele, fica firme.” Bel gostou da intervenção: – Era justamente o que eu queria ouvir. Aí nem hesitei. Xinguei um palavrão bem xingado (nem era dos piores, mas é que qualquer palavrinha pode ser um horror para os delicados ouvidos de Bisa Bia) e saí pela rua assoviando, vestida na minha calça desbotada, calçada nos meus tênis, chutando o que encontrava pela frente. De uma forma bastante imaginosa, criativa, a autora coloca Bel, a protagonista da história, diante de situações de ter de escolher, continuamente, entre ser uma menina bem-comportada, seguindo um padrão feminino tradicional ou seguir um outro padrão feminino que é o avesso do primeiro. A quem seguir? A Bisa Bia, que representa o passado com normas de conduta claras, rígidas, bem estabelecidas? Ou a Neta Beta, representando o futuro desprezo pela tradição, pelo estabelecido e, principalmente, total rejeição a tudo que, no presente de Bel, possa ser identificado com papéis femininos ultrapassados? Esse conflito esconde um outro maior e mais verdadeiro: o conflito interior de Bel na conquista de sua liberdade de ser. Dessa forma, o dilema entre ficar com o passado ou com o futuro é um falso dilema, pois envolve as escolhas cotidianas de Bel, no pre-

sente: o tempo de Bisa Bia (o passado) ou o tempo de Neta Beta (o futuro) representam, portanto, dimensões e projetos do próprio presente, que é apresentado ao leitor como diferenciado, múltiplo e desigual. Ana Maria Machado coloca o seu leitor diante de uma concepção de tempo em que passado, presente e futuro aparecem indissolivelmente articulados, mas com ênfase no presente, fugindo de uma concepção linear e progressiva de história. O passado aparece como metáfora de uma sociedade sexista, discriminadora e contra a qual Bel se insurge: por essa razão sua relação com Bisa Bia nem sempre é cordial, podendo até ser bastante conflituosa. O que mais me chateia em Bisa Bia é a mania que ela tem de dar conselhos, como se fosse a maior e soubesse de tudo, só porque viveu mais tempo um tempo que nem tinha televisã. Bisa Bia quer impor sua experiência, seu modelo de comportamento, Bel acha que tem o direito de experimentar por conta própria. Acabam discutindo. Bisa Bia fica repreendendo seus modos “pouco femininos”: – O que é muito feio não é o assobio. É uma menina assoviando, uma mocinha que não sabe se comportar e fica com esses modos de menino de rua. Mas o passado aparece como um tempo histórico concreto quando alude, ainda que de forma vaga, a determinados costumes, hábitos e modos de pensar, localizáveis a partir das informações de Bisa Bia. (...) Ela me contava uma porção de coisas do tempo dela, ensinava coisas, falava de lembranças, dava nem para imaginar. Alguns conselhos são ótimos. (...) Toda essa história de móveis é muito engraçada. Bisa Bia não conhecia armário embutido, já imaginou? Levou um susto a primeira vez que me viu abrir um, pensou que era uma parede que se mexia, que nem uma parede secreta ou uma caverna de Ali Babá. Mas não era só armário embutido que Bisa Bia não conhecia. No seu tempo “não tinha televisão”, nem sofá-cama, nem liquidificador, “nem congelado, enlatado, desidratado”, nem Coca-Cola e cachorro-quente. Aprendendo e ensinando, Bisa Bia descortinou diante de Bel um mundo novo (antigo, mas novo), de hábitos e objetos inusitados paninhos de renda, bibelôs, opalinas, étager, plafoniê, bomboniér com nomes estranhos, quase sempre estrangeiros. É Bel que nos conta: (...) foi a minha vez de arregalar os olhos e ficar horrorizada, enquanto ela suspirava de saudade: – Baba-de-moça, Isabel, uma delícia. – Ai, que nojo, Bisa, como é que você tinha coragem. Mas longe de produzir uma imagem idílica desse passado como um “paraíso perdido”, o tempo de Bisa Bia é problematizado, questionado, discutido, passível de ser identificado. Com as duas dentro dela, participando de sua vida, dando palpites o tempo todo, como Bel iria saber quem tinha razão, a quem seguir? Nesse dilema, Bel acaba por concluir: Essa é uma coisa, por exemplo, em que Neta

Beta tem toda razão. Impossível saber qual o palpite melhor. Mesmo quando eu acho que minha bisneta é que está certa, às vezes meu coração ainda quer-porque-quer fazer as coisas que minha bisavó palpita, cutum-cutum-cutum, com ele... Mas também tem horas em que, apesar de saber que é tão mais fácil seguir os conselhos de Bisa Bia, e que nesse caso todos vão ficar tão contentes com o meu bom comportamento de mocinha, tenho uma gana lá dentro me empurrando para seguir Neta Beta, lutar com o mundo, mesmo sabendo que ainda vão se passar muitas décadas até alguém me entender. Mas eu já estou me entendendo um pouco – e às vezes isto me basta. Bel, apesar de incorporar alguns elementos desse passado (enfeitar cadernos com cromos, bordar lencinhos) pende para o futuro. Claro que o futuro personificado na figura de Neta Beta só é possível graças a uma artifício linguístico, não tendo existência real a não ser como meta a ser alcançada ou como um projeto que está sendo construído no presente. Mas Bel não está sozinha nesse projeto de transformação que é muito mais amplo, complexo e contraditório, portanto não consensual, envolvendo outras questões e outros sujeitos. Quando Bel volta à escola (depois de alguns dias em casa por causa de uma gripe muito forte), o assunto do momento é um casal de gêmeos, os novos alunos da classe. Eram considerados diferentes porque preparavam suas próprias refeições e arrumavam suas camas (seus pais trabalhavam fora e não tinham empregada, por opção e não por falta de dinheiro). A menina, Adriana, consertava uma porção de coisas, e o menino, Vitor, sabia cozinhar. Neta Beta não entendia o espanto, pois ela própria adorava mecânica e tinha banca de carpinteiro e quanto a não ter empregada, ela é que tinha motivo para se espantar com tanto espanto: – Grande coisa! Um espanto é essa gente que não sabe fazer nada sem empregada... Deus me livre de ser patroa de alguém... Esse tempo já ficou muito prá trás... Na sala de aula, D. Sônia, a professora de história, devolve a Bel o retrato perdido (encontrado na calçada, pensaram que fosse dela, por causa de sua coleção de retratos antigos) e anunciou que irão passar algumas semanas estudando o tempo dos bisavós, isto é, o final do século passado e o começo deste (a classe tinha pedido, por causa do retrato). Bel ficou emocionada, sentiu um nó na garganta e teve vontade de chorar de alegria e aí ela reparou que Vitor “também estava disfarçando e enxugando uma lágrima no canto do olho”, e pensou: “...(que menino mais esquisito... será que ele nunca ouviu falar que homem não chora)?” A professora fala da escravidão, dos escravos, de suas condições de trabalho (era o mesmo tempo de Bisa Bia). Vitor faz um depoimento emocionado a respeito de seu avô que morava no Brasil e que tinha morrido quando eles estavam no exílio (tinham

morado primeiro no Chile e depois na Alemanha). O avô tinha ido visitá-lo na Europa umas duas vezes e lhe tinha falado de sua própria infância, quando as fábricas eram cheias de crianças que lá trabalhavam, e de trabalhadores adultos que ficavam nas máquinas quatorze ou até dezesseis horas. Tinha sido o avô quem explicara que o exílio era o preço que seus pais tiveram de pagar por quererem construir tempos novos. Vitor fala da saudade do Brasil e do avô e chora de novo. Bel fica surpresa diante desse menino que não tem vergonha de mostrar sua emoção e chorar. Apesar da saudade, Vitor acha que em algumas coisas seu tempo já está melhor do que o tempo do avô e conclui. “E fiquei pensando nisso: como vai ser o mundo dos nossos netos? E dos nossos bisnetos? Acho que a gente podia pesquisar isso também”. D. Sônia concorda e Bel se entusiasma: “(...) Estudar o futuro, já imaginou? Muito melhor do que ficar sempre amarrada no passado, feito a escola está sempre fazendo”. De tudo isso, Bel aprende uma grande lição: E então eu soube, eu descobri. Assim de repente descobri que nada é de repente. Dessa vez, a pesquisa do colégio não é só em livros nem fora de mim. É também na minha vida, mesmo, dentro de mim. Nos meus segredos, nos meus mistérios, nas minhas encruzilhadas escondidas, Bisa Bia discutindo com Neta Beta e eu no meio, pra lá e pra cá. Jeitos diferentes de meninos e meninas se comportarem, sempre mudando; mudanças que eu mesma vou fazendo, por isso é difícil, às vezes dá vontade de chorar. Olhando pra trás e andando pra frente, tropeçando de vez em quando, inventando moda. Através da história de Bel, a autora coloca a criança diante de questões que lhe são contemporâneas, discute-as, posiciona-se, mas nada impõe, mesmo criando um código de comportamento, e oferecendo seu projeto de futuro. A autora aponta para um futuro no qual as relações de trabalho sejam mais justas, um futuro no qual haja igualdade entre meninos e meninas que os meninos possam cozinhar, arrumar as camas e as meninas possam consertar coisas, gostar de mecânica e ter ferramentas. Que os sentimentos possam ser mostrados sem medo, vergonha ou dissimulação (os meninos possam chorar, como Vitor, e as meninas, como Bel, possam aparecer como são: sem ter que fingir desproteção diante dos meninos ou usar ardis para poderem se aproximar). Esse futuro é um sonho, uma meta a alcançar (cada qual pode inventar o seu), mas precisa ser inventado no presente e, de certa forma, já o está sendo por todos os que lutam contra a opressão (mesmo pagando um preço); e por Vitor e Adriana que optaram por experimentar outros padrões de comportamento e de vida familiar, e por Bel, quando assume os riscos de suas escolhas. Nesse caso, pesquisar o passado significa refletir, situar-se no presente para decidir o futuro. Ao fazer Bel

descobrir que a escolha será sempre sua, assumindo os riscos e a dúvida como parte desse processo, a autora está discutindo com o pequeno leitor seu papel ativo na construção do próprio destino e da sociedade na qual vive. Está enfatizando sua condição de sujeito de sua experiência de viver e do conhecimento histórico como dimensões indissociáveis. Ao construir a narrativa na primeira pessoa, Ana Maria Machado assume a perspectiva de uma menina de treze anos, deixando-a falar através de Bel, a protagonista. Deixa fluir através de sua pena, de suas lembranças, de seu trabalho de observação, o que Bakhtin (BAKHTIN, 1990) chama Marxismo e Filosofia da Linguagem. Para falar como criança é preciso trazer viva, uma criança dentro de si; é saber ver, ouvir, compreender as crianças e a infância, para que as suas palavras não soem falsas. É preciso estar atento aos gestos quase imperceptíveis, ao som de seus risos, à expressão de seus olhos, captando cada nova nuance, é preciso recolher suas lágrimas, entristecer-se com sua tristeza, alegrar-se com sua alegria. Mas a autora não é só uma menina, é uma mulher adulta. Como ser Bel e tantas outras crianças parecidas com Bel e ser Ana Maria Machado sem esmagá-las com o seu saber, com suas opiniões, com o peso de sua experiência ou, como diria Regina Zilberman, sem traí-las? E é a própria Regina Zilberman que aponta uma saída, ao observar que a literatura infantil, assim como a literatura adulta, deve visar “a uma interpretação da existência que conduza o ser humano a uma compreensão mais ampla e eficaz de seu universo, qualquer que seja sua idade ou situação intelectual, emotiva e social” (ZILBERMAN, 1987).

Referências

- ALMEIDA, Fernanda L. *A fada que tinha ideias*. São Paulo: Ática, 1975
- BACZKO, Bronislaw. “Utopia”. In: *Enciclopédia EINAUDI*. v. 5 Antropos/homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus Ed., 1984.
- BRITES, Olga. *Infância, Trabalho e Educação – A Revista Cesinho (1947 – 1960) – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.*
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Ana M. *Do outro lado tem segredos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MACHADO, Ana M. *Bisa Bia Bisa Bel*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1982. Prêmio Crefisul, 1981; 2., 3., 4. ed., 1983; 5. ed., 1984. Prêmio da FNLIJ (o melhor para o jovem),

Prêmio APCA (o melhor livro juvenil do ano), Prêmio Jabuti, Prêmio Bienal Noroeste de Melhor Livro Juvenil, 1984.

PEIXOTO, Maria do Rosario da Cunha. *E as Palavras Tem Segredos: Imagens de Crianças na Literatura Infantil Brasileira de Resistências* (1970 – 1990 – São Paulo: Anna Blume, 2020).

Sobre as autoras e autores

Adilson Edinei Felipe

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp – Campus Guarulhos), licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano, membro do grupo de pesquisa GEPICH (Grupo de Estudos e Pesquisa: Infância Cultura e História), atuando como Coordenador Pedagógico no município de São Bernardo do Campo. Também possui licenciatura em História pelo Centro Universitário Sant’Anna (2007), especialização em História, cultura e sociedade pela PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e mestrado em História Social pela USP – Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp – Campus Guarulhos).

E-mail: edneifelipe@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9480-1340>

Antônio Gomes Ferreira

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra, professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra. Os seus interesses incidem sobre políticas educativas, história da educação, educação comparada e formação de professores.

E-mail: antonio@fpce.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1465-8578>

Camila Serafim Daminelli

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2019). É Bacharela e Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010) e Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Realizou estágio doutoral junto ao Instituto de Investigaciones de Estudios de Género, na Universidad de Buenos Aires (2018) e pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo sul Catarinense

(2024). Desde 2022 é docente na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, atuando nos cursos de Licenciatura e no núcleo das Licenciaturas Integradas, e membra do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, da mesma universidade. É pesquisadora associada ao Laboratório de Relações de Gênero e Família da Universidade do Estado de Santa Catarina, membra da Associação Nacional de História e da equipe coordenadora do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude ANPUH/Santa Catarina.

E-mail: csd@unesc.net

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1893-1543>

Carla Vilhena

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Algarve, investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra. Temas de interesse: História da Infância e História da Educação de Infância.

E-mail: cvilhena@ualg.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5524-5174>

Cláudia Panizzolo

Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1991), Especialização em Educação Infantil pela Universidade Metodista de São Paulo (1998), Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e Estágio Pós Doutoral na Universidade de Caxias do Sul (Brasil) e na Università degli Studi Del Molise (Itália) em 2019. Professora Associada IV da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – EFLCH/UNIFESP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

E-mail: claudiapanizzolo@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3693-0165>

Elisangela da Silva Machieski

Doutora (2019) e mestra (2013) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. É Licenciada e bacharela em História pela Univer-

sidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (2005). Atualmente realiza um pós-doutoramento na Universidade Federal Rural de Pernambuco. É pesquisadora junto ao Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF, membro da Associação Nacional de História – ANPUH. Integra a Comissão Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude ANPUH/Santa Catarina, no binômio 2022/2024, e a Comissão Coordenadora da Red de Estudios de Historia de las Infancias en America Latina – REHIAL.

E-mail: lismachieski@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1394-5180>

Ernesto Candeias Martins

Doutor em Ciências da Educação no domínio da Teoria e H.^a da Educação (Universidade das Ilhas Baleares – Palma de Mallorca – Spain) e com o Título de Agregado à Universidade, na área da Educação/H.^a da Educação Social (IE/Universidade de Lisboa), professor coordenador no Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal), desde 1988, foi subdiretor, presidente do Conselho técnico Científico (2017-2023), sendo atualmente coordenador do Mestrado de Intervenção Social Escolar (2014 até agora). É membro fundador da SPCE e da Sociedad de Pedagogía Española, membro de comissões editoriais de revistas nacionais e estrangeiras. É desde 2014 investigador integrado do CeIED da Universidade Lusófona de Lisboa e tem publicado mais de duas centenas de publicações, entre livros, capítulos de livros e artigos em revistas da especialidade.

E-mail: ernesto@ipcb.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4841-1215>

Fabiano Quadros Rückert

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Doutor em Patrimônio pela Universidade de Jaén (Espanha). Coursou Graduação e Mestrado em História na UNISINOS. Professor Adjunto de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS – Campus do Pantanal.

E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>

Fernando Ripe

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Educação Matemática pela Universidade Luterana do Brasil. Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em História pelo Centro Universitário de Maringá. Professor na Faculdade de Educação (FaE) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Faz parte do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales/UFPe) e do Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFGM). Presidente da Associação Sul-rio-grandense de pesquisadores em história da educação (ASPHE) no biênio 2023-2025.

E-mail: fernandoripe@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0007-0597>

José Carlos da Silva Cardozo

Historiador pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Doutorado e Pós-Doutorado em História Latino-Americana. Desde 2016, é Professor Adjunto de Relações Internacionais e História na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) na gestão 2024-2026.

E-mail: jcs.cardozo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2027-0046>

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Profissional) da Universidade de Brasília. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação (2015), com estágios de pós-doutorado na área de História da Educação na UFPR (2015-2017) e na UFU (2023-2024). Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

(2006) e em Filosofia (Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes equivalente a Licenciatura) pelo Claretiano Centro Universitário (2014). Líder do GRUPHE-UnB/CNPq – Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília.

E-mail: juarezdosanjos@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

Juliana de Mello Moraes

Possui graduação (2000) e mestrado (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em História pela Universidade do Minho (2010). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa (2014) e na Universidade Federal do Paraná (2020). É docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). É coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NEICA/FURB). Membro do grupo de pesquisa História Social a Norte (HSN/Universidade do Minho/Portugal) e do GT de História da Infância e Juventude (Seção de Santa Catarina/ANPUH/Brasil).

E-mail: jmmoraes@furb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-1244>

Luís Mota

Doutor em História pela Universidade de Coimbra, professor adjunto do Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação, investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra. Tem desenvolvido pesquisas na área da educação, especialmente voltadas para a História da Educação, dedicando-se a temas como políticas educacionais, formação de educadores e professores, educação de infância, inovação na educação e uso de tecnologias na educação e no ensino.

E-mail: mudamseostempos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4014-9590>

Maria Antónia Lopes

Doutorada em História e professora associada com Agregação na Universidade de Coimbra, onde dirige o Doutoramento em História. É colaboradora do CEIS20. Integra/ou projetos nacionais e internacionais.

Publicou dezenas de trabalhos em revistas e obras coletivas em Portugal e no estrangeiro. É autora de oito livros e coordenadora de seis. Principais áreas de interesse e investigação: História da Pobreza e políticas sociais; História das Misericórdias; História doutrinal da Caridade e Beneficência; História das Mulheres; História Biográfica; História da Vida Privada; História Moderna de Portugal; História Contemporânea de Portugal.

E-mail: lopes.mariantonia@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8485-4649>

Maria do Rosario da Cunha Peixoto

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Maria (1973), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, memória, ensino, cidade e pesquisa.

E-mail: rosario.peixoto@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4113-8922>

Mauro Dillmann

Professor Adjunto no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, UFPel. Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS/RS (2013). Mestre em História, UNISINOS/RS (2007). Graduado em História, UFPel (2003). Membro dos seguintes Grupos de Pesquisa (CNPq): “Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo IberoAmericano” (Linha de pesquisa “Práticas e representações sobre a morte, o morrer e o além túmulo”) e “Paisagens Híbridas” (Linha de Pesquisa Cemitérios: lugares de dor, luto e memórias paisagísticas).

E-mail: maurodillmann@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8315-7788>

Mônica Teresinha Marçal

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1995), graduação em Habilitação em Educação Infantil

pela Faculdade de Pinhais (2008), mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2005), doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017) com doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, Portugal, no ano de 2015. É professora da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e atua com os Estágios dos Anos Iniciais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nesta área, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, infância, relações de gênero, literatura, representação feminina, artes, perspectiva histórico cultural, estágio curricular, educação infantil e anos iniciais.

E-mail: monicamarcal@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2486-3866>

Olga Brites

Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1976), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Foi vice-coordenadora de GT da Associação Nacional dos Professores Universitários de História Regional SP. Também atuou como vice-coordenadora do Grupo de Trabalho: Infâncias e Juventudes SP, da Associação dos Professores Universitários de História-ANPUH. Foi Coordenadora-Adjunta do Curso de Lato Sensu da PUC/SP, História, Sociedade e Cultura. Tem experiência na área de História, com ênfase em Cultura e Cidade, atuando principalmente nos seguintes temas: história, pesquisa, infância, memória e trabalho.

E-mail: olgabrites@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9180-8619>

Silvia Maria Fávero Arend

Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora do curso de Graduação em História e dos Programas de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É coordenadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). É Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-MCTI-Brasil). Realizou estágio pós-doutoral na

Fondation Nationale des Sciences Politiques (Sciences Po – Paris – 2012) e na Universidade Nova de Lisboa (Lisboa – 2018). É coordenadora do Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da ANPUH-nacional.

E-mail: silvia.arend@udesc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3262-5596>

Terciane Ângela Luchese

Doutora em Educação (UNISINOS). Professora da Universidade de Caxias do Sul, atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação e História. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), pesquisadora PQ do CNPq 1D. Presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Integra a rede transnacional TRANSFOPRESS (França – Brasil). Lidera o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), participa do grupo de pesquisa Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar e Arquivos Pessoais, Educação e Patrimônio.

E-mail: taluches@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>

Thais Nívea Fonseca

Professora Titular aposentada de História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (linha História da Educação) da mesma instituição. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001), pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de Lisboa (2006-2007), e pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2012-2013). Tem experiência nas áreas de Educação e de História, com ênfase em História da Educação, e orienta trabalhos sobre a história da educação no período colonial brasileiro e latino americano. É pesquisadora do Centro de Pesquisa em História da Educação (UFMG), no qual desenvolve pesquisa sobre educação e práticas educativas no período colonial. Líder do Grupo de Pesquisa CEIbero – Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos. Pesquisadora do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG. Associada da Sociedade Brasileira de História da Educação e da Associação Nacional de História.

E-mail: thaisnlfonseca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5090-293X>

A Editora

A Editora da Universidade de Caxias do Sul, desde sua fundação em 1976, tem procurado valorizar o trabalho dos professores, as atividades de pesquisa e a produção literária dos autores da região. O nosso acervo tem por volta de 1.600 títulos publicados em formato de livros impressos e 600 títulos publicados em formato digital. Editamos aproximadamente 1.000 páginas por semana, consolidando nossa posição entre as maiores editoras acadêmicas do estado no que se refere ao volume de publicações.

Nossos principais canais de venda são a loja da Educs na Amazon e o nosso site para obras físicas e digitais. Para a difusão do nosso conteúdo, temos a publicação das obras em formato digital pelas plataformas Pearson e eLivro, bem como a distribuição por assinatura no formato streaming pela plataforma internacional Perlego. Além disso, publicamos as revistas científicas da Universidade no portal dos periódicos hospedado em nosso site, contribuindo para a popularização da ciência.

Nossos Selos

- 
-  **EDUCS/Ensino**, relativo aos materiais didático-pedagógicos;
 -  **EDUCS/Origens**, para obras com temáticas referentes a memórias das famílias e das instituições regionais;
 -  **EDUCS/Pockets**, para obras de menor extensão que possam difundir conhecimentos pontuais, com rapidez e informação assertiva;
 -  **EDUCS/Pesquisa**, referente às publicações oriundas de pesquisas de graduação e pós-graduação;
 -  **EDUCS/Literário**, para qualificar a produção literária em suas diversas formas e valorizar os autores regionais;
 -  **EDUCS/Traduções**, que atendem à publicação de obras diferenciadas cuja tradução e a oferta contribuem para a difusão do conhecimento específico;
 -  **EDUCS/Comunidade**, cujo escopo são as publicações que possam reforçar os laços comunitários;
 -  **EDUCS/Internacional**, para obras bilíngues ou publicadas em idiomas estrangeiros;
 -  **EDUCS/Infantojuvenil**, para a disseminação do saber qualificado a esses públicos;
 -  **EDUCS/Teses & Dissertações**, para publicação dos resultados das pesquisas em programas de pós-graduação.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code.

Uma contribuição importante para a historiografia da infância, da educação e da assistência

A obra, *História das Infâncias nos dois lados do Atlântico*, entre o Moderno e Contemporâneo organizada por Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes e Mauro Dillmann reúne importantes pesquisadores brasileiros e portugueses que partilham suas investigações sobre crianças em uma temporalidade que abrange o período Moderno e Contemporâneo, em diferentes contextos transatlânticos. Uma contribuição importante para a historiografia da infância, da educação e da assistência no espaço luso-brasileiro que evidencia dinâmicas sociais e culturais em suas complexidades, ações e intenções civilizadoras, moralizadoras e educativas no processo histórico vivido por sujeitos infantis. Por meio de ampla gama de documentos históricos, as camadas no tempo se descortinam por questões investigativas diversas que, entre si, tem em comum as infâncias. Um livro denso, relevante e muito significativo para pensar os sujeitos pequenos nos variados espaços transatlânticos em tempos que se deslocam do Moderno ao Contemporâneo. Obra fundamental e imprescindível para todos os que desejam compreender historicamente as infâncias.

Caxias do Sul, junho de 2025.
Terciane Ângela Luchese

